

Pregão Eletrônico Nº 049/2022 – Fuern

RESULTADO DE JULGAMENTO – 925543

Processo nº 04410027.001709/2022-21

A Presidente da Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte torna público o resultado do supracitado Pregão, sendo homologada a adjudicação conforme a seguir:

• 34.239.627/0001-11 - B2G CAINFOTEC COMPRIME LTDA: Grupo 1 - R\$ 211.000,00;

Valor total adjudicado: R\$ 211.000,00 (duzentos e onze mil reais).

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

Mossoró, 29 de agosto de 2022.

PROFESSORA DOUTORA CÍCILIA RAQUEL MAIA LEITE
PRESIDENTE DA FUERN

Termo de Adjudicação e Homologação da Concorrência Nº 001/2022 – FUERN

Processo nº 04410007.000392/2022-44 - Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Sr.ª Presidente da Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – Fuern, Prof.ª Dr.ª Cícilia Raquel Maia Leite, autoridade competente desta Instituição, com base no artigo 43, inciso VI da Lei nº 8.666/1993, resolve:

1. HOMOLOGAR o procedimento licitatório referente à Concorrência nº 001/2022, processo nº 04410007.000392/2022-44, para Contratação de empresa especializada para Construção da 3ª e 4ª Etapas de uma edificação para funcionamento da Faculdade de Ciências Exatas e Naturais - FANAT, incluindo execução de projeto elétrico, SPDA e projetos complementares, conforme condições e especificações contidas no Projeto Básico, Anexo I do Edital.
 2. ADJUDICAR o objeto do certame à empresa MVP ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, cadastrada sob com o CNPJ nº 19.503.944/0001-00, pelo valor total de R\$ 2.423.346,51 (dois milhões, quatrocentos e vinte e três mil, trezentos e quarenta e seis reais e cinquenta e um centavos).
 3. DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para a contratação da referida empresa.
- REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

Mossoró, 29 de agosto de 2022.

PROFESSORA DOUTORA CÍCILIA RAQUEL MAIA LEITE
PRESIDENTE DA FUERN

Termo de Dispensa de Licitação Nº 28/2022

Processo Número: 04410022.001134/2022-97

Assunto: Dispensa de Licitação nº 28/2022 - Aquisição de eletrodomésticos

Interessado: RICARDO LUIZ SOARES GUIMARAES
67314120404 (CNPJ 29.900.665/0001-33)

Valor: R\$ 1.080,00 (um mil e oitenta reais)

Ratificamos o Despacho emitido pela Diretoria de Licitações e Contratos (15685786), bem como o Parecer exarado pela Assessoria Jurídica desta Instituição de Ensino Superior (16141340), e neles alicerçamo-nos para AUTORIZAR o processamento da despesa, independente da realização de licitação pública, com arrimo no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, atualizado pelo Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018, e no art. 10, inciso VI, alínea b, item 3 da Resolução nº 28/2020-TCE/RN, na medida em que se faz presente a hipótese de dispensa de licitação. Como o presente procedimento administrativo versa sobre aquisição(ões)/contratação(ões) de reduzido valor (nesse caso, a aquisição de eletrodomésticos), junto à RICARDO LUIZ SOARES GUIMARAES 67314120404 (CNPJ 29.900.665/0001-33), afastamos também a necessidade

de publicação do presente despacho no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte (DOE/RN), a qual, se realizada, poderia redundar em despesa(s) superior(es) à(s) que se pretende(m) contratar, fazendo-o alicerçado no teor do Acórdão nº 1.336/2006 – TCU/Plenário c/c a Orientação Normativa da AGU nº 34/20115, bem como em observância ao princípio da economicidade. Todavia, determinamos a publicação do presente termo no Jornal Oficial da Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – Jouern. Adote-se providências cabíveis quanto ao anexo XXXVIII do SIAI. Por fim, encaminhem-se os autos ao Departamento de Contabilidade/Proplan, ficando este, desde logo, autorizado a expedir a Nota de Empenho respectiva.

Mossoró, 30 de agosto de 2022.

PROFESSORA DOUTORA CÍCILIA RAQUEL MAIA LEITE
PRESIDENTE DA FUERN

UERN

PROEG

Termo de Homologação

PROJETO DE CRIAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM - BACHARELADO - PRESENCIAL - CAMPUS AVANÇADO DE PAU DOS FERROS

A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e com base na Resolução UERN/CONSEPE Nº 026/2017 – CONSEPE, HOMOLOGA o Projeto de Criação do Curso de Graduação em Enfermagem, Grau Acadêmico Bacharelado, Modalidade Presencial, vinculado ao Campus Avançado de Pau dos Ferros, aprovado pela Resolução Nº 68/2022 – Consepe (Resolução Nº 153 – SEI – ID. 16090290), de 24 de agosto de 2022, para efeito de implementação institucional.

Mossoró/RN, 25 de agosto de 2022.

PROGEP

Edital Nº 005/2022–PROGEP/ UERN-CONVOCAÇÃO-011

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS(AS) APROVADOS(AS) NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR

A Presidente da Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – FUERN, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, CONSIDERANDO a Dotação Orçamentária para 2022 nos autos do processo SEI nº 04410027.000866/2022-10; CONSIDERANDO os arts. 2º e 6º da Lei nº 9.939/2015 que dispõe sobre a contratação de pessoal, por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito da UERN; CONSIDERANDO a necessidade de continuidade do serviço público; CONSIDERANDO o princípio do interesse público e os demais princípios que regem a Administração Pública; CONSIDERANDO o Parecer nº 736/2022 (14471431) da Assessoria Jurídica da UERN no Processo SEI nº 04410027.001382/2022-98, no qual opina positivamente sobre a possibilidade de expedição de edital de contratação temporária de servidores (professores temporários)

no âmbito UERN por meio do Edital nº 005/2022–PROGEP/ UERN; CONSIDERANDO a vigência do Edital nº 005/2022–PROGEP/ UERN, a publicação do Resultado Final no dia 28/06/2022 e os termos dos itens 1.3, 1.4 e 1.4.1 sobre os candidatos na suplência; CONSIDERANDO as necessidades apontadas e a solicitação do Departamento de Matemática e Estatística do Campus de Mossoró no Memorando nº 109 (15130171) no Processo SEI nº 04410187.000161/2022-60; CONSIDERANDO a autorização da PROGEP para o Departamento de Matemática e Estatística do Campus de Mossoró no Despacho nº 15868885 no Processo SEI nº 04410187.000161/2022-60 para contratação de 01 professor temporário de 20h; CONSIDERANDO que o candidato convocado anteriormente, DIEGO SALES DA COSTA, solicitou a reclassificação para o final da fila dos aprovados; que a candidata convocada na anteriormente, MILENA CAROLINA DOS SANTOS MANGUEIRA, não entregou a documentação dentro do prazo solicitado; que o candidato convocado na sequência, JOÃO JOAQUIM DOS SANTOS NETOS, também solicitou a reclassificação para o final da fila dos aprovados; CONSIDERANDO que todos os trâmites da seleção simplificada regida pelo Edital nº 005/2022–PROGEP/ UERN podem ser conferidos na página de Seleções da UERN disponível em <https://www.uern.br/default.asp?item=uern-selecoes>; CONSIDERANDO a previsão do art. 15, alínea f, do Estatuto da FUERN, que dispõe: “Art. 15 – Compete à Presidência privativamente: f) praticar quaisquer atos que vinculem a Fundação, direta ou indiretamente, em relação a terceiros”;

RESOLVE:

Tornar pública a CONVOCAÇÃO dos candidatos aprovados no Processo de Seleção Simplificada, para contratação por tempo determinado, de Professor(a) Temporário(a) para atender demandas do semestre letivo 2022.1.

1 – DA CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO

- 1.1 O(a) candidato(a) aprovado(a) ou classificado(a) será convocado(a) pela PROGEP através da publicação do presente Edital e é de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a divulgação de todos os atos, editais, avisos, comunicados e outras informações pertinentes a este processo seletivo, os quais serão publicados exclusivamente nos canais oficiais, a saber: DOE, JOUERN e/ou Portal da UERN.
- 1.2 É de total responsabilidade do(a) candidato(a) a observância da convocação a ser realizada pelos meios de divulgação oficiais, como Portal da UERN.
- 1.3 Os(as) candidatos(as) aprovados(as) serão contratados(as) de acordo com os requisitos da área conforme Edital nº 005/2022–PROGEP/ UERN, respeitando-se a legislação vigente e o interesse da administração pública.
- 1.4 Os candidatos que, no momento da contratação, não atenderem aos requisitos do cargo (item 1 do Edital nº 005/2022–PROGEP/ UERN) terão suas contratações indeferidas.

2 – DOS PRAZOS E DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS

- 2.1 O(a) candidato(a) aprovado(a) abaixo listado deverá enviar (de e-mail próprio) documentação em anexo único, no formato PDF, seguindo a ordem do anexo I, para e-mail: selecao.progеп@uern.br, até as 23h59 do dia 05/09/2022.
- 2.2 O(a) candidato que não enviar toda a documentação no prazo do item 2.1 ou que no mesmo prazo não pedir formalmente para ser conduzido ao final de fila dos classificados até o momento da assinatura do contrato, conforme o item 9.11 do Edital nº 005/2022–PROGEP/ UERN, será desclassificado do processo seletivo simplificado.
- 2.3 Após envio por e-mail, o Setor de Legislação e Encargos Sociais entrará em contato com o candidato (pelo e-mail utilizado para o envio da documentação por parte do convocado) para assinatura do contrato e apresentação dos documentos originais até o dia 08/09/2022, elencados no anexo I.
- 2.4 Por ocasião da assinatura do contrato, o contratado deverá entrar em contato, por e-mail, com o Departamento de lotação para exercício imediato.
- 2.5 Endereço para apresentação dos documentos origi-

Anderson Emanoel da Silva	127	23,65%
Daniilo Ezequiel de Oliveira Queiroz	89	16,57%
Laura Lany dos Santos	77	14,34%
Thiago Fernando de Queiroz	34	6,33%
Ana Vitoria de Souza Nascimento	25	4,66%
Rinaldi Negrette Henrique Rodrigues	19	3,54%

§ 1º O número absoluto refere-se ao número de votos obtidos.

§ 2º O número relativo refere-se ao percentual sobre o número de votos válidos na categoria.

II – DO ANEXO AO PRESENTE EDITAL

Art. 2º Constitui anexo do presente Edital o Relatório Sintético gerado pela Plataforma Íntegra com detalhamento do resultado final do processo eleitoral.

III – DO PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO

Art. 3º Conforme o Calendário das Eleições, especificado no Edital Nº 008/2022 – SC, fica estabelecido o dia de 26 de agosto de 2022 para impugnação do resultado das eleições.

Art. 4º Os requerimentos com solicitação de impugnação devem ser dirigidos à Secretaria dos Conselhos Superiores, no horário das 08h00min às 17h00min, por meio do correio eletrônico da Secretaria dos Conselhos Superiores (sc@uern.br).

Art. 5º Este edital entrará em vigor na data de sua publicação no Jouern.

Mossoró-RN, 24 de agosto de 2022.
Myrths Flávia Vidal da Costa Wanderley
Secretária dos Conselhos Superiores

[Link resultado Docentes](#)
[Link resultado Técnicos](#)
[Link resultado Discentes](#)

Resolução N.º 66/2022 - CONSEPE

CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CONSEPE

Alteração da redação do art. 1º, inciso II, da Resolução n.º 63/2022-Conspepe.

O VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CONSEPE, DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e conforme deliberação do Colegiado em sessão realizada em 10 de agosto de 2022, CONSIDERANDO a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, própria das universidades, definida no artigo 207 da Constituição e no artigo 141 da Constituição do Estado do Rio Grande do Norte;

CONSIDERANDO a proposta encaminhada ao Conspepe pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – Proeg, por meio do Processo Administrativo nº 04410023.004821/2022-54 - SEI,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 1º, inciso II, da Resolução n.º 63/2022-Conspepe, de 10 de agosto de 2022, passa a vigor com a seguinte alteração, acrescentando-se ainda ao referido art. 1º o seguinte parágrafo único:

“Art.
1º.....
I.....
.....;

II - Para definição dos futuros desligamentos de discentes por decurso de prazo máximo previsto em PPC de curso, não devem ser computados os períodos de 2020.1 a 2021.2, ainda que o aluno tenha executado atividades acadêmicas de qualquer natureza em tal período.” (NR)

Parágrafo Único. Para fins exclusivos de cumprimento do disposto no art. 1º, inciso II, desta resolução, autoriza-se a reversão da condição do discente “possível desligado” para discente em “trancamento especial” quanto ao semestre 2021.1.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Sala das Sessões dos Colegiados, Mossoró-RN, em 24 de agosto de 2022.

Professor Doutor Francisco Dantas de Medeiros Neto

Vice-presidente

Conselheiros:

Profa. Fernanda Abreu de Oliveira

Prof. Esdra Marchezan Sales

Prof. José Mairton Figueiredo de França

Profa. Joana D'arc Lacerda Alves Felipe

Profa. Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson

Prof. Marcos Paulo de Azevedo

Profa. Ivana Alice Teixeira Fonseca

Prof. José Egberto Mesquita Pinto Júnior

Profa. Veruska Sayonara de Góis

Profa. Ana Cláudia de Oliveira

Profa. Jovelina Silva Santos

Prof. Franklin Roberto da Costa

Prof. Galileu Galilei Medeiros de Souza

TNS. Ravi Dias de Almeida Oliveira

TNS. Fábio Bentes Tavares de Melo

Resolução N.º 67/2022 - CONSEPE

Aprova o Relatório Institucional Consolidado do Programa de Educação Tutorial (PET/Uern), referente ao ano letivo 2021.

O VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CONSEPE, DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e conforme deliberação do Colegiado em sessão realizada em 24 de agosto de 2022, CONSIDERANDO o teor do “OFÍCIO-CIRCULAR Nº 21/2021/CGRED/DIPPESESU/SESU-MEC, Brasília, 10 de dezembro de 2021”, o qual apresentou como assunto: “PET. Calendário Anual de Atividades 2021 e 2022. Calendário Anual de Homologação de Bolsas 2022”, e fixou o prazo de aprovação do presente relatório pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe), para o dia 30/04/2022, tendo sido este prazo prorrogado para 30/06/2022, pela Resolução nº 26, de 28 de dezembro de 2021;

CONSIDERANDO o Relatório Institucional Consolidado do ano de 2021, apresentado pelos Grupos do Programa de Educação Tutorial da Uern, por meio do Setor de Programas Formativos (SPF/PROEG);

CONSIDERANDO o Memorando nº 344/2022-PROEG, de 30 de junho de 2022;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo Nº 04410023.003787/2022-09 - SEI,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Relatório Institucional Consolidado do Programa de Educação Tutorial (PET/Uern), referente ao ano letivo 2021.

Art. 2º Autorizar o envio Relatório Institucional Consolidado do Programa de Educação Tutorial (PET/Uern), referente ao ano letivo 2021, à Secretaria de Educação Superior - Sesu/MEC.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões dos Colegiados, Mossoró-RN, em 24 de agosto de 2022.

Professor Doutor Francisco Dantas de Medeiros Neto

Vice-presidente

Conselheiros:

Profa. Fernanda Abreu de Oliveira

Prof. Esdra Marchezan Sales

Prof. José Mairton Figueiredo de França

Profa. Joana D'arc Lacerda Alves Felipe

Profa. Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson

Prof. Jean Mac Cole Tavares Santos

Prof. Marcos Paulo de Azevedo

Profa. Ivana Alice Teixeira Fonseca

Prof. José Egberto Mesquita Pinto Júnior

Profa. Veruska Sayonara de Góis

Profa. Ana Cláudia de Oliveira

Profa. Jovelina Silva Santos

Prof. Franklin Roberto da Costa

Prof. Galileu Galilei Medeiros de Souza

TNS. Ravi Dias de Almeida Oliveira

TNS. Fábio Bentes Tavares de Melo

LINK: [Relatório PET](#)

Resolução N.º 68/2022 - CONSEPE

Cria o curso de graduação em Enfermagem, do Campus Avançado de Pau dos Ferros, grau acadêmico Bacharelado, modalidade Presencial; e determina que não sejam ofertadas vagas iniciais para o Curso de Graduação em Enfermagem (grau acadêmico Bacharelado e Licenciatura) - Código e-MEC 72429, a partir do ano letivo 2023.

O VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CONSEPE, DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e conforme deliberação do Colegiado em sessão realizada em 24 de agosto de 2022, CONSIDERANDO o disposto no inciso II, do art. 15º, do Estatuto da Uern, de 10 de setembro de 2019, que atribui competência ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CES Nº 3, de 7 de novembro de 2001, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Enfermagem;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CES Nº 04, de 06 de abril de 2009, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 03 a 06, do Regulamento dos Cursos de Graduação da Uern, aprovado através da Resolução Uern/Consepe Nº 26/2017;

CONSIDERANDO a Resolução Uern/Consepe nº 25/2017 - Consepe, que regulamenta a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação, no âmbito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – Uern;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo Nº 04410023.002496/2022-95 - SEI,

RESOLVE:

Art. 1º Criar o curso de graduação em Enfermagem, grau acadêmico Bacharelado, vinculado ao Departamento de Enfermagem – DEN, do Campus Avançado de Pau dos Ferros – CAPF.

Art. 2º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Enfermagem, Grau Acadêmico Bacharelado, modalidade Presencial, nos moldes do anexo desta resolução.

§ 2º. O tempo médio para integralização curricular do curso de Enfermagem, grau acadêmico Bacharelado, modalidade Presencial, será de 10 semestres letivos.

§ 3º. No que pertine à oferta de vagas, o curso de graduação em Enfermagem, grau acadêmico Bacharelado, turno integral, dispõe 26 (vinte e seis) vagas iniciais, a partir do semestre letivo 2023.1.

Art. 3º Determinar que não sejam ofertadas vagas iniciais para o curso de graduação em Enfermagem (grau acadêmico Bacharelado e Licenciatura) – Código e-MEC 72429, vinculado ao Departamento de Enfermagem - DEN, do Campus Avançado de Pau dos Ferros da Uern, a partir do ano letivo 2023.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões dos Colegiados, Mossoró-RN, em 24 de agosto de 2022.

Professor Doutor Francisco Dantas de Medeiros Neto

Vice-presidente

Conselheiros:

Profa. Fernanda Abreu de Oliveira

Prof. Esdra Marchezan Sales
Prof. José Mairton Figueiredo de França
Prof.ª Joana D'arc Lacerda Alves Felipe
Prof.ª Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson
Prof. Jean Mac Cole Tavares Santos
Prof. Gutemberg Henrique Dias
Prof. Marcos Paulo de Azevedo
Prof.ª Ivana Alice Teixeira Fonseca
Prof. José Egberto Mesquita Pinto Júnior
Prof.ª Veruska Sayonara de Góis
Prof.ª Ana Cláudia de Oliveira
Prof.ª Jovelina Silva Santos
Prof. Franklin Roberto da Costa
Prof. Galileu Galilei Medeiros de Souza
Prof.ª Ana Lúcia Dantas
TNS. Ravi Dias de Almeida Oliveira
TNS. Fábio Bentes Tavares de Melo

Projeto de criação do curso de Enfermagem/CAPF

PROEG

Errata ao Edital Nº 081/2022–PROEG/PROGEP

(Aditivo ao Edital 071/2022-PROEG/PROGEP)

TRATA OS PRAZOS E PROCEDIMENTOS PARA CADASTRO DE OFERTAS DE COMPONENTES CURRICULARES REGULARES E ESPECIAIS, E PREENCHIMENTO DO PLANO INDIVIDUAL DE TRABALHO (PIT) DO SEMESTRE LETIVO 2022.2 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG) e a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), no uso de suas atribuições, tornam pública a alteração do cronograma de datas presente no anexo único no Edital nº 071/2022–PROGEP/UERN que trata do preenchimento do Plano Individual de Trabalho (PIT) para o semestre letivo 2022.2. DAS RETIFICAÇÕES

I - Retifica o cronograma de datas presente no anexo único do Edital nº 071/2022–PROGEP/UERN:

Onde se lê:

DATA/PERÍODO	DESCRIÇÃO
24/08/2022 a 26/08/2022	Período destinado ao preenchimento, pelos docentes EFETIVOS e CONTRATADOS na Plataforma Integra, do Plano Individual de Trabalho (PIT) referente ao semestre letivo 2022.2.
29/08/2022 e 30/08/2022	Período destinado à conferência, pela Chefia do Departamento Acadêmico, para inclusões e/ou ajustes nos PIT dos Docentes.
24/08/2022 a 30/08/2022	Período destinado ao envio, pela Chefia do Departamento à PROGEP, via SEI RN, do Relatório Analítico e da Solicitação de Contratos de Docente para 2022.2 para substituição de docentes efetivos nos termos da Lei estadual nº 9.939/2015.
05/09/2022 a 20/09/2022	Período de análise da distribuição da carga horária pela Comissão de Distribuição de Carga Horária Docente - CDCD.
05/09/2022 a 16/09/2022	Período de ajustes e/ou novo(s) cadastro(s) do(s) Componente(s) Curricular(es) Regular(es) e Especial(is) (nas formas de Acompanhamento Individual e Turma especial), pelas secretarias das Unidades Universitárias/Departamentos Acadêmicos, para o semestre letivo 2022.2.
16/09/2022	Prazo final para recebimento de requerimento para inclusão de novo(s) aluno(s) com pedido(s) julgado(s) favorável(is), pelo Departamento Acadêmico, aos processos de oferta de Componente(s) Curricular(es) em caráter especial nas formas de Acompanhamento Individual ou Turma Especial para o semestre letivo 2022.2.

23/09/2022

Último dia de cadastro no SAE, pelas Secretarias das Unidades Acadêmicas/Departamentos Acadêmicos, do(s) novo(s) aluno(s) incluso(s) no processo que teve (tiveram) o(s) pedido(s) julgado(s) favorável(is) pelo Departamento Acadêmico, para oferta de Componente(s) Curricular(es) em caráter especial na forma de Acompanhamento Individual ou Turma Especial para o semestre letivo 2022.2.

29/09/2022

Prazo final para publicação de edital, pelas Unidades Universitárias, da oferta de Componente(s) Curricular(es) Regular(es) e Componente(s) Curricular(es) Especial(is) (nas formas de Acompanhamento Individual ou Turma Especial), com seus respectivos horários de aulas, para o semestre letivo 2022.2.

Leia-se:

DATA/PERÍODO	DESCRIÇÃO
30/08/2022 a 01/09/2022	Período destinado ao preenchimento, pelos docentes EFETIVOS e CONTRATADOS na Plataforma Integra, do Plano Individual de Trabalho (PIT) referente ao semestre letivo 2022.2.
02/09/2022 e 05/09/2022	Período destinado à conferência, pela Chefia do Departamento Acadêmico, para inclusões e/ou ajustes nos PIT dos Docentes.
30/08/2022 a 05/09/2022	Período destinado ao envio, pela Chefia do Departamento à PROGEP, via SEI RN, do Relatório Analítico e da Solicitação de Contratos de Docente para 2022.2 para substituição de docentes efetivos nos termos da Lei estadual nº 9.939/2015.
12/09/2022 a 23/09/2022	Período de análise da distribuição da carga horária pela Comissão de Distribuição de Carga Horária Docente - CDCD.
19/09/2022 a 29/09/2022	Período de ajustes e/ou novo(s) cadastro(s) do(s) Componente(s) Curricular(es) Regular(es) e Especial(is) (nas formas de Acompanhamento Individual e Turma especial), pelas secretarias das Unidades Universitárias/Departamentos Acadêmicos, para o semestre letivo 2022.2.
23/09/2022	Prazo final para recebimento de requerimento para inclusão de novo(s) aluno(s) com pedido(s) julgado(s) favorável(is), pelo Departamento Acadêmico, aos processos de oferta de Componente(s) Curricular(es) em caráter especial nas formas de Acompanhamento Individual ou Turma Especial para o semestre letivo 2022.2.
29/09/2022	Último dia de cadastro no SAE, pelas Secretarias das Unidades Acadêmicas/Departamentos Acadêmicos, do(s) novo(s) aluno(s) incluso(s) no processo que teve (tiveram) o(s) pedido(s) julgado(s) favorável(is) pelo Departamento Acadêmico, para oferta de Componente(s) Curricular(es) em caráter especial na forma de Acompanhamento Individual ou Turma Especial para o semestre letivo 2022.2.
04/10/2022	Prazo final para publicação de edital, pelas Unidades Universitárias, da oferta de Componente(s) Curricular(es) Regular(es) e Componente(s) Curricular(es) Especial(is) (nas formas de Acompanhamento Individual ou Turma Especial), com seus respectivos horários de aulas, para o semestre letivo 2022.2.

II - Este aditivo passa a fazer parte do Edital nº 071/2022–PROGEP/UERN, mantendo-se neste todas as disposições não alteradas.

III - O presente aditivo entra em vigor na data de sua publicação.

Mossoró, 24 de agosto de 2022.

Prof.ª Ma. Fernanda Abreu de Oliveira Prof.ª Dra. Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson
Pró-reitora de Ensino de Graduação Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

PROGEP

Despacho

Processo nº 04410051.000880/2022-16
Interessado: ALEXANDRE MORAIS DA SILVEIRA

Considerando o Requerimento (Id. 15754473) apresentado pelo servidor Alexandre Morais da Silveira, matrícula 03265-4, que solicita a concessão do auxílio saúde; Considerando os termos da Lei Complementar 608/2017 que institui, no âmbito da Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FUERN), o auxílio-saúde e dá outras providências; Considerando os termos da Resolução nº 039/2022 – CD/FUERN, que estabelece os requisitos necessários para a percepção do auxílio saúde; Considerando o Parecer Jurídico nº 1284/2022/UERN - AJUR (Id. 15778996) que recomenda a concessão do auxílio. Considerando o Relatório de Conformidade nº 726/2022/UERN - UCI (Id. 15825194) que recomenda a juntada de declaração de que não recebe auxílio semelhante ao pleiteado, bem como não possui outro programa de assistência à saúde custeado integral ou parcialmente pelos cofres públicos devidamente assinada pelo servidor. Cumprida a diligência, conforme Declaração (Id. 16010749). Defiro o requerimento com efeitos retroativos a data de solicitação. Após publicação, encaminhe-se à Diretoria de Pessoal para as providências cabíveis. Mossoró, 23/08/2022

Prof. Dr. Wogelsanger de Oliveira Pereira
Pró-reitor Adjunto de Gestão de Pessoas
Portaria nº 1386/2021 - GP/FUERN
PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS – PRAE

UNIDADES ACADÊMICAS

Edital Nº 122/2022 – DEAD/FUERN

DIVULGA VAGAS REMANESCENTES DO PROCESSO SELETIVO ESPECIAL EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (PSEAD), PARA INGRESSO NO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS LÍNGUA PORTUGUESA, NA MODALIDADE A DISTÂNCIA, REGIDO PELO EDITAL Nº54/2022- DEAD/FUERN.

A Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - FUERN, por meio da Diretoria de Educação a Distância - DEaD, torna pública a convocação para matrícula das vagas remanescentes do Processo Seletivo Especial em Educação a Distância (PSEaD), para ingresso no curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa, na modalidade a distância, financiados pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB/CAPEs).

1 DA CONVOCAÇÃO

1.1 Consta no anexo I a relação de candidatos convocados para as vagas remanescentes do curso de Licenciatura em Letras – Língua portuguesa, na modalidade a distância.

2 DA MATRÍCULA

2.1 Os candidatos constantes no anexo I estão convocados para realizar a matrícula e deverão realizar o envio de seus documentos para Matrícula Institucional de 24/08/2022 a 31/08/2022.

2.2 Os documentos necessários para a Matrícula Institucional encontram-se discriminados no anexo II.

2.3 Os documentos deverão ser digitalizados e enviados por meio de formulário eletrônico disponível em <https://dead.uern.br/matricula> no período estipulado no item 2.1.

2.4 Os documentos exigidos para a efetivação da Matrícula

ações, dentre outros, que tenham por finalidade socializar o conhecimento e estreitar a relação da Universidade com a sociedade, promovendo a troca de saberes por meio de experiências práticas.

§ 1º A realização de eventos na Uern deve respeitar a legislação institucional vigente, que dispõe sobre a regulamentação do uso de espaços da Uern para a realização de atividades festivas, de lazer, culturais e eventos de grande porte.

§ 2º Os eventos protocolares e as cerimônias de abertura que possuam autoridades devem seguir o Decreto Presidencial nº 70.274, de 9 de março de 1972, que regulamenta a ordem geral de precedência entre as autoridades.

§ 3º Os procedimentos para as cerimônias de Colação de Grau da Uern são regulamentados por meio de resolução específica.

CAPÍTULO IX DO PORTAL, SITES E REDES SOCIAIS DA UERN

Art. 23. Para interação com seus públicos interno e externo e visibilidade de ações e dados institucionais, a Agecom manterá o portal uern.br, sites e redes sociais oficiais.

Art. 24. A criação de novos sites da Uern ocorrerá mediante autorização da Agência de Comunicação e Diretoria de Informatização (Dinf) da Uern.

Art. 25. O conteúdo e a atualização dos demais sites institucionais são de responsabilidade da direção das respectivas estruturas executivas da Uern, que devem seguir esta Política de Comunicação e as normas estabelecidas pela Agecom e Dinf.

§ 1º Os sites da Uern devem, obrigatoriamente, conter as seguintes informações atualizadas: equipe, departamentos, contatos, serviços, documentos oficiais e canais de comunicação com os públicos, sendo que especificamente nas unidades acadêmicas também é obrigatório constar informações sobre ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa, extensão e inovação.

§ 2º Caso os sites não cumpram os requisitos desta política e demais normativas estabelecidas pela Agecom e Dinf, serão suspensos e/ou retirados do ar.

Art. 26. A criação de perfis e páginas institucionais em redes sociais deve seguir os objetivos institucionais da Uern e ser comunicada à Agecom para cadastro e monitoramento, como forma de evitar o crescimento não planejado e desordenado de espaços institucionais que possam gerar danos à imagem e crises.

§ 1º Todos os perfis e páginas em redes sociais que utilizem o nome/marca Uern devem ter planejamento, contendo objetivos, plano de conteúdo, formas de interação e monitoramento e definição de um responsável pela gestão do canal.

§ 2º Os servidores docentes e técnico-administrativos que identificarem o vínculo com a Uern em seus perfis pessoais devem observar o Decreto nº 1.171/1994 – Código de Ética Profissional dos Servidores Públicos.

Art. 27. O uso do e-mail institucional, nomeesobrenome@uern.br, é obrigatório.

CAPÍTULO X DOS MURAI INSTITUCIONAIS

Art. 28. Para divulgação de campanhas, eventos, estágios, editais, dentre outros assuntos de interesse da comunidade universitária, a Uern disponibiliza murais institucionais, em formato impresso ou digital.

Art. 29. Quanto ao conteúdo dos murais institucionais:

Não será permitido conteúdo calunioso, difamatório, racista, homofóbico, sexista, de incitação à violência ou a qualquer ilegalidade, ou que desrespeite a privacidade alheia;

Não serão permitidos assuntos que façam apologia religiosa, militar, partidária e de promoção pessoal.

Art. 30. Em ambientes internos, a responsabilidade por disponibilizar, gerir e manter murais é da direção do organismo executivo da Universidade, no qual este afixado o mural.

Art. 31. Em ambientes externos, a responsabilidade por disponibilizar, gerir e manter murais é da Dinf e Agecom.

CAPÍTULO XI DO PLANEJAMENTO E DOS PLANOS DE COMUNICAÇÃO

Art. 32. O planejamento estratégico de comunicação da Uern deverá ser desenvolvido, anualmente, pela Agência

de Comunicação.

Art. 33. Os planos de comunicação das unidades acadêmicas ou órgãos executivos da Uern devem ser elaborados a partir dos princípios e objetivos desta Política, das orientações e do planejamento de comunicação da Uern.

Art. 34. Projetos de ensino, pesquisa, extensão, cultura e inovação deverão, sempre que possível, destinar recursos humanos, materiais e financeiros para elaboração e difusão de produtos e serviços de comunicação, com vistas a divulgar os resultados alcançados pelos mesmos, democratizar o conhecimento produzido na Universidade e ampliar o diálogo com a sociedade.

CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35. Os casos omissos serão submetidos à apreciação do Conselho de Comunicação da Uern.

Art. 36. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões dos Colegiados, Mossoró-RN, em 10 de maio de 2022.

Professora doutora Cíclia Raquel Maia Leite
Presidente.

Conselheiros:

Prof. Francisco Dantas de Medeiros Neto	Prof. José Ronaldo Pereira da Silva
Denilson Santana de Araújo	TNS. Irani Lopes da Silveira
Dyjjardan José Gomes de Carvalho	

Resolução Nº 37/2022 - CD

Aprova a proposta orçamentária e financeira para a implantação do Curso de Graduação em Enfermagem, modalidade Presencial, Grau Acadêmico Bacharelado, no Campus Avançado de Pau dos Ferros.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – CD/FUERN, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e conforme deliberação do Colegiado em sessão realizada em 10 de maio de 2022,

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 03 a 06 do Regulamento dos Cursos de Graduação da Uern, aprovado através da Resolução Uern/Consepe Nº 26/2017;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo Nº 04410086.001498/2021-41 - SEI,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a proposta orçamentária e financeira para a implantação do Curso de Graduação em Enfermagem, modalidade Presencial, Grau Acadêmico Bacharelado, no Campus Avançado de Pau dos Ferros.

Parágrafo único. O Curso de Graduação em Enfermagem, modalidade Presencial, Grau Acadêmico Bacharelado, ofertará 26 (vinte e seis) vagas iniciais, turno integral, a partir do semestre letivo 2023.1

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões dos Colegiados, Mossoró-RN, em 10 de maio de 2022.

Professora doutora Cíclia Raquel Maia Leite
Presidente.

Conselheiros:

Prof. Francisco Dantas de Medeiros Neto	Prof. José Ronaldo Pereira da Silva
Denilson Santana de Araújo	TNS. Irani Lopes da Silveira
Dyjjardan José Gomes de Carvalho	



Resolução Nº 38/2022 - CD

Aprova nome do representante dos segmentos sociais da comunidade.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – CD/FUERN, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e conforme deliberação do Colegiado em sessão realizada em 10 de maio de 2022

CONSIDERANDO a renúncia de mandato do conselheiro suplente lata Anderson Fernandes, representante da Loja Maçônica Liberdade 33;
CONSIDERANDO o Estatuto da Fuern;
CONSIDERANDO o Regimento Interno do Conselho Diretor;
CONSIDERANDO o Processo Administrativo Nº 04410271.000037/2022-45 – SEI,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o nome da senhora Carolina Rosado de Sousa Costa Luciano (representando a Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Mossoró-RN), como suplente, para compor o Conselho Diretor – CD, da Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – Fuern.

Art. 2º O prazo do mandato é de 2 (dois) anos, permitida a recondução para mais um período.

Parágrafo Único. O prazo do mandato será contado a partir da posse no Conselho Diretor, logo após o ato de nomeação do novo membro, pelo Governo do Estado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões dos Colegiados, Mossoró-RN, em 10 de maio de 2022.

Professora doutora Cíclia Raquel Maia Leite
Presidente.

Conselheiros:

Prof. Francisco Dantas de Medeiros Neto	Prof. José Ronaldo Pereira da Silva
Denilson Santana de Araújo	TNS. Irani Lopes da Silveira
Dyjjardan José Gomes de Carvalho	Disc. Ariell Rodrigues de Araújo Freitas

Edital Nº 06/2022 - SC

A Secretaria dos Conselhos Superiores, com fulcro na Resolução nº 016/2018 – CD/Fuern, de 15 de outubro de 2018, e no edital nº 001/2022 – SC, de 1º de abril de 2022, divulga o resultado das eleições do dia 10 de maio de 2022, do Conselho Diretor – CD/Fuern, na categoria Discente para os cargos titular e suplente.

I – DO RESULTADO

Art. 1º As eleições do Conselho Diretor – CD/Fuern, na categoria Discente, para os cargos titular e suplente, obtiveram com a totalização dos votos apurados pela Plataforma Íntegra, aplicadas as normas definidas na Resolução nº 016/2018 – CD/Fuern, o seguinte resultado por categoria.

Categoria Discente (Titular)

CANDIDATO	Nº ABSOLUTO	Nº RELATIVO
Petrônio Oliveira de Andrade	88	100%

Categoria Discente (Suplente)

CANDIDATO	Nº ABSOLUTO	Nº RELATIVO
Não houve inscrição	-	-

§ 1º O número absoluto refere-se ao número de votos obtidos.

§ 2º O número relativo refere-se ao percentual sobre o número de votos válidos na categoria.

II – DO ANEXO AO PRESENTE EDITAL

Art. 2º Constitui anexo do presente Edital o Relatório

DEPARTAMENTO DE
ENFERMAGEM
CAMPUS PAU DOS FERROS



PROJETO DE CRIAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO BACHARELADO EM ENFERMAGEM PRESENCIAL

Versão 3: PPC (03/09/2021)

Pau dos Ferros – RN

2021

Reitora

Cicília Raquel Maia Leite

Vice-Reitor

Francisco Dantas de Medeiros Neto

Chefe de Gabinete

Lauro Gurgel de Brito

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG)

Mayra Rodrigues Fernandes Ribeiro

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEG)

Ellany Gurgel Cosme do Nascimento

Pró-Reitoria de Extensão (PROEX)

Esdras Marchezan Sales

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP)

Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso

Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE)

Erison Natécio da Costa

Pró-Reitoria de Administração (PROAD)

Simone Gurgel de Brito

Pró-Reitoria de Planejamento e Finanças (PROPLAN)

Fátima Raquel Rosado de Moraes

CAMPUS AVANÇADO DE PAU DOS FERROS (CAPF)

Diretor

Agassiel de Medeiros Alves

DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM (DEN)

Chefe do Departamento

Graça Rocha Pessoa

Subchefe

Janieiry Lima de Araújo

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO DE CRIAÇÃO**Núcleo Docente Estruturante (NDE)**

Janieiry Lima de Araújo (Coordenadora)

Graça Rocha Pessoa (Vice-coordenadora)

Jaira Gonçalves Trigueiro

José Giovanni Nobre Gomes

Márcio Adriano Fernandes Barreto

Sara Taciana Firmino Bezerra

Portaria nº 01/2021 – DEN/CAPF/UERN (Anexo I)

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Demonstrativo do quantitativo de Pessoal Técnico-Administrativo lotados no CEN/CAPF/UERN. Semestre Letivo 2020.2.....	24
Quadro 02: Demonstrativo do quantitativo de Docentes Efetivos lotados no CEN/CAPF/UERN. Semestre Letivo 2020.2.	25
Quadro 03: Demonstrativo do quantitativo de Docentes Provisórios/Temporários lotados no CEN/CAPF/UERN. Semestre Letivo 2020.2.	26
Quadro 04: Demonstrativo do quantitativo de Técnicos-Administrativos em Capacitação, considerando Programa de Pós-graduação, Instituição de Nível Superior (IES), Grau Acadêmico. Semestre Letivo 2020.2.	26
Quadro 05: Demonstrativo do quantitativo de Docentes Efetivos em Capacitação, considerando Programa de Pós-graduação, Instituição de Nível Superior (IES), Grau Acadêmico. Semestre Letivo 2020.2.	27
Quadro 06: Demonstrativo dos Docentes Efetivos, considerando a área de formação e pretensão para capacitação docente. Semestre Letivo 2020.2.	30
Quadro 07: Demonstrativo dos Técnicos-Administrativos, considerando a titulação e pretensão para capacitação. Semestre Letivo 2020.2.	32
Quadro 08: Demonstrativo do Espaço Físico / CAPF/UERN (2021)	37
Quadro 09: Demonstrativo da infraestrutura, equipamentos e outros /CAPF/UERN (2021)	37
Quadro 10: Descrição da estrutura física das salas de aula do CEN/CAPF/UERN (2021)	38
Quadro 11: Descrição da estrutura física dos laboratórios do Curso de Enfermagem no CAPF/UERN (2021)	40
Quadro 12: Equipamentos, mobiliários e outros – Laboratório de Semiologia e Semiotécnica do CEN/CAPF/UERN (2021)	40
Quadro 13: Equipamentos, mobiliários e outros – Laboratório de Morfologia do CEN/CAPF/UERN (2021)	42
Quadro 14: Equipamentos, mobiliários e outros – Laboratório de Morfologia do CEN/CAPF/UERN (2021)	42
Quadro 15: Equipamentos, mobiliários e outros – Laboratório de Morfologia do CEN/CAPF/UERN (2021)	43

Quadro 16: Equipamentos, mobiliários e outros – Laboratório de Morfologia do CEN/CAPF/UERN (2021)	43
Quadro 17: Equipamentos, mobiliários e outros – Laboratório de Morfologia do CEN/CAPF/UERN (2021)	44
Quadro 18: Equipamentos, mobiliários e outros – Laboratório de Morfologia do CEN/CAPF/UERN (2021)	44
Quadro 19: Equipamentos, mobiliários e outros – Laboratório de Morfologia do CEN/CAPF/UERN (2021)	45
Quadro 20: Peças Anatômicas – Laboratório de Morfologia do CEN/CAPF/UERN (2021)	45
Quadro 21: Relação dos equipamentos da secretaria do CEN/CAPF/UERN	47
Quadro 22: Relação dos equipamentos da sala da coordenação.....	48
Quadro 23: Relação dos equipamentos da sala dos professores.....	48
Quadro 24: Materiais Diversos	48
Quadro 25: Processos de Trabalho de Enfermagem	85
Quadro 26: Resumo da carga horária total do curso (2021)	95
Quadro 27: Componentes Curriculares com seus respectivos códigos, carga horária e créditos, que compõem a Área Temática Bases Biológicas e Sociais do Trabalho da Enfermagem	96
Quadro 28: Componentes Curriculares com seus respectivos códigos, carga horária e créditos, que compõem a Área Temática Bases Teórico- Metodológicas do Trabalho da Enfermagem	97
Quadro 29: Componentes Curriculares com seus respectivos códigos, carga horária e créditos, que compõem a Área Temática Assistência de Enfermagem	98
Quadro 30: Componente Curricular com seu respectivo código, carga horária e créditos, que compõe a Área Temática Gestão e Gerenciamento em Enfermagem.....	98
Quadro 31: Componentes Curriculares com seus respectivos códigos, carga horária e créditos, que compõem a Área Temática Educação, Saúde e Enfermagem	99
Quadro 32: Componentes Curriculares com seus respectivos códigos, carga horária e créditos, que compõem a Área Temática Ensino/Trabalho	100
Quadro 33: Componentes Curriculares Obrigatórios, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios (ECSO)	100
Quadro 34: Componentes Curriculares Optativos	102

Quadro 35: Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios	103
Quadro 36: Componentes Curriculares que fundamentam a elaboração do TCC, modalidade Monografia	103
Quadro 37: Atividade I - Ensino	104
Quadro 38: Atividade II - Pesquisa	104
Quadro 39: Atividade III - Extensão.....	105
Quadro 40: Atividade IV- Produção Técnica e Científica.....	105
Quadro 41: Unidades Curriculares de Extensão (UCE) considerando carga horária e créditos a serem integralizados	106
Quadro 42: Equivalência dos Componentes da matriz curricular do Curso de Graduação Bacharelado em Enfermagem/Campus Pau dos Ferros (CAPF) com os Componentes da matriz curricular do Curso de Graduação Licenciatura e Bacharelado em Enfermagem/Campus Avançado de Pau dos Ferros (CAPF)	117
Quadro 43: Evolução do ENADE do CEN/CAPF/UERN (2013 a 2019)	194
Quadro 44: Avaliação do CEN/CAPF/UERN, segundo dimensões do INEP, por ocasião do ENADE 2015.	195
Quadro 45: Projetos de Pesquisa Institucionalizados (2020.1; 2020.2; 2021.1)	203
Quadro 46: Projetos de Pesquisa de Iniciação Científica (Edital PIBIC 2020-2021)	203
Quadro 47: Projetos de Extensão vigentes para 2021.1 e 2021.2 no CEN/CAPF/UERN.....	209
Quadro 48: Projetos de Monitoria ofertados pelo CEN/CAPF junto ao Programa Institucional de Monitoria (PIM) (Semestre Letivo 2018.1 a 2020.1)	226

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 01: Evolução da titulação dos docentes efetivos na UERN, 2010 a 2020*....	63
Ilustração 02: Quantidade de docentes efetivos por campus.....	63

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	13
2 PERFIL DO CURSO	14
2.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO	14
2.2 LOCAL DE FUNCIONAMENTO DO CURSO	14
2.3 DADOS SOBRE O CURSO	14
3 JUSTIFICATIVA DA PERTINÊNCIA E DA RELEVÂNCIA DO CURSO, NAS DIMENSÕES ACADÊMICA E SOCIAL.....	16
4 ADEQUAÇÃO DO CURSO AS DEMANDAS DO MUNDO DO TRABALHO E A ÁREAS DE TRADIÇÃO CIENTÍFICA	23
5 COMPROVAÇÃO DE VIABILIDADE DO CURSO	24
5.1 DEMONSTRATIVO DAS NECESSIDADES DE RECURSOS HUMANOS, ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS, PARA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO CURSO.....	24
5.1.1 Recursos Humanos Disponíveis	24
5.1.1.1 Quadro Técnico-Administrativo	24
5.1.1.2 Quadro Docente Efetivo Atual	25
5.1.1.3 Docentes Provisórios/Temporários	26
5.1.1.4 Técnicos-Administrativos em Capacitação.....	26
5.1.1.5 Docentes Efetivos em Capacitação	27
5.1.2 Recursos Humanos Necessários	28
5.1.2.1 Política de Capacitação Docente	29
5.2 INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL E NECESSÁRIA.....	33
5.2.1 Campus Avançado de Pau dos Ferros/UERN	33
5.2.2 Curso de Enfermagem (CAPF/UERN).....	38
5.3 COMPATIBILIDADE DOS OBJETIVOS DO CURSO COM AS FINALIDADES DA UERN, ESTABELECIDAS NO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) E NO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI).....	49
6 HISTÓRICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM DO CAMPUS AVANÇADO DE PAU DOS FERROS (UERN)	52
6.1 CRIAÇÃO DO CURSO.....	52
6.2 A UERN: CONTEXTUALIZANDO	59
6.3 O MUNICÍPIO DE PAU DOS FERROS	64
6.4 O CAMPUS AVANÇADO DE PAU DOS FERROS (CAPF).....	66
7 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO BACHARELADO EM ENFERMAGEM (CAPF/UERN)	70
7.1 OBJETIVOS DO CURSO	70

7.2 PERFIL DO PROFISSIONAL A SER FORMADO	70
7.3 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS.....	72
8 PRINCÍPIOS FORMATIVOS.....	73
8.1 INTERDISCIPLINARIDADE.....	73
8.2 ARTICULAÇÃO TEORIA-PRÁTICA	74
8.3 FLEXIBILIZAÇÃO	74
8.4 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	75
8.5 DEMOCRATIZAÇÃO	76
8.6 INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	77
8.7 TRABALHO COLABORATIVO E INTERPROFISSIONAL	78
9 MARCOS TEÓRICOS DO TRABALHO DE ENFERMAGEM.....	79
9.1 BASES REFERENCIAIS	79
9.2 BASES CONCEITUAIS.....	80
9.2.1 Sociedade.....	81
9.2.2 Processo de Trabalho	82
9.2.3 Trabalho Coletivo em Saúde / Produção dos Serviços de Saúde	82
9.2.4 Processo de Trabalho de Enfermagem.....	84
9.2.5 Processo Saúde/Doença.....	87
9.2.6 Educação.....	87
9.2.7 Políticas de Saúde.....	88
9.2.8 Gênero e Diversidade.....	89
9.2.9 Ciência de Enfermagem.....	90
10 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	92
10.1 DISCIPLINAS	95
10.1.1 Área temática – Bases Biológicas e Sociais do Trabalho da Enfermagem	95
10.1.2 Área temática - Bases Teórico- Metodológicas do Trabalho da Enfermagem.....	96
10.1.3 Área Temática - Assistência de Enfermagem	97
10.1.4 Área Temática – Gestão e Gerenciamento em Enfermagem.....	98
10.1.5 Área Temática – Educação, Saúde e Enfermagem.....	99
10.1.6 Área Temática – Articulação Ensino/Trabalho.....	99
10.1.7 Organização da matriz curricular de acordo com os componentes curriculares obrigatórios e optativos.....	100
10.2 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO (ECSO)	102
10.3 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	103
10.4 ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES (ACC).....	104
10.5 UNIDADES DE CURRICULARIZAÇÃO DE EXTENSÃO (UCE)	105

11 MATRIZ CURRICULAR	107
1º PERÍODO	107
2º PERÍODO	108
3º PERÍODO	109
4º PERÍODO	110
5º PERÍODO	111
6º PERÍODO	112
7º PERÍODO	113
8º PERÍODO	114
9º PERÍODO	115
10º PERÍODO	116
12 EQUIVALÊNCIA DOS COMPONENTES CURRICULARES	117
13 EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES	122
13.1 EMENTARIOS DOS COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS.....	122
13.2.1 1º Período	122
13.1.2 2º Período	128
13.1.3 3º Período	133
13.1.4 4º Período	137
13.1.5 5º Período	140
13.1.6 6º Período	143
13.1.7 7º Período	147
13.1.8 8º Período	151
13.1.9 9º Período	153
13.1.10 10º Período	154
13.2 EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS	156
13.3 EMENTÁRIO DAS UNIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO	169
14 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	182
15 POLÍTICAS DE GESTÃO, AVALIAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	187
15.1 POLITICA DE GESTÃO.....	187
15.1.1 Princípios norteadores da Política de Gestão	189
15.2 POLITICAS DE AVALIAÇÃO	190
15.2.1 Avaliação interna do curso	190
15.2.2 Avaliação externa do curso.....	193
15.3 POLITICA DE PESQUISA	195
15.3.1 Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).....	200
15.3.2 Projetos de Pesquisa Institucionalizados.....	202

15.3.3	Projetos de Pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC)	203
15.3.4	Grupos de Pesquisa	203
a)	Grupo de Pesquisa Conhecimento, Enfermagem e Saúde das Populações (GRUPESCES)	204
b)	Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Educação, Saúde e Sociedade (GIPESS)	205
15.3.5	Política de Divulgação do Conhecimento	206
15.4	POLÍTICAS DE EXTENSÃO	207
16	POLÍTICA DE ESTÁGIO	210
16.1	OBJETIVOS DO ESTÁGIO CURRICULAR EM ENFERMAGEM	212
16.2	ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR EM ENFERMAGEM	212
16.2.1	Captação da realidade objetiva	212
16.2.3	Interpretação da realidade objetiva	214
16.2.4	Elaboração do projeto de intervenção	214
16.2.5	Implantação do projeto de intervenção	215
16.2.6	Reinterpretação da realidade	215
16.2.7	Planejamento de nova implantação	216
16.3	RESPONSABILIDADES DOS ATORES ENVOLVIDOS	216
16.3.1	Coordenador do Curso	216
16.3.2	Coordenador de Estágio	216
16.3.3	Gestor Local e de Saúde, Diretores de Instituições de Saúde Públicas e Privadas... ..	217
16.3.4	Docente supervisor de estágio	218
16.3.5	Aluno-Estagiário.....	219
16.3.6	Usuários.....	219
16.3.7	Enfermeiro supervisor de campo	220
16.3.8	Avaliação do estágio	221
16.3.9	Frequência do aluno no estágio	222
17	PROGRAMAS FORMATIVOS	224
18	RESULTADOS ESPERADOS.....	228
19	ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	231
19.1	METODOLOGIAS APLICADAS AO ACOMPANHAMENTO DE EGRESSO	231
20	REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO DO CURSO DE BACHARELADO EM ENFERMAGEM – CAMPUS AVANÇADO DE PAU DOS FERROS – UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.....	233
21	METODOLOGIA A SER ADOTADA PARA CONSECUÇÃO DO PROJETO	261
	REFERÊNCIAS	265

ANEXO I - PORTARIA DA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE CRIAÇÃO DE CURSO.....	275
ANEXO II - MINUTA DE RESOLUÇÃO DO CONSEPE.....	276
ANEXO III - ATA DO CONSAD	277

1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Instituição Mantenedora

Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – FUERN

Rua Almino Afonso, 478 – Centro

CEP: 59610-210 – Mossoró – RN

Fone: (84) 3315-2148 Fax: (84) 3315-2108

E-mail: reitoria@uern.br

Presidente: Cicília Raquel Maia Leite

Espécie Societária: Não Lucrativa

Instituição Mantida

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

CNPJ: 08.258.295/0001

Campus Universitário

BR 110, Km 46, Av. Prof. Antônio Campos s/n

Bairro Costa e Silva

CEP: 59625-620 - Mossoró-RN

Fone: (84) 3315-2175 Fax: (84) 3315-2175

Home Page: www.uern.br e-mail: reitoria@uern.br

Dirigente: Pedro Fernandes Ribeiro Neto

Ato de Credenciamento: Portaria nº 874/MEC, de 17 de junho de 1993

Ato de recredenciamento: Decreto Estadual nº 27.902, de 23 de abril de 2018, publicado em 12 de maio de 2018.

2 PERFIL DO CURSO

2.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO

Denominação: Curso de Graduação em Enfermagem

Grau acadêmico: Bacharelado

Modalidade: Presencial

Área de Conhecimento: Ciências da Vida

2.2 LOCAL DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

Campus: Campus Avançado de Pau dos Ferros

Endereço: BR 405, Km 153, Bairro Arizona. CEP: 59900-000. Pau dos Ferros/RN

Telefone: (84) 3351-2560 – Ramal: 222 – Fax: (84) 3351-3909

E-mail: pferros@uern.br (Campus); den.pferros@uern.br (Departamento de Enfermagem)

Site: <http://www.uern.br/campus/servico.asp?item=pau-dos-ferros>

2.3 DADOS SOBRE O CURSO

Carga horária total do Curso 4.350 horas (quatro mil, trezentos e cinquenta horas)

- **Carga horária dos Componentes Curriculares Obrigatórias*:** 2.805 horas (dois mil, oitocentos e cinco horas)
- **Carga horária dos Componentes Curriculares Optativos:** 90 horas (noventa horas);
- **Trabalho de Conclusão de Curso (TCC):** 30 horas (trinta horas), *somada a carga horária dos componentes curriculares obrigatórios).
- **Estágio Obrigatório:** 900 horas (novecentas horas), distribuídas em 02 (dois) componentes curriculares, com carga horária de 450 horas/cada (quatrocentas e cinquenta/cada);
- **Creditação das Atividades Curriculares Complementares (ACC):** 120 horas (cento e vinte horas);
- **Creditação das Unidades Curriculares de Extensão (UCE):** 435 horas (quatrocentas e trinta e cinco horas);

Tempo médio de integralização curricular: 10 (dez) semestres letivos

Tempo máximo de integralização curricular: 16 (dezesesseis) semestres letivos

Número de vagas por semestre/ano: 26 (vinte e seis)

Turno de funcionamento: Integral

Número máximo de alunos por turma: 30 (trinta)

Sistema: Créditos com matrícula semestral

Formas de Ingresso no Curso

Entrada Regular

- *Vagas Iniciais*, mediante Processo Seletivo de Vagas Iniciais, via Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) determinado pelo Sistema de Seleção Unificado (SiSU), conforme Resolução n° 26/2017 CONSEPE/UERN¹, que Aprova o Regulamento dos Cursos de Graduação da UERN, e revoga a Resolução n° 05/2014 CONSEPE/UERN;
- *Vagas Não Iniciais*¹, mediante Processo Seletivo de Vagas Não Iniciais (PSVNI), seja por Transferência Interna, Transferência Externa, Retorno à Instituição de Ensino Superior (IES);
- Transferência Compulsória¹;
- *Vagas Ociosas*, conforme Resolução n° 36/2018 CONSEPE/UERN², que regulamenta o Processo Seletivo de Vagas Ociosas (PSVO).

Entrada Especial

- Conforme Regulamento dos Cursos de Graduação da UERN¹, Capítulo 2, Sessão II, Artigo 88 ao Artigo 97.

¹ Resolução n° 26/2017 CONSEPE/UERN, disponível em http://www.uern.br/controladepaginas/documentos-legislacao-ensino/arquivos/0065resolucao_n0_2017_26_consepe_aprova_o_regulamento_dos_cursos_de_graduacao_da_uern_e_revoga_a_resolucao_n0_2014_5_consepe.pdf

² Resolução n° 36/2018 CONSEPE/UERN, disponível em http://www.uern.br/controladepaginas/documentos-legislacao-ensino/arquivos/0065resolucao_n0_2018_36_consepe_cria_e_regulamenta_o_processo_seletivo_de_vagas_ociosas_psvo.pdf

3 JUSTIFICATIVA DA PERTINÊNCIA E DA RELEVÂNCIA DO CURSO, NAS DIMENSÕES ACADÊMICA E SOCIAL

Pensar o processo de formação em saúde/enfermagem exige dos educadores a compreensão da educação como prática social, espaço de lutas e de interesses divergentes entre os grupos sociais, num movimento dialético, cujo desdobramento se materializa no modo de produzir atores, que reproduzem e/ou recriam as diferentes práticas sociais. Por ser social, configura-se como produto e produtora de determinações sociais. Assim, o desafio está em compreender essas determinações para nelas intervir. A educação significa, portanto, um dos instrumentos que contribuem para a transformação da realidade, capaz de produzir a força de trabalho da enfermagem comprometida com as transformações dos serviços de saúde e a sociedade em geral (GADOTTI, 1995; PAIM, ALMEIDA FILHO, 1998).

O setor saúde tem passado, historicamente, por sucessivos movimentos de recomposição das práticas em saúde decorrentes das distintas articulações entre Estado e Sociedade que definem, em cada conjuntura, modelos e políticas de saúde, conforme a correlação de forças sociais estabelecidas, que se defrontam em defesa de seus interesses. Estes modelos e políticas de saúde têm sido determinantes para a conformação de mudanças no processo de formação da força de trabalho em saúde/enfermagem (PESSOTO, RIBEIRO, GUIMARÃES, 2019; GERSCHMAN e VIANNA, 2003).

Ressaltamos que o ensino em saúde/enfermagem tem seguido, também, as orientações estabelecidas pelos modelos e políticas educacionais, que, em determinados contextos históricos, têm provocado mudanças efetivas nessa formação. No entanto, não assumem o mesmo caráter dos modelos e políticas de saúde (GERMANO, 2007; MARTINS et al, 1999; PIRES, 1989).

Assim, as décadas de 1970 e 1980 significaram marcos na política brasileira, contexto no qual novas forças políticas se organizaram em busca da democratização do país, conformando um momento histórico de fortalecimento da sociedade civil e dos movimentos sociais, que utilizaram vários instrumentos e estratégias de organização política e representação, para expressar suas necessidades e suas críticas ao modelo hegemônico de poder (GERSCHMAN, 2004).

O Direito à Saúde como questão social e de cidadania se insere nesses movimentos de luta prol democracia, levando a sociedade a mobiliza-se na defesa dos direitos sociais, por melhores condições de vida, trabalho e saúde, concentrando a luta na cobrança do papel a ser assumido pelo Estado brasileiro, quanto à responsabilidade na garantia da produção de serviços

de saúde que atendam às necessidades de saúde compreendidas como necessidades sociais. Assim, a partir de críticas às políticas e diretrizes adotadas para o setor, constrói-se as bases fundantes das políticas, das ideologias, dos modos de produção técnico-científica no campo da saúde, ideários do Movimento Sanitário Brasileiro (MBS), cuja ação coletiva tinha por perspectiva a Reforma Sanitária, como caminho para a universalidade do direito à saúde (PAIM, 2008; GERSCHMAN, 2004).

O Movimento Sanitário Brasileiro (MBS), cujo projeto de Reforma Sanitária, posteriormente, se materializa no direito à saúde, conforme descrito na Constituição Federal de 1988 e nas Leis Orgânicas da Saúde (LOS) de 1990, se constitui em espaço de expressão das reivindicações dos setores comprometidos com a definição de uma nova política de saúde para o Brasil. Propõe um modelo de saúde ancorado no conceito ampliado de saúde, fundamentado nos princípios da universalidade, equidade, integralidade, descentralização e participação popular. Implica em mudanças estruturais para o setor, os quais estão vinculados às lutas democráticas por transformações da sociedade brasileira (PAIM, 2008; GERSCHMAN, 2004).

O conceito ampliado de saúde foi incorporado ao texto da Constituição Federal do Brasil (1988), nos artigos 196, 197, 198, 199 e 200, que assegura “a saúde como direito de todos e dever do Estado” por meio do desenvolvimento de políticas públicas, materializada no Sistema Único de Saúde (SUS) e regulamentado pelas Leis nº 8.080 e nº 8.142 de 1990, que definem os princípios, as diretrizes, as condições de organização e funcionamento do sistema nacional de saúde (BRASIL, 1990a; BRASIL, 1990b; BRASIL, 1988).

A consolidação do SUS requer uma nova forma de produzir em saúde na perspectiva de direcionar – muito embora redirecionar seja o termo mais apropriado – a forma de organização e os conteúdos das ações e serviços de saúde de modo a responder às demandas de grande parcela da população e construir estratégias para enfrentamento dos problemas relativos ao processo saúde/doença dos grupos populacionais que vivem e trabalha num espaço social de determinado território (CECCIM, ARMANI, ROCHA, 2002).

Essa nova forma de produzir em saúde requer a discussão em torno da formação dos trabalhadores de saúde, operacionalizada pela Universidade brasileira, no sentido de refletir quanto as possibilidades e limites para qualificá-los com competência para atuar no SUS, com compromisso claro e consciente com o desenvolvimento de ações que contribuam para a melhoria das condições de vida/saúde da população (CECCIM, ARMANI, ROCHA, 2002).

Significa assumir o desafio de superar a concepção hegemônica que historicamente tem orientado o processo de formação em saúde, que tem por base uma visão fragmentada e especializada do homem e do seu processo saúde/doença. Essa compreensão fragmentada

também orienta a intervenção. São práticas direcionadas a grupos previamente selecionados em caráter focal, desenvolvidos sob a forma de programas ou campanhas com o objetivo de reduzir/eliminar/controlar doenças transmissíveis e/ou grupos de risco (CECCIM, FEUERWERKER, 2004; CECCIM, ARMANI, ROCHA, 2002).

Neste contexto, o papel da Universidade brasileira não é somente o de qualificar técnica e cientificamente a força de trabalho em saúde, mas, ser espaço privilegiado de reflexão crítica, ética e política, em torno do trabalho em saúde. Não se trata de uma adesão mecânica, mas, de compromisso político em articular as políticas de ensino, pesquisa e extensão com a implantação do novo sistema ancorado no ideário da reforma sanitária brasileira, que no Brasil, significou a possibilidade de incorporação da saúde coletiva como campo de saberes e práticas. Cabe, portanto, à Universidade, a construção de um conhecimento crítico e inovador capaz de estimular e disseminar demandas sociais que retornem sob a forma de reorientação na formação da força de trabalho em saúde (CECCIM, ARMANI, ROCHA, 2002).

A formação em saúde, sob a orientação dos princípios e diretrizes do SUS, de modo especial, a integralidade da atenção como eixo estruturante do referido sistema, ultrapassa a compreensão individualista/mecanicista da intervenção em saúde/enfermagem e supera a concepção da formação centrada no modelo hospitalocêntrico, biomédico e clínico (CECCIM, FEUERWERKER, 2004; CECCIM, ARMANI, ROCHA, 2002).

Ao assumir esses princípios e diretrizes, como eixos norteadores do processo de formação, a Universidade amplia a sua responsabilidade social, uma vez que atende a uma exigência das lutas nacionais por saúde universal, consolidadas nas Conferências Nacionais de Saúde (CNS), em especial, na VIII CNS, em 1986, realizadas no contexto da reforma sanitária brasileira (PAIM, 2008; CECCIM, ARMANI, ROCHA, 2002).

Inserida no processo ocorrido na sociedade brasileira, de modo especial no movimento de reforma sanitária, a Enfermagem, também, se mobiliza para interferir na produção dos serviços de saúde e, conseqüentemente, na democratização do setor. Assim, movida pelos ideários da Saúde Coletiva, dos movimentos sociais em prol da democracia, passa a questionar a sua prática e o seu processo de formação.

Esses questionamentos assumem uma forma melhor sistematizada no momento em que a Associação Brasileira de Enfermagem (ABEN), através do Movimento Participação (MP), introduziu uma nova concepção sobre a dinâmica do trabalho da enfermagem, possibilitando a construção de um conhecimento crítico e reflexivo na enfermagem em relação à compreensão da totalidade da crise pela qual passava a saúde, a democracia e a enfermagem, na perspectiva

de rediscutir os rumos da formação universitária capaz de produzir um enfermeiro comprometido com a mudança social (ALBURQUERQUE, PIRES, 2001).

Ressaltamos que o trabalho realizado pela ABEN, através da Diretoria de Educação, desde sua criação, em 1926, até o momento atual, tem sido de grande valia, por assumir o papel de protagonista da construção das políticas de educação em enfermagem, ocupando um espaço fundamental para o delineamento das diretrizes do processo de formação a ser assumido pela categoria. Desse modo, a associação busca viabilizar momentos de reflexão coletiva tendo como horizonte a orientação/reorientação das bases conceituais e referenciais para construir um projeto coletivo curricular. Para isso, organiza-se, periodicamente, os Seminários Nacionais de Diretrizes para a Educação em Enfermagem (SENADEN) e os Fóruns de Escolas Nacional e Estaduais, através das suas regionais para, sistematicamente, discutir as diretrizes curriculares do ensino de enfermagem (ALBURQUERQUE, PIRES, 2001).

Os SENADEN são, portanto, os espaços políticos, considerados legítimos, para construção coletiva das políticas de educação em enfermagem, nos diversos níveis de formação, a saber, o nível médio, a graduação e a pós-graduação (ADAMY, TEIXEIRA, 2018).

Assim, a ABEN, por meio desses espaços democráticos e participativos, constituiu um verdadeiro movimento em torno de mudanças na educação em enfermagem ao longo das décadas, buscando resgatar as experiências acumuladas pelas escolas/cursos/faculdades/enfermeiros, respeitando o ritmo próprio dos atores envolvidos nesse processo, materializadas na Carta de Florianópolis (1999), considerada pela categoria, como o “Projeto Político Pedagógico para a Enfermagem Brasileira” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1999).

As orientações oriundas da Carta de Florianópolis foram, posteriormente, incorporadas, em parte, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Graduação em Enfermagem (DCNs), segundo a Resolução CNE/CES nº 03, de 07 de novembro de 2001. Apesar de não contemplar o desejo do coletivo da enfermagem, as DCNEnf significam a possibilidade de ruptura ao modelo de currículo mínimo obrigatório. Representa, portanto, expressivo instrumento da necessidade de produzir mudanças no processo de formação da enfermagem brasileira, por indicar um caminho para a organização dos Projetos Pedagógicos dos cursos/faculdades/escolas e possibilitar maiores compromissos a serem assumidos pela Universidade com a formação de trabalhadores de nível superior para atuar no SUS (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1999).

As DCNs Enfermagem (2001) atendem a imperativos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/96 - CNE/MEC, ao respeitar as atribuições dos órgãos

próprios do sistema de regulação do ensino superior. Essas diretrizes possibilitam a definição de Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) que ultrapassem a concepção de grade/matriz curricular e possibilitem a explicitação das suas relações com a sociedade, seu papel na produção e consumo de conhecimentos e do perfil dos profissionais que as Instituições se propõem a formar (BRASIL, 2001; BRASIL, 1996).

As DCNEnf devem ser compreendidas em sua amplitude, constituindo-se como orientadoras dos PPC, não apresentando, de forma alguma, qualquer tipo de exigência, levando em conta a enorme diversidade de contextos e potencialidades existentes no país. As diretrizes devem indicar as perspectivas e os caminhos a serem perseguidos pelas Instituições de Ensino Superior (IES) (ADAMY, TEIXEIRA, 2018; BRASIL, 2001).

Como caminho, as DCNEnf apresentam como parâmetros a flexibilidade; o aluno como sujeito e o professor como facilitador do processo ensinar-aprender; articulação teoria-prática; a investigação incorporada ao ensino e a extensão; metodologias ativas para o processo ensinar-aprender; diversificação dos cenários de aprendizagem; avaliação formativa; educação orientada aos problemas relevantes da sociedade e terminalidade dos cursos (BRASIL, 2001).

Com esses parâmetros, o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) se constitui num documento norteador para explicitação do eixo para a formação de enfermeiros; incorporação de atividades curriculares complementares em relação ao eixo norteador; considera a diversidade brasileira; as práticas interdisciplinares em saúde onde predomina a formação sobre a informação e a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. A partir disto, a formação na área da saúde deve contemplar a política de saúde vigente no país e a atenção integral à saúde. No caso específico da enfermagem, as diretrizes curriculares nacionais afirmam que a formação deve atender às necessidades sociais e de saúde da população, com ênfase no Sistema Único de Saúde (SUS), conforme seus princípios e diretrizes operacionais.

Como norteador desse contexto formativo para o trabalho em saúde no âmbito do SUS, o Conselho Nacional de Saúde (CNS), por meio da Resolução nº 569/2017, aprova o Parecer Técnico nº 300/2017, que apresenta princípios gerais a serem incorporados nas diretrizes gerais para os cursos de graduação da área da saúde, incluído a enfermagem, elementos orientadores para o desenvolvimento dos currículos e das atividades didático-pedagógicas, que deverão compor o perfil dos egressos desses cursos (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2017).

Essas diretrizes, aprovam os pressupostos, princípios e diretrizes comuns para a formação a nível de graduação na área da saúde/enfermagem, construídos na perspectiva do controle/participação social em saúde, e apresentados, sinteticamente, nos incisos, a seguir: (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2017).

- I. Defesa da vida e defesa do SUS como preceitos orientadores do perfil dos egressos da área da saúde;
- II. Atendimento às necessidades sociais em saúde;
- III. Integração ensino-serviço-gestão-comunidade;
- IV. Integralidade e Redes de Atenção à Saúde (RAS);
- V. Trabalho interprofissional;
- VI. Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) e componentes curriculares coerentes com as necessidades sociais em saúde;
- VII. Utilização de metodologias de ensino que promovam a aprendizagem colaborativa e significativa;
- VIII. Valorização da docência na graduação, do profissional da rede de serviços e do protagonismo estudantil;
- IX. Educação e comunicação em saúde;
- X. Avaliação com caráter processual e formativo;
- XI. Pesquisas e tecnologias diversificadas em saúde
- XII. Formação presencial e carga horária mínima para cursos de graduação da área da saúde;

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), por sua vez, em seu Artigo 43, diz que a educação superior deve contemplar, entre suas finalidades, o estímulo ao conhecimento dos problemas da sociedade, com ênfase para os problemas nacionais e regionais, prestando serviços especializados à população e estabelecendo com esta, uma relação de reciprocidade (BRASIL, 1996).

A articulação entre educação e o trabalho constitui-se em horizonte para o processo de formação em saúde. Da mesma forma, as DCNEnf, em conformidade aos princípios e diretrizes do SUS, constituem-se em referência para propor o perfil profissional a ser formado, o projeto pedagógico, a organização e a orientação do currículo e das práticas de ensino, a produção do conhecimento, os estágios como campo de práticas e as relações estabelecidas pela Universidade com o sistema de saúde e a comunidade, considerando a realidade locorregional (ADAMY, TEIXEIRA, 2018; CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2017).

Porém, as diretrizes curriculares isoladamente não são suficientes para assegurar a reorientação necessária na formação de enfermeiros. Revisitar concepções, explorar práticas inovadoras são necessárias, no sentido de superar conceitos e práticas hegemônicas e cristalizadas. É preciso ir além! O desafio está na construção de novas relações de compromisso e responsabilidade entre Universidade e o SUS, de modo a possibilitar a coerência entre os

perfis profissionais formados, a produção de conhecimento, a produção de serviços e as necessidades sociais da maioria da população.

4 ADEQUAÇÃO DO CURSO AS DEMANDAS DO MUNDO DO TRABALHO E A ÁREAS DE TRADIÇÃO CIENTÍFICA

O Curso de Graduação em Enfermagem, Campus Avançado de Pau dos Ferros (CAPF/UERN), ao longo da sua existência, vem assumindo o desafio de construir o processo de formação do enfermeiro/a, com perfil generalista, humanista, crítico e reflexivo, capacitado técnico e cientificamente para realizar o trabalho de enfermagem; profissional comprometido ético e politicamente com o SUS (nacional, estadual e, de modo especial, com a região de Pau dos Ferros/RN), compreendido como política social capaz de responder às demandas da maioria da população em relação ao direito à saúde, as necessidades de saúde, compreendidas como necessidades sociais.

Assim, o Curso vem reconstruindo o seu Projeto Pedagógico, ao longo desses anos, tendo como referência: a luta do Movimento Sanitário Brasileiro; o ideário da Reforma Sanitária Brasileira, materializado no SUS; o Movimento Participação da Enfermagem Brasileira; a produção de conhecimento empreendido pelo campo de saberes e práticas da Saúde Coletiva e das Ciências da Enfermagem; as orientações dos SENADENS/ABEN e, principalmente, referenciando-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Enfermagem (DCNEnf) (PAIM, 2008; ALBURQUERQUE, PIRES, 2001; EGRY, 1996).

Considera, o conceito ampliado de saúde; a saúde coletiva como campo de saberes e práticas; a epidemiologia crítica e a clínica ampliada, como estratégias para a indissociabilidade individual/coletivo; a integralidade como eixo estruturante das práticas em saúde e a concepção da enfermagem como prática social, trabalho e ciência (PIRES, 2013; ALMEIDA FILHO, 2011; MATTOS, 2009; SANNA, 2007; CAMPOS, 2003; BREILH, 1991).

5 COMPROVAÇÃO DE VIABILIDADE DO CURSO

5.1 DEMONSTRATIVO DAS NECESSIDADES DE RECURSOS HUMANOS, ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS, PARA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO CURSO

5.1.1 Recursos Humanos Disponíveis

5.1.1.1 Quadro Técnico-Administrativo

Quadro 01: Demonstrativo do quantitativo de Pessoal Técnico-Administrativo lotados no CEN/CAPF/UERN. Semestre Letivo 2020.2.

Matrícula	Nome	Formação Acadêmica	Titulação Atual	Regime de Trabalho	Função
05309-9	João Bezerra de Queiroz Neto	Graduação em Farmácia	Mestrado*	TNS 40 horas	Técnico de Laboratório
08126-4	Mary Jeane Ferreira Rocha	Graduação em Ciências Econômicas	Especialização	TNS 40 horas	Secretária do Curso
12969-0	Rafaela Moreira Gurgel da Costa	Graduação em Administração	Especialização	TNM 40 horas	Assistente Secretária do Curso
Total	03 técnicos administrativos				

*TNS encontra-se em capacitação a nível de doutorado.

5.1.1.2 Quadro Docente Efetivo Atual

Quadro 02: Demonstrativo do quantitativo de Docentes Efetivos lotados no CEN/CAPF/UERN. Semestre Letivo 2020.2.

Matrícula	Nome	Graduação	Titulação	Regime de Trabalho
08043-8	Andrezza Karine de Araújo Medeiros Pereira	Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem	Mestrado*	40 h+DE
03665-0	Eliana Barreto Fixina	Bacharelado em Enfermagem	Doutorado	40 h
04535-7	Francisca Adriana Barreto	Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem	Doutorado	40 h+DE
04909-3	Graça Rocha Pessoa	Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem	Mestrado*	40 h
13157-1	Giselle dos Santos Costa Oliveira	Bacharelado em Enfermagem	Mestrado	40 h
3343-0	Janieiry de Lima Araújo	Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem	Doutorado	40 h+DE
12883-0	Jaira Gonçalves Trigueiro	Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem	Mestrado*	40 h
04261-7	José Giovani Nobre Gomes	Bacharelado em Enfermagem	Doutorado	40 h+DE
05318-0	Juce Ally Lopes Melo	Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem	Mestrado*	40 h+DE
04881-0	Márcio Adriano Fernandes Barreto	Graduação em Farmácia	Mestrado*	40 h
13155-5	Natália Amorim Ramos Felix	Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem	Mestrado*	40 h
3344-8	Niedja Cibegne da Silva Fernandes	Bacharelado em Enfermagem	Mestrado	40 h
3873-3	Palmyra Sayonara de Góis	Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem	Mestrado*	40 h+DE
12614-4	Rodrigo Jacob Moreira de Freitas	Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem	Doutorado	40 h+DE
12276-9	Sara Taciana Firmino Bezerra	Bacharelado em Enfermagem	Doutorado	40 h

*em capacitação docente a nível de doutorado

5.1.1.3 Docentes Provisórios/Temporários

Quadro 03: Demonstrativo do quantitativo de Docentes Provisórios/Temporários lotados no CEN/CAPF/UERN. Semestre Letivo 2020.2.

Matrícula	Nome	Graduação	Qualificação Atual	Regime de Trabalho
13189-0	Maria Juliete Maia Gomes Ribeiro	Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem	Mestrado	40 horas
13199-7	Raisa Barbosa de Andrade	Bacharelado em Enfermagem	Mestrado	40 horas
13088-5	Rafael Tavares Silveira Silva	Bacharelado em Enfermagem	Mestrado	40 horas

5.1.1.4 Técnicos-Administrativos em Capacitação

Quadro 04: Demonstrativo do quantitativo de Técnicos-Administrativos em Capacitação, considerando Programa de Pós-graduação, Instituição de Nível Superior (IES), Grau Acadêmico. Semestre Letivo 2020.2.

Nome	Programa de Pós-graduação	IES	Grau Acadêmico	Previsão de Término
João Bezerra de Queiroz Neto	Programa de Pós-Graduação em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde	DINTER UECE/UERN	Doutorado*	2023.1

5.1.1.5 Docentes Efetivos em Capacitação

Quadro 05: Demonstrativo do quantitativo de Docentes Efetivos em Capacitação, considerando Programa de Pós-graduação, Instituição de Nível Superior (IES), Grau Acadêmico. Semestre Letivo 2020.2.

Nome	Programa de Pós-graduação	IES	Grau Acadêmico	Previsão de Término
Andrezza Karine de Araújo Medeiros Pereira	Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde	UFRN	Doutorado*	2022.1
Graça Rocha Pessoa	Programa de Pós-Graduação em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde	DINTER UECE/UERN	Doutorado**	2023.1
Jaira Gonçalves Trigueiro	Programa de Pós-Graduação em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde	DINTER UECE/UERN	Doutorado**	2023.1
Juce Ally Lopes Melo	Programa de Pós-Graduação em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde	UECE	Doutorado*	2022.1
Márcio Adriano Fernandes Barreto	Programa de Pós-Graduação em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde	DINTER UECE/UERN	Doutorado**	2023.1
Natália Amorim Ramos Felix	Programa de Pós-Graduação Enfermagem Área de concentração: cuidado e inovação tecnológica em saúde e enfermagem	UNICAMP	Doutorado***	2021.2
Palmyra Sayonara de Góis	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano	DINTER UFPE/UERN	Doutorado**	2021.2

*cursando Doutorado Acadêmico com liberação; **cursando Doutorado Interinstitucional; ***cursando Doutorado Acadêmico sem liberação.

5.1.2 Recursos Humanos Necessários

Historicamente, o CEN/CAPF vem empreendendo esforços para consolidação do seu quadro docente e técnico-administrativo efetivo. Atualmente, o curso possui 15 (quinze) docentes efetivos, sendo 06 (seis) com titulação de doutor, 02 (dois) com titulação de mestre, 03 (três) em capacitação docente a nível de doutorado acadêmico e 04 (quatro) em capacitação docente a nível de doutorado via DINTER (Doutorado Interinstitucional). Tem-se, ainda, 3 (três) técnicos-administrativos, sendo 01 (um) em capacitação a nível de doutorado via DINTER.

Desde a sua criação, em 2004, foram realizados 03 (três) Concursos Públicos de Provas e Títulos para Provimento do Cargo de Professor Efetivo, sendo o último conforme o Edital nº 001-2016 - REITORIA/FUERN, Concurso Público de Provas e Títulos para Provimento do Cargo de Professor Efetivo da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, que no certame exigiu titulação mínima de mestrado para ingressar no quadro docente. Um marco da história do curso, resultado da política de capacitação docente por parte da instituição e do esforço intelectual de cada servidor com sua qualificação profissional e acadêmica. Em relação ao provimento de técnicos-administrativos, inúmeros concursos foram realizados pela instituição, que findou no atual quadro de servidores.

O CEN/CAPF foca seu PPC no Ensino do Bacharelado em Enfermagem, a nível de graduação, ofertando 26 vagas, com entrada única, no segundo semestre do ano letivo, conforme Regulamento dos Cursos de Graduação da UERN (2017), com integralização mínima em 10 semestres letivos e máxima em 16 semestres letivos.

Considerando a qualificação do corpo docente atual, a nível de doutorado (temos 07 em fase de doutoramento, ver quadro 05) e a inserção no ensino de pós-graduação na UERN (temos 04 docentes atuando na pós-graduação). Se faz necessário a ampliação do quadro de pessoal docente (via concurso público) para suprir as necessidades vindouras do ensino, pesquisa e extensão do novo PPC, sendo necessário o acréscimo de 10 (dez) professores, com regime de trabalho de 40 horas, titulação mínima de Mestre em Enfermagem e/ou Áreas Correlatas.

Observamos a necessidade de ampliar o quantitativo do número de técnicos-administrativos para atuar na secretária do curso, acrescentando 01 (um) técnico de nível médio (via concurso público), avaliado de forma mais criteriosa e responsável no decorrer do processo.

Diante das especificidades das atividades nos laboratórios de ensino, em especial, do Laboratório de Semiologia e Semiotécnica da Enfermagem (LABSemio), percebe-se a necessidade de contratação (via concurso público) de 01 servidor, com 40 horas, com formação

de Nível Superior na área de Enfermagem, avaliado de forma mais criteriosa e responsável no decorrer do processo.

5.1.2.1 Política de Capacitação Docente

A Política de Capacitação da UERN está ancorada no Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2026 (PDI), aprovado pela Resolução 34/2016 - CONSUNI, nas resoluções institucionais que regem ou incentivam a liberação dos servidores para pós-graduação, bem como, em ações da Diretoria de Desenvolvimento Organizacional da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (DDO/PROGEP). Por comporem o quadro de trabalhadores desta Instituição de Ensino Superior (IES), os docentes e técnicos do CEN/CAPF são regidos e beneficiados por esse rol legislativo e de ações disponibilizadas.

A UERN também respalda a capacitação dos seus servidores, mediante estratégias e normas de liberação do pessoal docente e técnico em legislação própria – Resolução nº 45/2012 - CONSEPE³ e Resolução nº 27/2017 - CONSEPE⁴ – objetivando o desenvolvimento científico e pedagógico através de habilidades adquiridas, respaldando financeiramente o trabalhador liberado e garantindo seu retorno à UERN para as contribuições advindas da pós-graduação vivenciada.

Ao longo dos anos de existência o CEN/CAPF, modificou seu perfil de capacitação, inicialmente, formado por professores especialistas ou graduados. Importante enfatizar, a conclusão, do Mestrado Acadêmico em Enfermagem (UFRN), da Profa. Niedja Cibegne da Silva Fernandes que havia ingressado no quadro da instituição, em 2004, como mestranda. A partir de 2008, iniciou-se a implementação do Plano de Capacitação Docente com a liberação integral da Profa. Janieiry Lima de Araújo para cursar o Mestrado Acadêmico na Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Seguindo os tramites legais, ao final dos respectivos estágios probatórios, outros professores realizaram seu mestrado acadêmico ou profissional. Ressalta-se a importante contribuição do Programa de Pós-graduação em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde

³ Resolução nº 045/2012-CONSEPE - Aprova as Normas de Capacitação e Revoga a Resolução 47/2010-CONSEPE. Disponível em http://www.uern.br/controladepaginas/propeg-capacitacao-legislacao/arquivos/1627resolucao_45_2012_consepe_aprova_as_normas_de_capacitacao_docente_da_uern_e_revoga_a_resolucao_47_2010_consepe.pdf

⁴ RESOLUÇÃO Nº 27/2017 - CONSEPE Aprova as Normas de Capacitação do Pessoal Técnico Administrativo da UERN. Disponível em http://www.uern.br/controladepaginas/documentos-legislacao-recursos humanos/arquivos/0068resolucao_n0_2017_27_consepe_aprova_as_normas_de_capacitacao_do_pessoal_tecnico_administrativo_da_uern.pdf

(PPCCLIS), da Universidade Estadual do Ceará (UECE); do Programa de Pós-graduação em Saúde e Sociedade (PPGSS), da UERN; do Doutorado Interinstitucional (DINTER) em Ciências da Saúde (UFRN/UERN), que qualificou a época, os primeiros doutores do curso; e do DINTER em Geografia (UFPE/UERN). Tais processos de capacitação docente vieram por modificar o perfil de titulação docente, qualificando-os, como pesquisadores.

Em 2016, o CEN/CAPF, face ao novo perfil docente, agora constituído por mestres e/ou doutores, realizou o seu primeiro concurso público com a exigência mínima para ingresso de candidatos com a titulação mínima de Mestrado.

Atualmente, 03 docentes e 01 TNS do CEN/CAPF realizam o DINTER em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde (UECE); e 01 docente realiza o DINTER em Desenvolvimento Regional (UFPE). Sob afastamento, com liberação total para cursar Doutorado, temos 02 docentes efetivos, sendo 01 cursando Doutorado em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde, na UECE e, outro, em Ciências da Saúde, na UFRN. Ressalta-se a existência de 01 docente cursando Doutorado em Enfermagem, na UNICAMP, sem liberação, a docente em questão, assumiu o cargo/concurso em setembro/2020, portanto, encontra-se em estágio probatório.

a) Projeção do Plano de Capacitação Docente e Capacitação Pedagógica

A capacitação do quadro docente efetivo do CEN/CAPF, no sentido de transformar os professores em pesquisadores, contribuiu ao longo dos anos, para qualificação da operacionalização do projeto pedagógico do curso. Atualmente, o Plano de Capacitação Docente tem por objetivo qualificar os professores e técnicos-administrativos em nível de pós-graduação (mestrado, doutorado e pós-doutoramento).

O Quadro 06, apresenta o quadro docente efetivo, considerando a área de formação, a nível de mestrado e doutorado, bem como, as pretensões para continuação do processo formativo acadêmico, em conformidade com a política de pesquisa expostas no PPC.

Quadro 06: Demonstrativo dos Docentes Efetivos, considerando a área de formação e pretensão para capacitação docente. Semestre Letivo 2020.2.

Docente	Formação	Pretensões para Capacitação Docente
Andrezza Karine de Araújo Medeiros Pereira	Mestrado Profissional em Saúde da Família (UFRN)	Cursando Doutorado em Ciências da Saúde (UFRN)
Eliana Barreto Fixina	Doutorado em Ciências da Saúde (UFRN)	Pós-Doutorado em Enfermagem “Saúde do Idoso”
Francisca Adriana Barreto	Mestrado Acadêmico em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde (UECE) Doutorado em Geografia (UFPE)	Pós-Doutorado em Saúde Coletiva
Graça Rocha Pessoa	Mestrado Acadêmico em Saúde e Sociedade (UERN)	Cursando DINTER em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde (UECE)
Giselle dos Santos Costa Oliveira	Mestrado Acadêmico em Ambiente, Tecnologia e Sociedade (UFERSA)	Doutorado em Enfermagem
Janieiry de Lima Araújo	Mestrado Acadêmico em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde (UECE) Doutorado em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde (UECE)	Pós-Doutorado em Bioética e Enfermagem
Jaira Gonçalves Trigueiro	Mestrado Profissional em Ensino das Ciências da Saúde (UECE)	Cursando DINTER em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde (UECE)
José Giovani Nobre Gomes	Doutorado em Ciências da Saúde (UFRN)	Pós-Doutorado em Enfermagem/Saúde Coletiva
Juce Ally Lopes Melo	Mestrado Acadêmico em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde (UECE)	Cursando Doutorado em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde (UECE)
Márcio Adriano Fernandes Barreto	Mestrado Acadêmico em Saúde e Sociedade (UERN)	Cursando DINTER em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde (UECE)
Natália Amorim Ramos Felix	Mestrado Profissional em Saúde Coletiva: políticas e gestão em saúde (UNICAMP)	Cursando Doutorado em Enfermagem (UNICAMP)
Niedja Cibegne da Silva Fernandes	Mestrado Acadêmico em Enfermagem (UFRN)	Doutorado em Enfermagem Clínica (Lesões de Pele)

Palmyra Sayonara de Góis	Mestrado Acadêmico em Enfermagem (UFRN)	Cursando DINTER Desenvolvimento Regional (UFPE)
Rodrigo Jacob Moreira de Freitas	Mestrado Acadêmico em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde (UECE) Doutorado em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde (UECE)	Pós-Doutorado Saúde Mental
Sara Taciana Firmino Bezerra	Mestrado Acadêmico em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde (UECE) Doutora em Enfermagem (UFC)	Pós-Doutorado em Enfermagem

b) Projeção do Plano de Capacitação dos Técnicos-Administrativos

O Quadro 07, apresenta o quadro técnico-administrativo, considerando a área de formação atual, bem como, as pretensões para continuação do processo formativo acadêmico e profissional.

Quadro 07: Demonstrativo dos Técnicos-Administrativos, considerando a titulação e pretensão para capacitação. Semestre Letivo 2020.2.

Técnico-Administrativo	Titulação	Pretensões para Capacitação Docente
Mary Jeane Ferreira Rocha	Especialista	Mestrado em Planejamento e Dinâmicas Territoriais (PLANDITES/UERN)
Rafaela Moreira Gurgel da Costa	Especialista	Mestrado em Planejamento e Dinâmicas Territoriais (PLANDITES/UERN)
João Bezerra de Queiroz Neto	Mestre	Cursando Doutorado em Cuidados Clínicos em Enfermagem (UECE)

5.2 INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL E NECESSÁRIA

5.2.1 Campus Avançado de Pau dos Ferros/UERN

O Campus Universitário da UERN em Pau dos Ferros (CAPF) possui uma **estrutura física** que oferece suporte para o funcionamento de 09 (nove) cursos de graduação e 06 (seis) cursos de pós-graduação *stricto sensu* (04 mestrados acadêmicos/profissional e 02 doutorados acadêmicos) em oferta regular. Destacamos, ainda, que os espaços de convivência e integração da unidade são pensados para que a comunidade acadêmica possa usá-los para conversar, discutir, reunir-se e descontraí-los, promovendo a convivência social entre as pessoas.

Todos os cursos/departamentos acadêmicos contam com seus respectivos setores administrativos formados pela: secretaria administrativa, sala de reuniões e sala para os chefes departamentais ou coordenadores de curso. As salas de aula são organizadas de modo a atender todas as turmas regularmente matriculadas.

O CAPF/UERN dispõe de 02 (dois) auditórios: **Auditório Profa. Joseney Rodrigues de Queiroz Dantas**, localizado no Prédio da Biblioteca Setorial (Pavimento 2), cuja capacidade comporta de 100 a 150 pessoas, as quais podem acessar o ambiente, seja por escada ou por plataforma elevatória; o miniauditório do Programa de Pós-Graduação em Letras, com capacidade para 60 pessoas, localizado, no andar térreo do Bloco B e o **Auditório Prof. Antônio Capistrano Filho**, no Bloco C. Esses espaços são de uso coletivo e a otimização do uso é distribuído de acordo com as necessidades semestrais geridos pela Prefeitura do CAPF.

A **Biblioteca Setorial “Pe. Sátiro de Cavalcanti Dantas”** foi ampliada para um prédio de 853m² (oitocentos e cinquenta e três) distribuídos em 03 (três) pavimentos. Esse novo prédio da biblioteca dispõe em sua estrutura, dentre outras coisas, de banheiros com acessibilidade, cabines individuais, espaço para estudo em grupo e sala de acesso à Internet. Os recursos para a construção da obra advieram de projeto do CAPF/UERN junto a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), vinculada ao Ministério das Ciências Tecnologia e Inovação (MCTI). O prédio apresenta amplo espaço para acervo, estudos individuais e coletivos, área para projetos especiais de leitura e cultura, setor de periódicos e salas administrativas. Salienta-se que o prédio é totalmente climatizado, acessível e contemplado com equipamentos e mobiliários adequados.

O Sistema Integrado de Biblioteca (SIB/UERN) possui um acervo geral de 172.931 (cento e setenta e dois mil novecentos e trinta e um) exemplares e 91.895 (noventa e um mil oitocentos e noventa e cinco) títulos, sendo que 22.920 (vinte e dois mil novecentos e vinte)

exemplares e 9.680 (nove mil, seiscentos e oitenta) títulos, que estão alocados na Biblioteca Setorial do Campus da UERN em Pau dos Ferros.

O acervo que embasa o processo de formação do Curso de Graduação Bacharelado em Enfermagem (CAPF/UERN) utiliza referencial bibliográfico de várias áreas das ciências para orientar o processo ensino dos enfermeiros, de modo que para viabilizar a formação em Enfermagem, os docentes e discentes se utilizam de diversificados referenciais distribuídos em outras áreas, tais como: ciências básicas, ciências sociais e humanas, ciências exatas e naturais; pedagogia e educação, metodologia científica, economia, política, além das ciências da enfermagem.

No que concerne, a área específica de saúde e enfermagem, a Biblioteca Setorial dispõe de 1.566 (um mil e quinhentos e sessenta e seis) exemplares. É importante ressaltar que, atualmente, a UERN dispõe do acesso ao Portal de Periódicos CAPES, para discentes, docentes e técnicos, através da conexão pela rede de internet institucional, democratizando o acesso ao conhecimento produzido nacional e internacional. A abertura de prazos para a solicitação de acervo bibliográfico se dá periodicamente, através do Portal do Docente. (Levantamento realizado no semestre letivo 2019.1)

A Biblioteca Setorial funciona de segunda à sexta-feira, em todos os turnos de aula regulares, manhã, tarde e noite, das 07 horas às 22 horas. Todos os discentes, docentes e técnicos têm acesso ao empréstimo do acervo bibliográfico, após cadastro no Sistema de Bibliotecas da UERN. Há, ainda a modalidade de consulta, onde qualquer visitante/cidadão pode consultar e ler o exemplar na própria Biblioteca Setorial. Dispõe, também, de acervo de monografias no sistema online, podendo ser acessado de casa. Atualmente, a renovação do empréstimo pode ser feita através do sistema informatizado online de bibliotecas.

O Museu de Cultura Sertaneja (MCS) do *Campus* Avançado de Pau dos Ferros (CAPF), é um espaço dedicado à Ciência, à Educação e à Arte, na região do Alto Oeste Potiguar. Tem como iniciativa a valorização e a preservação da memória e do patrimônio histórico-cultural do sertão nordestino, por meio de ações que viabilizam o conhecimento e a divulgação dos bens materiais e imateriais.

O MCS se apresenta como um espaço aberto ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão; como laboratório para graduação e para os programas de pós-graduação da UERN; como parceiro das instituições de educação pública e privada, contribuindo com a educação, o ensino, a cultura e a inserção social do povo da região; e ambiente de visitas. Atualmente, o Museu possui um acervo de mais de 200 (duzentas) peças, 100 (cem) livros e 780 (setecentos e oitenta) folhetos de cordéis, aproximadamente, além de 03 (três)

documentários de produção própria e disponibiliza, por meio do Museu Virtual – espaço com computadores no MCS, mais de 50 (cinquenta) entrevistas de sertanejos/colaboradores que narram suas histórias de trabalho, vida e cultura na região do Alto Oeste Potiguar, área do semiárido nordestino. Desde sua implantação o MCS realizou cinco exposições, a saber: 1) “O sertanejo e o trabalho” (2012-2013); 2) “Casa arrumada” (2013-2014); 3) “Memórias de engenhos e de casas de farinha” (2014-2016); 4) “Andanças e memórias dos vaqueiros no Alto Oeste Potiguar (2017-2018); e 5) “Memórias da passagem da Coluna Prestes no Alto Oeste Potiguar” (2018-atualmente). Já recebeu em sua sede mais de oito mil visitantes durante o período de 2012-2021.

O CAPF/UERN dispõe de um amplo **espaço físico destinado para construção de um arrojado complexo poliesportivo**. O campo de futebol, a quadra poliesportiva e a pista de atletismo estão em pleno funcionamento, sendo vinculado ao Departamento de Educação Física (DEF), beneficiando, também, a comunidade externa em suas diversas modalidades esportivas.

Em relação a **acessibilidade**, ressaltamos que o CAPF/UERN possui um projeto integrativo dos blocos em consonância com normas técnicas específicas para atender a comunidade, em especial, para garantir o acesso das pessoas com mobilidade reduzida e deficiências físicas. A implementação total do projeto de acessibilidade arquitetônica depende da disponibilidade orçamentária do Estado do RN. Houve avanços na construção de passarelas com cobertura, rampas de acesso, identificação com piso tátil, campanhas educativas, disponibilidade de uma sala com computadores adaptados para acesso dos portadores de necessidades especiais, plataforma elevatória no prédio da biblioteca setorial, mas, muito ainda precisa ser adaptado. Foram construídas rampas de acesso e sinalização horizontal para deficientes visuais, assim distribuídas:

- a) Rampa de acesso interligando o Bloco A (Setor administrativo dos Cursos de Enfermagem, Geografia, Administração e Educação Física) à parte térrea do Bloco vertical (Bloco B);
- b) Rampa de acesso interligando o Bloco Vertical aos Blocos H (Cantina e departamento de Economia), I (Letras e Xerox) e F e G (Bloco Administrativo de Educação);
- c) Rampa de acesso ao Bloco D e E (Biblioteca e Auditório);
- d) Rampa de acesso ao Campus que segue até aos demais Blocos.

O **Serviço de Transporte** do CAPF/UERN é disponibilizado na Secretaria Geral, atualmente, conta com uma frota de 05 (cinco) veículos, destes, 01 (um) veículo de 14 lugares e 04 (quatro) carros de passeio, os quais ficam à serviço de todos os departamentos acadêmicos

e programas de pós-graduação. As viagens são feitas mediante agendamento e obedecendo as programações fixas já existentes.

O transporte de alunos de cidades circunvizinhas da região e de outros estados, fica à cargo das respectivas prefeituras, o que acontece através de ônibus escolares. No tocante ao CEN/CAPF/UERN, pelo fato de ocorrer no período matutino e vespertino e, em função da sua especificidade de extensa carga horária e dinâmica de articulação ensino-serviço, que exige uma vivência acadêmica mais intensa no CAPF, para viabilizar os estudos teóricos e práticos da enfermagem, muitos alunos, optam por residir em Pau dos Ferros/RN. Mesmo aqueles residentes em municípios que compõem a região do Alto Oeste Potiguar, devido a dinâmica do curso, acabam por optar mudança de domicílio, o que por vezes, onera o orçamento familiar ou pessoal. Ressalta-se que o CAPF/UERN não dispõe de Residência Universitária, o que seria de grande utilidade para o discente carente matriculado no Curso de Enfermagem/CAPF/UERN.

Para o atendimento e acomodação das **Bases dos Grupos de Pesquisa** vinculados aos departamentos acadêmicos, o Campus oferece 14 (quatorze) salas climatizadas no Bloco H. Estes grupos estão cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa (DGP) sob responsabilidade do Conselho Nacional de Educação e Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A composição dos grupos é de professores/pesquisadores da UERN e de outras IES, técnicos e estudantes visando a produção científica tecnológica, artística e cultural.

Todos os Departamentos Acadêmicos (DA) dispõem em suas secretarias de computadores para os trabalhos administrativos e acesso à internet institucional. Em 2008, foi disponibilizada no bloco central a tecnologia *Wi-fi*, a qual permite acesso por parte de toda a comunidade acadêmica mediante cadastro. No ano de 2013, foi instalada a *Wi-fi fibra ótica* através de empresa privada, onde a mesma disponibiliza esse recurso como critério solidário a fim de diminuir/isentar-se dos impostos tributários municipais.

O Quadro 08 e 09 apresenta o demonstrativo do Espaço Físico, Equipamentos e outros, existentes no CAPF/UERN.

Quadro 08: Demonstrativo do Espaço Físico / CAPF/UERN (2021)

Espaço Físico	Quantitativo	Observação
Auditório	02	Capacidade para 100 a 150 pessoas/cada
Miniauditório	02	Capacidade para 60 pessoas
Banheiro	22	
Biblioteca	01	
Campo de Futebol	01	
Cantina	01	
Laboratórios de Ensino	10	Sendo 02 sob a coordenação do Departamento de Enfermagem
Pista de Atletismo	01	
Quadra Poliesportiva Coberta	01	
Sala de Vídeo e Multimídia	01	
Salas Administrativas	21	A sala do Departamento de Enfermagem (Bloco A) é subdividida em 3 salas menores: Sala de Professores, Sala de Coordenação do Curso/Orientação Acadêmica e Sala da Secretaria do Curso.
Salas de Aula	32	O Curso dispõe de 4 salas de aulas (Bloco B)
Salas de Pesquisa	14	Não há sala para funcionamento dos 02 Grupos de Pesquisa do CEN/CAPF. Estes dividem a sala no Bloco H com outro GP do DEGEO
Setor de Reprografia	01	Empresa Privada Prestadora de Serviços via Licitação UERN.

Fonte: Setor de Governança e Manutenção do CAPF/2021

Quadro 09: Demonstrativo da infraestrutura, equipamentos e outros /CAPF/UERN (2021)

Equipamentos	Quantidade
Aparelho de DVD	06
Computadores	44
Filmadora	01
Impressora	32
Tela de projeção	03
Televisão (Incluindo apenas as TVs LCDs ou LED)	02
Veículos	05

Fonte: Setor de Governança e Manutenção do CAPF/2021

5.2.2 Curso de Enfermagem (CAPF/UERN)

Para o funcionamento do Curso de Graduação em Enfermagem, o CAPF/UERN disponibiliza 04 (quatro) salas de aula, no Bloco B, pavimento 1, sendo 03 (três) com capacidade para 45 (quarenta e cinco) alunos e 01 (uma) com capacidade para 60 (sessenta) pessoas, sendo esta sala multifunção, sendo utilizada, também, como miniauditório. Todas as salas são climatizadas com ar condicionado tipo Split (03 unidades), e suas janelas (madeira com vidro) são adesivadas com blackout 100%, proporcionando conforto térmico e boa luminosidade. Há necessidade, no futuro, de colocação de forro com gesso para melhorar a acústica nas salas supramencionadas.

Ademais, tem-se a disposição no Bloco A do CAPF: 03 (três) salas para funcionamento do Administrativo do Curso (secretaria, coordenação e sala de professores) e dos dois laboratórios de ensino; no Bloco B: 01 sala para depósito e banheiros exclusivos para uso do Curso, no sentido de garantir a biossegurança dos docentes e discentes que necessitam se paramentar para uso dos laboratórios.

O Quadro 10 apresenta a descrição da estrutura física (área) das salas de aula do CEN/CAPF/UERN.

Quadro 10: Descrição da estrutura física das salas de aula do CEN/CAPF/UERN (2021)

Descrição do Espaço Físico	Quantidade
Salas de aula medindo 52,92 m ² (total 317,52 m ²), com a capacidade de 40 (quarenta) a 50 (cinquenta) alunos por sala.	03
Sala de miniauditório medindo 68.36 m ² , com a capacidade de 60 (sessenta) a 70 (setenta) alunos por sala	01

Fonte: Setor de Governança e Manutenção do CAPF/2021

No tocante aos **Laboratórios de Ensino**, o CAPF faz uso do Laboratório de Informática com 11 (onze) máquinas, sendo vinculado ao Departamento de Administração (DAD), porém, todos os demais setores e segmentos têm acesso mediante agendamento prévio pelo CEN/CAPF.

Quanto aos **Laboratórios de Ensino de Enfermagem**, tem-se: o Laboratório de Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem (LABSemio) e o Laboratório de Morfologia (LABMorfo) localizados no Bloco A. Ressalta-se que o LABMorfo é utilizado para aulas das ciências básicas dos alunos matriculados no Curso de Educação Física. Seus coordenadores são

a Profa. Janieiry Lima de Araújo (LABSemio) e o Prof. Márcio Adriano Fernandes Barreto (LABMorfo).

O **LABSemio** consiste num Laboratório de Ensino das Práticas de Enfermagem com vista a desenvolver competências, aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes próprias do exercício da profissão. Possibilita as simulações e as práticas de enfermagem e, posteriormente, a sua realização na realidade dos serviços de saúde, nos quais ocorrem as aulas-práticas e estágios curriculares supervisionados.

Para formar enfermeiros, seguindo o perfil orientado pelas diretrizes curriculares nacionais (DCNs, 2001), é necessário que o processo de ensino-aprendizagem oportunize aos acadêmicos vivenciar situações onde possam desenvolver determinados procedimentos práticos orientados por conhecimento científico apropriado, de modo que dê suporte a aquisição de habilidades e destreza motora, cognitiva ou sensorio-perceptiva para a execução dos cuidados de enfermagem seguindo as normas de biossegurança.

O LABSemio deve permitir ao graduando experimentar, testar, repetir, errar e corrigir as diversas práticas de enfermagem. A metodologia de simulação possibilita ao discente a redução do estresse e da ansiedade, sensações comuns em situações reais de aprendizagem. Este representa o primeiro contato do graduando com os procedimentos técnicos da enfermagem, em situação simulada, antes que as realize diretamente com o usuário. Aprendendo desse modo, o discente deve se sentir mais seguro e tranquilo para desenvolver as competências e habilidades necessárias para a execução do trabalho como enfermeiro.

O LABSemio consiste no Laboratório de Ensino de Práticas de Enfermagem sob a responsabilidade da Coordenação de Laboratórios do Departamento de Enfermagem (CAPF - UERN). Funciona em sala única (56,46m²) localizada no Bloco A do CAPF, com layout aberto dispondo de 03 estações de práticas (Enfermaria - Leito; Tocoginecologia; Posto de Enfermagem e Lavabo). A sala possui 30 carteiras escolares, birô escolar, duas cadeiras estofadas, quadro branco e projetor de multimídia.

A **Estação 1 Posto de Enfermagem** é composta por armário vitrine (1), no qual ficam alojados materiais e equipamentos para aferição de sinais vitais (esfigmomanômetros, estetoscópios, termômetros com coluna de mercúrio, etc.); equipamentos e materiais para medidas antropométricas - balança adulto (1), balança infantil (1) e outros; material para realização de consultas pré-natal (estetoscópio de Pinard, sonar doppler) e consulta ginecológica (cubas, espátulas); e braçadeira.

A **Estação 2 Tocoginecologia** é composto por mesa ginecológica (1); foco de luz (1); e banco giratório.

A **Estação 3 Enfermaria-Leito** é composta por cama hospitalar (1); escada dois degraus (1); suporte para soro (1); carrinho auxiliar (1); suporte bandeja auxiliar (2); bomba de infusão (1); e biombo (1).

O **LABMorfo** consiste no Laboratório de Ensino das Ciências Básicas sob a responsabilidade da Coordenação de Laboratórios do Departamento de Enfermagem (CAPF - UERN). Funciona em sala única (56,46m²) localizada no Bloco A do CAPF, com layout aberto dispondo de estações de práticas dos componentes curriculares das ciências básicas dos PPC de Enfermagem e Educação Física do CAPF. Portanto, é espaço *sinen quan non* para a construção de habilidades e competências necessárias a formação de enfermeiros e educadores físicos.

O Quadro 11 apresenta a descrição da estrutura física dos Laboratórios de Ensino do CEN/CAPF/UERN.

Quadro 11: Descrição da estrutura física dos laboratórios do Curso de Enfermagem no CAPF/UERN (2021)

Laboratório	Descrição	Quantidade
Laboratório de semiologia e Semiotécnica	Localizado no Bloco A, medindo 52,92 m ² (total 317,52 m ²), com a capacidade de 40 (quarenta) a 50 (cinquenta) alunos por sala	1
Laboratório de morfologia	Localizado no Bloco A medindo 52,92 m ² (total 317,52 m ²), com a capacidade de 40 (quarenta) a 50 (cinquenta) alunos por sala	1

Fonte: Setor de Governança e Manutenção do CAPF/2021

Os Quadros 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19 apresentam os equipamentos, mobiliários e outros, existentes no LABSemio e LABMorfo.

Quadro 12: Equipamentos, mobiliários e outros – Laboratório de Semiologia e Semiotécnica do CEN/CAPF/UERN (2021)

Item	Descrição	Quantidade
1	Balança manual infantil	01
2	Balança plataforma	01
3	Pelve simulador de parto	01
4	Glúteo anatômico	01
5	Caixa organizadora g	01
6	Caixa organizadora m	01
7	Régua antropométrica madeira	01
8	Balança manual infantil	01
9	Balança plataforma	01

10	Régua antropométrica inox	01
11	Antropométrica de madeira	01
12	Bomba de infusão com tripé	01
13	Tensiômetro de coluna	01
14	Mesa auxiliar	02
15	Suporte de braço	01
16	Cama hospitalar	01
17	Colchão para cama hospitalar	01
18	Simulador unissex	01
19	Armário com porta 2 compartimentos	02
20	Estante de aço	03
21	Escada 2 degraus	01
22	Armário com porta de vidro 2 compartimentos	01
23	Manequim anatômico (tronco)	01
24	Biombo	01
25	Carro cirúrgico	01
26	Focos	01
27	Pelve simulador ginecológica	01
28	Mesa ginecológica	01
29	Simulador de punção venosa	01
30	Campo cirúrgico	02
31	Toalha de mesa	01
32	Toalha de banho	03
33	Lençol de elástico	02
34	Fronhas	05
35	Lençol	10
36	Cuba G	08
37	Cuba M	10
38	Cuba com vedação	01
39	Cubas Plásticas de 10 litros	10
40	Cubas Plásticas de 6 litros	04
41	Pinar	01
42	Álbum seriado	03
43	Mamamiga	01
44	Kit planejamento familiar	01
45	Esfigmomanômetro G	01
46	Esfigmomanômetro M	06
47	Esfigmomanômetro P	01
48	Estetoscópio	06
49	Bandeja retangular G inox	01
50	Bandeja retangular M inox	02
51	Bandeja retangular P inox	02
52	Bandeja PP inox	03
53	Cuba rim inox	05
54	Cuba rim plástico	01
55	Sonar	01
56	Fitas métricas	03
57	Vidro com tampa	01

58	Canetas de insulina	01
59	Balança de banheiro	01
60	Nebulizador	01
61	Boneca Infantil	01
62	Boneca RN	01
63	Cuba Plástica de 50 litros	01
64	Gaveteiro 3 gavetas para seringas	01
65	Quadros Explicativos (Diversos Temas)	04

Fonte: Arquivo LABSemio CEN/CAPF (2020)

Quadro 13: Equipamentos, mobiliários e outros – Laboratório de Morfologia do CEN/CAPF/UERN (2021)

Item	Descrição	Quantidade
1	Proveta 500 ml	01
2	Proveta 250 ml	01
3	Proveta 100 ml	02
4	Proveta 50 ml	01
5	Erlemeyer 1000 ml	01
6	Erlemeyer 500 ml	01
7	Balão de fundo chato 1000 ml	01
8	Balão de fundo chato 500 ml	01
9	Balão de fundo chato 250 ml	01
10	Balão de fundo chato 50 ml	01
11	Becker 1000 ml	01
12	Becker 250 ml	01
13	Becker 100 ml	01
14	Becker 50 ml	01
15	Becker 25 ml	01
16	Cálice graduado de vidro para sedimentação	02
17	Cálice de sedimentação espontânea vidro	03
18	Bastões de vidro para preparo de fezes	11

Fonte: Arquivo LABMorfo CEN/CAPF (2020)

Quadro 14: Equipamentos, mobiliários e outros – Laboratório de Morfologia do CEN/CAPF/UERN (2021)

Item	Descrição do Material Tipo Vidraria	Quantidade
1	Proveta 500 ml	01
2	Proveta 250 ml	01
3	Proveta 100 ml	02
4	Proveta 50 ml	01
5	Erlemeyer 1000 ml	01
6	Erlemeyer 500 ml	01
7	Balão de fundo chato 1000 ml	01
8	Balão de fundo chato 500 ml	01
9	Balão de fundo chato 250 ml	01

10	Balão de fundo chato 50 ml	01
11	Becker 1000 ml	01
12	Becker 250 ml	01
13	Becker 100 ml	01
14	Becker 50 ml	01
15	Becker 25 ml	01
16	Cálice graduado de vidro para sedimentação	02
17	Cálice de sedimentação espontânea vidro	03
18	Bastões de vidro para preparo de fezes	11

Fonte: Arquivo LABMorfo CEN/CAPF (2020)

Quadro 15: Equipamentos, mobiliários e outros – Laboratório de Morfologia do CEN/CAPF/UERN (2021)

Item	Descrição do Material Tipo Plástico	Quantidade
1	Cálice de sedimentação PROEPA	25
2	Suporte plástico para o cálice	25
3	Caixa térmica plástica para transporte de amostra 10 litros	01
4	Caixa plástica com 15 litros. Uma apresentando tampa para transporte de materiais em geral do PROEPA	01
5	Cubas plásticas com tampa acondicionando sistemas e órgãos com formol	07
6	Baldes plásticos de 40 litros com peças anatômicas	03
7	Organizador plástico pequeno com 03 gavetas plásticas	02
8	Suporte plástico para o cálice	25
9	Baldes plásticos de 40 litros com peças anatômicas	03
10	Tonel plástico de 200 litros com cadáver	01

Fonte: Arquivo LABMorfo CEN/CAPF (2020)

Quadro 16: Equipamentos, mobiliários e outros – Laboratório de Morfologia do CEN/CAPF/UERN (2021)

Item	Descrição do Material Tipo Inox ou Alumínio	Quantidade
1	Cuba (bandeja) em inox pequena	01
2	Tanque inox de 400 litros (fixado em cimento)	01
3	Mesa para dissecação em inox c/ torneira acoplada	01
4	Expositor de vidro com alumínio dos sistemas fisioanatômicos contendo 05 portas, sendo cada porta expondo dois sistemas	01
5	Armário de aço médio fechado para vidrarias	01
6	Armário de aço fechado pequeno do PROEPA	01
7	Carteiras Escolares	24

Fonte: Arquivo LABMorfo CEN/CAPF (2020)

Quadro 17: Equipamentos, mobiliários e outros – Laboratório de Morfologia do CEN/CAPF/UERN (2021)

Item	Descrição de Manequins e Estruturas em Resina	Quantidade
1	Manequim completo (Boneco Muscular)	01
2	Modelo de coração anatômico em resina	01
3	Modelo de braço muscular	01
4	Modelo de braço vascular	01
5	Aparelho reprodutor feminino confeccionado em resina plástica rígida, contendo útero, ovários, bexiga, aparelho genital feminino completo, trompa uterina, músculos	01
6	Aparelho reprodutor masculino confeccionado em resina de tamanho pequeno	01
7	Modelo de mandíbula e maxilar com dentes em resina	01
8	Dentes em resina	01

Fonte: Arquivo LABMorfo CEN/CAPF (2020)

Quadro 18: Equipamentos, mobiliários e outros – Laboratório de Morfologia do CEN/CAPF/UERN (2021)

Item	Descrição de Equipamentos Laboratoriais	Quantidade
1	Microscópio ótico comum	02
2	Destilador de água da Quimis (quebrado)	01
3	Macrocentrifuga Benfer	01
4	Homogeneizador com “piaba”	01
5	Destilador de água da Quimis (quebrado)	01
6	Geladeira 180 litros	01

Fonte: Arquivo LABMorfo CEN/CAPF (2020)

Quadro 19: Equipamentos, mobiliários e outros – Laboratório de Morfologia do CEN/CAPF/UERN (2021)

Item	Descrição de Equipamentos Laboratoriais	Quantidade
1	Luvas de procedimento caixa com 100 unidades	Reposição continua
2	Lugol forte	01
3	Detergente enzimático	01
4	Gaze em rolo	01
5	Máscara caixa com 100 unidades	Reposição continua

Fonte: Arquivo LABMorfo CEN/CAPF (2020)

O Quadro 20 apresenta as peças anatômicas do LABMorfo.

Quadro 20: Peças Anatômicas – Laboratório de Morfologia do CEN/CAPF/UERN (2021)

Item	Descrição Peças Anatômicas	Quantidade
1	Cuba 01 – Aparelho digestivo	01
2	Cuba 02 – Rins por pares	02
3	Cuba 03 – corte de crânio	01
4	Cuba 03 – cérebro	½
5	Cuba 03 – membrana dura-máter	01
6	Cuba 03 – cerebelo	01
7	Cuba 04 – coração	05
8	Cuba 05 – pulmão pares	02
9	Cuba 06 – pulmão pares	02
10	Cuba 07 – baço aberto	01
11	Balde 01- corte frontal de costelas	01
12	Balde 01 – cabeça completa	01
13	Balde 02 – hemi-face	01
14	Balde 03 – membros inferiores	02
15	Balde 03 – membros superiores	02
16	Tanque – corpo completo	01

Fonte: Arquivo LABMorfo CEN/CAPF (2020)

Apesar dos laboratórios apresentarem boa estrutura física, há necessidade de ampliar espaços para o ensino das práticas de enfermagem e das ciências básicas e de investimentos para aquisição de novos equipamentos e simuladores, mais modernos e automatizados, além, da manutenção contínua dos materiais e mobiliários, reposição periódica de equipamentos de proteção individual (EPIS), insumos médico-hospitalar, para uso nas aulas práticas em laboratório de uso exclusivo dos alunos e professores.

Face às necessidades vindouras com a implantação do PPC de Graduação Bacharelado em Enfermagem, apresentamos, em linhas gerais, o **Plano de Expansão e Adequação dos Laboratórios de Ensino de Enfermagem**.

Para viabilizá-lo, o CAPF/UERN disponibilizou terreno com área de 200m² ao lado do Bloco A, onde se localiza o LABSemio e o LABMorfo, e do Bloco B, onde se localizam as salas de aula. O **Laboratório de Ensino de Enfermagem (LABEnf)** será construído em dois pavimentos (térreo + 1º pavimento), podendo chegar a 400m² de área construída. A ideia é que o LABEnf seja um espaço para promover ações de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do CEN/CAPF.

O Plano de Expansão e Adequação dos Laboratórios de Ensino de Enfermagem (CAPF/UERN), prevê, primeiramente, a reforma dos laboratórios existentes (LABSemio e LABMorfo), conforme normas de biossegurança e necessidades metodológicas dos respectivos componentes curriculares do PPC.

O **LABEnf** comportará novos espaços físicos para a formação prática dos bacharéis em enfermagem, prevendo nesta unidade a construção dos seguintes laboratórios de ensino:

- a) **Laboratório de Análises (LABAN)**, para suporte às aulas práticas de Histologia, Microbiologia e Parasitologia;
- b) **Laboratório de Enfermagem em Saúde Coletiva (LABESC)**, para suporte às aulas práticas de Enfermagem em Saúde Coletiva; Saúde da Família; Enfermagem Comunitária; Educação em Saúde; Consulta de Enfermagem, entre outras;
- c) **Laboratório de Simulação Realística em Enfermagem (LABSIR)**, para suporte ao ensino da Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem nos diferentes ciclos de vida que necessitam de cuidados clínicos de enfermagem. Para isso, o laboratório prevê estrutura completa para auxiliar na aquisição de habilidades, por meio de simuladores de alta tecnologia, no sentido de proporcionar que o estudante tenha aulas práticas que reproduzam os diferentes cenários das práticas de enfermagem, proporcionando situações, no processo de formação do enfermeiro, que se assemelhem com a realidade dos serviços de saúde/enfermagem;

O LABEnf irá dispor de: 02 banheiros com vestuário para docentes e discentes; 03 sanitários para comunidade externa; 01 depósito; 01 sala para coordenação de laboratório; e 01 copa. A sua construção prevê a unificação do Bloco A ao Bloco B do CAPF. Considerando o desnível do terreno disponibilizado, o Bloco B será acessado por meio de escada, ligando o LABEnf ao primeiro pavimento, onde se localizam nossas 04 salas de aula.

A **política de aquisição dos equipamentos e insumos** ocorre mediante solicitação dos cursos diante de suas necessidades. Essa solicitação é feita junto à Direção do Campus, pactuadas no colegiado e remetidas à Pró-Reitoria de Administração da UERN. Essa última é responsável por compras, licitações e envio destes equipamentos ou realização de obras.

É comum, mas, não o ideal, a realização das campanhas de doação organizadas por alunos e professores, para aquisição de insumos para o LABSemio e LABMorfo, a partir das quais, algumas prefeituras ou empresas privadas das cidades contribuem com doações de materiais médico-hospitalar, como gazes, ataduras, luvas, seringas, lâminas, sondas, medicamentos, dentre outros.

Face a dinâmica do desenvolvimento dos componentes curriculares, que fazem uso do LABSemio, configura-se uma necessidade do Curso, a contratação, por concurso público, de 1 (um) Técnico de Nível Superior (TNS) com formação em Enfermagem, para auxiliar o professor nas aulas práticas e na organização do laboratório.

Em se tratando dos **recursos de informática, audiovisuais e gerais**, o CEN/CAPF/UERN é equipado com recursos destinados a prática docente, a estrutura administrativa e apoio. Os equipamentos de informática são indispensáveis para o funcionamento da administração e gerência da vida acadêmica dos discentes por meio da operacionalização do SAE. Os recursos de multimídia são ferramentas necessárias a uma apropriada prática docente.

Diante da especificidade das aulas de enfermagem, as quais requerem apresentações de fotos, gráficos e demais imagens ilustrativas, consideramos suficiente a quantidade de projetores multimídia, necessitando da instalação “fixa” de projetores nas salas de aula.

Os quadros 21, 22, 23 e 24, a seguir, apresentam a relação de equipamentos do CEN/CAPF/UERN e nos seus respectivos espaços físicos:

Quadro 21: Relação dos equipamentos da secretaria do CEN/CAPF/UERN

Item	Descrição	Quantidade	Tombo
1	CPU HP	01	41530
2	CPU	01	65126
3	Impressora Laserjet P1005	01	Sem tombo
4	Impressora SAMSUNG ML 1665	01	48356
5	Impressora SAMSUNG ML 1665	01	Sem tombo
6	Monitor Plugtech LG	01	39752
7	Monitor AOC	01	65128
8	Estabilizador Force line (sem uso)	01	Sem tombo
9	Estabilizador Force line	01	Sem tombo
10	Estabilizador Side Way (sem uso)	01	65141
11	Armário de aço duas portas	01	24846
12	Estante de aço aberta	01	Sem tombo
13	Armário de aço 2 portas (pequeno)	01	Sem tombo
14	Ventilador parede ARGE	01	Sem tombo
15	Balcão em madeira (recepção)	01	Sem tombo

Fonte: Arquivo Secretaria do CEN/CAPF (2020)

Quadro 22: Relação dos equipamentos da sala da coordenação

Itens	Descrição	Quantidade	Tombo
1	Ar condicionado janela 7500btus	01	Sem tombo
2	Estante de aço aberta	02	Sem tombo
3	Armário de aço 2 portas grande	01	24845
4	Birô sem gaveta	01	25690

Fonte: Arquivo Secretaria do CEN/CAPF (2020)

Quadro 23: Relação dos equipamentos da sala dos professores

Itens	Descrição	Quantidade	Tombo
1	Monitor AOC	01	41664
2	CPU Plugtech	01	39694
3	Impressora HP laserjet Pro400	01	63325
4	Impressora HP	01	58656
5	Armário de aço 2 portas pequeno	01	42007
6	Gelágua Esmaltec	01	23979
7	Armário madeira 3 portas	01	Sem tombo
8	Birô 2 gavetas	01	Sem tombo
9	Birô 2 gavetas	01	Sem tombo
10	Ar condicionado Split 24000btus	01	63734
11	Frigobar Consul	01	Sem tombo
12	Mesa para reunião	01	25636

Fonte: Arquivo Secretaria do CEN/CAPF (2020)

Quadro 24: Materiais Diversos

Itens	Descrição	Quantidade	Tombo
1	Cadeira acolchoada	01	43467
2	Cadeira acolchoada	01	43455
3	Cadeira acolchoada	01	43456
4	Cadeira acolchoada	07	Sem tombo
5	Cadeira acolchoada giratória	01	65642
6	Cadeira acolchoada giratória	01	65631
7	Cadeira acolchoada giratória	01	64635
8	Cadeira acolchoada giratória	01	65633
9	Cadeira acolchoada giratória	01	65652
10	Cadeira acolchoada giratória	01	65628
11	Cadeira acolchoada giratória	01	65644
12	Cadeira acolchoada giratória	01	65640
13	Cadeira acolchoada giratória	01	65638
14	Cadeira acolchoada giratória	01	65646
15	Cadeira acolchoada giratória	01	65645
16	Cadeira acolchoada giratória	01	65643
17	Tela de projeção	01	25603
18	Notebook Positivo Premium P2TOL	01	39086
19	Netbook Acer Aspire One	01	65417
20	Amplificador de som com subwoofer (sem uso)	02	Sem tombo
21	Projeter de Multimídia Epson Power lite S8	01	Sem tombo
22	Projeter de Multimídia Epson Power lite S8 (sem uso)	01	Sem tombo
23	Projeter de Multimídia Opto	01	Sem tombo

Fonte: Arquivo Secretaria do CEN/CAPF (2020)

5.3 COMPATIBILIDADE DOS OBJETIVOS DO CURSO COM AS FINALIDADES DA UERN, ESTABELECIDAS NO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) E NO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI)

É consensual o entendimento da necessidade de planejamento estratégico para o desenvolvimento de uma instituição na atualidade. Assim, a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), através do seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/UERN 2016-2026⁵), traça o mapa do futuro da instituição, estabelecendo diretrizes para o ensino, a pesquisa e a extensão, funções essenciais da universidade. Segundo o PDI, o avançar nessas atividades, não se fazem sem concursos de pessoas e aquisição equipamentos (UERN, 2016).

O PDI/UERN (2016-2026)³ é um projeto institucional que viabiliza o seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI)³, juntos, apontam para a necessidade de mudanças culturais significativas na Instituição e para a adoção de novas práticas e atitudes, para concretização da sua missão que é “(...) promover a formação de profissionais com competência técnica, ética e política, bem como de cidadãos críticos e criativos, para o exercício da cidadania, além de produzir e difundir conhecimentos científicos, técnicos e culturais que contribuam para o desenvolvimento sustentável da região e do País” (UERN, 2016, p. 24).

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) expressa, portanto, uma visão do mundo contemporâneo, do entendimento da educação superior em face da nova conjuntura globalizada e tecnológica, explícita, de modo abrangente, o papel da IES e sua contribuição social nos âmbitos local, regional e nacional, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, componentes essenciais para a formação crítica do cidadão e do futuro profissional, na busca da articulação entre o real e o desejável (UERN, 2016).

Para viabilizar esse ideário, a UERN assume o compromisso social e a formação integral, como princípios e valores, para com a educação superior da sociedade norte-riograndense e brasileira. Ademais, almeja ser/agir como uma instituição de ensino superior autônoma e com liberdade de pensamento, pública, democrática nas suas relações internas, cujas deliberações se dão mediante a gestão colegiada e a transferência administrativa (UERN, 2016).

No sentido de viabilizar o PPI, a UERN constrói políticas estruturantes, com diretrizes e metas estabelecidas, para fomentar a formação universitária, a saber: a Política de Ensino (de

⁵ Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/UERN 2016-2026). Disponível em http://www.uern.br/controldepaginas/documentos-pdi/arquivos/0062resolua%C2%A7a%C2%A3o_34_2016_consuni_aprova_o_pdi_anexo.pdf

graduação e pós-graduação); a Política de Pesquisa e Inovação; a Política de Extensão; a Política de Assistência Estudantil; a Política de Intercâmbio e Internacionalização; a Política de Inclusão e de Atendimento às pessoas com deficiência. Tais políticas são desenvolvidas em constante avaliação institucional, mediante incorporação dos resultados às rotinas acadêmicas e administrativas, que devem ser assumidas como prática indispensável ao aprimoramento institucional (UERN, 2016).

A UERN, conforme seu PDI/PPI, tem como objetivos institucionais: a) formar pessoas em diferentes áreas do conhecimento, estimulando a criação cultural, o desenvolvimento científico e o pensamento crítico-reflexivo; b) produzir, sistematizar e socializar o conhecimento, por meio da pesquisa, ensino e extensão, visando à formação de profissionais éticos aptos a atuarem na sociedade contemporânea; c) promover a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão; d) difundir a pesquisa científica com vistas à solução de problemas sociais, econômicos, políticos e ambientais, nacionais e regionais; e) estimular o aperfeiçoamento cultural e profissional; f) contribuir para a redução das desigualdades científica, econômica e social da região (UERN, 2016).

Analisando tais objetivos, o CEN/CAPF se alinha ao PDI/PPI/UERN, ao apresentar o seu Projeto Pedagógico do Curso de Graduação Bacharelado em Enfermagem (2021), ao visarmos formar o enfermeiro bacharel, generalista, humanista, crítico e reflexivo, com competência técnico-científica, ético-política, para participar efetivamente da consecução do direito universal à saúde, mediante a humanização das práticas, valorizando a pessoa em sua integralidade biológica, psicológica, social e espiritual e no exercício da cidadania. Mediante as atividades pedagógicas de ensino, pesquisa e extensão construir as competências técnico-científica, ético-política essenciais para que o egresso do curso assuma a coordenação do trabalho de enfermagem, materializado nos processos de trabalho: assistir/intervir, gerenciar, ensinar/aprender e investigar.

Com o intuito de fomentar o desenvolvimento profissional, idealizamos o PPC, a partir da realidade dos serviços de saúde e da totalidade social, com vistas à transformação dos perfis epidemiológicos do país, região e do Estado do Rio Grande do Norte, segundo os princípios éticos-legais do exercício da profissão. Para isso, buscamos instrumentalizar o discente para a produção de novos conhecimentos, compreendendo a pesquisa como eixo norteador do trabalho em saúde/enfermagem; para realizar o processo de trabalho ensinar/aprender direcionado ao desenvolvimento da educação em saúde, na perspectiva da Vigilância à Saúde, visando o empoderamento do indivíduo, família, comunidade; e para realizar o processo de trabalho ensinar/aprender direcionado ao desenvolvimento da educação permanente em

saúde/enfermagem, comprometendo-se com seu processo de formação e dos demais trabalhadores de enfermagem, na perspectiva da articulação ensino/trabalho.

6 HISTÓRICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM DO CAMPUS AVANÇADO DE PAU DOS FERROS (UERN)

6.1 CRIAÇÃO DO CURSO

A criação do Curso de Graduação em Enfermagem do CAMEAM/UERN, em 2004, se constituiu na possibilidade de intervir na realidade da produção dos serviços de saúde/enfermagem do município de Pau dos Ferros e região, com o compromisso claro de contribuir com o processo de transformação da prática em saúde e, conseqüentemente, com a inversão do modelo assistencial que, hegemonicamente tem orientado a educação e o trabalho em saúde/enfermagem. Modelo assistencial marcado por uma visão individualizada, hospitalocêntrico e curativo da assistência de saúde, de abordagem cartesiana, determinou uma formação particularizada, fracionada, sofisticada e mecânica, o que inviabilizou a compreensão de que as relações existentes entre o modo de viver e produzir da população interferem no processo vital de reprodução e desgaste biológico, ou seja, no seu processo saúde-doença, manifestado no indivíduo, família, comunidade e, conseqüentemente, em sua qualidade de vida e saúde.

Romper com o pensar/fazer fragmentado, substituindo-o pelo pensamento integrado, inter-relacionado, contextualizado e global, se constituiu em grande desafio a ser enfrentado na perspectiva de formar profissionais comprometidos com a reorientação do modelo assistencial, materializada no SUS, enquanto política pública.

Essa reorientação tem se constituído em movimento que acontece em nível nacional. Assim, o município de Pau dos Ferros/RN não tem ficado à margem desse movimento e tem mobilizado recursos para o processo de mudança no setor saúde, decorrente do Movimento de Reforma Sanitária Brasileira, o que repercutiu na organização dos serviços, no mercado de trabalho e na formação em saúde/enfermagem.

Essa reorientação do modelo assistencial ocorreu, de modo especial, por meio da implantação da Estratégia de Saúde da Família (ESF), que atualmente perfaz um total de 12 equipes efetivadas no município de Pau dos Ferros/RN, o que representa uma cobertura de 100% da população.

Segundo o Ministério da Saúde (MS), deve haver para cada grupo de 3.000 habitantes uma equipe de saúde da família e, em cada equipe, um enfermeiro. Esse modelo se reproduz nos 37 municípios que compõem a VI Região de Saúde (RS), sendo Pau dos Ferros, o município

referência regional, sede do curso. Nesse sentido, a cidade de Pau dos Ferros e região, se configura o espaço de formação e de inserção dos nossos egressos.

Assim, considerando a política adotada pela gestão local de saúde, percebemos que a realidade de saúde e a estrutura de serviços de atenção à saúde existentes, exigem a inserção, na rede, de novos profissionais da área, com um perfil diferenciado em consonância com os princípios preconizados pelo SUS.

Porém, a inexistência de um curso de graduação de enfermagem, no município de Pau dos Ferros e região, evidenciou a existência de uma demanda reprimida, para essa área de formação, aspecto que pode ser observado através do número elevado de inscritos para o curso de enfermagem durante o primeiro processo seletivo que ocorreu por ocasião do vestibular para preenchimento de vagas para o curso de enfermagem no Campus Central da UERN.

Por outro lado, a desigualdade de acesso ao ensino superior em todo o país constitui-se numa realidade no estado do Rio Grande do Norte e, especificamente em Pau dos Ferros e região, tendo como alvo principal os alunos que concluem o ensino médio na rede pública, os quais não conseguem ingressar nas universidades públicas, em virtude do desequilíbrio no nível de concorrência, decorrente das possibilidades de preparação adicional que os candidatos de classe social diferenciada possuem em relação aos alunos oriundos das escolas municipais e estaduais do ensino fundamental e médio.

Aliado a esses aspectos vale ressaltar que a valorização do profissional de enfermagem, nos últimos anos, nas políticas do SUS, de modo especial com a expansão da Estratégia Saúde da Família (ESF), tem contribuído para o aumento da procura pelo Curso.

O processo de criação do Curso de Enfermagem do CAMEAM/UERN, teve como referência o início dos anos 1990, por ocasião da realização de seminário interno, momento em que são evidenciadas as demandas internas para criação de novos cursos; ampliação do Campus e a melhoria dos cursos já existentes. As novas demandas foram formalizadas em documento para negociação com as instâncias hierarquicamente superiores no âmbito da UERN. A formação de nível superior em enfermagem encontrava-se entre as citadas e com boa cotação entre os participantes do referido evento (alunos e professores). Contudo, não houve alteração na situação do CAMEAM durante um longo período de tempo (SÁ, ARAUJO, GOMES, PINTO, OLIVEIRA, 2019).

Somente em 2003, essa demanda ressurgiu, de forma melhor sistematizada e se constituiu em aspecto que é incorporado na agenda de trabalho da gestão do Campus Avançado. O apelo ao trabalho coletivo para a aquisição de novos cursos culminou com a realização de uma mesa redonda durante a Semana Universitária, no mesmo ano, oportunidade, na qual, o

assunto retornou a mesa de debate. Esse momento resultou na formação de uma comissão interna para discutir/construir estratégias de trabalho para expansão dos cursos de graduação no Campus Universitário da UERN em Pau dos Ferros/RN (SÁ, ARAUJO, GOMES, PINTO, OLIVEIRA, 2019).

A Comissão Interna de Criação de Novos Cursos no CAMEAM mobilizou esforços para a realização de diversas atividades, tais como: construção de documento contendo uma exposição de motivos para a expansão de cursos de graduação; realização de encontro com autoridades do município e região (poder executivo e legislativo da cidade e região); coleta de assinaturas para referendar o documento contendo a exposição de motivos; participação e socialização da necessidade de expansão da formação a nível de graduação em audiências públicas na Câmara de Vereadores de Pau dos Ferros; debates com a sociedade civil organizada, contando com representantes da 15ª Diretoria Regional de Educação e Desportos (DIREDE), da Reitoria da UERN, Secretaria de Educação de Pau dos Ferros, imprensa local, entre outros (SÁ, ARAUJO, GOMES, PINTO, OLIVEIRA, 2019).

Todo esse movimento gerou a organização de um grupo interdepartamental de professores, que realizou um estudo-diagnóstico sobre a demanda de mercado para os cursos propostos. Esse estudo serviu de base para elaboração do projeto oficial de criação dos novos cursos, apesar do caráter técnico-administrativo, que orientou a análise do referido projeto. Foram aplicados 300 (trezentos) questionários junto a sociedade do Alto Oeste Potiguar, no entanto, deste total, apenas 102 (cento e dois) foram respondidos e repassados para a comissão interdepartamental proceder sua análise. Assim, entre os 35 (trinta e cinco) cursos de graduação indicados pela população, a formação em Enfermagem ocupou a segunda citação, precedida da formação em Direito (SÁ, ARAUJO, GOMES, PINTO, OLIVEIRA, 2019).

A partir disto, foi constituído o “Fórum Permanente de Discussão para a Criação de Novos Cursos”, em substituição à Comissão Interna de Criação de Novos Cursos. Esse momento foi marcado por uma análise qualitativa do estudo-diagnóstico, portanto, recebeu contribuição da 15ª DIREDE e da Secretaria de Educação de Pau dos Ferros. A partir de então, ficou evidenciada a real carência de profissionais em áreas específicas. Para os 10 (dez) cursos mais citados, foi realizada uma comparação entre a demanda citada e a real viabilidade técnico-profissional para absorção no mercado de trabalho regional (SÁ, ARAUJO, GOMES, PINTO, OLIVEIRA, 2019).

Essa metodologia deu origem a uma “Lista de Cursos” para avaliação técnica e administrativa, que sugeria uma proposta concreta condizente com a realidade da UERN e da

demanda de mercado regional. Assim, esse método relacionou os 04 (quatro) cursos a serem efetivados: Bacharelado/Licenciatura em Enfermagem; Licenciatura em Educação Física; Bacharelado em Administração e Licenciatura em Geografia (SÁ, ARAUJO, GOMES, PINTO, OLIVEIRA, 2019).

É importante ressaltar a importância da forma como, gradativamente, o Fórum Permanente de Discussão para Criação de Novos Cursos envolveu diferentes seguimentos da sociedade, docentes, discentes e técnicos-administrativos, em torno da luta para concretizar a liberação de recursos financeiros e orçamentários na UERN que, na época, contava com orçamento insuficiente para tal intento. Porém, o orçamento em questão foi emendado com recursos excepcionais, que efetivaram o projeto de expansão dos novos cursos de graduação do CAMEAM.

Assim, no ano de 2004, os novos cursos foram criados e as vagas oferecidas no concurso vestibular do CAMEAM/UERN, distribuídas em 26 vagas para Enfermagem, 46 vagas para Educação Física, 46 vagas para Administração e 46 vagas para Geografia. Essa oferta significou um acréscimo de 133,33% de vagas nos cursos de graduação do Campus. As aulas tiveram início no segundo semestre letivo de 2004 (SÁ, ARAUJO, GOMES, PINTO, OLIVEIRA, 2019).

Porém, a abertura de vagas não é suficiente. É necessário que se garanta um processo de formação coerente com as necessidades e diretrizes de formação para enfermagem. Portanto, o CAMEAM compreende que democratizar o ensino superior é construir de maneira participativa um projeto de educação de qualidade social, que promova o exercício pleno da cidadania. Esse projeto tem que estar profundamente inserido na sociedade civil, com uma gestão democrática e participativa, devendo produzir, de forma coletiva, uma nova estrutura organizativa que dê sustentação para os desafios presentes e futuros do ensino superior em nosso país.

Desse modo, o Curso de Enfermagem apresenta preocupação com a qualidade do ensino, enquanto condição indispensável para a garantia do papel social e político da educação.

Com essa compreensão, o Curso assume o compromisso com a formação do enfermeiro generalista, humanista, crítico e reflexivo, conforme preconiza as DCNs vigentes, utilizando estratégias curriculares e pedagógicas que atendam ao desenvolvimento social e sintonizem o processo ensinar/aprender, libertário e criativo, com os conhecimentos contemporâneos. Esse processo deve construir possibilidades de mudanças para formar profissionais dotados de competência técnica, científica, ética e política, capazes de contribuir

com a construção do SUS, com o direito universal à saúde, que atendam às necessidades sociais da maioria da população brasileira.

Nesse contexto, o Curso, em consonância com a ABEN, incorpora-se ao movimento de implementação do SUS, compreendendo os seus princípios e diretrizes como eixo estrutural e estratégia para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor. Assim, assume o desafio de criar um Curso de Graduação em Enfermagem fundamentado nas:

- Diretrizes Curriculares Nacionais da Enfermagem (DCNEnf), Resolução 03/2001/CNE/CES;
- Orientações para a Educação em Enfermagem emanadas dos Seminários Nacionais de Educação em Enfermagem (SENADEN);
- Nos princípios da Reforma Sanitária Brasileira, materializada nas Leis Orgânicas da Saúde (LOS), cujos princípios e diretrizes são: Universalidade, Equidade, Integralidade, Descentralização, Regionalização, Hierarquização e Participação da Comunidade, tendo em vista a construção, consolidação e fortalecimento do SUS, compreendido como política social capaz de responder às necessidades de saúde do cidadão, compreendido como direito de cidadania (BRASIL, 1990^a; BRASIL, 1990b; BRASIL, 1988).

O SUS altera completamente o enfoque da atenção à saúde, amplia o conceito de saúde para além da doença e da intervenção individualizada, compreende saúde como direito de cidadania, o que implica na qualidade de vida e na realização de ações voltadas para o sujeito em seu contexto social (PAIM, 2008).

Diante desse novo contexto, o Curso reconhece a necessidade de estabelecer relações de coerência entre o ensino da enfermagem e as políticas sociais e de saúde para construir o processo de formação do enfermeiro. Desse modo, o egresso do CEN/CAMEAM, da primeira turma 2008.2 à atualidade, teve sua formação voltada para a atuação nos diferentes níveis assistenciais, realizando ações de promoção, proteção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde, tendo a integralidade, como eixo estruturante da atenção e o território como espaço organizativo das suas ações.

Com essa compreensão, os cenários de aprendizagem do Curso privilegiam a realidade da produção dos serviços de saúde em Pau dos Ferros e região, espaço de conformação da política local de saúde articulada às políticas de saúde de âmbito nacional e estadual.

A realidade social e de saúde que se impõe ao longo dos anos exige habilidades, não só na dimensão preventiva e curativa, mas, também, no desenvolvimento de uma visão crítica aliada a uma capacidade de articulação com órgãos de educação e saúde, para as possíveis revisões no projeto pedagógico original.

O Curso de Enfermagem teve sua aula inaugural em 04 de novembro de 2004, proferida pelas Profa. Dra. Abigail Moura e a Profa. Dra. Moêmia Gomes de Oliveira Miranda. Compunha, o quadro docente, os professores Marcelo Viana da Costa, Janieiry Lima de Araújo e Niedja Cibegne da Silva Fernandes, que exercia a Coordenação Pedagógica, conjuntamente, a Sra. Mary Jeane Ferreira Rocha, que assumia a Secretaria Geral do Curso (SÁ, ARAUJO, GOMES, PINTO, OLIVEIRA, 2019).

Em 2006, assumiu a Coordenação do Curso, a Profa. Janieiry Lima de Araújo, que organizou a primeira eleição para este cargo a nível departamental. Assumindo, pós-processo eleitoral, os professores Marcelo Viana da Costa (Chefe) e José Giovanni Nobre Gomes (Subchefe) (2008-2010 e 2011-2012); na sequência, novo pleito eleitoral elegeu as professoras Andrezza Karine de Araújo Medeiros Pereira (Chefe) e Palmyra Sayonara de Góis (Subchefe) (2013-2014).

Dando seguimento a gestão acadêmica, assumiram a coordenação do curso os professores José Giovanni Nobre Gomes (Chefe) e Márcio Adriano Fernandes Barreto (Subchefe), para mandado de 2 anos, reconduzidos, via processo eleitoral, para mais 2 anos.

Em 18 março de 2020, no contexto de pandemia e distanciamento social imposto pela Covid-19, ocorreu a primeira eleição com votação *on line*, via Plataforma Integra, para coordenação do Curso. Vencendo o pleito as professoras Graça Rocha Pessoa e Janieiry Lima de Araújo, para os cargos de Chefe e Subchefe, respectivamente, para mandado de 2 anos, iniciado em maio de 2020.

O Curso de Enfermagem de Pau dos Ferros (CAPF/UERN) passou por distintos momentos de revisão do seu Projeto Pedagógico desde a sua criação, sendo o primeiro PPC “herdado” da Faculdade de Enfermagem de Mossoró (FAEN/UERN) (ARAUJO, 2019).

A **primeira reformulação** (em 2010) se processou devido a necessidade de buscar o Reconhecimento do Curso junto ao Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Norte (CEE/RN). Assim, o Curso de Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem (CAMEAM/UERN), aprovado pela Resolução nº 55/2008 - CONSEPE/UERN, teve seu Reconhecimento, através de Resolução nº 21.871/2010 - CEE/RN (SÁ, ARAUJO, GOMES, PINTO, OLIVEIRA, 2019).

A **segunda reformulação** (em 2015), ocorreu devido a necessidade de Renovação do Reconhecimento do Curso de Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem do (CAMEAM/UERN), aprovado via Parecer nº 02, em 25 de fevereiro de 2016 (CES/CEE/RN) (SÁ, ARAUJO, GOMES, PINTO, OLIVEIRA, 2019).

Porém, como necessidade sentida, no decorrer do processo de formação de nível superior, o Projeto Pedagógico do Curso precisou ser revisado novamente, como forma de garantir a superação de problemas marcantes na vivência da sua implementação, assim como, para o fortalecimento de aspectos relevantes e edificadores frente aos desafios atuais para a formação dos trabalhadores em saúde, de enfermeiros, no contexto brasileiro.

Neste documento, portanto, são apresentados “o novo PPC CEN/CAPF”: os marcos teórico-metodológicos reorientadores da educação e do trabalho em saúde/enfermagem; os objetivos, o perfil, as competências e habilidades; os princípios formativos, as bases referencias e conceituais; a organização curricular; a matriz curricular; as ementas dos componentes curriculares; as políticas prioritárias (de avaliação, gestão, pesquisa, extensão, estágio, de acompanhamento dos egressos) que configuram a ideia para a formação do/a enfermeiro/a, grau acadêmico “bacharelado”. Representa, portanto, o produto final do amplo debate entre os atores envolvidos (docentes, discentes e técnicos-administrativos), cuja construção coletiva foi coordenada pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso.

Assim, a criação do atual “**Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Enfermagem (CAPF/UERN), modalidade Bacharelado**”, foi possível pelo seguimento de Agenda de Trabalho, instituída pelo NDE (Portaria/SEI nº 53, de 04 de março de 2021 – GD/CAPF/UERN), mediante reuniões periódicas e sistemáticas, na modalidade presencial (antes da pandemia) e virtual (pós-pandemia), em alguns momentos com os membros do NDE, e, em outros, com o colegiado do curso, utilizando-se da formação de grupos de trabalhos, constituídos por professores, representantes discentes e técnicos-administrativos, que realizaram diversos encontros e reuniões para proceder a revisão/elaboração/deliberação dos Programas Geral dos Componentes Curriculares (PGCC), atentando para ementas, conteúdos programáticos, estratégias de avaliação, metodologias de ensino, necessidade de inserção em cenários de prática, organização dos estágios obrigatórios e atualização da bibliografia, além dos problemas vivenciados na aplicação dos respectivos componentes curriculares na realidade de saúde local.

Como fase seguinte, os grupos de trabalho socializaram as ideias para o debate junto ao corpo docente, representantes discentes e técnico-administrativo, como forma de dar visibilidade às diversas contribuições dos atores envolvidos, garantindo assim, o caráter de construção, efetivamente, democrática, participativa e dialógica.

No entanto, outras fases foram necessárias e seguiram a mesma dinâmica. As Políticas Estruturantes do Curso foram revisitadas e rediscutidas, no intuito de aproximar as mesmas às

especificidades mais recentes do contexto social-econômico-sanitário, garantindo aderência do “Novo PPC”, considerando a intenção e a ação do processo de formação em enfermagem.

Aspectos relevantes, como a necessidade de adequação para 10 (dez) semestre letivos, integralizados, minimamente, em 5 (cinco) anos, em detrimento dos 9 (nove) semestres letivos atuais; a Curricularização da Extensão, através da oferta das UCE e, especialmente, a revisão do Grau Acadêmico, retirando a Licenciatura em Enfermagem da conformação do PPC, se configuraram como pontos chaves de deliberação por parte da congregação.

Assim, o Curso de Graduação em Enfermagem (CAPF/UERN) inicia um novo momento da sua história, propondo uma formação de nível superior em enfermagem, focada no Bacharelado em Enfermagem.

A proposta, aqui sistematizada no formato PPC, representa o produto de um processo pactuado entre docentes, representantes discentes e técnicos-administrativos. Trata-se de um processo dinâmico e permanente de construção coletiva e, portanto, inacabado e permeado por contradições. Expressa a construção possível, fruto de profundas reflexões, experiências e debates.

A atualização, que ora se busca, é a assunção e o reconhecimento de que o processo de formação a nível de graduação em enfermagem, deve estar atento às demandas de cada momento histórico-social vivido, reiterando o compromisso com a formação de sujeitos inquietos e ansiosos pela transformação social.

6.2 A UERN: contextualizando

Algumas datas são marcos na história da UERN. A primeira delas é 1968, ano de criação da instituição, quando a cidade não contava ainda cem mil habitantes. Ela nasce como Universidade Regional do Rio Grande do Norte (URRN), criada por uma lei municipal, e como tantas outras universidades brasileiras, resulta da aglutinação de faculdades isoladas já existentes, criadas a partir de 1943, no caso quatro: a Faculdade de Ciências Econômicas, a Faculdade de Serviço Social, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a Escola Superior de Enfermagem (MEDEIROS, 2009; SOUSA, 2008).

Profundamente vinculada ao poder local, a URRN surge sem a autonomia que caracteriza, como elemento basilar, o modelo ideal de universidade. Por razões financeiras, também não conta com um corpo docente profissionalizado, dedicado exclusivamente ao ensino, à pesquisa e à extensão. Seus professores são profissionais liberais e clérigos, que dedicam parte do seu tempo ao ensino universitário. São professores abnegados que recebem

por hora-aula ministrada, sem muita certeza quanto à data de quitação, apesar da existência de cobrança de mensalidades aos alunos. Nas primeiras décadas de sua história, caracteriza-se como universidade de ensino, restrita quase que exclusivamente às Humanidades, e praticando também um pouco de extensão, conforme o modelo da época, por intermédio do Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) (MEDEIROS, 2009; SOUSA, 2008).

A ingerência do poder local, bem mais sentida do que às investidas da ditadura militar que vigorava à época, atingiu seu ponto máximo em 1973, quando o prefeito Dix-Huit Rosado segmentou a administração da instituição em dois poderes. Com isso, a Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte (FURRN) - passou a ser gerida por um presidente, a quem cabiam as atividades burocráticas e a captação de recursos financeiros, e a Universidade Regional do Rio Grande do Norte (URRN), por um reitor, incumbido apenas das ações acadêmicas. Esse modelo administrativo vigorou até o ano de 1983 (MEDEIROS, 2009; SOUSA, 2008).

O ano de 1974 marca o início de sua expansão física e da consolidação da infraestrutura. Nesse ano, é criado o Campus Central, no bairro Pintos, com três blocos de salas de aula e um bloco administrativo, na cidade de Mossoró/RN. Também, em 1974, começa sua expansão geográfica, com a criação do Campus Avançado de Assu, ao qual se somariam, nos anos seguintes, o de Pau dos Ferros (1976) e o de Patu (1980). Essa expansão dá-se menos, como consequência de um amadurecimento institucional e, mais pela articulação dos poderes políticos desses municípios com o de Mossoró (MEDEIROS, 2009; SOUSA, 2008).

Em meados dos anos 1980, contando a instituição 3.900 alunos, 311 professores e 09 cursos de graduação, a URRN vivencia uma crise sem precedentes. A universidade, sem condições de conseguir recursos federais e estaduais para sua manutenção, torna-se inviável para o Executivo Mossoroense. Tentada, sem sucesso, a federalização, a saída para a crise foi a estadualização, ocorrida em 1987 (MEDEIROS, 2009; SOUSA, 2008).

O processo de estadualização é um marco forte na história da URRN, e significou, muito rapidamente, uma mudança qualitativa sem precedentes, na instituição. De imediato, realizou-se um concurso público para docentes e, um pouco depois, a elaboração de planos de carreira para docentes e para o corpo técnico-administrativo e, ainda um pouco mais à frente, um plano de capacitação docente. Em síntese, a estadualização permitiu iniciar o processo de profissionalização do corpo docente e, conseqüentemente, o de expansão de sua autonomia, pré-condições para a construção de uma universidade produtora de conhecimentos. Com a estadualização, a URRN conseguiu assumir a missão social de levar educação a todas as regiões do Estado (UERN, 2013; MEDEIROS, 2009; SOUSA, 2008).

Na Reitoria do Prof. Antônio Capistrano, a consolidação da estadualização se torna missão diária, principalmente, diante do momento de transição governamental no RN. No campo da gestão universitária, o processo de elaboração do novo Estatuto da nova FURRN é aberto com a participação dos docentes, técnicos-administrativos, discentes e a participação da sociedade organizada (UERN, 2013; MEDEIROS, 2009; SOUSA, 2008).

Outro momento importante, na história da UERN, foi o *reconhecimento* como Universidade pelo Conselho Federal de Educação (CFE) em 1993. Até então, dependia-se da UFRN para a emissão de diplomas, e do CFE para a criação de cursos. Logo após o *reconhecimento*, foram criados novos cursos de graduação (Física, Química e Biologia e, mais à frente, Ciência da Computação), algumas habilitações se transformaram em licenciatura plena, diversificando-se as áreas do conhecimento ofertadas. A UERN continua, porém, como universidade majoritariamente de licenciaturas e de Humanidades (MEDEIROS, 2009; SOUSA, 2008).

Em 29 de setembro de 1997, o governador Garibaldi Alves Filho através da Lei Estadual nº 7.063/97 transforma a URRN em Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, mantendo a sigla URRN. Em 15 de dezembro de 1999, pela Lei nº 7.761/99, altera novamente a denominação da instituição. A Universidade Estadual do Rio Grande do Norte passaria a ser Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), o que implicou mudança na denominação da sua fundação mantenedora, passando de FURRN para Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FUERN), através do Decreto nº 14.831/2000 (MEDEIROS, 2009; SOUSA, 2008).

A partir de 2002, tem início uma segunda fase de expansão geográfica, 22 anos após encerrada a primeira. A partir desse ano, criam-se dois novos *campi* (Natal, 2002, e Caicó, 2004). Ademais, inaugura-se um novo tipo de unidade acadêmica: o Núcleo Avançado de Educação Superior (NAES), com o fim de estender sua presença a todas as regiões do Estado do Rio Grande do Norte (UERN, 2013).

De fato, com esta expansão, a UERN apresenta uma capilaridade para várias regiões do RN, de tal modo, que nenhum núcleo urbano está localizado a mais de 60 km de um curso da UERN. O primeiro NAES foi instalado em Macau, em 2002. Sequencialmente, até o ano 2005, 10 núcleos haviam sido criados nas cidades de Alexandria, Apodi, Areia Branca, Caraúbas, João Câmara, Nova Cruz, Santa Cruz, São Miguel, Touros e Umarizal. Atualmente, o NAES de Apodi está em processo de transformar-se em Campus Avançado (UERN, 2021).

Segundo Mancebo, Vale e Martins (2015) o processo de expansão da educação superior no Brasil influenciado pelas mudanças globais pode ser melhor analisado de 1995 a

2010, período que compreende o ano da Reforma Administrativa do Estado Brasileiro, em que o mercado assume o comando do processo de reprodução material da sociedade em todas suas instâncias e os períodos da gestão dos ex-presidentes republicanos, Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

Seguindo as tendências desencadeadas pelo processo de expansão da educação superior, a UERN inicia uma importante mudança no seu perfil como instituição de ensino superior, cujo foco nos primeiros anos, se debruçou nos processos formativos ligado às Humanidades e Licenciaturas. Assim, novos cursos de graduação foram criados, dentre eles: Ciência da Religião, Ciência e Tecnologia, Comunicação Social, Turismo, Gestão Ambiental, Medicina e Odontologia. Cursos já existentes no Campus Central passaram a ser ofertados nas outras unidades acadêmicas e núcleos (UERN, 2021).

A pós-graduação *stricto sensu* inicia sua estruturação motivada, principalmente, pela regulamentação do Plano de Capacitação do Pessoal Técnico Administrativo da UERN, realização de concursos públicos para docentes, técnicos de nível superior especializado e técnicos administrativos, aumento do interesse pelo regime de trabalho com dedicação exclusiva (DE), consolidação da UERN como espaço de produção de ciência (UERN, 2021).

Este rápido passeio pela história de nossa instituição mostra que a UERN já atravessou diferentes períodos, marcados por diferentes composições de seu corpo docente, por diferentes políticas de extensão, pelo número de cursos e de vagas iniciais etc.

O que importa compreender é que cada um desses momentos, com suas conjunturas interna e externa próprias, apresentou seus desafios, exigindo respostas institucionais diferentes. Se, em 1990, por exemplo, diante da necessidade de qualificar seu corpo docente, a instituição garantia bolsa de capacitação em nível de especialização, hoje, a prioridade é formar doutores produtivos, articulados a redes de pesquisa, e, em consequência, a maior parte dos recursos para capacitação docente tem esta destinação.

Se, em 1996, a UERN oferecia 16 cursos de graduação, com 26 opções e 1.095 vagas, e possuía um contingente de 5.025 alunos e um corpo docente com 365 professores, dos quais, apenas três doutores, os dados do presente revelam uma outra universidade, bem maior e bem melhor: com 31 cursos de graduação, com 93 opções de entrada, cerca de 2.500 vagas, cerca de 11 mil alunos matriculados, com corpo docente de 380 doutores e 357 mestres e 72 especialistas, num universo de 817 professores efetivos, dos quais 628 tem DE. Esses dados revelam um crescimento de mais de 50% no número de cursos de graduação; de 246% no número de opções de curso; de 99% no número de vagas; de 120% no número de alunos matriculados; 70 % no número de professores, e de 2.600% no de doutores (UERN, 2021).

Ilustração 01: Evolução da titulação dos docentes efetivos na UERN, 2010 a 2020*

*Os dados referem-se ao mês de dezembro de cada ano.

Fonte: PROGEP/DP (2020)

Ilustração 02: Quantidade de docentes efetivos por campus

Docentes em Números	
Docentes efetivos:	789
Docentes com contrato provisório:	127
Docentes inativos:	305
Total de docentes:	1223

Docentes Efetivos por Titulação	
Graduação:	8
Especialização:	59
Mestrado:	303
Doutorado:	416

Docentes Efetivos por Regime de trabalho	
20 horas	40
40 horas	137
Dedicação Exclusiva	609

Campus	Docentes efetivos por Campus					
	Assu	Caico	Natal	Patu	Pau dos Ferros	
Central	460	55	50	85	31	105

Fonte: PROGEP/DP (2020)

O quadro docente, ora apresentado, denota a distribuição destes por campi, titulação e regime de trabalho. Qualitativamente, também, há indicadores positivos. Alguns cursos de graduação obtiveram Conceito A na prova do Exame Nacional de Desenvolvimento (ENADE)

e a aprovação de egressos em concursos públicos aparece com destaque; o número de artigos científicos publicados em revistas indexadas, e de conceito internacional (UERN, 2021).

A UERN oferece atualmente diversos cursos de pós-graduação, frequentados por mais de 1000 estudantes. São 12 cursos de Mestrado Acadêmico (Física, Ciência da Computação, Letras, Ciências Naturais, Educação, Ciências Sociais e Humanas, Saúde e Sociedade, Ensino, Serviço Social e Direitos Sociais, Bioquímica e Biologia Molecular, Profissional em Letras, Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido); e 02 cursos de Doutorado Acadêmico (Bioquímica e Biologia Molecular e Letras); além da oferta de 02 cursos de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade, Ginecologia e Obstetrícia e uma Residência Multiprofissional (UERN, 2021).

Na área de pesquisa, a instituição conta 64 grupos de pesquisa (GP) cadastrados, envolvendo cerca de 430 professores-pesquisadores. O progresso, na área do ensino e da pesquisa, também é visível no campo da extensão: são muitos os projetos aprovados, e grande o número de ações realizadas (UERN, 2021).

É missão da UERN promover a formação de profissionais competentes, críticos e criativos, para o exercício da cidadania, além de produzir e difundir conhecimentos científicos, técnicos e culturais que contribuam para o desenvolvimento sustentável da região e do País (UERN, 2021).

A Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) é uma instituição pública de múltiplos *campi*, reconhecida e consolidada por seu papel de destaque na interiorização do ensino superior no Estado. Conta com estruturas acadêmicas e administrativas distribuídas em seis municípios do Rio Grande do Norte, a saber: Assu, Caicó, Mossoró, Natal, Patu e Pau dos Ferros. Em Mossoró funciona a administração central da UERN: Reitoria, Pró-reitorias e órgãos complementares da gestão superior. A UERN atende a mais de 13.000 (treze mil) alunos de graduação e pós-graduação (UERN, 2021).

Ainda é salutar destacar, que o atendimento ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UERN, documento indispensável à dinamização das demandas universitárias, notadamente, no que concerne aos pilares ensino, pesquisa e extensão, assim como, com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) desta instituição de ensino superior.

6.3 O MUNICÍPIO DE PAU DOS FERROS

Pau dos Ferros é a décima oitava maior cidade do Rio Grande do Norte com população censitária (2010) de 27.745 hab. e estimada (2018) de 30.183 hab. O município ocupa uma área

territorial de 259.959 km² com densidade demográfica de 106,73 hab./km², o que demonstra sua característica peculiar de ser cidade urbanizada, pois, aproximadamente, 92,1% da população reside na zona urbana, tal fato justifica-se através do seu processo de construção histórica e social que tem no comércio e no setor terciário as razões da cidade se constituir como pólo regional e, também, pelos desmembramentos de seu território original para dar origem a novos municípios a partir dos anos de 1960 (IBGE, 2010).

Encontra-se distante 392,5 km de Natal/RN; 389,4 Km de Fortaleza/CE e 491 km de João Pessoa/PB. A região é formada pelas microrregiões de Pau dos Ferros, São Miguel e Umarizal. Devido à localização fronteiriça, também, exerce influência sobre populações vizinhas do estado do Ceará e da Paraíba (IBGE, 2010).

Sua criação data do dia 04 de setembro de 1856, pela lei municipal nº. 344, sancionada pelo Presidente da Província Antônio Bernardo Passos. Em 1924, é desmembrada do município de Portalegre. Seu nome surgiu devido a uma frondosa árvore à beira da lagoa, que os boiadeiros “peões e vaqueiros”, de passagem pelo vale do Rio Apodi, que corta a região, no eixo sul-norte, marcavam encontros, faziam comércio e descansavam. Para registrar a passagem gravavam o tronco, com ferro em brasa, as marcas de suas fazendas, com a finalidade de torná-las conhecidas e, assim, facilitar a identificação das reses tresmalhadas. A árvore, possivelmente, uma oiticica, ficou conhecida como “pau-dos-ferros”, nome da Fazenda, que ali se organizou, à Freguesia e o Município (CAVALCANTE, 2013; REVISTA COMEMORATIVA DO BICENTENÁRIO, 1956).

Com a expansão urbana degradante, a pequena lagoa deixou de existir, assim como, as oiticicas que foram derrubadas e desapareceram lentamente da caatinga. O não registro da história oral do sertanejo apagou da memória do paufferrense a localização da lagoa e do seu pau-dos-ferros, restando somente a história reinterpretada pelas artes literárias ou plásticas (CAVALCANTE, 2013).

Segundo Dantas (2014), Bezerra (2016) e Bezerra (2018), vários foram os agentes de ordem infraestrutural, educacional, habitacional, sanitário e, principalmente, da instalação de repartições públicas ligadas aos governos Estadual e Federal, considerados como produtores do espaço urbano do processo de crescimento e desenvolvimento de Pau dos Ferros.

Segundo a Classificação Hierárquica dos Centros Urbanos no Brasil (Regiões de Influências das Cidades/REGIC - 2007), Pau dos Ferros é classificada como Centro sub-regional A, portanto, sofre dupla influência de Natal (Capital Regional A), de Fortaleza e de Recife (Metrópoles), mas, exerce influência em centros urbanos menores por dispor de bens, serviços, movimentos culturais, políticos, empregos. Esta compõe um conjunto de 81 cidades

no Brasil e 25 cidades na região Nordeste que compartilham dessa categorização segundo a REGIC. No Rio Grande do Norte, além de Pau dos Ferros, Caicó recebe a mesma classificação hierárquica (BEZERRA, 2018; BEZERRA, 2016).

O município tem uma economia baseada, principalmente, no comércio, na pecuária de corte e leiteira, na agricultura de subsistência e nas instituições pública de âmbito federal, estadual e municipal, por ser referência da região, a cidade sede abriga as principais instituições públicas da região e um setor de outros serviços em expansão (escolas privadas, clínicas especializadas, laboratórios, bancos, etc.) (DANTAS, 2014).

A cidade de Pau dos Ferros se constitui em um polo comercial para a região do Alto Oeste Potiguar, sendo reconhecida, também, pelo seu potencial no âmbito da oferta educacional, pois abriga 03 (três) Instituições de Ensino Superior públicas: Universidade Federal do Semiárido (UFERSA), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) e a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) (DANTAS, 2014).

Além disso, registra-se na cidade a presença de várias instituições privadas de ensino superior: Faculdade Evolução do Alto Oeste Potiguar (FACEP); Pólo da Universidade Potiguar (UNP); Pólo de Apoio Presencial da Universidade Ananguera – Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (UNIDERP); Polo de Apoio Presencial do Centro Universitário da Estácio de Santa Catarina e, recentemente, Pólo de Apoio Presencial da Universidade Mauricio de Nassau (UNINASSAU).

Tal característica educacional de Pau dos Ferros é comprovada pelo grande contingente de estudantes, compreendidos, como população flutuante no município, nos diferentes níveis de educação básica e superior, que se deslocam para cidade, o que amplia sua capacidade na oferta de cursos de ensino de graduação e pós-graduação (DANTAS, 2014).

6.4 O CAMPUS AVANÇADO DE PAU DOS FERROS (CAPF).

No dia 26 de setembro de 1976, através do decreto nº 15/76, foi criado o Campus Avançado “Profa. Maria Elisa de Albuquerque Maia” (CAMEAM). No entanto, suas atividades acadêmicas foram iniciadas somente a partir do dia 19 de dezembro do referido ano. Neste momento quem estava à frente de sua coordenação era a Professora Maria Elisa de Albuquerque Maia (Portaria nº 123/1976 GR/URRN) (UERN, 2021).

Em janeiro de 1977, foi realizado o primeiro processo seletivo para alunos, onde naquele momento inscreveram-se 235 candidatos para concorrerem a 135 vagas, estando às

mesmas distribuídas para os Cursos de Letras (45 vagas), Pedagogia (45 vagas) e Ciências Econômicas (45 vagas). Somente em março de 1977 é que foram iniciadas as aulas das primeiras turmas dos referidos cursos, tendo como local de funcionamento as dependências da Escola Estadual 31 de Março, atualmente, denominada Centro Escolar Dr. José Fernandes de Melo (SÁ, ARAUJO, GOMES, PINTO, OLIVEIRA, 2019).

A criação do CAMEAM representa uma conquista singular para a população de Pau dos Ferros e dos municípios circunvizinhos, que a partir de então viabilizavam o sonho de ingressar na universidade tornando-se assim profissionais com qualificação de nível superior (SÁ, ARAUJO, GOMES, PINTO, OLIVEIRA, 2019).

Ao analisarmos a história do CAMEAM, é importante destacar que seus primeiros anos de funcionamento foram permeados por inúmeros obstáculos, dentre os quais podemos destacar: problemas de estrutura e infraestrutura, limitações de recursos humanos capacitados (técnico-administrativo e professores) e escassez de recursos financeiros, que terminaram por dificultar a realização de suas atividades acadêmicas. Dentre estes obstáculos é pertinente elucidarmos a ausência de sede própria para as instalações do CAMEAM, que por sete anos teve como sede de funcionamento escolas da rede estadual de ensino, cedidas pelo 14º NURE (Núcleo Regional de Educação) (SÁ, ARAUJO, GOMES, PINTO, OLIVEIRA, 2019).

Somente em 1983, o CAMEAM consegue sede própria, sendo construída em terreno doado pelo médico Nelson Benício Maia Filho. Neste momento sua estrutura física contava com 13 salas de aulas e as dependências administrativas. Em 1986, na gestão do Reitor Padre Sático Cavalcante Dantas, o CAMEAM tem uma grande conquista, que foi a construção de sua biblioteca setorial, que terminou por receber o nome do referido reitor (SÁ, ARAUJO, GOMES, PINTO, OLIVEIRA, 2019).

Na gestão do Reitor Antônio de Farias Capistrano (1987-1989), a estrutura física passa por uma ampliação, onde foram construídos três (03) blocos destinados as Coordenações dos Cursos de Letras, Pedagogia e Ciências Econômicas, um (01) para Habilitações Pedagógicas e um (01) auditório com capacidade para duzentas (200) pessoas (SÁ, ARAUJO, GOMES, PINTO, OLIVEIRA, 2019).

A conquista de uma sede traz à tona o desejo de lutar pela ampliação e crescimento tanto da ordem de infraestrutura, capacitações de docentes e técnicos, quanto para ampliação e informatização da biblioteca, objetivando assim, a qualidade do Ensino Superior na região do Alto Oeste Potiguar, bem como a ampliação da pesquisa e da extensão na graduação.

Em 2003, durante o processo eleitoral para a escolha da diretoria do CAMEAM, uma das linhas de propostas foi a criação de novos cursos a serem ofertados no turno diurno. Durante

a Semana Universitária, do referido ano, criou-se uma comissão interna para discutir a criação destes novos cursos (SÁ, ARAUJO, GOMES, PINTO, OLIVEIRA, 2019).

Diante deste processo de discussão, no ano de 2004 são criados novos cursos de graduação no CAMEAM, onde no concurso de vestibular da UERN/CAMEAM/2004, foram ofertadas 26 vagas para o curso de Enfermagem, 46 vagas para o curso de Administração, 46 vagas para o curso de Educação Física e 46 vagas para o curso de Geografia, todos ofertados em horários diurnos. A implantação dos mesmos trouxe um acréscimo de 133,33% na graduação do CAMEAM (SÁ, ARAUJO, GOMES, PINTO, OLIVEIRA, 2019).

No ano de 2005 o CAMEAM expande sua oferta de vagas por oportunidade da implantação do Núcleo Avançado de Educação Superior (NAES) na cidade de Umarizal com a oferta dos cursos de Letras Inglês e Letras Português (UERN, 2021).

Em 2008 foi criado o primeiro curso de pós-graduação *stricto sensu* do Campus, o Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), oferecendo curso de mestrado acadêmico em letras. Em 2013 foi criado o mestrado profissional em letras (PROFLETRAS). Em 2014, foi criado o Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE), oferecendo mestrado acadêmico em ensino. Em 2015 foi criado o Doutorado em Letras, oferecido pelo PPGL, como também, foi criado o Mestrado Acadêmico em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES). Em 2017, foi instituída uma parceria entre a UERN e a UFPE para criação do Doutorado Interinstitucional em Desenvolvimento Urbano, oferecido pelo CAMEAM. Em 2018 foi criado, após iniciativa do PPGL, o Doutorado Interinstitucional em Letras, oferecido pelo PPGL tendo como instituição receptora o IF Sertão-PE (UERN, 2021).

Ainda, em 2008, foi iniciado o I Ciclo de Debates do CAMEAM/UERN, onde foram discutidas e formalizadas as iniciativas para construção de um novo bloco de salas com 03 (três) pavimentos e um complexo poliesportivo. As novas estruturas foram essenciais para o pleno funcionamento dos quatro cursos recém-implantados, sobretudo, a construção do complexo poliesportivo para o desenvolvimento acadêmico e estrutural do curso de Educação Física.

Em 2011, foram inaugurados dois blocos de salas de aula e de espaços administrativos, hoje denominados blocos A e B. Ao todo foram construídas mais de 30 salas de aulas, 09 salas de setores administrativos, salas para atividades de extensão, 08 banheiros e 08 salas para laboratórios (UERN, 2021).

Em 2018, foi entregue a obra da nova biblioteca setorial do Campus da UERN em Pau dos Ferros. Esse novo prédio dispõe em sua estrutura, dentre outras coisas, de banheiros acessíveis, cabines individuais, espaço para estudo em grupo e sala de acesso à internet. Os recursos para a construção advieram de projeto do Campus junto a Financiadora de Estudos e

Projetos (FINEP), vinculada ao Ministério das Ciências Tecnologia e Inovação. O prédio é dividido em três pavimentos com amplo espaço para acervo, estudos individuais e coletivos, área para projetos especiais de leitura e cultura, setor de periódicos e salas administrativas. Saliente-se que o prédio é totalmente acessível e contemplado com equipamentos e mobiliários adequados (UERN, 2021).

Com o novo Estatuto da Universidade, aprovado pela Resolução nº 19/2019 – CONSUNI, de 10 de setembro de 2019, os Campus passaram a ser chamados, levando em consideração, o nome da cidade sede, com isso o Campus Avançado Profa. Maria Elisa de Albuquerque Maia (CAMEAM) passa a ser Campus Avançado de Pau dos Ferros (CAPF).

Nesta unidade acadêmica, atualmente, são ofertados regularmente 09 (nove) cursos de graduação, 04 (quatro) cursos de mestrado (Mestrado Acadêmico em Letras, Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional, Mestrado Acadêmico em Ensino e Mestrado Acadêmico em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido). Oferece ainda o Doutorado em Letras e o Doutorado Interinstitucional em Desenvolvimento Urbano numa parceria (UERN-UFPE). Além disso, o CAPF oferta, periodicamente, cursos de especialização *lato sensu* e desenvolve, também, a oferta especial de graduação em programas do Governo Federal, a exemplo de cursos pelo Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR). Ao todo, o número de alunos matriculados na graduação no CAPF está em torno de 1.600 alunos. Anualmente, são diplomados em média 500 graduados para atuação em Pau dos Ferros e região (UERN, 2021).

7 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO BACHARELADO EM ENFERMAGEM (CAPF/UERN)

7.1 OBJETIVOS DO CURSO

- Formar o enfermeiro bacharel, generalista, humanista, crítico e reflexivo, com competência técnico-científica, ético-política para participar efetivamente da consecução do direito universal à saúde, mediante a humanização das práticas, valorizando a pessoa em sua integralidade biológica, psicológica, social e espiritual e no exercício da cidadania;
- Construir as competências técnico-científica, ético-política para que o enfermeiro assuma a coordenação do trabalho de enfermagem materializado nos processos de trabalho: assistir/intervir, gerenciar, ensinar/aprender e investigar;
- Fomentar o desenvolvimento profissional a partir da realidade dos serviços de saúde e da totalidade social, com vistas à transformação dos perfis epidemiológicos do País, Região e do Estado do Rio Grande do Norte, segundo os princípios éticos-legais do exercício da profissão;
- Instrumentalizar o discente para a produção de novos conhecimentos, compreendendo a pesquisa como eixo norteador do trabalho em saúde/enfermagem;
- Instrumentalizar o discente para realizar o processo de trabalho ensinar/aprender direcionado ao desenvolvimento da educação em saúde, na perspectiva da Vigilância à Saúde, visando o empoderamento do indivíduo, família, comunidade;
- Instrumentalizar o discente para realizar o processo de trabalho ensinar/aprender direcionado ao desenvolvimento da educação permanente em saúde/enfermagem, comprometendo-se com seu processo de formação e dos demais trabalhadores de enfermagem, na perspectiva da articulação ensino/trabalho.

7.2 PERFIL DO PROFISSIONAL A SER FORMADO

O Curso de Graduação Bacharelado em Enfermagem, do Campus Avançado de Pau dos Ferros, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (CEN/CAPF/UERN) tem como perfil profissional a ser formado:

- Enfermeiro bacharel, generalista, humanista, crítico e reflexivo;
- Qualificado para o exercício de Enfermagem, com base no rigor técnico, científico, ético e político;

- Capaz de conhecer e intervir sobre os problemas/situações de saúde-doença mais prevalentes que compõem o perfil epidemiológico nacional, com ênfase na sua região/local de atuação, identificando nas dimensões biopsicossociais e os seus determinantes;
- Capaz de atuar, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral da pessoa, em sua integralidade biológica, psicológica, social e espiritual e no exercício da cidadania.

Ressalta-se, na construção deste perfil profissional, características específicas neste egresso:

- Apto a coordenar o trabalho da enfermagem, parcela do trabalho coletivo em saúde, materializado nos processos assistir/intervir, gerenciar, ensinar/aprender e investigar, nos modelos clínico e epidemiológico de produção dos serviços de saúde;
- Capacitado para compreender a política de saúde vigente, no contexto das políticas sociais, intervindo nos perfis epidemiológicos das populações/indivíduos e na produção dos serviços de saúde/enfermagem, mediante intervenções planejadas estrategicamente;
- Comprometido com as necessidades sociais de saúde e com a luta em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), buscando seu fortalecimento e construção permanente para consecução do direito universal à saúde;
- Capacitado para realizar o processo de trabalho ensinar/aprender voltado para o desenvolvimento da educação em saúde, na perspectiva da Vigilância à Saúde, visando o empoderamento do indivíduo, família, comunidade;
- Capacitado para realizar o processo de trabalho ensinar/aprender voltado para o desenvolvimento da educação permanente em saúde, comprometendo-se com seu próprio processo de formação e dos demais trabalhadores de enfermagem na perspectiva da articulação ensino/trabalho;
- Capacitado para executar o processo pesquisar como eixo norteador dos demais processos de trabalho;
- Consciente das relações estabelecidas no mundo do trabalho e seus desdobramentos na produção dos serviços de saúde e enfermagem;
- Comprometido com a organização política da categoria;
- Capacitado para articular, liderar, negociar e estabelecer alianças e parcerias.

7.3 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

O estudante em seu processo formativo no Curso de Graduação Bacharelado em Enfermagem (CAPF/UERN) desenvolverá as seguintes competências:

- Atuar nos diferentes cenários da prática de enfermagem;
- Captar e interpretar a realidade dos perfis epidemiológicos dos grupos sociais, as necessidades individuais e coletivas de saúde das populações, seus condicionantes e determinantes, com base nos modelos clínicos e epidemiológicos;
- Construir coletivamente projetos de intervenção para os serviços de saúde/enfermagem responsabilizando-se pela parcela do trabalho de enfermagem no processo de produção desses serviços em resposta às demandas sociais e de saúde;
- Assistir/intervir nas dimensões geral (sociedade), particular (grupos sociais), singular (indivíduo e família);
- Compreender o trabalho coletivo em saúde, numa perspectiva interdisciplinar, superando a concepção de equipe de saúde, que tem por base o trabalho multiprofissional;
- Coordenar o trabalho de enfermagem possibilitando a articulação e indissociabilidade dos processos de trabalho (assistir/intervir, gerenciar, ensinar/aprender e investigar) nos diferentes cenários da prática de enfermagem;
- Promover os processos de educação e promoção à saúde, considerando a especificidade dos grupos sociais e dos processos de vida, saúde, trabalho e adoecimento;
- Promover os processos de educação permanente em saúde/enfermagem;
- Produzir conhecimentos, em suas diversas formas, que objetivem a qualificação do trabalho de saúde/enfermagem na perspectiva da transformação dos perfis epidemiológicos das populações;
- Respeitar o código ético, os valores políticos e os atos normativos da profissão;
- Participar da composição das estruturas deliberativas das políticas de saúde vigente;
- Participar dos movimentos sociais da área de saúde/enfermagem.

8 PRINCÍPIOS FORMATIVOS

O Curso de Graduação Bacharelado em Enfermagem (CAPF/UERN) tem por princípios formativos: a interdisciplinaridade; articulação teoria-prática; flexibilização; contextualização; democratização; indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão; trabalho colaborativo e interprofissional.

8.1 INTERDISCIPLINARIDADE

Amparado nos estudos de Fazenda (1979, 1993, 1994, 2003); Japiassú (1976) e Gadotti (1999) acredita-se que o conhecimento deve partir do simples para o complexo, do abstrato para o concreto, do real para o imaginário. A prática interdisciplinar de ensino e aprendizagem oportuniza o diálogo de diferentes áreas do conhecimento e desencadeia trabalhos com diversos enfoques.

A interdisciplinaridade, assim, sustenta-se no princípio da máxima exploração das potencialidades de cada ciência, da compreensão de seus limites, do princípio da diversidade e da criatividade, orientando ações de ensino, pesquisa e extensão e fortalecendo a interação ensino-serviço-comunidade (FAZENDA, 2003; GADOTTI, 1999, JAPIASSÚ, 1976).

A compreensão de qualquer fenômeno social, dentre eles, os relacionados ao processo saúde-doença, requer o conhecimento das suas várias dimensões, integradas no interior das disciplinas e na articulação destas nos currículos, que pautam a formação dos trabalhadores de saúde, particularmente, na formação de enfermeiros (ARAUJO et al, 2008).

Ressalta-se o potencial das práticas interdisciplinares para o desenvolvimento de um pensamento mais complexo, ao permitir a contextualização dos conteúdos abordados, a identificação da pertinência dos mesmos para a resolução de problemas reais, bem como, para a formação das habilidades e competências essenciais, como o diálogo, o trabalho em equipe, o questionamento, a prática investigativa, dentre outros, indo ao encontro do novo perfil profissional requerido, mediante os novos desafios da contemporaneidade (BREHMER, RAMOS, 2016; ARAUJO et al, 2008).

8.2 ARTICULAÇÃO TEORIA-PRÁTICA

O processo de formação no CEN/CAPF/UERN compreende que a articulação teoria-prática permite ao discente a construção do conhecimento de forma significativa, além de subsidiar importantes processos de crítica e reflexão. Articular teoria e prática se faz importante para evitar uma formação baseada exclusivamente em conteúdos e vazia de experiências na dinâmica de vida e saúde do contexto da população brasileira. É essa articulação que gera a responsabilidade social do discente – profissional em formação – no sentido de assumir o protagonismo nas mudanças necessárias ao fortalecimento e consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) (BREHMER, RAMOS, 2016).

No ensino de Graduação em Enfermagem, a articulação teoria-prática torna-se particularmente importante quando se almeja o ensino pautado na interdisciplinaridade, pois a ausência dessa articulação configura-se como fator limitante para a plena aplicação da interdisciplinaridade (VENDRUSCULO, et al, 2019; PUPPIN, SABOIA, 2017).

Esse princípio remete a uma formação que introduza o estudante nos serviços de saúde e na comunidade, desde o início da sua formação, seja por meio de visitas aos cenários de prática, captações da realidade local/regional, práticas ou atividades de extensão, participação em projetos e/ou programas ou da integralização da UCE.

Pensar o processo de formação e modo que o discente seja imerso nos serviços de saúde e na comunidade o mais cedo possível, requer o entendimento da necessidade da formação teórico-prática, interdisciplinar, articulada com a realidade da produção de serviços de saúde e voltada para a transformação desta realidade. Portanto, este deve, necessariamente, ser o mote para uma efetiva articulação ensino-serviço-comunidade (BREHMER, RAMOS, 2016)

8.3 FLEXIBILIZAÇÃO

O processo de flexibilização não pode ser entendido como uma mera modificação ou acréscimo de atividades complementares (ACC) na estrutura curricular. Ele exige que as mudanças na estrutura do currículo e na prática pedagógica estejam em consonância com os princípios e as diretrizes do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), na perspectiva de um ensino de graduação em enfermagem autônomo e de qualidade (TIMOTEO, 2004; MORGADO, 2002).

O processo de globalização do capital determinou mudanças nas relações de produção e organização do trabalho que não pode ser ignorado pela Universidade. Nesse contexto de

mudança, o trabalho é perpassado por princípios de flexibilização, precarização, produtividade, segmentação, informalidade e competitividade, passando por uma reestruturação do processo de produção, e conseqüente reorganização do trabalho, em novas bases, práticas e saberes. Assim, torna-se necessário formar enfermeiros críticos e reflexivos capazes de compreender essas novas relações (DELUIZ, 2004; GERSCHMAN, VIANNA, 2003).

Para isso, tem-se a flexibilização curricular como uma nova relação de ensino-aprendizagem, no sentido de articular a pesquisa e oferecer novas possibilidades para a operacionalização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Para isso, os componentes curriculares necessitam adquirir novas estratégias, tais como:

- Construção de uma nova relação professor/aluno: ainda predomina um excesso de centralização do processo de ensino no professor. No desenvolvimento das aulas o professor estuda, recria e interpreta o conhecimento para repassá-lo para o aluno. Este trabalho de transmissão do conhecimento, efetivado pelo professor, apesar de necessário, é insuficiente para a prática didático-pedagógica. É também comum atribuir-se ao professor a responsabilidade de estabelecer tudo o que o aluno deve aprender, e de avaliar a capacidade que este tem de reter e reproduzir o conteúdo ministrado.
- Avaliação processual: a flexibilização exige um controle e um acompanhamento contínuo pelos professores e, sobretudo, pelo Colegiado de Curso.
- Visão do currículo: como conjunto de atividades intencionalmente desenvolvidas para o processo formativo.

8.4 CONTEXTUALIZAÇÃO

Pressupõe pensar a contextualização curricular como um princípio pedagógico orientador da prática docente e, simultaneamente, como um elemento configurador da proposta pedagógica e da cultura curricular do coletivo dos professores que a representa (KATO, KAWASAKI, 2011; MORGADO, 2003; MORGADO, 2002).

Reconhecendo esta interface, as práticas de contextualização curricular constituem uma proposição pedagógica que, para gerar efeitos, augurem a melhoria do sucesso educativo de todos os alunos, assim, precisa se ancorar em processo de trabalho colaborativo significativos de comunidades docentes em transformação (THIESEN, 2008; FULLAN; HARGREAVES, 2000).

As relações de colaboração e de interação profissional permitem mais facilmente implementar práticas de contextualização curricular, porquanto possibilitam a partilha de

experiências e de saberes e a aprendizagem, individual e coletiva. Esse princípio subscreve uma visão de professor como crítico-intervencionista, isto é, como um configurador de uma prática curricular autônoma que se fortalece coletivamente num “espírito de grupo” e numa “lógica de solidariedade profissional” (TARDIF, LESSARD, 2005; CORREIA, MATOS, 2001).

8.5 DEMOCRATIZAÇÃO

Democratizar o ensino superior pressupõe uma prática pedagógica crítica, articulada ao cotidiano, capaz de ampliar a percepção coletiva a respeito das questões e situações-limite que precisam ser coletivamente construídas (PIRES, 2005).

O CEN/CAPF/UERN compreende a necessidade de atravessar os muros da universidade e buscar novos interlocutores, especialmente, os que se encontram em cenários de vulnerabilidade social, demandantes do conhecimento acadêmico acumulado. Esse é o caminho para pôr em cheque o próprio conhecimento produzido intramuros sobre os processos sociais e políticos em curso e para se apropriar das percepções e experiências vividas e elaboradas pelos atores sociais “excluídos” das universidades.

Os cursos de formação e capacitação extracurriculares, através dos projetos/programas de extensão, UCE e pesquisa, bem como atividades de ensino, para os setores populares vem constituindo-se em espaços privilegiados para o alcance desses objetivos.

Ao se discutir a democratização do ensino superior no Brasil, se faz necessário historicizar a realidade sob a luz do próprio desenvolvimento da educação, do acesso a educação como direito de todos. Com a redemocratização do Brasil, ancorada, nos preceitos constitucionais de 1988, é perceptível a busca por incorporar os conceitos de justiça e equidade social, em relação as políticas educacionais em curso, para inserção dos jovens excluídos, em outrora, nos muros das universidades brasileiras (HERINGER, 2018).

A partir de 2002, conjuntamente, ao processo de expansão do ensino superior no Brasil, tem-se em aplicação, também, dos programas de ações afirmativas para alunos vindouros do ensino público, para minorias étnico-raciais, ou pessoas portadoras de deficiências (HERINGER, 2018).

O perfil dos estudantes universitários modificou-se, ao longo do século XXI, como forma de “corrigir” distorções causadas por “equivocos” na idealização das políticas educacionais verdadeiramente democráticas. Entretanto, muitas são as resistências a equidade social no campo educacional (HERINGER, 2018).

Democratizar o ensino superior pressupõe uma prática pedagógica crítica, articulada ao cotidiano, capaz de ampliar a percepção coletiva a respeito das questões e situações-limite que precisam ser coletivamente construídas (PIRES, 2005).

Ademais, se faz importante viabilizar políticas de permanência na educação superior, mediante concessão de auxílios financeiros, creches, bolsas de trabalho, entre outras. Através da PRAE/UERN, os estudantes têm acesso, às estratégias inovadoras, ainda que limitadas, do ponto de vista quantitativo. Os desafios persistem, quando nos vemos como um Curso de Graduação, na área da Saúde, localizado no interior do sertão nordestino. Apoiar as ações afirmativas para o ingresso de alunos vindouros de classes e grupos vulneráveis é algo a ser perseguido por uma universidade pública estadual.

8.6 INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Pensar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é compreender a tríade de forma articulada. Compreender que essas vertentes são instrumentos potencializadores do processo de formação do enfermeiro. Na Universidade, essa tríade precisa ser considerada como atividades complementares e interdependentes, sistêmica e com valorações equivalentes, para promover a difusão, criação, sistematização e transformação do conhecimento (PIVETTA et al., 2010).

Um dos objetivos do CEN/CAPF/UERN é a elaboração e a execução de projetos de desenvolvimento dos componentes curriculares para além da sala de aula, criando as condições necessárias para o desenvolvimento da prática reflexiva através do ensino, da pesquisa e da extensão.

A curricularização da extensão potencializa a materialização dessa indissociabilidade na medida em que possibilita a contextualização das reais demandas dos serviços de saúde e da população, indispensável para uma formação profissional do enfermeiro voltada para a responsabilidade social. Além disto, os programas institucionais como projetos de pesquisa e de incentivo financeiro externo como PIBIC/CNPq, entre outros, favorecem o tripé de ensino, pesquisa e extensão.

Componentes curriculares do curso valorizam a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, com destaque para: O Processo Pesquisar em Enfermagem, Seminário de Defesa de Monografia e Estágio Curricular de Enfermagem I e II, que fortemente favorecem o aprimoramento técnico-científico, mediado por práticas de pesquisa, estimulando a reflexão

crítica do estudante, com vistas ao desenvolvimento de um profissional autônomo e independente.

8.7 TRABALHO COLABORATIVO E INTERPROFISSIONAL

O ensino superior caminha na perspectiva de formar profissionais de saúde que estejam em consonância com os princípios preconizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Faz-se oportuno que o projeto pedagógico dos cursos de graduação em saúde possa operar com concepções teóricas e metodológicas que insiram, desde cedo, os estudantes na comunidade atuando e aprendendo com outros profissionais, buscando estratégias para uma formação pautada na educação interprofissional, intersetorial e interdisciplinar (COSTA et al., 2014).

O processo de formação em saúde precisa romper a tendência dos profissionais de cada área trabalhar de forma isolada e independente dos demais saberes/práticas, reflexo de longa e intensa formação, também isolada e circunscrita à sua própria área de atuação, pautado no modelo de ensino cartesiano, organizado por disciplinas, e na racionalidade biomédica, referida à ênfase na dimensão biológica e no substrato anatomopatológico do processo saúde-doença (FRENCK et al., 2010).

A interprofissionalidade caminha, então, no sentido de fazer com que os diversos atores/atrizes com diferentes formações na saúde, articulem seu saber com o dos outros para a organização do trabalho, dispostos a transitar entre as áreas específicas de formação, compartilhando ações e delegando atividades a outros profissionais, nos moldes de uma prática colaborativa e interdisciplinar. Essa flexibilidade permite otimizar os recursos, e ampliar o reconhecimento da multiplicidade de saberes e sua relação com a interdisciplinaridade (PEDUZZI et al., 2013).

Torna-se importante que o processo de formação de enfermeiros possa ofertar situações de aprendizagem colaborativa entre os acadêmicos dos diversos cursos de graduação em saúde. Com isso, possibilita-os que conheçam os papéis, os saberes e a construção de competências junto aos demais profissionais, compreendendo os processos de trabalho específicos de cada ator/atriz em saúde, ao mesmo tempo que reconheçam os processos de trabalho coletivos em saúde.

9 MARCOS TEÓRICOS DO TRABALHO DE ENFERMAGEM

9.1 BASES REFERENCIAIS

O Projeto Pedagógico do CEN/CAPF/UERN considera o estudo da dinâmica das transformações da produção da força de trabalho e de sua articulação com as políticas sociais e com os movimentos sociais, ambos comprometidos com a qualidade de vida das populações e com a busca da garantia do direito à saúde nos termos da Constituição Federal Brasileira (1988), a qual declara em seu artigo 196 “a saúde como direito de todos e dever do Estado”. Tem como preocupação central a construção de novos marcos teóricos para o ensino de enfermagem, na concepção desta como parcela do trabalho coletivo em saúde. (BRASIL, 1988).

A atuação do CEN/CAPF na formação desta parcela dos trabalhadores da saúde, considera: a situação e as perspectivas da sociedade capitalista neoliberal brasileira, dentro da Nova Ordem Econômica Mundial que conforma uma nova divisão mundial do trabalho, desencadeado pela globalização da economia e orientado pela política neoliberal. Essa nova divisão determina a desindustrialização do Brasil, de forma gradativa, substituindo a produção de tecnologia de ponta pela grande indústria e pela produção de insumos com investimentos na produção agroindustrial, na produção de matéria-prima, e em indústria de baixo perfil tecnológico, monopolizando o poder do controle do desenvolvimento das forças produtivas, do saber e da informação, imprescindíveis na atualidade e no terceiro milênio (ANTUNES, 2008; MEDEIROS, 2000).

Esse contexto determina a desigualdade que se estabelece entre países, tendo como cerne da questão o poder da produção e da tecnologia, enquanto o poder e o saber ficam conformados na divisão mundial do trabalho, o que se traduz em dominação econômica e política de uns sobre os outros. A característica da terceira revolução industrial imprime a marca da exclusão, na qual a força de trabalho é dicotomizada em trabalhadores centrais e periféricos, desempregados e excluídos, dividindo também a parcela de apreensão do conhecimento e a utilização de tecnologias, gerando relações desiguais de poder, pelo saber e pelo controle econômico (ANTUNES, 2008; MEDEIROS, 2000).

Esse processo difuso, caracterizado como terceira revolução industrial, pós-modernidade, tem repercussão na dimensão cultural, influenciando a arte e os costumes, conseqüentemente, as formas de atendimento das necessidades sociais, ou seja, a situação e as perspectivas da produção de serviços de educação, saúde e enfermagem (ANTUNES, 2008; MEDEIROS, 2000).

O CEN/CAPF assume o desafio de lutar pelo acesso da parcela da população, hoje excluída, às políticas sociais, utilizando estratégias de mudança, postura ética e compromisso social com o direito à saúde, assumindo a ética da solidariedade e rompendo com a ética do individualismo. Assim, parte da concepção da sociedade como totalidade, concreta e articulada nas suas partes, na qual saúde/enfermagem são partes desse todo, influenciando e sendo influenciada pelo todo, pela ação política cultural dos atores sociais envolvidos nesse processo, e que defendem diferentes projetos para a saúde e a enfermagem. Esse desafio determina, como indispensável, o redimensionamento das bases teóricas e metodológicas na formação do enfermeiro para assumir a coordenação do trabalho de enfermagem e dos dispositivos legais que orientam o trabalho da enfermagem: a Lei do Exercício Profissional e o Código de Ética dos Profissionais da Enfermagem (COFEN, 2017; COFEN, 1986).

Desse modo, o processo de construção do projeto pedagógico do CEN/CAPF teve como suporte teórico:

- A concepção da enfermagem como trabalho, parte do trabalho coletivo em saúde;
- A compreensão de que o processo produtivo está em constante transformação, tanto em sua base técnica, como nas atividades dos seus agentes e da divisão técnica e social do trabalho;
- A concepção de que a articulação entre trabalho e educação se estabelece no processo ensinar/aprender que resulta a produção da força de trabalho;
- A utilização de análises que tem como fio condutor a categoria trabalho dentro de um processo mais amplo da produção social da sociedade brasileira atual, no qual a produção dos serviços de saúde está em estreita articulação;
- A concepção de que o trabalho da enfermagem está materializado nos processos assistir/intervir, gerenciar, ensinar/aprender e investigar, comprometido com a produção dos serviços de saúde e a transformação dos perfis epidemiológicos da sociedade.
- A concepção de enfermagem como ciência e disciplina para fundamentação do cuidado de enfermagem.

9.2 BASES CONCEITUAIS

As concepções construídas coletivamente no CEN/CAPF compreendem partes de um todo, indissociável, dimensões do trabalho de enfermagem - dimensão estrutural, particular e singular - portanto, intrinsecamente relacionadas entre si, e que vão embasar o ensino e o trabalho de enfermagem (EGRY, 1996).

Compreendemos como bases conceituais para alicerces da formação em enfermagem os conceitos de: Sociedade; Processo de Trabalho; Trabalho Coletivo em Saúde/Produção dos Serviços de Saúde; Processos de Trabalho de Enfermagem; Processo Saúde/Doença; Educação; Políticas de Saúde; Gênero e Diversidade; e Ciência de Enfermagem.

9.2.1 Sociedade

A Sociedade é a base que fundamenta as formas de trabalho (produção social) e de vida (reprodução social), determinando as necessidades sociais e possibilidades de atendimento a essas necessidades. O momento da reprodução comporta a organização da vida na sociedade e representa os diferentes ‘modos de andar a vida’ dos diferentes grupos. Esse momento também comporta a formação de grupos sociais que se inserem no momento da produção. Essa inserção é que lhes permite ter uma determinada base material de existência (BREILH, 1991).

Os grupos sociais homogêneos são caracterizados por sua inserção (relação capital/trabalho) na base econômica, na base social e na base geossocial. No âmbito da dinâmica da sociedade, especificamente no seu momento produtivo, os grupos se localizam nos espaços formais de trabalho e de representação das relações capital/trabalho como, por exemplo, nos locais de trabalho, nos sindicatos patronais e de trabalhadores, nos órgãos de classe e de defesa popular (BREILH, 1991).

Ainda no âmbito da dinâmica da sociedade, especificamente no seu momento reprodutivo, os grupos sociais são encontrados nos momentos em que usufruem dos equipamentos públicos e privados, como escola, creches, clubes, igrejas. Significa que as classes e/ou grupos sociais têm acesso diferenciado na forma de ocupação do espaço onde se dará a produção, o atendimento às suas necessidades e, conseqüentemente o processo de viver (BREILH, 1991).

As transformações das condições político-sociais-econômicas com o impacto da globalização, determinam a reestruturação do Estado com a implantação de políticas sociais neoliberais, voltadas para o Estado mínimo, às quais causam grandes dificuldades, injustiças e iniquidades sociais (GERSCHMAN, VIANNA, 2004).

O trabalho em saúde encontra-se inserido no setor terciário da economia e deve ser considerado o seu processo de produção, suas relações sociais de trabalho, meios e instrumentos (ANTUNES, 2008; NOGUEIRA, 1995).

9.2.2 Processo de Trabalho

Forma pela qual o homem retira da natureza o seu sustento, uma vez que transforma essa natureza de acordo com as suas necessidades, estabelecendo, conseqüentemente, uma relação de produção com outros homens. Meio pelo qual uma sociedade se organiza e é transformada e onde se estabelece uma relação de exploração geradora de satisfação e insatisfação pessoal. A satisfação/insatisfação pessoal é determinada histórica e socialmente, portanto, dinâmica (ANTUNES, 2008; EGRY, 1996).

O trabalho é condição inerente ao homem/mulher, como forma de garantir a sua subsistência. É a inserção no modo de produção que garantirá a base material de sustentação do trabalhador, fato que definirá a qualidade de vida no momento da reprodução social. O processo de trabalho representa a categoria fundamental para o reconhecimento da sociedade capitalista e das formas de como ela se reproduz (ANTUNES, 2008; EGRY, 1996).

9.2.3 Trabalho Coletivo em Saúde / Produção dos Serviços de Saúde

Na saúde, embora o trabalho se configure como qualquer outro, não deve ser tomado sem que se considerem as determinações sócio-históricas dos agentes, meios/instrumentos e objetos, num determinado tempo e organização social. A sua origem não pode ser compreendida como necessidade humana natural (ANTUNES, 2008; PIRES, 1998; NOGUEIRA, 1995).

O processo de trabalho em saúde, categorizado como serviço, apresenta, portanto, características que o distinguem dos demais trabalhos, apesar de compartilhar semelhanças nos processos que ocorrem na indústria e em outros setores da economia (ANTUNES, 2008; PIRES, 1998; NOGUEIRA, 1995).

Ancorado numa relação interpessoal muito intensa, que assume caráter forte e decisivo para a própria eficácia da ação, esse serviço não se realiza sobre coisas ou objetos. Dá-se sobre pessoas, estabelecendo uma relação entre quem consome o serviço e quem o produz. Em outras palavras, as pessoas, embora consumidoras, são partícipes do processo de trabalho e corresponsáveis pelo êxito, ou fracasso da ação terapêutica. Serve para recuperar, tornar melhor ou preservar um bem ou conjunto de bens (ANTUNES, 2008; PIRES, 1998; NOGUEIRA, 1995).

O trabalho coletivo em saúde apresenta algumas características:

- a) Processo marcado por uma direcionalidade técnica, de natureza coletiva, ou seja, formado por um conjunto de agentes que compõem o processo, compartilhando conhecimentos científicos, que determinam o processo de trabalho em saúde.
- b) A integração entre os aspectos intelectual e manual, que detém a direcionalidade técnica, também participa do ato técnico final. Entretanto, isso não significa que não exista separação intelectual/manual no trabalho em saúde. Aliás, esta é uma outra característica que diferencia o trabalho humano da ação animal. No trabalho humano, a unidade entre concepção e execução pode ser dissolvida, ou seja, a ideia concebida por uma pessoa pode ser executada por outra.
- c) A fragmentação dos atos. Em um hospital ou em uma Unidade Básica, o usuário se submete a uma quantidade enorme de atos e diagnósticos e terapêuticas para ter seu problema resolvido.

Na visão hegemônica, o reconhecimento dos problemas de saúde e doença das populações e a correspondente resposta dos serviços de saúde tomaram e tomam por base, em nosso meio, a demanda individual pelos serviços (aqueles que procuram o serviço por apresentar algum tipo de agravo), e esta maneira de se proceder à produção em saúde tem tido como fonte o modelo médico (clínico) de intervenção, de enfoque biologicista, centrado no agravo do corpo individual, atribuindo ao agravo uma causa ou causas diversas (sociais, econômicas, biológicas), não hierarquizadas (PIRES, 1998).

O reconhecimento de tais problemas deverá estar articulado às formas de trabalhar e de viver dessas populações, raízes que explicam os diferentes gradientes de saúde e doença; a intervenção em saúde será, pois, comandada pela estratégia da vigilância em saúde, ferramenta fundamental para o controle do processo saúde-doença das populações, em que o trabalho, a vida, a saúde e a doença convivem de modo articulado (BREILH, 1991).

Uma nova organização das práticas de saúde deve ter como objetivos/focos, de um lado, as necessidades sociais, reconhecidas como problemas de saúde da população, e, de outro, a resolução da maior quantidade possível de problemas, não aceitando a organização centrada exclusivamente na assistência médica individual. Conseqüentemente, um novo modelo das práticas de saúde pautado na realização de trabalho epidemiologicamente orientado, assumindo o cuidado de saúde na sua dimensão coletiva, na qual a clínica tem papel fundamental e indispensável, parte do modelo epidemiológico, na perspectiva da vigilância a saúde (PIRES, 1998; BREILH, 1991).

A partir de uma nova organização das práticas de saúde, o processo de produção dos serviços de saúde, tem os seguintes elementos:

Objeto: Os perfis epidemiológicos do coletivo na sua totalidade, nos grupos sociais homogêneos e na sua singularidade;

Finalidade: A transformação desses perfis visando ao aperfeiçoamento dos processos saúde-doença;

Meios-instrumentos: Os recursos materiais e tecnológicos, força de trabalho em saúde entre outros;

Trabalho em si: Os atos realizados pelo conjunto dos trabalhadores da saúde orientados pelo modelo epidemiológico, do qual o modelo clínico é parcela integrante, na sua articulação, que produzem a transformação no objeto.

9.2.4 Processo de Trabalho de Enfermagem

A enfermagem, como integrante do processo de produção dos serviços de saúde, tanto vai apresentar características como sofrer determinações sociais a que qualquer serviço está sujeito na sociedade brasileira. Também vai se submeter às relações de produção que se estabelecem no setor Saúde, muito embora sua evolução e crescente divisão técnica e social de trabalho, impostos pelas necessidades capitalistas, a diferenciem, assumindo características muito próprias que a distinguem da prática médica (PIRES, 2013; PIRES, 2007; PIRES 1989).

Parcela do trabalho coletivo em saúde constitui-se uma prática heterogênea, realizada por diferentes categorias com graus de qualificação diferenciados e níveis de atuação com complexidade distinta, que compartilham parcelas deste trabalho para compor um conjunto complementar e interdependente referido ao todo (PIRES, 2013; PIRES, 1998).

O trabalho da enfermagem tem especificidades que se materializam em quatro processos: assistir/intervir, gerenciar, ensinar/aprender e investigar, de forma indissociável nos modelos epidemiológicos onde o/a enfermeiro/a exerce a coordenação do trabalho da enfermagem nesses modelos de produção dos serviços de saúde (SANNA, 2007).

Por se tratar de trabalho coletivo, os processos de trabalho em enfermagem são parcelas do processo de trabalho em saúde e, em alguns casos, configuram-se como meios/instrumentos desse mesmo trabalho (Quadro 25).

Quadro 25: Processos de Trabalho de Enfermagem

PROCESSO DE TRABALHO	PROCESSO ASSISTIR/INTERVIR	PROCESSO GERENCIAR	PROCESSO ENSINAR/APRENDER	PROCESSO INVESTIGAR
OBJETO	Perfis epidemiológicos do coletivo na sua totalidade, nos grupos sociais homogêneos e na sua singularidade (indivíduo/família).	Dinâmica gerencial de como se processa a assistência/intervenção de enfermagem na sua aderência e articulação com os perfis epidemiológicos do coletivo na sua totalidade, nos grupos sociais homogêneos e na sua singularidade (indivíduo/família);	Conhecimento que os sujeitos (alunos, usuários, entre outros) têm acerca do objeto/finalidade do processo de produção dos serviços de saúde/enfermagem;	Estado de arte que caracteriza o saber da enfermagem, compreendida como disciplina, ciência e profissão e sua articulação com a produção dos serviços de saúde;
FINALIDADE	Transformação desses perfis visando aperfeiçoar o processo saúde-doença do coletivo nas dimensões geral, particular e singular;	Compatibilizar essa dinâmica às necessidades de transformação do processo assistir/intervir articuladas as transformações dos perfis epidemiológicos;	Construção de um conhecimento que atenda as demandas sociais e que produzirá o enfermeiro coordenador do trabalho de enfermagem com vistas a transformação dos perfis epidemiológicos de Pau dos Ferros, Região do Alto Oeste Potiguar e Estado do Rio Grande do Norte;	Construção de saberes que fortaleçam o desenvolvimento da enfermagem e contribuam para uma nova forma de produção dos serviços de saúde;
MEIOS/ INSTRUMENTOS	Força de Trabalho, saberes e tecnologias de enfermagem, construídas sobre o modelo clínico e epidemiológico de modo a	Modelos e métodos gerenciais da saúde e da enfermagem, processo de educação permanente; força de trabalho.	Discentes, docentes, usuários, trabalhadores, processos de trabalho que assegurem a infraestrutura acadêmica e administrativa, projeto	Referenciais teóricos metodológicos, filosóficos, métodos e técnicas, projetos de pesquisas. Força de trabalho qualificada;

	fundamentar o assistir/intervir;		pedagógico, práticas educativas; pesquisas, tecnologias, materiais e equipamentos;	
TRABALHO EM SI	Caracteriza-se pela intervenção constante da enfermagem junto ao objeto, acompanhando-o diretamente ou por meio da supervisão do trabalho da enfermagem.	Ocorre sob orientação do Plano Diretor para a Saúde do Município e pelo Plano Diretor para a assistência de enfermagem a ele subordinado, nas instituições e/ou em outros espaços em que se processa o trabalho de enfermagem.	Desenvolvimento do projeto político pedagógico e/ou do projeto de intervenção na realidade, na perspectiva da produção de um novo conhecimento que venha contribuir para a transformação da produção dos serviços de saúde.	Participação em processos de produção de conhecimento: pesquisas e/ou outras formas de produção, específicas da enfermagem ou em parceria com os demais trabalhadores da saúde.

9.2.5 Processo Saúde/Doença

Processo determinado histórico-socialmente, no qual as condições de vida e trabalho vão determinar diferentes potenciais de risco e benefícios que caracterizam diferentes formas de adoecer ou de estarem em equilíbrio. Resultante da forma de como o homem produz e se reproduz socialmente. O modo específico, pelo qual ocorre nos grupos, o processo biológico de desgaste e reprodução, destacando como momentos particulares a presença de um funcionamento biológico diferente, com consequências para o desenvolvimento regular das atividades cotidianas, isto é, o surgimento da doença (LAURELL, 1982)

A resposta dinâmica que as classes sociais manifestam de forma diferenciada, de acordo com sua inserção no sistema de produção frente aos determinantes sociais, resposta dada pelas características de riscos e de potencialidades que são reflexos do processo biológico de desgaste (LAURELL, 1982)

Em nossa sociedade dividida em grupos sociais, a qualidade de vida de cada classe social é diferente, pois diferente é sua exposição aos processos de risco e ao acesso a processos benéficos ou potencialidades de saúde (valores e contra valores) (LAURELL, 1995).

9.2.6 Educação

Prática social, produto de tensões e conflitos culturais, políticos e econômicos determinados histórica e socialmente, que possibilitam a formação integral do sujeito contribuindo para a construção de sua visão de mundo de forma crítica e consciente na perspectiva de transformação da realidade (FREIRE, 2009; DELORS et al, 1998; GADOTTI, 1998).

Nesse sentido o processo pedagógico se constrói a partir de uma relação dialética entre os sujeitos envolvidos nessa prática tendo como referência a realidade na qual se inserem nos diversos cenários ultrapassando os limites das instituições escolares, ou seja, produto e produtor de determinações sociais (FREIRE, 2009; DELORS et al, 1998; GADOTTI, 1998).

9.2.7 Políticas de Saúde

Historicamente, os países colonizados sofreram forte intervenção do Estado neoliberal com o objetivo de garantir somente o mínimo de serviços produzidos para aliviar a pobreza, propondo uma política assistencialista organizada sob a forma de programas de ações orientadas à atenção de problemas prioritários e de impacto mais imediato, como os programas de imunização, de atenção infantil e suplementação alimentar, com um forte grau de imposição governamental. Acresce-se a isso, o fato de que, para se ter acesso aos benefícios dos programas públicos, torna-se necessária a comprovação da condição de indigência. Como consequência dessa política, ocorre a negação dos direitos sociais e da obrigatoriedade do Estado em garanti-los (BORLINI, 2010; LAURELL, 1995).

Os programas, acima referidos, são manipulados pelo Estado e têm como objetivo assegurar uma clientela política em substituição do apoio popular, cuja essência reside na consolidação de um pacto social. Representa uma tentativa de mascarar uma economia desregulamentada, de livre-mercado e não provoca processos políticos contrários, capazes de anular o projeto neoliberal (BORLINI, 2010; LAURELL, 1995).

Ao Estado neoliberal interessa a consolidação de um modelo econômico que favoreça o processo de privatização do financiamento e da produção dos serviços de saúde, seguindo a ótica neoliberal sob a égide da dinâmica da acumulação privada. Os hospitais com grande incorporação de tecnologia absorvem, portanto, grandes investimentos de capital, que geralmente pertencem ao setor público (BORLINI, 2010; LAURELL, 1995).

O avanço tecnológico e científico da indústria farmacêutica, instrumentos e equipamentos médico-hospitalares determinam a medicalização da sociedade, a tecnificação e especialização do ato médico, favorecendo uma visão fragmentada do homem e da sociedade. Este avanço tecnológico, se por um lado contribui para a elucidação diagnóstica, por outro, restringe o acesso dos usuários a esse aparato tecnológico. Acresce-se a isto, o elevado investimento dispensado para qualificar os trabalhadores da saúde para manusear toda esta tecnologia cuja distribuição dos seus progressos ocorre de forma desigual na sociedade capitalista (CARVALHO et al, 2015).

A forma de produzir serviços de saúde ancorada no paradigma flexneriano enfatiza o processo fisiopatológico em detrimento da causa. Se expressa por meio de elementos que se inter-relacionam: mecanicismo, biologicismo, individualismo, especialização, tecnificação e curativismo. Elementos que conduzem à compreensão fragmentada do homem. Desse modo, predomina o pensamento clínico/individual em torno do processo saúde/doença, reforçando

respostas unilaterais dos serviços de saúde que se localizam na atenção individual (MIRANDA, 2010; AROUCA, 2003).

Como modelo contra-hegemônico, encontra-se em construção o Sistema Único de Saúde (SUS), resultante do movimento da Reforma Sanitária Brasileira, que impõe uma nova forma de produzir saúde. O mesmo busca direcionar e modificar a forma de organização e conteúdo das ações e serviços de saúde, de modo a responder às demandas da população no atendimento às suas necessidades (PAIM, 2008; AROUCA, 2003).

Essa visão tem levado a mudanças sobre a forma de elaboração e implementação das políticas públicas de saúde, por partir dos princípios que regem o SUS, quais sejam a universalidade, equidade, integralidade e que, portanto, compreendem a saúde como dever do Estado e direito de cidadania. Segundo a Constituição Federal de 1988, a saúde deve ser desenvolvida mediante políticas sociais e econômicas para redução do risco de doenças e agravos para promoção, proteção e recuperação da saúde (BRASIL, 1988).

9.2.8 Gênero e Diversidade

Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade, importa observar não somente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. O debate vai se constituir, então, através de uma nova linguagem, na qual gênero será um conceito fundamental (LOURO, 2008).

Foram as feministas americanas que passaram a utilizar a expressão “gênero” para designar a organização social da relação entre os sexos com a intenção de dar ênfase à recusa ao determinismo biológico, presente na utilização do termo “sexo” ou “diferença sexual” e de realçar a construção das diferenças, bem como, o caráter relacional do conceito (SCOTT, 1995).

Gênero serve, portanto, para determinar tudo que é social, cultural e historicamente determinado. Compreende as inter-relações que conformam a complexidade da natureza humana dos sujeitos sociais, tomando como eixo a condição do ser homem e do ser mulher construída histórica e socialmente a partir das relações de poder estabelecidas na sociedade, extrapolando a naturalização biológica das diferenças de gênero.

É importante destacar, conforme nos alerta Butler (2010), sobre os perigos de conceituações fechadas que se mostram como regimes de verdades absolutas, posto que o(s) gênero(s) é um conceito em constante transformação e conflito.

As discussões em torno das relações de gênero vêm, ao longo do tempo, ganhando cada vez mais visibilidade, conquistando espaço e provocando novas práticas e discursos. É no contexto social brasileiro, que ainda reproduz ideologias machistas e sexistas que fortalecem os interesses de um modelo social fundamentado na heteronormatividade, que se faz necessário formar enfermeiros para a compreensão da diversidade sexual e social presentes no país, redução das iniquidades em saúde, garantia do fortalecimento das políticas de equidade do SUS e exercer a promoção da inclusão, sem distinção de gênero, etnia, raça e outras identidades

9.2.9 Ciência de Enfermagem

A ciência de Enfermagem consiste no conjunto de conhecimento substantivo, específico à disciplina, cujo enfoque prático recai sobre o processo humano-ambiente-saúde articulado nas estruturas e fundamentado em teorias. Desse modo, a Enfermagem é também considerada como uma ciência prática e uma disciplina orientada para a prática e seus construtos teóricos essenciais fundamentam o cuidado de Enfermagem. Assim, o objetivo dos referenciais teóricos da enfermagem é a descrição, explicação e previsão de fenômenos dentro do domínio da enfermagem, no sentido de orientar a prática (CODY, 2011; GEORGE, 2000).

Os conceitos que envolvem o metaparadigma da enfermagem são (ALLIGOOD, TOMEY, 2011):

- a) **Pessoa/indivíduo:** “aquele” que recebe os cuidados de enfermagem, incluindo pacientes individuais, grupos, famílias e comunidades. O indivíduo é fundamental para o cuidado de enfermagem, por isso é importante conhecer as necessidades de cada pessoa, que são complexas, e prestar um cuidado individualizado e centrado no paciente.
- b) **Saúde:** é um conceito que apresenta diferentes significados, a depender do ambiente e do entendimento de cada paciente, ela é dinâmica e está em constante mudança. O desafio para a enfermagem está em prestar cuidados que atinjam os diferentes níveis de saúde das pessoas.
- c) **Ambiente/situação:** inclui todas as possíveis condições que afetam os pacientes e as condições nas quais suas necessidades de saúde ocorrem. Existe uma interação contínua entre o sujeito e o ambiente, sendo uma interação que pode ter efeitos positivos e negativos sobre o nível de saúde do sujeito e suas necessidades.
- d) **Enfermagem:** tem um escopo amplo, portanto sua definição depende da compreensão teórica utilizada. Sabe-se que o enfermeiro precisa utilizar seu pensamento crítico para integrar conhecimentos, experiências, atitudes em um plano individualizado de cuidados para cada um dos seus pacientes.

Hickman (2000) amplia a compreensão da Enfermagem como ciência e arte da disciplina. Horta (1974) define Enfermagem como “a ciência e a arte de assistir o ser humano”, compreendido como indivíduo, família e comunidade, no atendimento de suas necessidades básicas, de torná-lo independente desta assistência, quando possível, pelo ensino do autocuidado; de recuperar, manter e promover a saúde em colaboração com outros profissionais.

10 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Projeto Pedagógico do CEN/CAPF/UERN tem como elementos norteadores para a formação de enfermeiros/enfermeiras, os princípios científicos, técnicos, políticos e éticos da profissão. Sua organização curricular coaduna com as diretrizes curriculares nacionais de enfermagem vigentes quando afirma que os “conteúdos essenciais devem estar relacionados com todo o processo saúde-doença do cidadão, da família e da comunidade, integrado à realidade epidemiológica e profissional, proporcionando a integralidade das ações do cuidar em enfermagem” (CNE/CES, 2001, p. 4).

No sentido de elaborar sua matriz curricular, o CEN/CAPF organiza o processo pedagógico formativo considerando: a forma de ingresso do candidato, a proposta metodológica de ensino e aprendizagem, a sistemática de desenvolvimento do curso, a seleção e distribuição de conteúdo, os cenários de prática e estágio curricular e a forma de avaliação do processo, como elementos determinantes para a consecução do ensino de qualidade.

Assim, a formação de enfermeiros será orientada pelos princípios que norteiam a prática da enfermagem no Brasil, para tanto, tem como referência:

- As Diretrizes Curriculares Nacionais da Enfermagem (Resolução nº 03/2001 - CES/CNE);
- A Lei do Exercício Profissional da Enfermagem (Lei nº 7.498/1986 - COFEN);
- O Código de Ética Profissional da Enfermagem (Resolução nº 564/2017 – COFEN);
- As Leis Orgânicas de Saúde (Leis nº 8080/1990 e nº 8142/1990 - Ministério da Saúde);
- A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), instituída pelo Ministério da Saúde (Resolução CNS nº 335/2003 e a Portaria nº 198/2004 - GM/MS);
- A Resolução nº 04/2009 - CES/CNE, que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos a integralização e duração dos cursos de graduação em Enfermagem e outros, na modalidade presencial; e
- As deliberações dos Seminários Nacionais de Diretrizes para a Educação em Enfermagem (SENADEN), espaços legítimos de discussão/definição sobre as diretrizes orientadoras do Ensino de Enfermagem, organizados pela Associação Brasileira de Enfermagem (ABEN).

Para concluir a formação de nível superior e obter o Grau de Bacharel em Enfermagem no CEN/CAPF/UERN, o estudante deverá integralizar Carga Horária Total de 4.350 (quatro mil trezentos e cinquenta) horas, com duração mínima de 5 anos (cinco) ou 10 (dez) semestres

letivos, e, máxima de 08 anos (oito) ou 16 (dezesesseis) semestres letivos, distribuída nos seguintes componentes curriculares:

- **Disciplinas Obrigatórias:** 2.805* (dois mil, oitocentos e cinco) horas ou 187 (cento e oitenta e sete) créditos; incluído 30 (trinta) horas de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);
- **Disciplinas Optativas:** 90 horas (noventa) ou 6 (seis) créditos;
- **Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório:** 900 (novecentas) horas ou 60 (sessenta) créditos;
- **Unidades Curriculares de Extensão (UCE):** 435 (quatrocentos e trinta e cinco) horas ou 29 (vinte e nove) créditos;
- **Atividades Complementares Curriculares (ACC):** 120 (cento e vinte) horas.

A matriz curricular do CEN/CAPF/UERN está organizada em áreas temáticas, que integram os conteúdos fundamentais das ciências biológicas, humanas e sociais, nos conhecimentos técnicos, científicos, políticos e éticos da saúde, da educação e da ciência da enfermagem, desenvolvidos por meio de componentes curriculares (obrigatórios, optativos, estágio curricular supervisionado obrigatório, trabalho de conclusão de curso), que se sucedem em ordem de complexidade crescente, favorecendo a interdisciplinaridade, a integralidade e a terminalidade do processo de formação do enfermeiro, capacitando-o para assumir a coordenação do trabalho em enfermagem, no modelo clínico e epidemiológico, qualificando-o para inserção no mundo do trabalho em saúde.

As Áreas Temáticas do Curso de Graduação em Enfermagem CAPF/UERN encontram-se organizadas em 06 (seis) grandes áreas:

- 1) Bases Biológicas e Sociais do Trabalho da Enfermagem;
- 2) Bases Teórico-Metodológicas do Trabalho da Enfermagem;
- 3) Assistência de Enfermagem;
- 4) Gestão e Gerenciamento em Enfermagem;
- 5) Educação, Saúde e Enfermagem;
- 6) Articulação Ensino/Trabalho.

A organização curricular em áreas temáticas possibilita à articulação dos conhecimentos a serem construídos sem superposição de saberes, as quais proporcionam sucessivos movimentos de aproximação com o objeto a ser apreendido. Nesse sentido, o fluxo da matriz curricular é determinado pelo nível de complexidade dos problemas e das práticas em saúde, ou seja, partindo do saudável para o doente; da intervenção coletiva para a individual; da atenção primária a saúde para os demais níveis de atenção.

Além da integralização dos componentes curriculares obrigatórios e optativos, da realização dos estágios curriculares supervisionados obrigatórios, do cumprimento das atividades curriculares complementares e das unidades de curricularização de extensão, para expedição do Diploma de Bacharel em Enfermagem, será exigido a elaboração e defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na modalidade monografia, conforme normas próprias.

O TCC encontra-se fortemente atrelado às disciplinas da área de pesquisa, que são desenvolvidas do 1º período até o 10º período, cuja carga horária de 30 (trinta) horas é ofertada no componente curricular “Seminário de Defesa de Monografia”. Reiteramos que, a elaboração do TCC perpassa toda a formação do graduando em enfermagem e representa o produto final do processo de trabalho pesquisar, se articula, portanto, com todos os componentes curriculares do curso.

Ressaltamos que as disciplinas que conformam a formação do/a enfermeiro/a bacharel são em potencial teórico/práticas. A carga horária teórica/prática será desenvolvida através da articulação prática-teoria-prática, partindo da realidade concreta da produção dos serviços de saúde e da realidade do aluno, que reflete sobre a realidade e projeta intervenções críticas e conscientes, capazes de contribuir com a transformação de si, da saúde e da sociedade.

A operacionalização da carga horária total do curso se dá pelo funcionamento deste, em dois turnos (matutino e vespertino), respeitando-se as especificidades dos momentos de prática e estágio curricular, que são realizados nos horários de funcionamento dos serviços de saúde local e das instituições outras.

Apresentadas as prerrogativas normativas para o curso de graduação em enfermagem do CAPF/UERN, discorre-se no Quadro 26 acerca das cargas horárias competentes à creditação mínima para completude da formação.

Quadro 26: Resumo da carga horária total do curso (2021)

UNIDADES DE ESTRUTURAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS (ART. 21 DO RCG)		CARGA HORÁRIA
Disciplinas (RCG, 2017, Art. 49)	Obrigatórias	2.775
	Optativas	90
	Eletivas* (RCG, Art 49, Inc. III)	0
Atividades da prática como componente curricular (RCG, Arts. 28-29) OBS: Para licenciaturas.		0
Estágio curricular supervisionado obrigatório (RCG, Arts. 30-31)		900
Trabalho de conclusão de curso (RCG, Arts. 32-33)		30
Atividades complementares (RCG, Arts. 34-36)		120
Atividades curriculares de extensão (Res. 25/2017 - CONSEPE, de 21/06/2017)		435
Carga horária total (sem as eletivas)		4350

Fonte: Campus Pau dos Ferros/UERN, 2021.

10.1 DISCIPLINAS

10.1.1 Área temática – Bases Biológicas e Sociais do Trabalho da Enfermagem

Destinada à fundamentação básica das ciências biológicas, humanas e sociais, de modo a garantir a compreensão das concepções de enfermagem, seu processo de trabalho, mediações, intervenções e compromissos com a transformação das práticas de saúde e da educação em enfermagem na sociedade, consubstanciada nos seguintes componentes curriculares:

Quadro 27: Componentes Curriculares com seus respectivos códigos, carga horária e créditos, que compõem a Área Temática Bases Biológicas e Sociais do Trabalho da Enfermagem

Código	Componente Curricular	Aplicação	Período	Carga Horária	Créditos
A definir	Processos Bioquímicos	Teórico-prática	1º	75	5
A definir	Citologia, Histologia e Embriologia	Teórico-prática	1º	60	4
A definir	Universidade, Sociedade e Saúde	Teórica	1º	45	3
A definir	Fundamentos da Filosofia aplicados a Enfermagem	Teórica	1º	45	3
A definir	Fundamentos da Psicologia aplicados à Enfermagem	Teórica	1º	45	3
A definir	Antropologia, Saúde e Enfermagem	Teórica	2º	45	3
A definir	Anatomia Humana e Saúde	Teórico-prática	2º	90	6
A definir	Fisiologia Humana e Saúde	Teórico-prática	2º	105	7
A definir	Enfermagem nos Processos Patológicos	Teórica	3º	135	9
A definir	Enfermagem nos Processos Terapêuticos	Teórica	4º	135	9

Fonte: Campus Pau dos Ferros/UERN, 2021.

10.1.2 Área temática - Bases Teórico-Methodológicas do Trabalho da Enfermagem

Abrange os conteúdos técnicos, metodológicos, os meios e instrumentos inerentes ao processo de trabalho do enfermeiro e da enfermagem nos modelos de assistência coletiva e individual, na educação em enfermagem visando qualificar o aluno para a compreensão das formas de organização dos trabalhadores e dos processos de trabalho da enfermagem, consubstanciada nos seguintes componentes curriculares:

Quadro 28: Componentes Curriculares com seus respectivos códigos, carga horária e créditos, que compõem a Área Temática Bases Teórico-Metodológicas do Trabalho da Enfermagem

Código	Componente Curricular	Aplicação	Período	Carga Horária	Créditos
A definir	Fundamentos da Redação Científica	Teórica	1º	45	3
A definir	Enfermagem: História e Processos de Trabalho	Teórico-prática	2º	60	4
A definir	Gênero, Diversidade e Enfermagem	Teórica	3º	30	2
A definir	Epidemiologia Aplicada à Enfermagem	Teórico-prática	3º	120	8
A definir	Introdução a Pesquisa em Saúde e Enfermagem	Teórica	3º	60	4
A definir	Bioestatística	Teórica	3º	45	3
A definir	Bases Teóricas e Metodológicas da Enfermagem	Teórica	4º	45	3
A definir	Ética, Bioética e Enfermagem	Teórica	5º	45	3
A definir	Semiologia e Semiotécnica da Enfermagem	Teórico-prática	5º	225	15
A definir	Enfermagem e o Processo Produtivo	Teórico-prática	6º	60	4
A definir	Saúde, Território e Meio Ambiente	Teórica	6º	45	3
A definir	O Processo Pesquisar da Enfermagem	Teórica	7º	60	4
A definir	Seminário de Defesa de Monografia	Teórica	10º	30	2

Fonte: Campus Pau dos Ferros/UERN, 2021.

10.1.3 Área Temática - Assistência de Enfermagem

Abrange os conteúdos teóricos e práticos que compõem os processos de trabalho assistir/intervir e gerenciar da enfermagem, de forma indissociável, em nível coletivo e individual, no processo saúde/doença da criança, do adolescente, do adulto e do idoso, na promoção, proteção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde. Deve ser desenvolvida sob a forma de ensino *prático-teórico-prático* nos diversos cenários da produção dos serviços de saúde, contemplando os aspectos epidemiológicos, clínicos, cirúrgicos, saúde mental,

pediátricos, geriátricos e gineco-obstétricos, na saúde coletiva e individual. Possibilita a construção de competência científica, técnica, política e ética para atingir as finalidades do trabalho da enfermagem. Constrói instrumentos para a educação em saúde e na educação permanente em saúde/enfermagem, consubstanciada nos seguintes componentes curriculares:

Quadro 29: Componentes Curriculares com seus respectivos códigos, carga horária e créditos, que compõem a Área Temática Assistência de Enfermagem

Código	Componente Curricular	Aplicação	Período	Carga Horária	Créditos
A definir	Enfermagem na Saúde Coletiva	Teórico-Prática	4°	90	6
A definir	Assistência de Enfermagem no Processo Saúde-Doença da Criança e do Adolescente	Teórico-prática	6°	180	12
A definir	Enfermagem em Saúde Mental	Teórica	6°	45	3
A definir	Assistência de Enfermagem no Processo de Reprodução Humana	Teórico-Prática	7°	180	12
A definir	Assistência de Enfermagem no Processo Saúde-Doença do Idoso	Teórico-Prática	7°	90	6
A definir	Enfermagem em Oncologia	Teórica	7°	45	3
A definir	Assistência de Enfermagem no Processo Saúde-Doença do Adulto	Teórico-Prática	8°	270	18

Fonte: Campus Pau dos Ferros/UERN, 2021.

10.1.4 Área Temática – Gestão e Gerenciamento em Enfermagem

Constrói conhecimentos sobre o processo de trabalho gerenciar, de forma indissociável do processo assistir/intervir, interfacetado pelos processos de trabalho ensinar/aprender e investigar, que qualifica o aluno para exercer a coordenação do trabalho da enfermagem nos diversos cenários de produção de serviços de saúde/enfermagem e na educação em saúde e educação permanente em saúde/enfermagem cujos instrumentos são construídos nas áreas temáticas II e III:

Quadro 30: Componente Curricular com seu respectivo código, carga horária e créditos, que compõe a Área Temática Gestão e Gerenciamento em Enfermagem

Código	Componente Curricular	Aplicação	Período	Carga Horária	Créditos
A definir	O Processo Gerenciar da Enfermagem	Teórico-Prática	5°	90	6

Fonte: Campus Pau dos Ferros/UERN, 2021.

10.1.5 Área Temática – Educação, Saúde e Enfermagem

Espaço privilegiado para subsidiar a formação do enfermeiro como educador. Contempla as teorias, os métodos e as técnicas apropriadas ao ensino da enfermagem, bem como a intervenção do mesmo no processo de educação em saúde e educação permanente em saúde/enfermagem, cujos instrumentos são construídos nas áreas I, II, III e IV, compreendendo os seguintes componentes curriculares:

Quadro 31: Componentes Curriculares com seus respectivos códigos, carga horária e créditos, que compõem a Área Temática Educação, Saúde e Enfermagem

Código	Componente Curricular	Aplicação	Período	Carga Horária	Créditos
A definir	Processo Ensinar-Aprender da Enfermagem	Teórica	4°	75	5
A definir	Prática da Enfermagem na Educação e Saúde	Teórico-Prática	8°	90	6

Fonte: Campus Pau dos Ferros/UERN, 2021.

10.1.6 Área Temática – Articulação Ensino/Trabalho

Espaço de conformação da intervenção do CEN/CAPF na produção dos serviços de saúde. Espaço de consolidação da autonomia do enfermeiro como coordenador do trabalho de enfermagem, conformando a articulação e indissociabilidade dos processos de trabalho de enfermagem (assistir/intervir, gerenciar, ensinar/aprender e investigar) nos diversos cenários de produção de serviços de saúde/enfermagem e na educação em saúde e na educação permanente em saúde/enfermagem.

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do CEN/CAPF é supervisionado por enfermeiros-docentes, em parceria com enfermeiros dos serviços de saúde, de caráter

obrigatório, possui carga horária de 900 horas, perfazendo um total de 60 créditos, desenvolvidos nos dois últimos semestres do curso, considerando 50% da carga horária para a atenção básica à saúde e 50% para a atenção hospitalar. Compreende os seguintes componentes curriculares:

Quadro 32: Componentes Curriculares com seus respectivos códigos, carga horária e créditos, que compõem a Área Temática Ensino/Trabalho

Código	Componente Curricular	Aplicação	Período	Carga Horária	Créditos
A definir	Estágio Curricular em Enfermagem I	Prática	9º	450	30
A definir	Estágio Curricular em Enfermagem II	Prática	10º	450	30

Fonte: Campus Pau dos Ferros/UERN, 2021

10.1.7 Organização da matriz curricular de acordo com os componentes curriculares obrigatórios e optativos

O Quadro 33 apresenta os componentes curriculares obrigatórios, considerando o semestre letivo que é ofertado, a carga horária e os créditos a serem integralizados.

Quadro 33: Componentes Curriculares Obrigatórios, Trabalho de Conclusão de Curso e Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios

Código	Componente Curricular	Semestre Letivo	Carga Horária	Créditos
A definir	Universidade, Sociedade e Saúde	1º	45	3
A definir	Fundamentos da Redação Científica	1º	45	3
A definir	Citologia, Histologia e Embriologia	1º	60	4
A definir	Processos Bioquímicos	1º	75	5
A definir	Fundamentos de Filosofia aplicados à Enfermagem	1º	45	3
A definir	Fundamentos de Psicologia aplicados à Enfermagem	1º	45	3
A definir	Enfermagem: História e Processos de Trabalho	2º	60	4
A definir	Antropologia, Saúde e Enfermagem	2º	45	3
A definir	Anatomia Humana e Saúde	2º	90	6
A definir	Fisiologia Humana e Saúde	2º	105	7
A definir	Gênero, Diversidade e Enfermagem	2º	30	3

A definir	Epidemiologia Aplicada a Enfermagem	3°	120	8
A definir	Bioestatística	3°	45	3
A definir	Introdução a Pesquisa em Saúde e Enfermagem	3°	60	4
A definir	Enfermagem nos Processos Patológicos	3°	135	9
A definir	Bases Teóricas e Metodológicas da Enfermagem	4°	45	3
A definir	Enfermagem na Saúde Coletiva	4°	90	6
A definir	Processo Ensinar-Aprender da Enfermagem	4°	75	5
A definir	Enfermagem nos Processos Terapêuticos	4°	135	9
A definir	Ética, Bioética e Enfermagem	5°	45	3
A definir	O Processo Gerenciar da Enfermagem	5°	90	6
A definir	Semiologia e Semiotécnica da Enfermagem	5°	225	15
A definir	Enfermagem e o Processo Produtivo	6°	60	4
A definir	Saúde, Território e Meio Ambiente	6°	45	3
A definir	Enfermagem em Saúde Mental	6°	45	3
A definir	Assistência de Enfermagem no Processo Saúde-Doença da Criança e do Adolescente	6°	180	12
A definir	O Processo Pesquisar da Enfermagem	7°	60	4
A definir	Assistência de Enfermagem no Processo de Reprodução Humana	7°	180	12
A definir	Assistência de Enfermagem no Processo Saúde-Doença do Idoso	7°	90	6
A definir	Enfermagem e Oncologia	7°	45	3
A definir	Assistência de Enfermagem no Processo Saúde-Doença do Adulto	8°	270	18
A definir	Prática da Enfermagem na Educação em Saúde	8°	90	6
A definir	Estágio Curricular em Enfermagem I	9°	450	30
A definir	Estágio Curricular em Enfermagem II	10°	450	30
A definir	Seminário de Defesa de Monografia	10°	30	2
Total	35 componentes curriculares	-	3705*	247

Fonte: Campus Pau dos Ferros/UERN, 2021

* somatória obtida a partir dos Componentes Curriculares Obrigatórios + Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) + Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios (ECSO)

O Quadro 34 apresenta os componentes curriculares optativos, considerando a sua aplicação, a carga horária e os créditos a serem integralizados.

Quadro 34: Componentes Curriculares Optativos

Código	Componente Curricular	Aplicação	Carga Horária	Créditos
A definir	Informação e Registros em Saúde e Enfermagem	Teórica	60	4
A definir	Pesquisa Qualitativa e Enfermagem	Teórica	60	4
A definir	Pesquisa Quantitativa e Enfermagem	Teórica	60	4
A definir	Temáticas Avançadas em Saúde Coletiva	Teórica	60	4
A definir	Cuidados de Enfermagem à pessoa com lesão de pele	Teórico-prática	60	4
A definir	Imunização e Enfermagem	Teórica	30	2
A definir	Assistência Pré-hospitalar	Teórico-prática	60	4
A definir	Educação para a morte	Teórica	30	2
A definir	Enfermagem em Cuidados Intensivos	Teórica	30	2
A definir	Práticas Integrativas em Saúde	Teórica	30	2
A definir	Práticas Interprofissionais em Saúde	Teórica	30	2
A definir	Enfermagem e Segurança do Paciente	Teórica	30	2
0401089-1	Língua Brasileira de Sinais	Teórica	60	4
Total	13 componentes curriculares optativos	-	600	40

Fonte: Campus Pau dos Ferros/UERN, 2021

10.2 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO (EC SO)

O Curso de Graduação Bacharelado em Enfermagem (CAPF/UERN), ofertará 02 (dois) estágios curriculares supervisionados obrigatórios a serem cursados no último ano de formação, respectivamente, no 9º e 10º períodos, com carga horária total de 900 horas, em atendimento as Diretrizes Curriculares Nacionais da Enfermagem (DCNEnf), para a graduação em

enfermagem, que determina um percentual mínimo de 20% de estágio sobre a carga horária total do curso.

O Quadro 35 apresenta os componentes curriculares direcionados para o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório (ECSO) considerando a carga horária e os créditos a serem integralizados.

Quadro 35: Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios

Código	Componente Curricular	Carga Horária	Créditos
A definir	Estágio Curricular em Enfermagem I	450	30
A definir	Estágio Curricular em Enfermagem II	450	30
Total	02 Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios	900	60

Fonte: Campus Pau dos Ferros/UERN, 2021

10.3 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Quadro 36 apresenta os componentes curriculares obrigatórios que fundamentam a elaboração do TCC, modalidade monografia, sob a orientação docente e avaliado por banca examinadora mediante defesa pública, considerando o período que é ofertado, a carga horária e os créditos a serem integralizados.

Os procedimentos relativos a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e a entrega da versão final da monografia seguirá as orientações contidas na Instrução Normativa nº 01/2018/SIB/UERN descritas no tópico 15.3.1.

Quadro 36: Componentes Curriculares que fundamentam a elaboração do TCC, modalidade Monografia

Código	Componente Curricular	Período	Carga Horária	Créditos
A definir	Fundamentos da Redação Científica	1º	45	3
A definir	Bioestatística	3º	45	3
A definir	Introdução à Pesquisa em Saúde e Enfermagem	3º	60	4
A definir	Ética, Bioética e Enfermagem	5º	45	3
A definir	O Processo Pesquisar e Enfermagem	7º	60	3
A definir	Seminário de Defesa de Monografia	10º	30	3
Total	06 componentes curriculares		285	19

Fonte: Campus Pau dos Ferros/UERN, 2021

10.4 ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES (ACC)

O currículo do Curso de Graduação Bacharelado em Enfermagem (CAPF/UERN), ademais dos componentes curriculares obrigatórios e optativos, integraliza-se com atividades complementares que totalizem 120 h (cento e vinte horas), com documentação comprobatória de responsabilidade discente junto à orientação acadêmica do curso, detalhadas nos quadros 37, 38, 39 e 40.

Quadro 37: Atividade I - Ensino

REQUISITO PARA ATRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA	CH	ESPECIFICAÇÃO
Curso de língua estrangeira	10	Horas por semestre letivo
Monitoria em disciplinas do curso de graduação em enfermagem	60	Horas por semestre letivo
Palestras e cursos proferidos	04	Horas por ocasião
Participação em cursos, oficinas, minicursos	CH do minicurso	Carga horária do curso, oficina e minicurso, que não exceda 80 horas
Programa de treinamento especial (PET)	60	Horas por semestre letivo
Realização de estágios não-curriculares	60	Horas por semestre letivo
Participação em projetos de ensino	60	Horas por semestre letivo

Quadro 38: Atividade II - Pesquisa

REQUISITO PARA ATRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA	CH	ESPECIFICAÇÃO
Apresentação de trabalho em eventos científicos	30	Horas por apresentação
Artigos científicos publicados	20	Horas por publicação
Artigos publicados em jornais	10	Horas por publicação
Monografia premiada em concurso público	60	Horas por monografia
Projetos de iniciação científica	60	Horas por semestre
Publicação de resumos em anais de eventos	10	Horas por resumo
Publicação de resumos expandidos em anais de eventos	15	Horas por resumo
Publicação de trabalhos completos publicados em anais de congressos	20	Horas por trabalho

Quadro 39: Atividade III - Extensão

REQUISITO PARA ATRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA	CH	ESPECIFICAÇÃO
Organização de eventos científicos	20	Horas por evento
Participação em apresentações artísticas vinculadas a projetos acadêmicos ou sociais (espetáculos de teatro, música, poesia, dança, exposição de pinturas ou fotografias)	20	Horas por montagem
Participação em eventos, congressos, mostras, exposição, simpósios, campanhas, conferências	15	Horas por evento
Participação em projetos/programas de extensão	30	Horas por projeto de até 40 horas
Participação no seminário interdisciplinar do curso	20	Horas por seminário
Projetos sociais e de voluntariado	10	Horas por projeto
Representação estudantil em centro e diretório acadêmico	45	Horas por semestre

Quadro 40: Atividade IV- Produção Técnica e Científica

REQUISITO PARA ATRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA	CH	ESPECIFICAÇÃO
Produção de material educativo (livro, vídeo, disco, cartilha, texto, etc.)	30	Horas por atividade

Além de computada em histórico escolar, a participação comprovada pode, também, justificar as faltas em disciplinas no respectivo período do evento, a partir de requerimento para tal junto ao respectivo professor, com visto do coordenador do curso. O registro da participação do aluno nestas atividades será requerido junto à coordenação do CEN/CAPF/UERN semestralmente.

O cômputo das horas requeridas, é realizada por meio de cadastro das atividades no Portal do Aluno na Plataforma Integra, de responsabilidade do discente e validação pelo orientador acadêmico do curso, também na Plataforma Integra, mediante apresentação de documentos comprobatórios (certificados, declarações, diplomas).

10.5 UNIDADES DE CURRICULARIZAÇÃO DE EXTENSÃO (UCE)

Com base nas instruções normativas e resoluções apresentadas em nossa Política de Extensão, as práticas extensionistas passam a ser organizadas em Unidades Curriculares de

Extensão (UCE), ofertadas semestralmente com cargas horárias pré-definidas e passíveis de matrícula curricular conforme Resolução nº 25/2017 – CONSEPE⁶.

A curricularização da extensão no caso do Curso de Graduação Bacharelado em Enfermagem (CAPF/UERN), respeita o disposto nas normativas da UERN e estão organizadas em atividades extensionistas integradas ao ensino, nas quais o discente deverá integralizar 435 horas (quatrocentas e trinta e cinco) no decorrer do curso. As UCE devem estar vinculadas a programas e/ou projetos de extensão regularmente aprovados e cadastrados junto a PROEX/UERN.

Tais programas e projetos devem ter caráter flexível e rotativo, devendo atender a demandas da sociedade e da formação em saúde/enfermagem sob a coordenação docente, envolver os discentes como atores da proposta que, necessariamente, precisam ser voltadas para a comunidade externa. O Quadro 41 apresenta o rol das UCE do curso, no total de treze unidades curriculares de extensão, sendo 4 com CH de 30; 5 com CH de 60; e 4 com CH de 75 horas:

Quadro 41: Unidades Curriculares de Extensão (UCE) considerando carga horária e créditos a serem integralizados.

Unidades Curriculares de Extensão (UCE)	Carga Horária	Créditos
UCE I	30	2
UCE II	30	2
UCE III	30	2
UCE IV	30	2
UCE V	60	4
UCE VI	60	4
UCE VII	60	4
UCE VIII	60	4
UCE IX	60	4
UCE X	75	5
UCE XI	75	5
UCE XII	75	5
UCE XIII	75	5

Fonte: Campus Pau dos Ferros/UERN, 2021

⁶ Resolução nº 25/2017 – CONSEPE. Regulamenta a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação no âmbito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Disponível em http://www.uern.br/controladepaginas/documentos-legislacao-extensao/arquivos/0067resolucao_n0_2017_25_consepe_regulamenta_a_curricularizacao_das_atividades_d_e_extensao_nos_cursos_de_graduacao_no_ambito_da_uern.pdf

11 MATRIZ CURRICULAR

1º PERÍODO									
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação T,P,T/P *	Carga Horária			Crédito (CH semanal)	Pré-requisito	
				Teórico	Prático	Total		Código	Componente Curricular
A definir	Universidade, Sociedade e Saúde	Enfermagem	T	45	-	45	3	-	-
A definir	Fundamentos da Redação Científica	Enfermagem	T	45	-	45	3	-	-
A definir	Citologia, Histologia e Embriologia	Enfermagem	T/P	45	15	60	4	-	-
A definir	Processos Bioquímicos	Enfermagem	T/P	60	15	75	5	-	-
A definir	Fundamentos de Filosofia aplicados à Enfermagem	Enfermagem	T	45	-	45	3	-	-
A definir	Fundamentos de Psicologia aplicados à Enfermagem	Enfermagem	T	45	-	45	3	-	-
A definir	UCE	Enfermagem	T/P	15	15	30	2	-	-
TOTAL				300	45	345	23		

*Legenda: T - Teórica; P - Prática; T/P - Teórico-Prática.

2º PERÍODO									
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação T,P,T/P *	Carga Horária			Crédito (CH semanal)	Pré-requisito	
				Teórico	Prático	Total		Código	Componente Curricular
A definir	Enfermagem: História e Processos de Trabalho	Enfermagem	T/P	45	15	60	4	-	-
A definir	Anatomia Humana e Saúde	Enfermagem	T/P	60	30	90	6	A definir	Processos Bioquímicos
								A definir	Citologia, Histologia e Embriologia
A definir	Fisiologia Humana e Saúde	Enfermagem	T/P	90	15	105	7	A definir	Processos Bioquímicos
								A definir	Citologia, Histologia e Embriologia
A definir	Gênero, Diversidade e Enfermagem	Enfermagem	T	30	-	30	2	-	-
A definir	Antropologia, Saúde e Enfermagem	Enfermagem	T	45	-	45	3	-	-
A definir	UCE	Enfermagem	T/P	15	15	30	2	-	-
TOTAL				285	75	360	24		

*Legenda: T - Teórica; P - Prática; T/P - Teórico-Prática.

3º PERÍODO									
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação T,P,T/P *	Carga Horária			Crédito (CH semanal)	Pré-requisito	
				Teórico	Prático	Total		Código	Componente Curricular
A definir	Epidemiologia Aplicada a Enfermagem	Enfermagem	T/P	90	30	120	8	A definir	Enfermagem: História e Processos de Trabalho
A definir	Bioestatística	Enfermagem	T	45	-	45	3	-	
A definir	Introdução a Pesquisa em Saúde e Enfermagem	Enfermagem	T	60	-	60	4	A definir	Fundamentos da Redação Científica
A definir	Enfermagem nos Processos Patológicos	Enfermagem	T	135	-	135	9	A definir	Anatomia Humana e Saúde
								A definir	Fisiologia Humana e Saúde
A definir	UCE	Enfermagem	T/P	15	45	60	4	-	-
TOTAL				345	75	420	28		

*Legenda: T - Teórica; P - Prática; T/P - Teórico-Prática.

4º PERÍODO									
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação T,P,T/P *	Carga Horária			Crédito (CH semanal)	Pré-requisito	
				Teórico	Prático	Total		Código	Componente Curricular
A definir	Bases Teóricas e Metodológicas da Enfermagem	Enfermagem	T	45	-	45	3	A definir	Enfermagem: História e Processos de Trabalho
A definir	Enfermagem na Saúde Coletiva	Enfermagem	T/P	60	30	90	6	A definir	Epidemiologia Aplicada a Enfermagem
A definir	Processo Ensinar-Aprender da Enfermagem	Enfermagem	T	75	-	75	5	A definir	Enfermagem: História e Processos de Trabalho
A definir	Enfermagem nos Processos Terapêuticos	Enfermagem	T	135	-	135	9	A definir	Enfermagem nos Processos Patológicos
A definir	UCE	Enfermagem	T/P	15	45	60	4	-	-
TOTAL				330	75	405	27		

*Legenda: T - Teórica; P - Prática; T/P - Teórico-Prática.

5º PERÍODO									
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação T,P,T/P *	Carga Horária			Crédito (CH semanal)	Pré-requisito	
				Teórico	Prático	Total		Código	Componente Curricular
A definir	O Processo Gerenciar da Enfermagem	Enfermagem	T/P	60	30	90	6	A definir	Enfermagem: História e Processos de Trabalho
								A definir	Enfermagem na Saúde Coletiva
A definir	Semiologia e Semiotécnica da Enfermagem	Enfermagem	T/P	120	105	225	15	A definir	Bases Teóricas e Metodológicas da Enfermagem
								A definir	Enfermagem nos Processos Patológicos
								A definir	Enfermagem nos Processos Terapêuticos
A definir	Ética, Bioética e Enfermagem	Enfermagem	T	45	-	45	3	-	-
A definir	UCE	Enfermagem	T/P	15	45	60	4	-	-
TOTAL				240	180	420	28		

6º PERÍODO									
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação T,P,T/P *	Carga Horária			Crédito (CH semanal)	Pré-requisito	
				Teórico	Prático	Total		Código	Componente Curricular
A definir	Enfermagem e o Processo Produtivo	Enfermagem	T/P	45	15	60	4	A definir	Enfermagem: História e Processos de Trabalho
								A definir	Enfermagem na Saúde Coletiva
A definir	Saúde, Território e Meio Ambiente	Enfermagem	T	45	-	45	3	A definir	Epidemiologia Aplicada à Enfermagem
A definir	Enfermagem em Saúde Mental	Enfermagem	T	45	-	45	3	A definir	Fundamentos da Psicologia aplicados a Enfermagem
A definir	Assistência de Enfermagem no Processo Saúde-Doença da Criança e do Adolescente	Enfermagem	T/P	90	90	180	12	A definir	Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem
								A definir	Enfermagem na Saúde Coletiva
A definir	UCE	Enfermagem	T/P	15	60	75	5	-	-
TOTAL				240	165	405	27		

*Legenda: T - Teórica; P - Prática; T/P - Teórico-Prática.

7º PERÍODO									
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação T,P,T/P *	Carga Horária			Crédito (CH semanal)	Pré-requisito	
				Teórico	Prático	Total		Código	Componente Curricular
A definir	O Processo Pesquisar da Enfermagem	Enfermagem	T	60	-	60	4	A definir	Introdução a Pesquisa em Saúde e Enfermagem
A definir	Assistência de Enfermagem no Processo de Reprodução Humana	Enfermagem	T/P	90	90	180	12	A definir	Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem
								A definir	Enfermagem na Saúde Coletiva
A definir	Assistência de Enfermagem no Processo Saúde-Doença do Idoso	Enfermagem	T/P	60	30	90	6	A definir	Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem
								A definir	Enfermagem na Saúde Coletiva
A definir	Enfermagem em Oncologia	Enfermagem	T	45	-	45	3	A definir	Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem
A definir	UCE	Enfermagem	T/P	15	45	60	4	-	-
TOTAL				270	165	435	29		

8º PERÍODO									
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação T,P,T/P *	Carga Horária			Crédito (CH semanal)	Pré-requisito	
				Teórico	Prático	Total		Código	Componente Curricular
A definir	Assistência de Enfermagem no Processo Saúde-Doença do Adulto	Enfermagem	T/P	135	135	270	18	A definir	Enfermagem em Saúde Mental
								A definir	Assistência de Enfermagem no Processo Saúde-Doença do Idoso
								A definir	Enfermagem em Oncologia
A definir	Prática da Enfermagem na Educação em Saúde	Enfermagem	T/P	45	45	90	6	A definir	Processo Ensinar e Aprender da Enfermagem
A definir	UCE	Enfermagem	T/P	15	45	60	4	-	-
TOTAL				195	225	420	28		

*Legenda: T - Teórica; P - Prática; T/P - Teórico-Prática.

9º PERÍODO									
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação T,P,T/P *	Carga Horária			Crédito (CH semanal)	Pré-requisito	
				Teórico	Prático	Total		Código	Componente Curricular
A definir	Estágio Curricular de Enfermagem I	Enfermagem	P	-	450	450	30	-	Todos os componentes curriculares
TOTAL				-	450	450	30		

*Legenda: T - Teórica; P - Prática; T/P - Teórico-Prática.

10º PERÍODO									
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação T,P,T/P *	Carga Horária			Crédito (CH semanal)	Pré-requisito	
				Teórico	Prático	Total		Código	Componente Curricular
A definir	Estágio Curricular de Enfermagem I	Enfermagem	P	-	450	450	30	A definir	Estágio Curricular de Enfermagem I
A definir	Seminário de Defesa de Monografia	Enfermagem	T	30	-	30	2	A definir	O Processo Pesquisar da Enfermagem
								A definir	Estágio Curricular de Enfermagem I
TOTAL				30	450	480	32		

*Legenda: T - Teórica; P - Prática; T/P - Teórico-Prática.

12 EQUIVALÊNCIA DOS COMPONENTES CURRICULARES

O Quadro 42 apresenta a análise da Equivalência dos Componentes Curriculares do novo PPC do CAPF/UERN com a matriz curricular do Curso de Enfermagem do CAPF/UERN.

Quadro 42: Equivalência dos Componentes da matriz curricular do Curso de Graduação Bacharelado em Enfermagem/Campus Pau dos Ferros (CAPF) com os Componentes da matriz curricular do Curso de Graduação Licenciatura e Bacharelado em Enfermagem/Campus Avançado de Pau dos Ferros (CAPF).

COMPONENTE DA MATRIZ DE VÍNCULO DO ALUNO				COMPONENTE EQUIVALENTE			
MATRIZ	CÓDIGO	COMPONENTE	CH	DEP DE ORIGEM	CÓDIGO	COMPONENTE	CH
2022	A definir	Universidade, Saúde Sociedade	45	Enfermagem/CAPF	0501001-1	A Universidade e a Produção da força de Trabalho em Enfermagem	45
2022	A definir	Processos Bioquímicos	75	Enfermagem/CAPF	0501026-1 0501031-1	Morfologia + Biologia	105 75
2022	A definir	Citologia, Histologia e Embriologia	60	Enfermagem/CAPF	0501027-1 0501031-1	Processos Fisiológicos + Biologia	135 75
2022	A definir	Fundamentos da Redação Científica	45	Enfermagem/CAPF	0501002-1	Concepções Sobre o Ato de Estudar	45
2022	A definir	Fundamentos de Filosofia Aplicados a Enfermagem	45	Enfermagem/CAPF	0702037-1	Fundamentos de Filosofia	60
2022	A definir	Fundamentos de Psicologia Aplicados a Enfermagem	45	Enfermagem/CAPF	0301003-1	Fundamentos da Psicologia	60
2022	-	Não há CC equivalente	-	Enfermagem/CAPF	0701016-1	Fundamentos da Sociologia	60
2022	A definir	Antropologia, Saúde e Enfermagem	45	Enfermagem/CAPF	0501025-1	Antropologia e Saúde	45
2022	A definir	Enfermagem: História e Processos de Trabalho	60	Enfermagem/CAPF	501003-1	História e Processo de Trabalho em Enfermagem	60

2022	A definir	Anatomia Humana e Saúde	90	Enfermagem/CAPF	0501026-1	Morfologia	105
2022	A definir	Fisiologia Humana e Saúde	105	Enfermagem/CAPF	0501027-1	Processos Fisiológicos	135
2022	-	Não há CC equivalente	-	Enfermagem/CAPF	0301008-1	Sociologia da Educação	60
2022	A definir	Epidemiologia Aplicada a Enfermagem	120	Enfermagem/CAPF	0501004-1	Epidemiologia e Enfermagem	120
2022	A definir	Bioestatística	45	Enfermagem/CAPF	-	Não há CC equivalente	-
2022	-	Não há CC equivalente	-	Enfermagem/CAPF	0702032-1	Filosofia da Educação	60
2022	A definir	Gênero, Diversidade e Saúde	30	Enfermagem/CAPF	0501046-1	Gênero, Saúde e Enfermagem	30
2022	A definir	Introdução a pesquisa em Saúde e Enfermagem	60	Enfermagem/CAPF	0501005-1	Processo de Investigação em Enfermagem	60
2022	A definir	Enfermagem nos Processos Patológicos	135	Enfermagem/CAPF	0501028-1	Processos Patológicos	135
2022	A definir	Enfermagem nos Processos Terapêuticos	135	Enfermagem/CAPF	0501067-1	Enfermagem e Processos terapêuticos	135
2022	A definir	Enfermagem na Saúde Coletiva	90	Enfermagem/CAPF	0501008-1	Enfermagem em Saúde Coletiva	90
2022	A definir	Bases Teóricas e Metodológicas da Enfermagem	45	Enfermagem/CAPF	-	Não há CC equivalente	-
2022	-	Não há CC equivalente	-	Enfermagem/CAPF	0301018-1	Psicologia da Aprendizagem	60
2022	A definir	Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem	225	Enfermagem/CAPF	0501007-1	Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem no Processo Saúde/Doença do Adulto	225
2022	A definir	Processo Ensinar-Aprender da Enfermagem	75	Enfermagem/CAPF	0501069-1	Bases Políticas e Legais para a Educação básica e Profissional em Enfermagem	60
					0501052-1	+ Gestão do Processo Ensinar Aprender	60
					0501070-1	+ Instrumentos	60

						Metodológicos do Processo Ensinar-Aprender	
2022	A definir	Assistência de Enfermagem no Processo Saúde/Doença da Criança e do Adolescente	180	Enfermagem/CAPF	0501011-1 0501009-1	Enfermagem no Processo Saúde/Doença da Criança e do Adolescente + Semiologia e Semiotécnica da Enfermagem no Processo Saúde/Doença da Criança e do Adolescente	150 75
2022	A definir	Enfermagem em Saúde Mental	45	Enfermagem/CAPF	-	Não há CC equivalente	-
2022	A definir	Ética Bioética e Enfermagem	45	Enfermagem/CAPF	0501068-1	Ética e Enfermagem	45
2022	A definir	O Processo Gerenciar da Enfermagem	90	Enfermagem/CAPF	0501012-1	Processo Gerenciar em Enfermagem	90
2022	A definir	Saúde, Território e Meio Ambiente	45	Enfermagem/CAPF	0501030-1	Saúde Ambiental	45
2022	A definir	Assistência de Enfermagem no Processo de Reprodução Humana	180	Enfermagem/CAPF	0501015-1	Enfermagem no Processo de Reprodução Humana	210
2022	A definir	Enfermagem e o Processo Produtivo	60	Enfermagem/CAPF	0501051-1	Enfermagem no Processo Produtivo	60
2022	-	Não há CC equivalente	-	Enfermagem/CAPF	0501061-1	Estágio Curricular Supervisionado I	-
2022	A definir	O Processo Pesquisar da Enfermagem	60	Enfermagem/CAPF	0501050-1	Processo Pesquisar e Enfermagem	60
2022	A definir	Assistência de Enfermagem no Processo Saúde/Doença do Idoso	90	Enfermagem/CAPF	0501018-1	Enfermagem no Processo Saúde/Doença da Terceira Idade	90
2022	A definir	Enfermagem em Oncologia	45	Enfermagem/CAPF	-	Não há CC equivalente	-
2022	A definir	Assistência de Enfermagem no Processo Saúde/Doença do Adulto	270	Enfermagem/CAPF	0501019-1	Enfermagem no Processo Saúde/Doença do Adulto	270

2022	-	Não há CC equivalente	-	Enfermagem/CAPF	0501062-1	Estágio Curricular Supervisionado II	-
2022	-	Não há CC equivalente	-	Enfermagem/CAPF	0501017-1	Seminário sobre a Problemática do Ensino e da Prática de Enfermagem	30
2022	A definir	Estagio Curricular em Enfermagem I	450	Enfermagem/CAPF	0501063-1	Estágio Curricular Supervisionado III	-
2022	-	Não há CC equivalente	-	Enfermagem/CAPF	0501022-1	Estudos para Elaboração de Monografia	30
2022	A definir	Estagio Curricular em Enfermagem II	450	Enfermagem/CAPF	0501064-1	Estágio Curricular Supervisionado IV	-
2022	0401089-1	Língua Brasileira de Sinais (optativo)	60	Enfermagem/CAPF	0401089-1	Língua Brasileira de Sinais	60
2022	A definir	Informações e Registros em Saúde e Enfermagem (optativo)	60	Enfermagem/CAPF	0805025-1	Informática e Enfermagem (CC Optativo)	60
2022	A definir	Temáticas Avançadas em Saúde Coletiva (optativo)	60	Enfermagem/CAPF	0501016-1	Temas Avançados em Saúde Coletiva	60
2022	A definir	Imunização e Enfermagem (Optativo)	30	Enfermagem/CAPF	-	Não há CC equivalente	-
2022	A definir	Assistência Pré-hospitalar (Optativo)	60	Enfermagem/CAPF	-	Não há CC equivalente	-
2022	A definir	Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (Optativo)	30	Enfermagem/CAPF	-	Não há CC equivalente	-
2022	A definir	Práticas Interprofissionais em Saúde (Optativo)	30	Enfermagem/CAPF	-	Não há CC equivalente	-
2022	A definir	Enfermagem e Segurança do Paciente (Optativo)	30	Enfermagem/CAPF	-	Não há CC equivalente	-
2022	A definir	Educação para a Morte (Optativo)	30	Enfermagem/CAPF	-	Não há CC equivalente	-
2022	A definir	Cuidados de Enfermagem à pessoa com lesões de pele (Optativo)	60	Enfermagem/CAPF	-	Não há CC equivalente	-

2022	A definir	Enfermagem em Cuidados Intensivos (Optativo)	30	Enfermagem/CAPF	-	Não há CC equivalente	-
2022	A definir	Pesquisa Qualitativa em Saúde (optativo)	60	Enfermagem/CAPF	-	Não há CC equivalente	-
2022	A definir	Pesquisa Quantitativa em Saúde (optativo)	60	Enfermagem/CAPF	-	Não há CC equivalente	-
2022	-	Não há CC equivalente	-	Enfermagem/CAPF	0501032-1	Ética Social (CC Optativo)	60
2022	-	Não há CC equivalente	-	Enfermagem/CAPF	0601107-1	Prática Desportiva I (CC Optativo)	30
2022	-	Não há CC equivalente	-	Enfermagem/CAPF	0601108-1	Prática Desportiva II (CC Optativo)	30
2022	-	Não há CC equivalente	-	Enfermagem/CAPF	0501071-1	Processo Investigar em Saúde Coletiva (CC Optativo)	30

13 EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES

13.1 EMENTARIOS DOS COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS

13.2.1 1º Período

PERÍODO 1º		
Nome do componente:	Fundamentos da Filosofia aplicados à Enfermagem	Classificação: obrigatória
Código: A definir		Avaliado por: (X) Nota () Conceito
Departamento de origem: Enfermagem		Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente): -		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): 0702037-1: Fundamentos de Filosofia		
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica: 45/3; Prática: 0/0; Total: 45/3		
EMENTA O que é filosofia e o pensamento filosófico. Conhecimento filosófico, científico e popular. Introdução às correntes filosóficas e contribuições para o conhecimento científico: da filosofia grega à filosofia contemporânea. Estudo de temas e conceitos em filosofia e suas relações com a saúde e a enfermagem (doença, saúde, terapeuta e paciente). Elementos filosóficos que orientam a atividade crítico-reflexiva da enfermagem. Oferta subsídios para a compreensão da enfermagem como ciência.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BUZZI, Arcângelo R. <i>Introdução ao pensar o ser, o conhecer, a linguagem</i> . 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1984. 230 p. (Filosofia). CHAUI, Marilena. <i>Convite a Filosofia</i> . Ed. Ática, São Paulo, 2000. FOUCAULT, Michel. <i>A Arqueologia do Saber</i> . 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. 236 p. (Coleção campo teórico).		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CARILLO JUNIOR, Romeu. <i>O Milagre da Imperfeição: a Vida, Saúde e Doença Numa Visão Sistêmica</i> . São Paulo: Cultrix, 2008. p. 167. ISBN 9788531610202. FOUCAULT, M., 1980. <i>O Nascimento da Clínica</i> . Rio de Janeiro. Editora Forense - Universitária. FOUCAULT, M., 1982. <i>Microfísica do Poder</i> . Rio de Janeiro: Editora Graal. GIRARDI, Sábado (Org). <i>A ciência e seus impasses: debates e tendências em filosofia, ciências sociais e saúde</i> . Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. 213 p. NOGUEIRA, Roberto Passos. <i>A saúde pelo avesso</i> . Natal: Seminare, 2003. 257 p.		

PERÍODO 1º		
Nome do componente:	Fundamentos da Psicologia aplicados à Enfermagem	Classificação: obrigatória
Código: A definir		Avaliado por: (X) Nota () Conceito
Departamento de origem: Enfermagem		Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente): -		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): 0301003-1: Fundamentos da Psicologia		
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica: 45/3; Prática: 0/0; Total: 45/3		
<p>EMENTA</p> <p>Estudo dos aspectos gerais da Psicologia relacionada à Enfermagem. A questão da normalidade e da medicalização. Conceitos fundamentais em Psicologia e o processo saúde/doença no desenvolvimento humano: Consciência, Atenção, Orientação, Memória, Afetividade, Pensamento, Linguagem, o <i>Self</i> (Eu), Personalidade, Inteligência e Cognição, Sexualidade, Perdas e luto. Estudo das principais teorias psicológicas aplicadas à Enfermagem.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>BOCK, Ana M. Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. <i>Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia</i>. 13. ed. São Carlos, SP: Saraiva, 2007. 368 p.</p> <p>PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally Wendkos. <i>Desenvolvimento Humano</i> 7. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2000. p. 684.</p> <p>TOWNSEND, Courtney M.. <i>Enfermagem psiquiátrica: conceitos de cuidados</i>. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000. 835 p. ISBN 85-277-0694-6.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>BRANCO, R. <i>A relação com o paciente: teoria, ensino e prática</i>. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.</p> <p>DALGALARRONDO, Paulo. <i>Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais</i>. – 3ª ed. – Porto Alegre: Artmed, 2019</p> <p>LEONTIEV, Alexis N.. <i>O Desenvolvimento do Psiquismo</i>. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004. p. 356. ISBN 85-88208-52-0.</p> <p>MCFARLAND, H.S.N. <i>Teoria Psicológica e Prática Educacional: Desenvolvimento Humano Aprendizagem e Avaliação</i>. Porto Alegre: Globo, 1977. p. 376.</p> <p>TELES, M. <i>Psicodinâmica do desenvolvimento humano</i>. Petrópolis: Vozes, 2001.</p>		

PERÍODO 1º		
Nome do componente:	Fundamentos da Redação Científica	Classificação: obrigatória
Código: A definir	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): -		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): 0501002-1: Concepções sobre o Ato de Estudar		
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica: 45/3; Prática: 0/0; Total: 45/3		
<p>EMENTA</p> <p>Concepção do processo ensinar/aprender e do processo investigar como princípio pedagógico na Universidade. Rotina acadêmica a partir de experiências de ensino, pesquisa e extensão do curso. Diretrizes para a criação de hábitos de estudo e leitura individual, análise e interpretação de textos acadêmicos. Introdução a metodologia científica e as normas técnicas para redação de trabalhos científicos (ABNT). Noções básicas para reconhecimento de textos no formato Vancouver. Levantamento bibliográfico em base de dados. Diretrizes para elaboração dos diversos tipos de trabalhos científicos.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>ANDRADE, M. M. de. <i>Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos de graduação</i>. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>ISKANDAR, J.I <i>Normas da ABNT comentadas para trabalhos científicos</i>. 6. ed. Curitiba: Juruá, 2016.</p> <p>MARCONI, M. de A; LAKATOS, E M. <i>Fundamentos de metodologia científica</i>. 7. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 297 p.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>AZEVEDO, I. B. de. <i>O prazer da produção científica: descubra como é fácil e agradável elaborar trabalhos acadêmicos</i>. 10. ed. São Paulo: Hagnos, 2001.</p> <p>FREIRE, P. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 23ª ed. São Paulo: Cortez. 1989.</p> <p>JACOBINI, M. L. de P. <i>Metodologia do Trabalho Acadêmico</i>. 4. Ed. Campinas: Alênea, 2011. 130 p.</p> <p>MATOS, H. C. J. <i>Aprenda a Estudar: orientações metodologias para o estudo</i>. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.</p> <p>MINAYO, Maria de Cecília de Souza. <i>O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde</i>. 11 ed. São Paulo: HUCITEC, 2010.</p>		

PERÍODO 1º		
Nome do componente:	Universidade, Sociedade e Saúde	Classificação: obrigatória
Código: A definir	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): -		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): 0501001-1: A Universidade e a Produção da força de Trabalho em Enfermagem		
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 45/3; Prática: 0/0; Total: 45/3		
<p>EMENTA</p> <p>Estudo das concepções de Mundo e Sociedade, seus diferentes modos de produção e reprodução social como fundamento para compreender a produção social brasileira; conceito de Estado, espaço de definição das políticas sociais, em especial, da política de saúde e da produção de trabalho em saúde; de Universidade e sua historicidade, espaço de educação e produção de ciência, tecnologia e inovação através da tríade ensino-pesquisa-extensão. A Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e sua missão com a educação, qualificação profissional e produção de ciência, tecnologia e inovação no campo da saúde. O Curso de Enfermagem do Campus Avançado de Pau dos Ferros (CAPF/UERN): historicidade, projeto pedagógico e compromisso social com a formação de enfermeiros.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>GERSCHMAN, S; VIANNA, M. L.W. <i>A miragem da Pós-Modernidade: democracia e políticas sociais no contexto da globalização</i>. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.</p> <p>GERSCHMAN, S. <i>A Democracia Inconclusa: um estudo da Reforma Sanitária Brasileira</i>. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2004.</p> <p>SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. <i>O Brasil: Território e sociedade do século XXI</i>. 9ª Edição: Rio de Janeiro: Record, 2006.</p> <p>.BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>ALMEIDA, M. C. P. de; ROCHA, J. S. Y. <i>O Saber de enfermagem e sua dimensão prática</i>. São Paulo: Cortez, 1986.</p> <p>ANDRADE, Maria Edgleuma. Expansão do Ensino Superior na UERN: Desdobramentos e Potencialidades. <i>Revista NUPEM</i>, vol. 8, n 4, 2016. Disponível em http://fecilcam.br/revista/index.php/nupem/article/view/700/0.</p> <p>GALLO, S. (org). <i>Ética e Cidadania: caminhos da Filosofia</i>. 6 ed. São Paulo: Papirus, 2000.</p> <p>GERMANO, R.M. <i>Educação e Ideologia em Enfermagem no Brasil</i>. São Paulo: Yendis, 2007</p> <p>PIRES, D. <i>Reestruturação Produtiva e trabalho em saúde no Brasil</i>. São Paulo: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social – CUT; Annablume, 1998. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/reben/v53n2/v53n2a10.pdf</p>		

PERÍODO 1º		
Nome do componente:	Processos Bioquímicos	Classificação: obrigatória
Código: A definir	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): -		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): 0501031-1: Biologia + 0501027-1: Processos Fisiológicos		
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/4; Prática: 15/1; Total: 75/5		
<p>EMENTA</p> <p>Estudo da bioquímica como base biológica fundamental ao trabalho de enfermagem. Estudo das estruturas e funcionalidade das moléculas orgânicas e inorgânicas vitais para a vida humana. Bioquímica do metabolismo molecular e celular dos carboidratos, aminoácidos, lipídios, nucleotídeos, oxidações biológicas e elementos bioquímicos aplicados a clínica.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>DEVLIN, Thomas M. (Coord). <i>Manual de Bioquímica: com correlações clínicas</i>. 6. ed. São Paulo, SP: Edgard Blücher, 2007. p. 1186.</p> <p>NELSON, David L.; COX, Michael M. <i>Lehninger: princípios de bioquímica</i>. 4. ed. São Paulo: Sarvier Editora de Livros Médicos, 2006. 1202 p. il.</p> <p>VOET, Donald; VOET, Judith G. ; PRATT, Charlotte W. <i>Fundamentos de bioquímica: a vida em nível molecular</i>. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. 1167 p. il.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>ALBERTS, B.; JOHNSON A. <i>Biologia Molecular da Célula</i>. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>CONN, Eric E.; STUMPF, P. K. <i>Introdução à Bioquímica</i>. 4. ed. São Paulo, SP: Edgard Blücher, 2009. 525 p. il.</p> <p>DE ROBERTIS, E. <i>Bases da Biologia Celular e Molecular</i>. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.</p> <p>JUNQUEIRA, L.C.; CARNEIRO, J. <i>Biologia celular e molecular</i>. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.</p> <p>GARCIA, Maria Alice Terra, Et. All.; KANAAN, Salim. <i>Bioquímica Clínica</i>. São Paulo: Atheneu, 2008. p. 241.</p>		

PERÍODO 1º		
Nome do componente:	Citologia, Histologia e Embriologia	Classificação: obrigatória
Código: A definir	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): -		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): 0501031-1: Biologia + 0501026-1: Morfologia		
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 45/3; Prática: 15/1; Total: 60/4		
<p>EMENTA</p> <p>Estudo da citologia, histologia e embriologia, como bases biológicas fundamentais à formação do enfermeiro. Organização estrutural e molecular das células. Membrana celular e funções da superfície celular. Aspectos estruturais e funcionais dos sistemas contrácteis da célula. Sistema de endomembranas. Armazenamento de informação genética - núcleo - cromatina - cromossomos – ciclo molecular, com ênfase na expressão gênica. Classificação geral dos tecidos; Tecido epitelial de revestimento; Tecido epitelial glandular; Tecido de natureza conjuntiva; Tecido ósseo; Sangue; Tecido muscular e Tecido nervoso. Desenvolvimento do embrião e do feto humano: fases pré-embriônica; embriônica e fetal.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>DE ROBERTIS, E. <i>Bases da Biologia Celular e Molecular</i>. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.</p> <p>GARTNER, Leslie P.; HIATT, James L. <i>Tratado de Histologia em Cores</i>. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997. p. 426.</p> <p>MOORE, K.L. & PERSUAD, T.V.N., <i>Embriologia Clínica</i>. 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara – Koogan, 1996.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>ALBERTS, B.; JOHNSON A. <i>Biologia Molecular da Célula</i>. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>JUNQUEIRA, Luiz Carlos Uchoa; CARNEIRO, José . <i>Biologia Celular e Molecular</i>. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015. 364 p. il.</p> <p>JUNQUEIRA, Luiz Carlos; CARNEIRO, José . <i>Histologia básica</i>. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. 524 p. il.</p> <p>KARP, G. <i>Biologia celular e molecular: conceitos e experimentos</i>. 3ª. ed. São Paulo: Manole, 2005.</p> <p>MOORE, K.L; PERSAUD, T.V.N. <i>Embriologia Básica</i>. 9. Ed. Elsevier, Rio de Janeiro, 2016.</p>		

13.1.2 2º Período

PERÍODO 2º		
Nome do componente:	Antropologia, Saúde e Enfermagem	Classificação: obrigatória
Código: A definir	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): -		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): 0501025-1: Antropologia e Saúde		
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 45/3; Prática: 0/0; Total: 45/3		
<p>EMENTA</p> <p>Estudo do objeto da Antropologia Social e da Antropologia do Cuidar, relacionando-as com a saúde e a enfermagem. Visão cosmológica de grupos populacionais específicos. Relação entre corpo, mente, cultura e a cura nas diferentes construções simbólicas dos grupos populacionais, considerando a realidade em diferentes contextos sociais, culturais, políticos, econômicos e ideológicos. O cuidar da enfermagem sob o olhar antropológico.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>ALVES, Paulo César; MINAYO, Maria Cecília (org.). <i>Saúde e Doença: um olhar antropológico</i>. Rio de Janeiro, Fiocruz, 1994, 174p.</p> <p>GEERTZ, Clifford. <i>A Interpretação das Culturas</i>. Rio de Janeiro: LTC, 1989.</p> <p>HALL, Stuart. <i>A Identidade Cultural na pós-modernidade</i>. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2005.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>ALVES, Paulo César, RABELLO, Miriam Cristina (org.). <i>Antropologia da Saúde: traçando identidades e explorando fronteiras</i>. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1998. 248p.</p> <p>COIMBRA JR., Carlos E. A. (org). <i>Epidemiologia e Saúde dos Povos Indígenas no Brasil</i>. Rio de Janeiro: Fiocruz/Abrasco, 2003.</p> <p>INGOLD, Tim. “Humanidade e Animalidade”. <i>Revista Brasileira de Ciências Sociais</i>, n.º. 28, 1995</p> <p>MARONI D. <i>A importância da antropologia da saúde</i>. Saúde Coletiva. 2007</p> <p>TORRALBA ROSELLÓ, Francese. <i>Antropologia do Cuidar</i>. Petrópolis - RJ: Vozes, 2009.</p>		

PERÍODO 2º		
Nome do componente:	Gênero, Diversidade e Enfermagem	Classificação: obrigatória
Código: A definir	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): -		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): 0501046-1: Gênero, Saúde e Enfermagem		
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 30/2; Prática: 0/0; Total: 30/3		
<p>EMENTA</p> <p>Estudo das inter-relações que conformam a complexidade da natureza humana dos sujeitos sociais. Discussão da condição do ser homem e do ser mulher como categoria construída histórica e socialmente a partir das relações de poder estabelecidas na sociedade. Desconstrução da naturalização biológica das diferenças de gênero. A (des)construção da identidade da Enfermagem a partir da categoria gênero. Estudos sobre gênero e interseccionalidades com as populações minorizadas. Políticas de Atenção à Saúde, trabalho de enfermagem e suas articulações com as questões de gênero, diversidade social e sexual.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>BOURDIEU Pierre. <i>A dominação masculina</i>. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 158 p. ISBN 8528607054.</p> <p>BUTLER Judith. <i>Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade</i>. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 236 p. ISBN 978-85-200-0611-5</p> <p>GIDDENS Anthony. <i>A Transformação da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas</i>. São Paulo: Universidade Estadual Paulista - UNESP, 1993. p. 228 (Biblioteca básica). ISBN 85-7139-037-1.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>CERQUEIRA, E. K. <i>Sexualidade, gênero e desafios bioéticos</i>. São Caetano do Sul: Difusão, 2011.</p> <p>HEILBORN Maria Luiza (Org) et al. <i>O Aprendizado da Sexualidade: Reprodução e Trajetórias Sociais de Jovens Brasileiros</i>. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 534. ISBN 85-7617-098-1.</p> <p>MARQUES, António Manuel; AMÂNCIO, Lígia. <i>Homens de Classe: masculinidade e posições sociais</i>. In: A questão social no novo milênio. 2004. p. 92.</p> <p>MISKOLCI, R. <i>Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças</i>. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica editora: UFOP, 2017 (série cadernos da diversidade 6)</p> <p>NASCIMENTO, Enilda Rosendo do. <i>Gênero e enfermagem</i>. In: Gênero e enfermagem. Salvador: Positiva, 1996.</p>		

PERÍODO 2º		
Nome do componente:	Enfermagem: História e Processos de Trabalho	Classificação: obrigatória
Código: A definir		Avaliado por: (X) Nota () Conceito
Departamento de origem: Enfermagem		Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente): -		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): 501003-1: História e Processo de Trabalho em Enfermagem		
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 45/3; Prática: 15/1; Total: 60/4		
<p>EMENTA</p> <p>Evolução da enfermagem no Brasil e no mundo. Contribuições de períodos históricos para a construção e evolução da enfermagem. Apresenta personalidades que contribuíram na construção da enfermagem como ciência e profissão. Contextualiza a enfermagem com a política, sociedade, economia e trabalho nos contextos nacional e internacional. Aspectos específicos do trabalho em saúde e da divisão do trabalho em saúde e enfermagem. Processos de trabalho do enfermeiro.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>ALMEIDA, M. C. P de; ROCHA, S. M. M.(Org). <i>O trabalho de enfermagem</i>. São Paulo: Cortez, 1997 cap 1, p. 15-26.</p> <p>ALMEIDA, M. V. de; ROCHA, J. S. Y. <i>O saber da enfermagem e sua dimensão prática</i>. São Paulo: Cortez, 1986. 128p.</p> <p>GERMANO, R. M. <i>Educação e ideologia em enfermagem no Brasil</i>. São Paulo: Yendis, 2007.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>FRELLO AT, CARRARO TE. Contribuições de Florence Nightingale: revisão integrativa. <i>Esc Anna Nery (impr.)</i> v. 17; n. 3; p. 573 – 579. 2013.</p> <p>SANTOS, Zélia Maria de Sousa Araújo. <i>Tecnologias em saúde: da abordagem teórica a construção e aplicação no cenário do cuidado</i> [livro eletrônico] – Fortaleza: EdUECE, 2016. 482 p. ISBN: 978-85-7826-382-9.</p> <p>KOERICH MS, BACKES DS, SCORTEGAGNA HM, WALL ML, VERONESE AM, ZEFERINO MT, et al. Tecnologias de cuidado em saúde e enfermagem e suas perspectivas filosóficas. <i>Texto Contexto Enferm</i> v.15; n. (Esp); p. 178-85. 2006.</p> <p>CECILIO, Luiz Carlos de Oliveira. LACAZ Francisco Antonio de Castro. <i>O trabalho em saúde</i>. Rio de Janeiro: Cebes, 74p, 2012.</p>		

PERÍODO 2º		
Nome do componente:	Fisiologia Humana e Saúde	Classificação: obrigatória
Código: A definir	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): A definir: Processos Bioquímicos A definir: Citologia, Histologia e Embriologia		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): 0501027-1: Processos Fisiológicos		
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 90/6; Prática: 15/1; Total: 105/7		
<p>EMENTA Estudo da fisiologia humana, como bases biológicas fundamentais ao trabalho de enfermagem. Estudo das funções da matéria viva, procurando elucidar todos os aspectos do funcionamento, desde as reações celulares até as regulações de tecidos, órgãos e sistemas do organismo, para sua análise fisiológica. Conceitos básicos que permeiam a compreensão dos diferentes sistemas do corpo humano, de forma articulada com as necessidades de saúde da sociedade, na perspectiva do desenvolvimento de competências para a formação do enfermeiro. Homeostase e ritmos biológicos, impulso nervoso, sinapse, transmissão sináptica e contração muscular. Regulação visceral. Regulação de ingestão e digestão dos alimentos. Organização dos sistemas endócrino, respiratório, renal, cardiovascular, reprodutor, linfático, células sanguíneas e seus principais mecanismos de regulação aplicados à formação em saúde/enfermagem.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA AIRES, Margarida de Mello. <i>Fisiologia</i> 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. 1232 p. G UYTON, Arthur C.; HALL, John E.. <i>Tratado de fisiologia médica</i>. 12. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 1151 p. ISBN 978-85-352-3735-1. TORTORA, Gerard J.; GRABOWSKI, Sandra Reynolds . <i>Corpo Humano: Fundamentos de Anatomia e Fisiologia</i> 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 619.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR GANONG, William F.. <i>Fisiologia Médica</i>. 22. ed. Rio de Janeiro: McGraw Hill, 2006. p. 778. ISBN 85-7726-003-8. KAWAMOTO, Emilia Emi. <i>Anatomia e Fisiologia Humana</i>. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária - E.P.U, 1988. p. 150. ABBAS, Abul K.; LICHTMAN, Andrew H. ; PILLAI, Shiv . <i>Imunologia celular e molecular</i>. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 564 p. JANEWAY JR., Charles A. <i>Imunobiologia: O Sistema Imune na Saúde</i>. 6 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. MCARDLE, William D.; KATCH, Frank I.; KATCH, Victor L.. <i>Fisiologia do exercício: nutrição, energia e desempenho humano</i>. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. 1061 p. il. ISBN 978-85-277-1816-5.</p>		

PERÍODO 2º		
Nome do componente:	Anatomia Humana e Saúde	Classificação: obrigatória
Código: A definir	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): A definir: Processos Bioquímicos A definir: Citologia, Histologia e Embriologia		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): 0501026-1: Morfologia		
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/4; Prática: 30/2; Total: 90/6		
<p>EMENTA</p> <p>Estudo da anatomia humana como bases biológicas fundamentais ao trabalho da enfermagem. Conhecimentos essenciais teóricos/práticos das formas macroscópicas dos órgãos e sistema do organismo humano.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>GRAY, Henry; GOSS, Charles Mayo. <i>Anatomia</i> 29. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988. p. 1147. ISBN 85-226-0129-1.</p> <p>NETTER, Frank H. <i>Atlas de Anatomia Humana</i>. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2008. 548 p.</p> <p>SOBOTTA, Johannes. <i>Atlas de Anatomia Humana: cabeça, pescoço e extremidade superior</i>. 22. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2006. 416 p. 1v.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>CASTRO, Sebastião Vicente de. <i>Anatomia fundamental</i>. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1985. 586 p. ISBN 0-07-090210-0.</p> <p>DANGELO, José Geraldo; FATTINI, Carlo Américo . <i>Anatomia Humana: sistêmica e segmentar</i>. 3. ed. São Paulo, SP: Atheneu, 2007. 763 p.</p> <p>GARDNER, Ernest; GRAY, Donald J. ; O'RAHILLY, Ronan . <i>Anatomia estudo regional do corpo humano</i>. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988. 851 p.</p> <p>KAWAMOTO, Emilia Emi. <i>Anatomia e Fisiologia Humana</i>. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária - E.P.U, 1988. p. 150.</p> <p>MACHADO, Angêlo B.M. <i>Neuroanatomia Funcional</i>. 2. ed. São Paulo, SP: Atheneu, 2006. 363 p.</p> <p>SPENCE, Alexandre P. <i>Anatomia Humana Básica</i>. 2. ed. São Carlos, SP: Manole, 1991. 713 p.</p>		

13.1.3 3º Período

PERÍODO 3º		
Nome do componente:	Introdução a Pesquisa em Saúde e Enfermagem	Classificação: obrigatória
Código: A definir		Avaliado por: (X) Nota () Conceito
Departamento de origem: Enfermagem		Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente): A definir: Fundamentos da Redação Científica		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): 0501005-1: Processo de Investigação em Enfermagem		
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/4; Prática: 0/0; Total: 60/4		
<p>EMENTA</p> <p>Evolução histórica da ciência e os diferentes tipos de conhecimento. Os paradigmas científicos e sua influência na ciência e na prática de enfermagem. Abordagem qualitativa e quantitativa na pesquisa em saúde/enfermagem. Políticas de produção, fomento e comunicação do conhecimento científico brasileiro. Política Nacional de Ciência, Tecnologia, Inovação em Saúde: concepções e atores envolvidos. A pesquisa no âmbito da UERN e do Curso de Enfermagem do CAPF. Concepção do processo investigar como um dos processos de trabalho do enfermeiro. Pesquisa em Enfermagem: base teórica, filosófica, metodológica e ética. As fases da pesquisa: exploratória, trabalho de campo e análise dos dados. O planejamento da pesquisa: estrutura e normas.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>MINAYO, M. C. S. <i>O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde</i>. 11. ed. São Paulo: Hucitec; 2010.</p> <p>POLIT, D. F.; BECK, C. T; HUNGLER, B. P. <i>Fundamentos da pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização</i>. 5. ed. Porto Alegre: ArtMed; 2014</p> <p>TRIVIÑOS, A. N. S. <i>Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o Marxismo</i>. São Paulo: Atlas 2008.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>GIL, A. C. <i>Como elaborar projetos de pesquisa</i>. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>GIL, A. C. <i>Métodos e técnicas de pesquisa social</i>. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>MAYS, N.; POPE, C. <i>Pesquisa qualitativa na atenção à Saúde</i>. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.</p> <p>TURATO, Egberto. <i>Tratado da Metodologia da Pesquisa Clínico-Qualitativa: Construção teórico-epistemológica discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas</i>. 3ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.</p> <p>YIN, R. K. <i>Estudo de caso: planejamento e métodos</i>. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005</p>		

PERÍODO 3º		
Nome do componente:	Bioestatística	Classificação: obrigatória
Código: A definir	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente):		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente):		
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 45/3; Prática: 0/0; Total: 45/3		
<p>EMENTA</p> <p>Conceitos básicos de estatística para ciências da saúde e Enfermagem através do estudo da estatística descritiva, probabilidades e suas distribuições, inferência estatística para grandes e pequenas amostras e testes de significância. Testes de hipóteses. Intervalo de confiança. Apresentação e interpretação tabular e gráfica dos dados. Uso de softwares na análise estatística.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>ARANGO, Héctor Gustavo. <i>Bioestatística teórica e computacional: com banco de dados reais em disco</i>. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.438 p. ISBN: 978-85-277-1558-4</p> <p>FIELD, Andy. <i>Descobrendo a Estatística usando SPSS</i>. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 687 p.</p> <p>MILONE, Guiseppe. <i>Estatística Geral e Aplicada</i>. São Paulo: Thomson Learning, 2006. p. 483. ISBN: 8522103399.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>BRUNI, Adriano Leal. <i>SPSS aplicado à pesquisa acadêmica</i>. São Paulo: Atlas, 2009. 253 p. ISBN 9788522454853</p> <p>MORETTIN, L. G. <i>Estatística básica: probabilidade</i>. 7 ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2006. 210p.</p> <p>NAZARETH, N. R. S. <i>Curso Básico de Estatística</i>. 10 ed. São Paulo: Ática, 1998, 160p. ISBN 85-08-01796-0.</p> <p>TRIOLA, Mário F. <i>Introdução à estatística</i>. 10. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. P. 696. ISBN 9788521615866</p> <p>VIEIRA, S. <i>Elementos de Estatística</i>. 4 ed. São paulo: Scpione, 2008, 162p.</p>		

PERÍODO 3º		
Nome do componente:	Epidemiologia Aplicada à Enfermagem	Classificação: obrigatória
Código: A definir	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): A definir: Enfermagem: História e Processos de Trabalho		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): 0501004-1: Epidemiologia e Enfermagem		
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 90/6; Prática: 30/2; Total: 120/8		
EMENTA Construção do conhecimento em Epidemiologia e suas repercussões na prática de saúde coletiva. A questão da cientificidade e do objeto de estudo em Epidemiologia. Estudo dos determinantes sociais do processo saúde/doença. Indissociabilidade dos modelos clínico e epidemiológico. Perfis epidemiológicos da população e monitoramento das condições de saúde. Sistemas de informação em saúde. Processo de investigação epidemiológica. Construção de indicadores de saúde. Vigilância à Saúde. Processos Epidêmicos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA AYRES, J.R. de. C.M. <i>Sobre o risco: para compreender a Epidemiologia</i> . 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2008. 328p. BREILH, J. <i>Epidemiologia Crítica: ciência emancipadora e interculturalidade</i> . Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. 317p. ROUQUAYROL, M. Z.; ALMEIDA FILHO, N. de. <i>Epidemiologia & Saúde</i> . 6. ed. Rio de Janeiro: Medsi Editora Médica e Científica, 2003. 708p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALMEIDA FILHO, N. de; BARRETO, M. L; VERAS, R. P.; BARATA, R.B. <i>Teoria Epidemiológica Hoje: fundamentos, interfaces e tendências</i> . Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ABRASCO, 1998. BARATA, R.B. <i>Teoria Epidemiológica Hoje: fundamentos, interface e tendências</i> . Rio de Janeiro: Fiocruz/ABRASCO, 1998, p. 63-78. BREILH, J. <i>Epidemiologia: Economia, Política e Saúde</i> . São Paulo: UNESP/HUCITEC, 1991. CAMPOS, G. W. de S. <i>Saúde Pública e Saúde Coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. Ciência e Saúde Coletiva</i> , v. 5, n.2. Rio de Janeiro, 2000. PAIM, J.S; ALMEIDA FILHO, N. de. <i>Saúde Coletiva: “uma nova saúde pública” ou aberto a novos paradigmas?</i> Rev. Saúde Pública , São Paulo, v.32, n. 4, p. 299-316, ago. 1998.		

PERÍODO 3º		
Nome do componente:	Enfermagem nos Processos Patológicos	Classificação: obrigatória
Código: A definir	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): A definir: Anatomia Humana e Saúde A definir: Fisiologia Humana e Saúde		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): 0501028-1: Processos Patológicos		
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 135/9; Prática: 0/0; Total: 135/9		
<p>EMENTA</p> <p>Estudo da patologia, microbiologia, parasitologia e imunologia como bases biológicas fundamentais ao trabalho da enfermagem. Processos patológicos possíveis de ocorrência no organismo humano, com enfoque nas causas, desenvolvimento e consequências, sua relação com outras áreas do conhecimento e com o contexto socioeconômico, ambiental, epidemiológico e cultural da região. Agentes etiológicos e os determinantes socioeconômicos, ambiental, epidemiológico e cultural de doenças parasitárias humanas de importância no país. Aspectos morfológicos e taxonômicos, interação parasito-vetores-reservatórios, em seu ciclo biológico de transmissão, patogenicidade, epidemiologia, diagnóstico e profilaxia. O enfermeiro e o controle das doenças parasitárias. Fungos, bactérias e vírus. Organização celular, fisiopatologia e diagnóstico. Avaliação dos métodos de controle da população microbiana em serviço de saúde. Sistema imune. Alergias, reações de hipersensibilidade, vacinas, estruturas e funções das imunoglobulinas</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>COTRAN,R.;KUMAR, V.;COLLINS R. <i>Bases Patológicas das Doenças</i>. Rio de Janeiro RJ., Editora Elsevier, 2005.</p> <p>KRUEGER, G.R.F e BUJA, L.M. <i>Atlas de Patologia Humana</i>. Netter. Porto Alegre,RS. Artmed, 2007.</p> <p>PEAKMAN M. e VERGANI D.; <i>Imunologia Básica e Clínica</i>. 1ª edição.Rio de Janeiro,RJ.Guanabara Koogan Editora 1999</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>CIMERMAM, Sergio e Benjamin. <i>Condutas em Infectologia</i>. Editora Atheneu, São Paulo SP. 2004.</p> <p>GOOLDMAN, L.;CECIL R.L. <i>Tratado de Medicina Interna (dois volumes)</i>. 22ªed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2006.</p> <p>KAPCZINSKI, Flavio; QUEVEDO, João; ISQUIERDO, Ivan. <i>Bases Biológicas dos Transtornos Psiquiátricos</i>. Porto Alegre. Artmed. 2ª edição, 2005.</p> <p>KASANOWSKI K. Mary; LACCETTI S. Margareth. <i>Dor – fundamentos e abordagem clínica</i>. Rio de Janeiro RJ. Editora Guanabara Koogan, 2005.</p> <p>MARI, Jair de Jesus e Cols.Psiquiatria – Guias de Medicina Ambulatorial. São Paulo, SP. Editora Manole. UNIFESP. 6ª edição. 2005.</p>		

13.1.4 4º Período

PERÍODO 4º		
Nome do componente:	Bases Filosóficas, Teóricas e Metodológicas da Enfermagem	Classificação: obrigatória
Código: A definir		Avaliado por: (X) Nota () Conceito
Departamento de origem: Enfermagem		Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente): A definir: Enfermagem: História e Processos de Trabalho		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente):		
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 45/3; Prática: 0/0; Total: 45/3		
EMENTA Fundamentos filosóficos, teóricos, técnico-científicos e metodológicos do processo de cuidar. Instrumentos básicos e princípios científicos do cuidado de enfermagem. Teorias de Enfermagem. Metodologia do processo de cuidar. Pensamento crítico e Raciocínio clínico. Classificações para as práticas de enfermagem.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ALFARO-LEVREVE, R. <i>Aplicação do processo de enfermagem: promoção do cuidado colaborativo</i> . 5. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. JOHNSON, M.; BULECHEK, G. M.; DOCHTERMN, J.M. <i>Diagnósticos, resultados e intervenções de enfermagem: ligações entre NANDA, NOC E NIC</i> . Porto Alegre: Artmed, 2005. MOORHEAD, S.; JOHNSON, M.; MAAS, M. <i>Classificação dos resultados de enfermagem (NOC)</i> . 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008..		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR. ALFARO-LEVREVE, R. <i>Aplicação do processo de enfermagem: fundamentos para o raciocínio clínico</i> . 8 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. DOCHTERMN, J.M.; BULECHEK, G. M. <i>Classificação das Intervenções de Enfermagem (NIC)</i> . 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. GEORGE, J. B. et al. <i>Teorias de enfermagem: os fundamentos à prática profissional</i> . 4 ed. Porto Alegre: Artes Medicas, 2000. GARCIA, T. R. (Org.) <i>Classificação internacional para a prática de enfermagem CIPE CIPE® Versão 2015</i> . Porto Alegre: Artmed, 2016. LUNNEY, M. <i>Pensamento crítico para o alcance de resultados positivos em saúde: análises e estudos de caso em enfermagem</i> . Porto Alegre: Artmed. 2011.		

PERÍODO 4º		
Nome do componente:	Enfermagem na Saúde Coletiva	Classificação: obrigatória
Código: A definir	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): A definir: Epidemiologia Aplicada à Enfermagem		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): 0501008-1: Enfermagem em Saúde Coletiva		
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/4; Prática: 30/2; Total: 90/6		
EMENTA Construção histórica das políticas sociais e de saúde. Demandas originárias dos movimentos populares e de saúde para a Reforma Sanitária Brasileira. A saúde como direito de cidadania e a instituição do Sistema Único de Saúde (SUS) e sua legislação. Produção e organização dos serviços de saúde no Brasil (descentralização, regionalização, redes de atenção à saúde, Estratégia Saúde da Família). Processos de trabalho da Enfermagem (assistir/intervir, gerenciar, ensinar/aprender e investigar) no modelo epidemiológico e a indissociabilidade do modelo clínico. Conceito, avaliação e intervenção na família no contexto da Saúde coletiva. Instrumentos de intervenção em Saúde Coletiva (Visita domiciliar, Clínica ampliada, Consulta de Enfermagem, Tele-Enfermagem, Educação em saúde e Trabalho com grupos, Gerenciamento).		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA GERSCHMAN, S. A. <i>Democracia Inconclusa</i> : um estudo da reforma sanitária brasileira. 2 ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. 270p. MENDES, E. V. <i>Uma agenda para a saúde</i> . 2 ed. São Paulo: HUCITEC – ABRASCO, 2006. 300p. ONOCKO, R (org). <i>Agir em Saúde</i> : um desafio para o público. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 2007. 385p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR. CANESQUI, A.M (org). <i>Ciências Sociais e Saúde</i> . São Paulo: HUCITEC – ABRASCO, 1987. EGRY, E. Y. <i>Saúde Coletiva: construindo um novo método em enfermagem</i> . São Paulo: Ícone, 1996. SCHRAIBER, L.B (org). <i>Programação em saúde de hoje</i> . São Paulo: HUCITEC, 1993. LUZ, M. T. <i>Desenvolvimento gerencial de unidades básicas de saúde do distrito sanitário</i> . Brasília: MS, FNS, 1995. CECÍLIO, L.C. de O. (org). <i>Inventando a mudança na saúde</i> . São Paulo: HUCITEC, 1997.		

PERÍODO 4º		
Nome do componente:	Enfermagem nos Processos Terapêuticos	Classificação: obrigatória
Código: A definir	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): A definir: Enfermagem nos Processos Patológicos		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): 0501067-1: Enfermagem e Processos Terapêuticos		
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 135/9; Prática: 0/0; Total: 135/9		
EMENTA As políticas de medicamentos no Brasil. Aspectos éticos, legais e normas de biossegurança na administração de medicamentos e imunobiológicos A farmacologia e as terapêuticas alternativas como bases biológicas fundamentais ao trabalho de enfermagem. Princípios que regem a ação dos medicamentos, absorção, biotransformação e eliminação. Administração, posologia, formas de apresentação, indicações, reações e contraindicações dos medicamentos em suas classes farmacológicas. As formas de intervenção da enfermagem com as práticas integrativas e complementares em saúde.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA KATZUNG, B. G.. <i>Farmacologia Básica e Clínica</i> . 10 ed., Lange, São Paulo, 2007. KOROLKOVAS, A. FRANÇA, CARNEIRO, F. F. de A., <i>Dicionário Terapêutico Guanabara</i> . Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2007. GOODMAN & GILMAN: <i>Manual de farmacologia terapêutica</i> /Laurece L. Bruton [et.al.] – Porto Alegre: AMGH, 2010. IX 1219p. SILVA, Marcelo Tardelli da [et al]. <i>Cálculo e Administração de Medicamentos na Enfermagem</i> . São Paulo SP Martinari, 2008. 272 p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BONFIM, I. MIRANDA E MALAGUTTI, W. (org.). <i>Recuperação Pós- Anestésica: Assistência Especializada no Centro Cirúrgico</i> . São Paulo: Martinari, 2010. KATZUNG, B. G.. <i>Farmacologia Básica e Clínica</i> . 10 ed., Lange, São Paulo, 2007. GILMAN, A. G.; LIMBRID, L. E.; HARDMAN. J. M. H.; <i>As bases farmacológicas da terapêutica</i> . Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 10ª edição, 2003. RANG, H. P.; DALE, M. M.; RITTER, J. M. <i>Farmacologia</i> . 5 ed. (3ª tiragem revista). Elsevier, Rio de Janeiro, 2005. SILVA, Penildon. <i>Farmacologia</i> . 6 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.		

13.1.5 5º Período

PERÍODO 5º		
Nome do componente:	O Processo Gerenciar da Enfermagem	Classificação: obrigatória
Código: A definir	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): A definir: Enfermagem: História e Processos de Trabalho A definir: Enfermagem na Saúde Coletiva		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): 0501012-1: Processo Gerenciar em Enfermagem		
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/4; Prática: 30/2; Total: 90/6		
<p>EMENTA As Teorias Gerais da Administração e seus rebatimentos na enfermagem atual. Organização do trabalho da enfermagem, dos serviços de saúde e o papel do enfermeiro no fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Dinâmica de como se processa o gerenciar da assistência de enfermagem na produção dos serviços de saúde nos modelos clínico e epidemiológico. Ferramentas e instrumentos gerenciais para a prática de enfermagem. Ética e cidadania na gestão e gerência da produção de serviços de saúde/enfermagem.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA CHIAVENATTO, I. <i>Introdução à Teoria Geral da Administração</i>. 3 ed. São Paulo: Campus. 2004. KURCGANT, Paulina (Coord) . <i>Gerenciamento em enfermagem</i>. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. 198 p. MENDES, Eugênio Vilaça. <i>As redes de atenção à saúde</i>. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011. 549 p.: il. ISBN: 978-85-7967-075-6</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BRASIL. <i>Implantação das Redes de Atenção à Saúde e outras estratégias da SAS/ Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde</i>. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. P. 160. ISBN 978-85-334-2115-8. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/implantacao_redes_atencao_saude_sas.pdf BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. <i>A Atenção Primária e as Redes de Atenção à Saúde</i>. Brasília: CONASS, 2015. 127 p. ISBN 978-85-8071-024-3. CHRISTOVAM BP, PORTO IS, OLIVEIRA DC. Gerência do cuidado de enfermagem em cenários hospitalares: a construção de um conceito. <i>Rev Esc Enferm USP</i>. N. 46; V. 3, P. 734-41. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342012000300028 HAUSMANN M, PEDUZZI M. Articulação entre as dimensões gerencial e assistencial do processo de trabalho do enfermeiro <i>Texto Contexto Enferm</i>, v. 18; n. 2; p. 258-65. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072009000200008 TREVIZAN MA, MENDES IAC, LOURENÇO MR, SHINYASHIKI GT. Aspectos éticos na ação gerencial do enfermeiro. <i>Rev Latino-am Enfermagem</i>. V. 10; n.1; p. 85-9. 2002.</p>		

PERÍODO 5º		
Nome do componente:	Ética, Bioética e Enfermagem	Classificação: obrigatória
Código: A definir	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente):		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): 0501068-1: Ética e Enfermagem		
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 45/3; Prática: 0/0; Total: 45/3		
EMENTA Concepções de ética e moral, responsabilidade, determinismo e liberdade, os valores e avaliação da moral. A moral e seu caráter social e histórico. Doutrinas éticas fundamentais. Bioética: teoria e história. Temas bioéticos persistentes e emergentes. A ética normativa na enfermagem brasileira: estudo da legislação que regulamenta o exercício profissional da enfermagem. Atribuições do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Enfermagem. A dimensão ética nos processos de trabalho do enfermeiro.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA MALAGUTTI, W. (org.). <i>Bioética e Enfermagem: controvérsias desafios e conquistas</i> . Rio de Janeiro: Rúbio, 2007. REGO, Sergio; PALACIOS, Marisa; SIQUEIRA-BATISTA, Rodrigo. <i>Bioética para profissionais de Saúde</i> . Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. VASQUEZ, Adolfo Sanchez. <i>Ética</i> . 28ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR. BEAUCHAMP, T. L.; CHILDRESS, J. F. <i>Princípios de ética biomédica</i> . Tradução: Luciana Pudenzi. São Paulo: Edições Loyola, 2011. BRASIL, Conselho Nacional de Saúde. <i>Resolução nº. 466, de 12 de dezembro de 2012</i> . Aprovam diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: < http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf > BRASIL, Conselho Nacional de Saúde. <i>Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016</i> . Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais Disponível em http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf . PALACIOS, M. (ORG). <i>Bioética, Saúde e Sociedade</i> . Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2010. 210 p. (Coleção Bioética e Saúde). SCHRAMM, Fermin Roland <i>et al</i> (org). <i>Bioética: riscos e proteção</i> . Rio de Janeiro: UFRJ-FIOCRUZ, 2009.		

PERÍODO 5º		
Nome do componente:	Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem	Classificação: obrigatória
Código: A definir		Avaliado por: (X) Nota () Conceito
Departamento de origem: Enfermagem		Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente): A definir: Bases Teóricas e Metodológicas da Enfermagem A definir: Enfermagem nos Processos Patológicos A definir: Enfermagem nos Processos Terapêuticos		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente):		
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 120/8; Prática: 105/7; Total: 225/15		
EMENTA Estudo da Semiologia do corpo humano. Instrumentalizar para entrevista e histórico de Enfermagem (HE). Aplicação das técnicas de exame físico geral, dos sistemas e por segmento do corpo. Avaliação clínica como base para a construção do diagnóstico de enfermagem (DE). Procedimentos teórico-práticos e habilidades de enfermagem no cuidado individual e coletivo de saúde como bases para a construção dos resultados (RE) e intervenções de enfermagem (IE). Tecnologias do cuidar que fundamentam as intervenções, propedêuticas, terapêuticas, clínicas e farmacológicas da prática de Enfermagem em laboratórios de habilidades e unidades de saúde. Instrumentalização para a assistência de enfermagem nos ciclos de vida.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BARROS, A.L.B.L. <i>Anamnese e exame físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto</i> . 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. JARVIS, Carolyn. <i>Exame Físico e Avaliação de Saúde</i> . 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. p. 900. ISBN 85-277-0727-6. SMELTZER, S.C. e BARE, B.G. Brunner e Suddarth. <i>Tratado de Enfermagem Médico Cirúrgico</i> . 10a edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR. CARPENITO, L. J. <i>Diagnóstico de Enfermagem aplicado a prática clínica</i> . 11a edição. Porto Alegre: Artes médicas: 2008. MARTINS, Maria Aparecida (Coord). <i>Manual de Infecção Hospitalar Epidemiologia, Prevenção e Controle</i> . 2. ed. Rio de Janeiro: Medsi Editora Médica e Científica, 2001. p. 1116. MAYOR, E. R. C.; MENDES, E.M. OLIVEIRA, K. R. <i>Manual de procedimentos e assistência de enfermagem</i> . São Paulo: Atheneu, 2006. SWEARIGEN, P.L.; HOWARD, C.A. <i>Atlas fotográfico de procedimentos de enfermagem</i> . 3 ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2001. TANNURE, Meire Chucre, GONÇALVES, Ana Maria Pinheiro. <i>SAE – Sistematização da Assistência de Enfermagem: guia prático</i> . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2008.		

13.1.6 6º Período

PERÍODO 6º		
Nome do componente:	Enfermagem em Saúde Mental	Classificação: obrigatória
Código: A definir	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): A definir: Fundamentos da Psicologia Aplicados à Enfermagem		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente):		
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 45/3; Prática: 0/0; Total: 45/3		
<p>EMENTA</p> <p>Estudo das concepções sobre saúde mental, doença mental e sofrimento psíquico. Paradigma psiquiátrico e atenção psicossocial como modelos de atenção em saúde mental. Assistência de enfermagem no processo saúde-doença mental dos indivíduos, famílias e coletividades. Processo de enfermagem e Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) em saúde mental. Enfermagem e o trabalho interdisciplinar nas Redes de Atenção Psicossocial (RAPS). Estratégias e projetos terapêuticos em saúde mental.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>BASAGLIA, Franco. <i>Escritos Selecionados: em Saúde Mental e Reforma Psiquiátrica</i>. Rio de Janeiro - RJ: Garamond, 2005. p. 331 (Garamond Universitária; Loucura XXI). ISBN 85-7617-057-4.</p> <p>BEZERRA JÚNIOR, Benilton. <i>Cidadania e Loucura: Políticas de Saúde Mental no Brasil</i>. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 288. ISBN 85-326-0320-3.</p> <p>BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE,. <i>Legislação em Saúde Mental 1990 - 2004</i>. 5. ed. Brasília: Ministério da Saúde 2004. p. 339 (E. Legislação de Saúde). ISBN 85-334-0802-1.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR.</p> <p>DALGALARRONDO, Paulo. <i>Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais</i>. – 3ª ed. – Porto Alegre: Artmed, 2019</p> <p>MELLO, Marcelo Feijó de. [Kohn. Robert; Mello. Andréa de Abreu F. Mello , organizadores] <i>Epidemiologia da Saúde Mental no Brasil</i> – Porto Alegre: Artmed, 2017</p> <p>STEFANELLI, M.C.; FUKUDA, IMK; ARANTES, EC (ORGS). <i>Enfermagem Psiquiátrica em suas dimensões assistenciais</i>. – Barueri, SP – Manole, 2008.</p> <p>TOWNSEND, Courtney M.. <i>Enfermagem psiquiátrica: conceitos de cuidados</i>. 3. ed. Rio de janeiro: Guanabara Koogan, 2000. 835 p. ISBN 85-277-0694-6.</p> <p>VIDEBECK, S. L. <i>Enfermagem em Saúde mental e Psiquiatria</i>. 5ª ed. – Artmed, 2012</p>		

PERÍODO 6º		
Nome do componente:	Saúde, Território e Meio Ambiente	Classificação: obrigatória
Código: A definir	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): A definir: Epidemiologia Aplicada à Enfermagem		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): 0501030- 1: Saúde Ambiental		
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 45/3; Prática: 0/0; Total: 45/3		
EMENTA Relação meio ambiente, saúde e desenvolvimento sustentável. Estudo do processo saúde-doença mediante dinâmica do meio ambiente, seus recursos naturais e a ação do homem. Vigilância ambiental e educação ambiental como ferramentas protetoras e preventivas da saúde. Principais fatores de risco do meio ambiente e impactos ambientais causados pelos poluentes. Políticas públicas para a saúde e sua relação com o modelo de desenvolvimento e a interação com o meio ambiente. Instrumentos norteadores para o planejamento de medidas efetivas de controle e redução dos riscos de transmissão das enfermidades, com base na promoção da saúde humana e na vigilância ambiental.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA AGUIAR, R. A. R. de. <i>Direito do meio ambiente e participação popular</i> . Brasília: IBAMA. 1994. 109p. CUNHA, S. B. da. <i>A questão ambiental diferentes abordagens</i> . 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 248 p. ISBN 978-85-286-0992-9. TACHIZAWA, T. <i>Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa: Estratégias de Negócios Focadas na Realidade Brasileira</i> . 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2009. 442 p. ISBN 978-85-224-5514-0.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BARBOSA, Z. R. dos S.; A. NETO, L. C. de. <i>A educação ambiental no município de Pau dos Ferros</i> . Pau dos Ferros: [s.n.], 2004. 54 p. BRILHANTE, O. M.; CALDAS, L. Q. de A. (org.). <i>Gestão e avaliação de risco em saúde ambiental</i> . Rio de Janeiro: Fiocruz. 1999. 155p. GOTTLIEB, Otto R. et al. Biodiversidade: o enfoque interdisciplinar brasileiro. <i>Ciênc. saúde coletiva</i> , Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, pág. 97-102, 1998. SILVA, Chagas. <i>As principais fontes de poluição do rio Apodi/Mossoró, na altura do sítio urbano no município de Mossoró – RN</i> . Mossoró: URRN. 1993. 75p. TAUK-TORNISELD, Sâmia Maria (Org); GOBBI, Nivar; FOWLER, Harold Gordon. <i>Análise Ambiental Uma Visão Multidisciplinar</i> . 2. Ed. São Paulo: UNESP – Universidade Estadual Paulista, 1995. P. 206 (Natura Naturata). ISBN 85-7139-099-1.		

PERÍODO 6º		
Nome do componente:	Assistência de Enfermagem no processo Saúde-doença da Criança e do Adolescente	Classificação: obrigatória
Código: A definir	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): A definir: Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem A definir: Enfermagem na Saúde Coletiva		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): 0501011-1: Enfermagem no Processo Saúde/Doença da Criança e do Adolescente + 0501009-1 Semiologia e Semiotécnica da Enfermagem no Processo Saúde/Doença da Criança		
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 90/6; Prática: 90/06; Total: 180/12		
EMENTA Políticas de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente. Determinantes sociais, biológicos, ambientais, culturais, étnico-raciais do Processo Saúde-Doença. Estudo da saúde da criança: da primeira infância até a adolescência. Crescimento e Desenvolvimento (CD). Afecções mais prevalentes. Assistência de enfermagem clínica-cirúrgica, pré e intra-hospitalar. As urgências e emergências pediátricas. Segurança do paciente. Cuidados relacionados ao processo de morte e morrer.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA COLLET, Neusa; OLIVEIRA, Beatriz Rosana Gonçalves De. <i>Manual de Enfermagem em Pediatria</i> . Goiânia: AB-Cultura e Qualidade, 2002. p. 339. ISBN 85-7498-065-X. LOPEZ, Fábio Ancora; JUNIOR, Dioclécio Campos. <i>Tratado de Pediatria</i> : Sociedade Brasileira de Pediatria. 2a Ed. Barueri – SP: Manole, 2010. SIGAUD, C. H. De S., VERISSIMO, M. De L. O. (org.). <i>Enfermagem pediátrica: o cuidado de enfermagem à criança e ao adolescente</i> . São Paulo: EPU, 1996.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BRASIL. Ministério da Saúde. <i>Portaria nº1.130, de 5 de agosto de 2015</i> . Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2015/prt1130_05_08_2015.html . BRASIL. Ministério da Saúde. <i>Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação</i> /Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. FIORI, Renato Machado. <i>Prática Pediátrica de Urgência</i> . 3. ed. Rio de Janeiro: Científica, 1986. p. 713. FUJIMORI, E, OHARA CVS. (Orgs.) <i>Enfermagem e a saúde do adolescente na atenção básica</i> . Ed. Manole, São Paulo, 2009 WHALEY, L. F.; WONG, D. L. <i>Enfermagem Pediátrica: elementos essenciais e intervenção afetua</i> . 5. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.		

PERÍODO 6º		
Nome do componente:	Enfermagem e o Processo produtivo	Classificação: obrigatória
Código: A definir	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): A definir: Enfermagem: História e Processos de Trabalho A definir: Enfermagem na Saúde Coletiva		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): 0501051-1: Enfermagem no Processo Produtivo		
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 45/3; Prática: 15/1; Total: 60/4		
EMENTA Temáticas relativas ao trabalho e ao mundo do trabalho: saúde, sociedade, gênero, legislação. Determinantes do processo saúde/doença do homem, mulher, criança e adolescente, no processo produtivo. Bases relativas ao processo produtivo da enfermagem. Políticas de saúde do trabalhador e da trabalhadora brasileira. Aspectos basilares de assistência à saúde do trabalhador.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ANTUNES, Ricardo. <i>Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho</i> 13. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 213 p. MORAES, Márcia Vilma G. <i>Enfermagem do trabalho programas, procedimentos e técnicas</i> . 3. ed. revisada . São Paulo: Iátria, 2011. 190 p. ISBN 978-85-7614-048-1 NOGUEIRA, Claudia Mazzei. <i>A Feminização no Mundo do Trabalho Entre a Emancipação e a Precarização</i> . Campinas: Autores Associados, 2004. p. 112		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ANTUNES, Ricardo. <i>Os Sentidos do Trabalho Ensaio Sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho</i> 5ª ed. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 258 (Coleção mundo do trabalho). BRAVERMAN, H. <i>Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX</i> editora Guanabara, 3ª. Edição. 1987 ROCHA, L. E.; RIGOTTO, R. M.; BUSCHINELLI, J. T. P. (orgs) <i>Isto é trabalho de Gente? Vida, Doença e Trabalho no Brasil</i> . São Paulo: Vozes, 1993. MARZIALE, Maria Helena Palucci; NISHIMURA, Karina Yukari Namioka; FERREIRA, Mônica Miguel. Riscos de contaminação ocasionados por acidentes de trabalho com material perfuro-cortante entre trabalhadores de enfermagem. <i>Revista Latino-Americana de Enfermagem</i> , Ribeirão Preto, v. 12, n. 1, p. 36-42, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v12n1/v12n1a06.pdf . Acesso em: mar. 2019. MENDES, R.; DIAS, E. C. Saúde do trabalhador. In: ROUQUAYROL, M. S. <i>Epidemiologia e Saúde</i> . 4 ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 1993. P. 383 – 420.		

13.1.7 7º Período

PERÍODO 7º		
Nome do componente:	O Processo Pesquisar da Enfermagem	Classificação: obrigatória
Código: A definir		Avaliado por: (X) Nota () Conceito
Departamento de origem: Enfermagem		Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente): A definir: Introdução à Pesquisa em Saúde e Enfermagem		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): 0501050-1: Processo Pesquisar da Enfermagem		
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/4; Prática: 0/0; Total: 60/4		
EMENTA Elaboração do projeto de pesquisa relativo ao trabalho de conclusão de curso (TCC) sob a orientação docente. O planejamento da pesquisa: definição do tema, objeto de estudo (delimitação), questão de pesquisa (problematização), construção de hipóteses ou pressupostos, definição dos objetivos, justificativa e relevância; definição dos desenhos e abordagens metodológicas: tipo de pesquisa, cenários, participantes, instrumentos e técnicas de coleta de dados. Métodos de análise de dados qualitativos e quantitativos. Aspectos éticos que envolvem pesquisas com seres humanos: análise de riscos e benefícios. Cronograma e Orçamento da Pesquisa.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA GIL, Antônio Carlos. <i>Como Elaborar Projetos de Pesquisa</i> . 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010. MINAYO, Maria de Cecília de Souza (org). <i>O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde</i> . 11 ed. Revista e Ampliada. São Paulo: HUCITEC, 2008. POLIT, D. F.; BECK, C. T. <i>Fundamentos de pesquisa em enfermagem</i> . 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR GIL, Antônio Carlos. <i>Métodos e Técnicas de Pesquisa Social</i> . 6. Ed. São Paulo, 2008. LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. <i>Metodologia do Trabalho Científico</i> . 7 ed. Rev. e Amp. São Paulo: Atlas, 2009. RICHARDSON, R. J. <i>Pesquisa social: métodos e técnicas</i> . São Paulo: Atlas, 1985. SEVERINO, Antônio Joaquim. <i>Metodologia do trabalho científico</i> . 21 ed. São Paulo: Cortez, 2001. TRIVINOS, A. N. S. <i>Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo</i> . São Paulo: Atlas, 2008.		

PERÍODO 7º		
Nome do componente:	Assistência de Enfermagem no Processo de Reprodução humana	Classificação: obrigatória
Código: A definir	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): A definir: Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem A definir: Enfermagem na Saúde Coletiva		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): 0501015-1: Enfermagem no Processo da Reprodução Humana		
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 90/6; Prática: 90/6; Total: 180/12		
<p>EMENTA Estudo da saúde sexual e reprodutiva do homem e da mulher e das Políticas Públicas específicas. Processos de trabalho (assistir/intervir, gerenciar, ensinar/aprender e investigar) de enfermagem na saúde individual e coletiva na reprodução humana, nos períodos pré-concepcional, concepcional, parturição e puerpério. A especificidade do trabalho de enfermagem na assistência ao recém-nascido sadio e de risco, considerando as questões ambientais, socioculturais e étnico-raciais nos distintos níveis de atenção à saúde.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA BARROS, S. M. O. de. <i>Enfermagem no ciclo gravídico-puerperal</i>. São Paulo: Manole, 2006 BARROS, S. M. O. De.(org.). <i>Enfermagem Obstétrica e ginecológica: guia para a prática assistencial</i>. 2.ed. São Paulo Roca: 2009. REZENDE, J. de.; MONTENEGRO, C.A.B. <i>Obstetrícia fundamental</i>. 5.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BRASIL. Ministério da Saúde. <i>Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres / Ministério da Saúde, Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa – Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 230 p: il. ISBN 978-85-334-2360-2.</i> BRASIL, Ministério da Saúde. <i>Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Princípios e Diretrizes/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. 1. Ed., 2. Reimpresso. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2011.</i> BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. <i>Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: Plano de Ação Nacional, 2009-2011</i>. Brasília, DF, 2009a. LEONE, C. R. <i>Assistência integrada ao recém-nascido</i>. São Paulo: Atheneu, 2001. ORSHAN, Susan A. <i>Enfermagem na Saúde das Mulheres, das Mães e dos Recém-nascidos: o Cuidado ao Longo da Vida</i>. Artmed, 2010.</p>		

PERÍODO 7º		
Nome do componente:	Enfermagem em Oncologia	Classificação: obrigatória
Código: A definir	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): A definir: Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente):		
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 45/3; Prática: 0/0; Total: 45/3		
<p>EMENTA</p> <p>Processos de trabalho de enfermagem (assistir/intervir, gerenciar, ensinar/aprender e investigar) no modelo clínico, articulado ao epidemiológico de produção dos serviços de saúde em Unidade Oncológica. Proporciona a compreensão dos conhecimentos básicos em oncologia, a fisiopatologia, prevenção e tratamento do câncer, bem como a análise dos conceitos básicos de assistência de enfermagem ao paciente oncológico. Cuidados paliativos.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>CRUZ, Fernanda Strapazzon da; Rossato, Luciana Grazziotin. Cuidados com o paciente oncológico em tratamento quimioterápico: o conhecimento dos enfermeiros da estratégia saúde da família. <i>Revista brasileira de cancerologia</i>. Rio de Janeiro, n. 61, p. 335-342, out./nov./dez. 2015.</p> <p>FIGUEIREDO, N.M.A. <i>Enfermagem oncológica</i>. Barueri: Manole, 2007. 411 p. (Serie enfermagem).</p> <p>SMELTZER, S. C.; Bare, B. G. <i>Brunner & Suddart tratado de enfermagem médico-cirúrgica</i>. 8 ed. RJ: Guanabara Koogan, 2008.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>BRASIL. Instituto nacional de câncer José Alencar Gomes da Silva. Coordenação Geral de Ações Estratégicas. Coordenação de Prevenção e Vigilância. Área de Vigilância do Câncer relacionado ao Trabalho e ao Ambiente. <i>Diretrizes para a vigilância do câncer relacionado ao trabalho</i>. Rio de Janeiro: Inca, 2012. Disponível em: http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/diretrizes_cancer_ocupa.pdf.2.</p> <p>_____. Instituto nacional de câncer José Alencar Gomes da Silva. Coordenação Geral de Ações Estratégicas. Coordenação de Prevenção e Vigilância. <i>Estimativa 2016: incidência de câncer no Brasil</i>. Rio de Janeiro: Inca, 2015.</p> <p>_____. Instituto nacional de câncer José Alencar Gomes da Silva. Coordenação Geral de Ações Estratégicas. Coordenação de Prevenção e Vigilância. <i>Curso de Especialização Profissional de Nível Técnico em Enfermagem Oncológica : plano de curso</i>. / Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. – Rio de Janeiro: Inca, 2014.</p> <p>ATENÇÃO de <i>Enfermagem ao Paciente Crítico</i>. João Pessoa, PB: Ideia, 2016. 365 p. v.2</p> <p>ATENÇÃO de <i>Enfermagem ao Paciente Crítico</i>. João Pessoa, PB: Ideia, 2015. 437 p. v. 1.</p>		

PERÍODO 7º		
Nome do componente:	Assistência de Enfermagem no Processo Saúde-Doença do Idoso	Classificação: obrigatória
Código: A definir	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): A definir: Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem A definir: Enfermagem na Saúde Coletiva		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): 0501018-1: Enfermagem no Processo Saúde/Doença da Terceira Idade		
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/4; Prática: 30/2; Total: 90/6		
<p>EMENTA Estudo da velhice: conceitos e campos de produção de ciência e trabalho em saúde/enfermagem. O sentido de envelhecer na contemporaneidade: contexto familiar, social, cultural e econômico. Transição Demográfica e Epidemiológica e os impactos nas políticas públicas e na produção de serviços de saúde. Política de Atenção Integral a Saúde da Pessoa Idosa e o Estatuto do Idoso. Alterações físicas, psicológicas, emocionais do envelhecimento. Processos patológicos comuns no envelhecimento. Atuação do enfermeiro no cuidado integral a pessoa idosa nos diferentes níveis de atenção à saúde. Humanização, acolhimento e comunicação junto a pessoa idosa. Avaliação Global e Avaliação Multidimensional da Pessoa Idosa; capacidade funcional e autonomia da pessoa idosa; Atividades Básicas da Vida Diária (ABDV) e Atividades Intelectuais da Vida Diária (AIVD); Qualidade de Vida (QV). Saúde mental da pessoa idosa.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA BAPTISTELLA, M. I.N; SCRAIBER L.B; GONÇALVES R.B.M e COLS. <i>Saúde do Adulto: Programas e Ações na Unidade Básica</i>. São Paulo SP. Editora Hucitec, 2000 BEAVOIR, SIMONE de. <i>A Velhice</i>. Tradução de Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro RJ: editora Nova Fronteira 1990. BORGES, M. Claudia e BERZINS, M. Viana. [organizadoras] <i>Políticas Públicas para um país que envelhece</i>. São Paulo: Martinari, 2012</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR FELTEN, Beverly S. <i>Geriatrics e Gerontologia</i> Vol. 1 e 2. Rio de Janeiro RJ. Editora Reichmann e Editores Associados,2005. FREITAS, Elizabete Viana de. et al <i>Tratado de Geriatria</i> – 3ª edição. Rio de Janeiro Guanabara Koogan, 2011. RAMOS Luiz Robert e COLS. <i>Geriatrics e Gerontologia – Guias de Geriatria e Gerontologia</i>. Serie Guias de Medicina Ambulatorial e Hospitalar da UNIFESP. Barueri, SP. Editora Manole,2005. SANTOS, SANTANA FRANKLIN. <i>Cuidados paliativos: diretrizes, humanização e alívio dos sintomas</i>. São Paulo: editora Ateneu, 2011. ZIMERMAN, GUTE I. <i>Velhice – Aspectos Biopsicossociais</i>. Porto Alegre RS. Editora Artmed, 2005.</p>		

13.1.8 8º Período

PERÍODO 8º		
Nome do componente:	Assistência de Enfermagem no Processo Saúde/Doença do Adulto	Classificação: obrigatória
Código: A definir	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): A definir: Enfermagem em Saúde Mental A definir: Assistência de Enfermagem no Processo Saúde-Doença do Idoso A definir: Enfermagem em Oncologia		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): 0501019-1: Enfermagem no Processo Saúde/Doença do Adulto		
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 135/9; Prática: 135/9; Total: 270/18		
<p>EMENTA</p> <p>Determinantes do processo saúde/doença da pessoa adulta. Processos de trabalho de enfermagem (assistir/intervir, gerenciar, ensinar/aprender e investigar) no modelo clínico, articulado ao epidemiológico, de produção dos serviços de saúde em clínicas médicas, cirúrgicas, centro cirúrgico, saúde mental nas emergências psiquiátricas, doenças infecciosas e parasitárias, urgências e emergências e Unidade de Terapia Intensiva.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>CHEREGATTI, Aline Laurenti ; AMORIM, Carolina Padrão . <i>Enfermagem em unidade de terapia intensiva</i>. 2ª ed. São Paulo: Martinari, 2011. 520 p.</p> <p>SILVA, Maria D'apparecida Andrade; RODRIGUES, Aparecida Lourenci ; CESARETTI, Isabel Umbelina Ribeiro . <i>Enfermagem na unidade de centro cirúrgico</i>. 2. ed. São Paulo: Pedagógica e Universitária - E.P.U., 2008. 249 p.</p> <p>SMELTZER, S. C.; Bare, B. G. <i>Brunner & Suddart tratado de enfermagem médico-cirúrgica</i>. 8 ed. RJ: Guanabara Koogan, 2008.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>AEHLERT, Barbara. <i>Acls Advanced Cardiac Life Support: Emergências em Cardiologia: Suporte de Vida em Cardiologia</i>. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. p. 591. ISBN 9788535222951.</p> <p>ATUALIZAÇÃO terapêutica de Prado, Ramos e Valle: <i>urgências e emergências - 2014/15</i>. 2. ed. São Paulo: Artes Médicas, 2014. 773 p. il.</p> <p>HUDDLESTON, Sandra Smith; FERGUSON, Sandra G.. <i>Emergências Clínicas: Abordagens, Intervenções Autoavaliação</i>. 3. ed. Rio de Janeiro: LAB, 2006. p. 358. ISBN 85-2771160-8</p> <p>LACERDA, R. A. <i>Controle de infecção em centro cirúrgico fatos, mitos e controvérsias</i>. São Paulo: Atheneu, 2003. 541 p. ISBN 85-7454-081-1.</p> <p>MARTINS, Maria Aparecida (Coord). <i>Manual de Infecção Hospitalar Epidemiologia, Prevenção e Controle</i>. 2. ed. Rio de Janeiro: Medsi Editora Médica e Científica, 2001. p. 1116.</p>		

PERÍODO 8º		
Nome do componente:	Prática de Enfermagem na Educação e Saúde	Classificação: obrigatória
Código: A definir	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): A definir: Processo Ensinar-Aprender da Enfermagem		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente):		
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 45/3; Prática: 45/3; Total: 90/6		
<p>EMENTA</p> <p>O processo ensinar-aprender como um dos processos de trabalho do enfermeiro. Captação da realidade, planejamento e intervenção na produção dos serviços de saúde/enfermagem e nas necessidades sociais e de saúde. Práticas de Educação Popular em Saúde (comunidade/grupos) e de Educação Permanente em Saúde nos diversos cenários de prática do SUS e no Programa Saúde na Escola (PSE). Elaboração de Projeto de Intervenção de Educação em Saúde.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>FREIRE, P. <i>Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa</i>. 40. reimpressão. São Paulo: Paz e Terra, 2009.</p> <p>MANO, M. A. M.; PRADO, E. V. do. (Orgs). <i>Vivências de educação popular na atenção primária à saúde: A realidade e a utopia</i>. São Carlos: EduFSCar, 2010.</p> <p>VASCONCELOS, E. M.; CRUZ, P. J. S. C. (Orgs). <i>Educação popular na formação universitária: reflexões com base em uma experiência</i>. São Paulo: HUCITEC; João Pessoa. Editora Universitária da UFPB, 2011.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>ANASTASIOU, Léa das Graças Camargo. Ensinar, aprender, apreender e processos de ensinagem. In: _____ (Org.); ALVES, L. P. <i>Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula</i>. 7. ed. Joinville: Univille, 2007.</p> <p>BISPO JÚNIOR, J. P, MOREIRA, D. C. <i>Educação permanente e apoio matricial: formação, vivências e práticas dos profissionais dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família e das equipes apoiadas</i>. Cad. Saúde Pública. 2017; 33(9):1-13.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. <i>Formação Pedagógica em educação profissional na área de saúde: enfermagem: núcleo estrutural: proposta pedagógica, avaliando a ação</i>. 2. ed. Brasília: Ministério da saúde, 2002.</p> <p>CARDOSO, B. (Org.). <i>Ensinar: tarefa para profissionais</i>. Rio de Janeiro: Record, 2007.</p> <p>VIANNA, I. O. de A. <i>Planejamento Participativo na escola: um desafio ao educador</i>. 2. ed. São Paulo: EPU, 2000.</p>		

13.1.9 9º Período

PERÍODO 9º		
Nome do componente:	Estágio Curricular em Enfermagem I	Classificação: obrigatória
Código: A definir		Avaliado por: (X) Nota () Conceito
Departamento de origem: Enfermagem		Grupo: () Disciplina () TCC (X) Estágio () Internato () UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente): Integralização de todos os componentes curriculares cursados até o 8º período		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): 0501063-1: Estágio Curricular Supervisionado III		
Aplicação: () Teórica (X) Prática () Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 0/0; Prática: 450/30; Total: 450/30		
<p>EMENTA Síntese da articulação ensino-trabalho. Espaço de interação com o campo social no qual se desenvolve a produção dos serviços de saúde. Consolidação de habilidades e competências nos processos assistir/intervir, gerenciar, ensinar/aprender e investigar da enfermagem. Práticas de educação permanente em saúde/enfermagem na rede hospitalar e na atenção básica. Constrói instrumentos para o Estágio Curricular em Enfermagem II.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA BRASIL. MEC/CNES. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. <i>Resolução CNE/CES nº 3, de 7 de novembro de 2001</i>. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de novembro de 2001. COFEN. Decreto Nº 94.406 de 8 de junho de 1987. Regulamenta a Lei Nº. 7498/86 de 25 de junho de 1986 que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências. Legislação do Exercício Profissional de Enfermagem. COFEN-Conselho Federal de Enfermagem. Resolução Cofen Nº 564/2017. Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Brasília (DF).</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR COLLISELLI, Liane et al. <i>Estágio Curricular Supervisionado: diversificando cenários e fortalecendo a interação ensino-serviço</i>. Rev. Bras. de Enfermagem. Brasília, DF, v. 6, n. 62, p. 932-937, nov./dez. 2009. FEUERWERKER, Laura Camargo Macruz; SENA, Roseni Rosângela de. Contribuição ao movimento de mudança na formação profissional em saúde: uma avaliação das experiências UNI. <i>Interface Comunic, Saúde, Educ</i>, v. 6, n. 10, p 37-50. Fev. 2002. BRASIL. <i>Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008</i>. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm. Acesso em: 07 abr. 2021. CONSEPE. <i>Resolução nº 05/2015, de 04 de fevereiro de 2015</i>. Regulamenta o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório nos Cursos de Bacharelado da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e revoga a Resolução Nº 4/98 - CONSEPE. Resolução Nº 05/2015 - Consepe. Mossoró, RN. RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado da Educação e da Cultura. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. <i>Resolução Nº 05 – CONSEPE</i>. Regulamenta o Estágio Curricular Obrigatório nos Cursos de Bacharelado. Mossoró: 2015.</p>		

13.1.10 10º Período

PERÍODO 10º		
Nome do componente:	Estágio Curricular em Enfermagem II	Classificação: obrigatória
Código: A definir	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: () Disciplina () TCC (X) Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): A definir: Estágio Curricular em Enfermagem I		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): 0501064-1: Estágio Curricular Supervisionado IV		
Aplicação: () Teórica (X) Prática () Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 0/0; Prática: 450/30; Total: 450/30		
<p>EMENTA Síntese da articulação ensino-trabalho. Consolidação de habilidades e competências nos processos assistir/intervir, gerenciar, ensinar/aprender e investigar da enfermagem. Construção e consolidação de competências para atuação na realidade da produção dos serviços de saúde/enfermagem na rede hospitalar e na Atenção Básica. Mediação do fortalecimento da qualidade dos serviços de saúde. Práticas de educação permanente em saúde/enfermagem.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA BRASIL. MEC/CNES. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. <i>Resolução CNE/CES nº 3, de 7 de novembro de 2001</i>. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de novembro de 2001. COFEN. Decreto Nº 94.406 de 8 de junho de 1987. Regulamenta a Lei Nº. 7498/86 de 25 de junho de 1986 que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências. Legislação do Exercício Profissional de Enfermagem. COFEN-Conselho Federal de Enfermagem. Resolução Cofen Nº 564/2017. Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Brasília (DF).</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR COLLISELLI, Liane et al. <i>Estágio Curricular Supervisionado: diversificando cenários e fortalecendo a interação ensino-serviço</i>. Rev. Bras. de Enfermagem. Brasília, DF, v. 6, n. 62, p. 932-937, nov./dez. 2009. FEUERWERKER, Laura Camargo Macruz; SENA, Roseni Rosângela de. Contribuição ao movimento de mudança na formação profissional em saúde: uma avaliação das experiências UNI. <i>Interface Comunic, Saúde, Educ</i>, v. 6, n. 10, p 37-50. Fev. 2002. BRASIL. <i>Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008</i>. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm. Acesso em: 07 abr. 2021. CONSEPE. <i>Resolução nº 05/2015, de 04 de fevereiro de 2015</i>. Regulamenta o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório nos Cursos de Bacharelado da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e revoga a Resolução Nº 4/98 - CONSEPE. Resolução Nº 05/2015 - Consepe. Mossoró, RN. RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado da Educação e da Cultura. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. <i>Resolução Nº 05 – CONSEPE</i>. Regulamenta o Estágio Curricular Obrigatório nos Cursos de Bacharelado. Mossoró: 2015.</p>		

PERÍODO 10°		
Nome do componente:	Seminário de Defesa de Monografia	Classificação: obrigatória
Código: A definir	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: () Disciplina (X) TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): A definir: O Processo Pesquisar de Enfermagem A definir: Estágio Curricular em Enfermagem I		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente):		
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 30/2; Prática: 0/0; Total: 30/2		
<p>EMENTA Orientação para finalização do projeto de pesquisa em desenvolvimento. A redação científica da monografia em conformidade com as normas da ABNT e do Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos da UERN. Comunicação e divulgação científica. Orientação para elaboração e submissão de artigo científico com os resultados da pesquisa em periódicos e revistas científicas. Preparação do estudante para a defesa pública da monografia à Banca Examinadora.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. <i>Técnicas de pesquisa</i>. 6 ed. São Paulo: Atlas. 2006. MARCONI, M. de A; LAKATOS, E M. <i>Fundamentos de metodologia científica</i>. 7. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 297 p. UERN, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. <i>Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos da UERN</i>/. Mossoró: Edições UERN, 2015.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. <i>NBR 14724: Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação</i>. Rio de Janeiro, 2005. 9 p. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. <i>NBR 6028: Informação e documentação: resumo: apresentação</i>. Rio de Janeiro, 2003. 2 p. CHAGAS, Catarina; MASSARANI, Luisa. <i>Manual de Sobrevivência para Divulgar Ciência e Saúde</i>. Rio de Janeiro / RJ: Editora Fiocruz. 2020. 152 p. Coleção Temas em Saúde. SOUZA, Antônio Carlos de; FIALHO, Francisco Antônio Pereira; OTANI, Nilo. <i>TCC: Métodos e Técnicas</i>. Florianópolis: Visual Books, 2007. TOMASI, Carolina; MEDEIROS, João Bosco. <i>Comunicação Científica: normas técnicas para redação científica</i>. São Paulo: Atlas, 2008.</p>		

13.2 EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

PERÍODO		
Nome do componente:	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	Classificação: optativo
Código: 0401089- 1		Avaliado por: (X) Nota () Conceito
Departamento de origem: Educação		Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE
Pré-requisito (código - Nome do componente):		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente):		
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/4; Prática: 0/0; Total: 60/4		
<p>EMENTA Libras em contexto. Estudo das modalidades visual e gestual a comunidade das pessoas surdas. Gramática de uso.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA PERLIN, G. Identidades Surdas. In C. Skliar (Org.): <i>A Surdez: um olhar sobre as diferenças</i>. Porto alegre: Editora Mediação, 1998. p. 51-74 QUADROS, R. M. de e KARNOPP, L. <i>Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos</i>. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004. SAVIANI, Dermeval. <i>Escola e Democracia</i>. 37 ed. Campinas: Autores Associados. O espaço da cultura surda.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALTHUSSER, Louis. <i>Aparelhos Ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado</i>. 6.ed. Rio de Janeiro, Graal, 1992. História do povo surdo. <i>Material elaborado para o Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização Acadêmica em Surdos</i>. UNISC, 2003. Material não publicado. <i>O espaço da cultura surda</i>. Material elaborado para o Curso de Pós-Graduação. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998. p. 51-74. Material não publicado. SÁ, N. R. L de. <i>Cultura, Poder e Educação de Surdos</i>. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2002. SILVA, M. da P. M. <i>A construção de sentidos na escrita do aluno surdo</i>. São Paulo: Plexus Editora, 2001.</p>		

PERÍODO		
Nome do componente:	Pesquisa Qualitativa e Enfermagem	Classificação: optativo
Código: a definir	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): A definir: Introdução à Pesquisa em Saúde e Enfermagem		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente):		
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/4; Prática: 0/0; Total: 60/4		
<p>EMENTA Compreensão do processo de pesquisa qualitativa e sua aplicação na Enfermagem. Projetos de investigação qualitativa: bases, tendências e perspectivas metodológicas. Aprofundamento teórico metodológico dos desenhos de pesquisa qualitativa. Estratégias de coleta de dados, análise e interpretação de dados qualitativos.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA CRESWELL, John W. <i>Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto</i>. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p. FLICK, Uwe. <i>Qualidade na pesquisa qualitativa</i>. Porto Alegre: Artmed, 2009. 196 p. (Coleção pesquisa qualitativa). ISBN 978-85-363-2057-1. MINAYO, M. C. S. <i>O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde</i>. 11. Ed. São Paulo: Hucitec; 2010.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. <i>O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: Teorias e Abordagens</i>. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. P. 432. FLICK, Uwe. <i>Desenho da pesquisa qualitativa</i>. Porto Alegre: Artmed, 2009. 164 p. (Coleção pesquisa qualitativa). POPE, Catherine; MAYS, Nicholas. <i>Pesquisa Qualitativa na Atenção à Saúde</i>. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. P. 172. ISBN 9788536313443. THIOLLENT, Michel. <i>Metodologia da pesquisa-ação</i>. São Carlos: Cortez, 1985. 108 p. (Temas básicos de pesquisa-ação). TURATO, Egberto Ribeiro. <i>Tratado da Metodologia da Pesquisa Clínico-qualitativa: Construção Teórico-epistemológica Discussão</i>. Petrópolis: Vozes, 2008. P. 685. ISBN 9788532627513.</p>		

PERÍODO		
Nome do componente:	Pesquisa Quantitativa e Enfermagem	Classificação: optativo
Código: a definir	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): A definir: Introdução à Pesquisa em Saúde e Enfermagem		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente):		
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/4; Prática: 0/0; Total: 60/4		
<p>EMENTA Compreensão do processo de pesquisa quantitativa e sua aplicação na Enfermagem. Projetos de investigação quantitativa: bases, tendências e perspectivas metodológicas. Aprofundamento teórico metodológico dos desenhos de pesquisa quantitativa. Estratégias de coleta de dados, análise e interpretação de dados quantitativos. Uso de softwares em pesquisa quantitativa.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA GIL, A. C. <i>Métodos e técnicas de pesquisa social</i>. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. HULLEY, S. B. et al. <i>Delineando a Pesquisa Clínica: uma abordagem epidemiológica</i>. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. 384 p. ISBN 9788536313610. POLIT, Denise F.; BECK, Cheryl Tatano; HUNGLER, Bernadette P. <i>Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização</i>. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 487.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CRESWELL, John W. <i>Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto</i>. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p. DEMO, Pedro. <i>Educar pela Pesquisa</i>. 8. ed. Campinas - SP: Autores Associados, 2007. p. 130 (Coleção educação contemporânea). ISBN 85-85701-21-8. LOBIONDO-WOOD, G. HABER, J. <i>Pesquisa em Enfermagem: métodos, avaliação crítica e utilização</i>. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001. PEREIRA, Maurício Gomes. <i>Epidemiologia: Teoria e Prática</i>. [Reimpr.]. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. POPPER, Karl Raymund. <i>A Lógica da Pesquisa Científica</i>. São Carlos: Cultrix, 2007. p. 567.</p>		

PERÍODO		
Nome do componente:	Temáticas Avançadas em Saúde Coletiva	Classificação: optativo
Código: a definir	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): A definir: Enfermagem na Saúde Coletiva		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): 0501016-1: Temas Avançados em Saúde Coletiva		
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/4; Prática: 0/0; Total: 60/4		
<p>EMENTA Reflexão sobre as problemáticas emergentes e reemergentes no campo da saúde coletiva. Estudo das principais expressões do processo saúde/doença, trabalho em saúde/enfermagem, políticas e modelos assistenciais em saúde. A realidade da produção dos serviços de saúde/enfermagem de Pau dos Ferros/RN e região. Elaboração de instrumentos de intervenção em saúde/enfermagem com vistas a transformação da produção dos serviços de saúde na perspectiva da Vigilância a Saúde. Atuação do enfermeiro diante das problemáticas emergentes e reemergentes no campo da Saúde Coletiva.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA CAMPOS, G.W de. S; GUERRERO, A.V.P. (Orgs). <i>Manual de práticas de Atenção Básica: Saúde compartilhada e ampliada</i>. 1.ed.São Paulo: HUCITEC,2008. CAMPOS, GWS et al (Org.) <i>Tratado de Saúde Coletiva</i>. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz. 2006. SILVA JUNIOR, A.G. <i>Modelos Tecnoassistenciais em Saúde: o debate no campo da Saúde Coletiva</i>. 2.ed. São Paulo: HUCITEC,2006.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR AVRITZER, LEONARDO. O pêndulo da democracia no brasil: uma análise da crise 2013-2018. <i>Novos estud. CEBRAP</i>, São Paulo , v. 37, n. 2, p. 273-289, Aug. 2018 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002018000200273&lng=en&nrm=iso>. access on 04 Oct. 2019. CUNHA, G. T. <i>A Construção da clínica ampliada na atenção básica</i>. 1.ed. São Paulo: HUCITEC, 2005. 209p. LEANDRO, Bianca Borges da Silva; REZENDE, Flavio Àstolpho Vieira Souto; PINTO, José Mauro da Conceição. <i>Informações e registros em saúde e seus usos no SUS</i>. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2020. 176p. PAIM, J. S. <i>Desafios para a Saúde Coletiva no Século XXI</i>. EDUFBA: Salvador/BA. 2006. WHO. <i>Dez ameaças à saúde que a OMS combaterá em 2019</i>. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5848:dez-ameacas-a-saude-que-a-oms-combatera-em-2019&Itemid=875.</p>		

PERÍODO		
Nome do componente:	Assistência Pré-Hospitalar	Classificação: optativo
Código: a definir	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): A definir: Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente):		
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 45/3; Prática:15/1; Total: 60/4		
<p>EMENTA Conceitos. Avaliação sistemática no atendimento inicial. Suporte básico de vida em situações de urgência e emergência: permeabilização das vias aéreas e reanimação cardiorrespiratória. Assistência em convulsão, lesões dos tecidos moles, choque elétrico, hemorragias, alterações circulatórias, lesões traumato-ortopédicas, queimaduras, intoxicações. Regulação médica e protocolo do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). Imobilização e transporte de acidentados.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA AEHLERT, Barbara. <i>Acls Advanced Cardiac Life Support: Emergências em Cardiologia: Suporte de Vida em Cardiologia</i>. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. p. 591. LOMBA, Marcos; LOMBA, André. <i>Emergências e atendimentos pré-hospitalares</i>. 3. ed. Olinda - PE: Edição dos autores, 2006. 176 p. il. (Objetivo Saúde; v. 3). OLIVEIRA, Beatriz Ferreira Monteiro; PAROLIN, Mônica Koncke Fiuza; TEIXEIRA JR., Edison Vale. <i>Trauma: atendimento pré-hospitalar</i>. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2007. 542 p.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ATENDIMENTO <i>Pré hospitalar Ao Traumatizado: PHTLS</i>. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. p. 596. ATENÇÃO de <i>Enfermagem ao Paciente Crítico</i>. João Pessoa, PB: Ideia, 2016. 365 p. v. 2 ATENÇÃO de <i>Enfermagem ao Paciente Crítico</i>. João Pessoa, PB: Ideia, 2015. 437 p. v. 1. ATUALIZAÇÃO terapêutica de Prado, Ramos e Valle: <i>urgências e emergências - 2014/15</i>. 2. ed. São Paulo: Artes Médicas, 2014. 773 p. il. NASI, Luiz Antônio. <i>Rotinas em pronto-socorro</i>. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 797 p.</p>		

PERÍODO		
Nome do componente:	Cuidados de Enfermagem à pessoa com lesões de pele	Classificação: optativo
Código: a definir	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): A definir: Anatomia Humana e Saúde A definir: Fisiologia Humana e Saúde A definir: Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente):		
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 45/3; Prática:15/1; Total: 60/4		
<p>EMENTA História do tratamento de lesões. Histologia, anatomia, fisiologia da pele. Cicatrização e inflamação no processo cicatricial. Cuidados de enfermagem à pessoa com lesões de pele: avaliação, classificação, tratamento (tecnologias).</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA DEALEY, Carol. <i>Cuidando de feridas: um guia para as enfermeiras</i>. 3 Ed. São Paulo: Atheneu, 2008. 248p. FERIDAS. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006, 246p. IRION, G. L. <i>Feridas: novas abordagens, manejo clínico e atlas em cores</i>. Rio de Janeiro: LAB, 2005. 390p. TRATAMENTO de feridas. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. 1999, 79p.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BLANES, L. FERREIRA, L. M. <i>Prevenção e Tratamento de Úlcera por Pressão</i>. São Paulo: Atheneu, 2014. 342p. BORGES, E. L. DOMANSKY. (Org.) <i>Manual para prevenção de lesões de pele</i>. 2 ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2014. 318p. GAMBA, M. A. PETRI, V. COSTA, M. T. F. <i>Feridas: prevenção, causas e tratamento</i>. 1. Ed. Rio de Janeiro: Santos. 2016. 352p. MALAGUTTI, William. (Org.) <i>Feridas: Conceitos e atualidades</i>. São Paulo: Martinari, 2015. 280p. TRISTÃO, F. S. PADILHA, M. A. S. (Org.) <i>Prevenção e tratamento de lesões cutâneas: perspectivas para o cuidado</i>. Porto Alegre: Moriá, 2018. 471p.</p>		

PERÍODO		
Nome do componente:	Educação para a Morte	Classificação: optativo
Código: a definir	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente):		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente):		
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 30/2; Prática:0/0; Total: 30/2		
<p>EMENTA Tanatologia: estudos sobre a morte e o morrer. A visão histórica, sociológica, filosófica e espiritual da morte. Tanatologia: estudos sobre a morte e o morrer embasado no desejo humano de possuir mesmo em meio a uma sociedade desumana e massificadora, a possibilidade de humanizar a morte. Morte reumanizada e Morte escancarada: acidentes, desastres, homicídios e suicídios. Bioética e cuidados no final da vida: morte com dignidade. Educação para a morte - formação de profissionais da saúde e da educação: linhas de ação.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA FISCHER, Joyce Mara Kolinsky et al. <i>Manual de tanatologia</i>. Curitiba: Unificado, 2007. KOVÁCS, M.J. (Org.). <i>Morte e existência humana. Caminho de cuidados e possibilidades de intervenção</i>. Rio de Janeiro, Guanabara, Koogan. 2008. KOVÁCS MJ. (Org.). <i>Educação para a morte. Quebrando paradigmas</i>. Porto Alegre, Sinopsys. 2021.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ARIÈS, Philippe. <i>História da morte no ocidente</i>. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003. KOVÁCS, M.J. (2003) – <i>Educação para a morte. Desafio na formação de profissionais de saúde e educação</i>. São Paulo, Casa do Psicólogo. KOVÁCS, M.J. (2003) – <i>Educação para a morte</i>. KÜBLER-ROSS, Elisabeth. <i>Sobre a morte e o morrer</i>. São Paulo: Martins Fontes, 1996. MENEZES, Rachel Aisengart. <i>Em busca da boa morte: Antropologia dos Cuidados Paliativos</i>. Rio de Janeiro: Garamond – Fiocruz, 2004. MENEZES, RA. <i>Difíceis decisões: etnografia de um Centro de Tratamento Intensivo [online]</i>. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. 107 p. ISBN 978-85-7541-313-5. Available from SciELO Books . Disponível em http://books.scielo.org/id/bmzsz</p>		

PERÍODO		
Nome do componente:	Práticas Integrativas e Complementares em Saúde	Classificação: optativo
Código: a definir	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente):		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente):		
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 30/2; Prática:0/0; Total: 30/2		
<p>EMENTA Abordagem da história do processo saúde e doença, produção de conhecimento sobre as diretrizes da Política Nacional das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde. Introdução do estudo teórico destas práticas e temas relacionados ao cuidado e assistência à saúde, com foco na multidisciplinaridade.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. <i>Política nacional de práticas integrativas e complementares no SUS : atitude de ampliação de acesso</i> / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015. SANTOS MC, TESSER CD. <i>Um método para a implantação e promoção de acesso às Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde</i>. <i>Ciência & Saúde Coletiva</i>. 2012; 17(11):3011-3024. SARAIVA AM; FERREIRA FILHA, MOA, DIAS Maria Djair. <i>As práticas integrativas como forma de complementaridade ao modelo biomédico: concepções de cuidadoras</i>. <i>Rev. pesqui. cuid. fundam.</i> (Online). 2011; 3(5):155-163.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR SILVA EDC DA, TESSER CD. <i>Experiência de pacientes com acupuntura no Sistema Único de Saúde em diferentes ambientes de cuidado e (des)medicalização social</i>. <i>Cad. Saúde Pública</i>, Rio de Janeiro. 2013; 29(11). SIQUEIRA KM et al . <i>Crenças populares referentes à saúde: apropriação de saberes sócio-culturais</i>. <i>Texto contexto - enferm.</i>, Florianópolis. 2006; 15(1):68-73. FONTANELLA F, SPECK FP, PIOVEZAN AP, KULKAMP IC. <i>Conhecimento, acesso e aceitação das práticas integrativas e complementares em saúde por uma comunidade usuária do Sistema Único de Saúde na cidade de Tubarão/SC</i>. <i>Arquivos Catarinenses de Medicina</i>. 2007; 36(2). GALHARDI WMP. BARROS NF, LEITE-MOR ACMB. <i>O conhecimento de gestores municipais de saúde sobre a Política Nacional de Prática Integrativa e Complementar e sua influência para a oferta de homeopatia no Sistema Único de Saúde local</i>. <i>Ciência & Saúde Coletiva</i>. 2013; 18(1):213-220. TESSER CD, LUZ MT. <i>Racionalidades Médicas e integralidade</i>. <i>Cien Saude Colet</i>. 2008; 13(1):195-206.</p>		

PERÍODO		
Nome do componente:	Imunização e Enfermagem	Classificação: optativo
Código: a definir	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): A definir: Enfermagem nos Processos Terapêuticos		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente):		
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 30/2; Prática:0/0; Total: 30/2		
EMENTA Vacinas: uma história de grandes vitórias. O papel das Vacinas nas Pandemias. Bases Imunológicas para Imunização. Mecanismos de proteção individual: inespecífica ou inata/específica. Imunidade de Rebanho. Como se produz uma vacina. Farmacovigilância. Papel dos Produtores de Vacinas. Agências Reguladoras independentes e competentes (Anvisa, FDA, EMA). Programas nacionais de imunizações. Usuários de vacinas. Legislação e Ética em Imunização. Calendários de Vacinação. Rede de Frio do PNI. Centros de Referencias em Imunobiológicos Especiais. Eventos Adversos em Vacinas. Notificação e Vigilância de Eventos Adversos. Notificação das Doenças Infectocontagiosas e Imunopreveníveis. Produção de Novas vacinas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis. <i>Manual dos Centros de Referência para Imunobiológicos Especiais</i> [recurso eletrônico] Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunizações. – 5. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2019. BRASIL, Ministério da Saúde. <i>Guia prático de imunizações para Trabalhadores da sala de vacinação/ Manual de Normas e Procedimentos de Vacinação</i> . 6ª edição, Brasília, 2020. CUNHA. Juarez; KREBS. S. Lenita; e BARROS. Elvino [organizadores] PAZ. A. Alessandra [et al - Autora]- Vacinas e Imunoglobulinas. Porto Alegre: Artmed 2009.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BRASIL. Ministério da Saúde, <i>PNI Programa Nacional de Imunização</i> . Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília 2003 BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de Rede de Frio do Programa Nacional de Imunizações. – 5. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2017. BRASIL Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunizações. <i>Plano nacional de operacionalização da vacinação contra a covid-19</i> . 3ª edição - Brasília/DF. 29/01/2021. FIGUEREDO. Nébia Maria de A. e TONINI. Teresa. <i>SUS e PSF para Enfermagem: Práticas para o cuidado em Saúde Coletiva</i> . São Caetano do Sul SP: - Yendis Editora, 2017 TORTORA G.J.; GRABOWSKI S.R. <i>Corpo Humano – Fundamentos de Anatomia e Fisiologia</i> . Editora Artmed. 6ª Edição 2005.		

PERÍODO		
Nome do componente:	Práticas Interprofissionais em Saúde	Classificação: optativo
Código: a definir	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente):		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente):		
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 30/2; Prática:0/0; Total: 30/2		
<p>EMENTA Conceito e histórico da educação interprofissional em saúde (EIP). Competências Interprofissionais em saúde: trabalho em equipe; clarificação dos papéis; cuidado centrado no usuário/família/comunidade; liderança colaborativa; comunicação interprofissional e resolução de conflitos. Vivências no processo de trabalho das equipes de saúde e cenários de prática no SUS. Proposição de ações compartilhadas em saúde a partir das necessidades da comunidade.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA BRASIL. Ministério da Saúde Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde <i>Residência multiprofissional em saúde experiências, avanços e desafios</i>. Brasília: Ministério da Saúde 2006. 414 p. (B. Textos básicos de saúde. ISBN 85-334-1298-3. COSTA, M. V. et al. <i>Educação interprofissional em saúde</i>. Natal: SEDES-UFRN, 2018. NUIM, J.J.B.; FRANCISCO, E.I. <i>Manual de educação interprofissional em saúde</i>. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR GELMAN, Ester Aida; et al.; REIS, Keyla Costa Matos, Rosângela da Luz Dahia, Sayonara Neves de Oliveira. Educação na saúde e autogestão de coletivos: da incerteza da prática a autoanálise do trabalho em saúde <i>Revista baiana de saúde pública</i>. Salvador, v. 33, n. 1, p. 75-85, Jan., 2009 LEMOS, Marcio. A integração da educação e trabalho na saúde e a política de educação permanente em saúde do SUS-BA. <i>Revista baiana de saúde pública</i>. Salvador, v. 33, n. 1, p. 113-120, Jan., 2009. MERHY, Emerson Elias; MAGALHÃES JÚNIOR, Helvécio Miranda ; RIMOLI, Josely. <i>O trabalho em saúde olhando e experienciando o SUS no cotidiano</i>. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2006. 296 p. Saúde em debate; v. 155). MIGUEL, E. A. et al. Trajetória e implementação de disciplina interprofissional para cursos da área de saúde. <i>Interface – Comunicação, Saúde e Educação</i>, Rio de Janeiro, v. 22, supl. 2, p. 1763-1776, 2018. TOASSI, R. F. C. <i>Interprofissionalidade e formação na saúde: onde estamos?</i>. 1. ed. 6 vol. Série em Educação na Saúde Porto Alegre: Rede UNIDA, 2017.</p>		

PERÍODO		
Nome do componente:	Enfermagem e Segurança do Paciente	Classificação: optativo
Código: a definir	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): A definir: Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente):		
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 30/2; Prática:0/0; Total: 30/2		
<p>EMENTA</p> <p>Conceitos, epidemiologia da segurança do paciente. Cultura de segurança do paciente. Erros de medicação e práticas preventivas. Segurança em procedimentos cirúrgicos. Boas práticas de prevenção e infecções relacionadas à assistência à saúde. Prevenção de eventos adversos específicos. Gerenciamento de Risco e Programa Nacional de Segurança do Paciente.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p><i>Segura: Uma Reflexão Teórica Aplicada à Prática Agência Nacional de Vigilância Sanitária.</i> Brasília/DF: Anvisa, 2017.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. <i>Portaria nº 529 de 1º de abril de 2013.</i> Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente. Diário Oficial da União, Brasília: MS, 2013^a.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. <i>Portaria nº 1377 de 09 de julho de 2013.</i> Aprova os Protocolos de Segurança do Paciente: <i>Cirurgia Segura, Prática de Higiene das mãos e Ulcera por Pressão.</i> Diár. Diário Oficial da União, Brasília: MS, 2013.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>BRASIL, Ministério da Saúde. <i>Portaria nº 2095 de 24 de setembro de 2013.</i> <i>Aprova os Protocolos de Segurança do Paciente: Prevenção de Quedas; o Protocolo de Identificação do Paciente e o protocolo de Segurança na Prescrição e de Uso e Administração de Medicamentos.</i> Diário Oficial da União, Brasília: MS, 2013.c</p> <p>BRASIL, Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. <i>Documento de Referência para o Prog. Programa Nacional de Segurança do Paciente.</i> Brasília: Ministério da Saúde. 2014.</p> <p>LIGNANI, Luiza Oliveira; VILLELA, Lenice de Castro Mendes. Estudo descritivo sobre a morbidade hospitalar por causas externas em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, 2008 – 2010. <i>Epidemiologia e serviços de saúde.</i> Brasília, v. 22, n. 2, p. 225 – 234, abr./jun. 2013</p> <p>JUNQUEIRA, Rozania Maria Pereira; DUARTE, Elisabeth Carmen. Fatores associados à chance para a mortalidade hospitalar no Distrito Federal. <i>Epidemiologia e serviços de saúde.</i> Brasília, v. 22, n. 1, p. 29 – 40, jan./mar. 2013.</p> <p>MARTINS, Maria Aparecida (Coord). <i>Manual de Infecção Hospitalar Epidemiologia, Prevenção e Controle.</i> 2. Ed. Rio de Janeiro: Medsi Editora Médica e Científica, 2001. p. 1116.</p>		

PERÍODO		
Nome do componente:	Enfermagem em Cuidados Intensivos	Classificação: optativo
Código: a definir	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): A definir: Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente):		
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 30/2; Prática:0/0; Total: 30/2		
<p>EMENTA</p> <p>Aborda o processo de trabalho da enfermagem no assistir-intervir à saúde do adulto e idoso em situações críticas de terapia intensiva. Discute o processo de tomada de decisão e raciocínio clínico frente ao paciente grave.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>ATENÇÃO de <i>Enfermagem ao Paciente Crítico</i>. João Pessoa, PB: Ideia, 2015. 365 p. v. 1.</p> <p>ATENÇÃO de <i>Enfermagem ao Paciente Crítico</i>. João Pessoa, PB: Ideia, 2016. 365 p. v. 2</p> <p>CHEREGATTI, Aline Laurenti ; AMORIM, Carolina Padrão . <i>Enfermagem em unidade de terapia intensiva</i>. 2ª ed. São Paulo: Martinari, 2011. 520 p.</p> <p>HUDDLESTON, Sandra Smith; FERGUSON, Sandra G. <i>Emergências Clínicas: Abordagens, Intervenções Autoavaliação</i>. 3. ed. Rio de Janeiro: LAB, 2006. p. 358. ISBN 85-2771160-8.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>ATUALIZAÇÃO terapêutica de Prado, Ramos e Valle: <i>urgências e emergências - 2014/15</i>. 2. ed. São Paulo: Artes Médicas, 2014. 773 p. il.</p> <p>DEIPENBROCK, Nancy H. <i>Cuidados Intensivos</i>. São Paulo: LAB, 2005. p. 419. ISBN 85-277-1020-X.</p> <p>MENNA BARRETO, Sérgio Saldanha; VIEIRA, Silvia Regina Rios; PINHEIRO, Cleovaldo Tadeu dos Santos. <i>Rotinas em terapia intensiva</i>. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001. 694 p. ISBN 85-7307-749-2,</p> <p>MORTON, Patricia Gonce et al. <i>Cuidados críticos de enfermagem: uma abordagem holística</i>. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. 1389 p. ISBN 9788527712675.</p> <p>SMELTZER, S. C.; Bare, B. G. <i>Brunner & Suddart tratado de enfermagem médico-cirúrgica</i>. 8 ed. RJ: Guanabara Koogan, 2008. .</p>		

PERÍODO		
Nome do componente:	Informações e Registros em Saúde e Enfermagem	Classificação: optativo
Código: a definir	Avaliado por: (X) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: (X) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): A definir: Bioestatística A definir: Epidemiologia Aplicada à Enfermagem		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente): 0805025-1: Informática e Enfermagem		
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 60/4; Prática:0/0; Total: 60/4		
<p>EMENTA Histórico das informações e registros em saúde. Informações e registros e saúde: conceitos e usos. Uso da informática, compreendida como o conjunto das ciências relacionadas à coleta, armazenamento, transmissão e processamento de informações em meios digitais na saúde e na enfermagem. Concepção e utilização da informática para a saúde e enfermagem. Uso da tecnologia da informação no processo de trabalho do enfermeiro. Aplicação das ferramentas da informação para o ensino, a pesquisa e a assistência em saúde e enfermagem. Os sistemas de informação em saúde (SIS) no Sistema Único de Saúde (SUS). A gestão de documentos nos serviços de saúde. Ética, informações e serviços de saúde.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA LÉVY, Pierre. <i>As Tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na era da informática</i> Rio de Janeiro, RJ: Editora 34, 2008. 204 p. (Coleção TRANS). FIELD, Andy. <i>Descobrendo a Estatística usando SPSS</i>. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 687 p. VELLOSO, Fernando de Castro. <i>Informática: Conceitos Básicos</i>. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 392 p..</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BRASIL. <i>SIAB: manual do sistema de informação de atenção básica / Secretaria de Assistência à Saúde</i>, Coordenação de Saúde da Comunidade. Brasília: Ministério da Saúde, 1998. FAVERET, A.C.S.C. <i>Prontuários de bases de dados: informação sistematizada para as contas de saúde do Brasil / organizadora: Ana Cecilia de Sá Campello Faveret</i>. – Brasília: Ipea, 2009. LEANDRO, Bianca Borges da Silva; REZENDE, Astolfo Vieira Souto; PINTO, José Mauro da Conceição. (orgs). <i>Informações e registros em saúde e seus usos no SUS</i>. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2020. 176 p. Coleção Fazer Saúde. MÁTTAR NETO, João Augusto. <i>Metodologia Científica na Era da Informática</i>. São Paulo, SP: Saraiva, 2003. p. 261. NOGUEIRA LP, Ferreira BA. A informática e sua aplicação na área de enfermagem. <i>Rev Enf UNISA</i>, v. 1, p. 114-117, 2000.</p>		

13.3 EMENTÁRIO DAS UNIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Nome do componente:	Unidade de Curricularização de Extensão I	Classificação: obrigatória
Código: A definir	Avaliado por: () Nota (X) Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio () Internato (X) UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): -		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente):		
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 15/2; Prática: 15/2; Total: 30/2		
<p>EMENTA</p> <p>Unidade Curricular de Extensão com ementa a ser definida no projeto ou programa de extensão a critério do docente proponente.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>A critério do docente proponente.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>A critério do docente proponente.</p>		

Nome do componente:	Unidade de Curricularização de Extensão II	Classificação: obrigatória
Código: A definir	Avaliado por: () Nota (X) Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio () Internato (X) UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): -		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente):		
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 15/1; Prática: 15/1; Total: 30/2		
<p>EMENTA</p> <p>Unidade Curricular de Extensão com ementa a ser definida no projeto ou programa de extensão a critério do docente proponente.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>A critério do docente proponente.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>A critério do docente proponente.</p>		

Nome do componente:	Unidade de Curricularização de Extensão III	Classificação: obrigatória
Código: A definir	Avaliado por: () Nota (X) Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio () Internato (X) UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): -		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente):		
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 15/1; Prática: 15/1; Total: 30/2		
<p>EMENTA</p> <p>Unidade Curricular de Extensão com ementa a ser definida no projeto ou programa de extensão a critério do docente proponente.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>A critério do docente proponente.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>A critério do docente proponente.</p>		

Nome do componente:	Unidade de Curricularização de Extensão IV	Classificação: obrigatória
Código: A definir	Avaliado por: () Nota (X) Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio () Internato (X) UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): -		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente):		
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 15/1; Prática: 15/1; Total: 30/2		
<p>EMENTA</p> <p>Unidade Curricular de Extensão com ementa a ser definida no projeto ou programa de extensão a critério do docente proponente.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>A critério do docente proponente.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>A critério do docente proponente.</p>		

Nome do componente:	Unidade de Curricularização de Extensão V	Classificação: obrigatória
Código: A definir	Avaliado por: () Nota (X) Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio () Internato (X) UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): -		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente):		
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 15/1; Prática: 45/3; Total: 60/4		
<p>EMENTA</p> <p>Unidade Curricular de Extensão com ementa a ser definida no projeto ou programa de extensão a critério do docente proponente.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>A critério do docente proponente.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>A critério do docente proponente.</p>		

Nome do componente:	Unidade de Curricularização de Extensão VI	Classificação: obrigatória
Código: A definir	Avaliado por: () Nota (X) Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio () Internato (X) UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): -		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente):		
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 15/1; Prática: 45/3; Total: 60/4		
<p>EMENTA</p> <p>Unidade Curricular de Extensão com ementa a ser definida no projeto ou programa de extensão a critério do docente proponente.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>A critério do docente proponente.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>A critério do docente proponente.</p>		

Nome do componente:	Unidade de Curricularização de Extensão VII	Classificação: obrigatória
Código: A definir	Avaliado por: () Nota (X) Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio () Internato (X) UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): -		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente):		
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 15/1; Prática: 45/3; Total: 60/4		
<p>EMENTA</p> <p>Unidade Curricular de Extensão com ementa a ser definida no projeto ou programa de extensão a critério do docente proponente.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>A critério do docente proponente.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>A critério do docente proponente.</p>		

Nome do componente:	Unidade de Curricularização de Extensão VIII	Classificação: obrigatória
Código: A definir	Avaliado por: () Nota (X) Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio () Internato (X) UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): -		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente):		
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 15/1; Prática: 45/3; Total: 60/4		
<p>EMENTA</p> <p>Unidade Curricular de Extensão com ementa a ser definida no projeto ou programa de extensão a critério do docente proponente.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>A critério do docente proponente.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>A critério do docente proponente.</p>		

Nome do componente:	Unidade de Curricularização de Extensão IX	Classificação: obrigatória
Código: A definir	Avaliado por: () Nota (X) Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio () Internato (X) UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): -		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente):		
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 15/1; Prática: 45/3; Total: 60/4		
<p>EMENTA</p> <p>Unidade Curricular de Extensão com ementa a ser definida no projeto ou programa de extensão a critério do docente proponente.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>A critério do docente proponente.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>A critério do docente proponente.</p>		

Nome do componente:	Unidade de Curricularização de Extensão X	Classificação: obrigatória
Código: A definir	Avaliado por: () Nota (X) Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio () Internato (X) UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): -		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente):		
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 15/1; Prática: 60/4; Total: 75/5		
<p>EMENTA</p> <p>Unidade Curricular de Extensão com ementa a ser definida no projeto ou programa de extensão a critério do docente proponente.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>A critério do docente proponente.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>A critério do docente proponente.</p>		

Nome do componente:	Unidade de Curricularização de Extensão XI	Classificação: obrigatória
Código: A definir	Avaliado por: () Nota (X) Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio () Internato (X) UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): -		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente):		
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 15/1; Prática: 60/4; Total: 75/5		
<p>EMENTA</p> <p>Unidade Curricular de Extensão com ementa a ser definida no projeto ou programa de extensão a critério do docente proponente.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>A critério do docente proponente.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>A critério do docente proponente.</p>		

Nome do componente:	Unidade de Curricularização de Extensão XII	Classificação: obrigatória
Código: A definir	Avaliado por: () Nota (X) Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio () Internato (X) UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): -		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente):		
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 15/1; Prática: 60/4; Total: 75/5		
<p>EMENTA</p> <p>Unidade Curricular de Extensão com ementa a ser definida no projeto ou programa de extensão a critério do docente proponente.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>A critério do docente proponente.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>A critério do docente proponente.</p>		

Nome do componente:	Unidade de Curricularização de Extensão XIII	Classificação: obrigatória
Código: A definir	Avaliado por: () Nota (X) Conceito	
Departamento de origem: Enfermagem	Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio () Internato (X) UCE	
Pré-requisito (código - Nome do componente): -		
Componentes Equivalentes (código - Nome do componente):		
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prática		
Carga horária/Crédito: Teórica 15/1; Prática: 60/4; Total: 75/5		
<p>EMENTA</p> <p>Unidade Curricular de Extensão com ementa a ser definida no projeto ou programa de extensão a critério do docente proponente.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>A critério do docente proponente.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>A critério do docente proponente.</p>		

14 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A Política de Avaliação do CEN/CAPF/UERN procura visualizar a formação de profissionais competentes, críticos e comprometidos com as necessidades sociais e de saúde da população. É um processo que redireciona os conteúdos do ensino, da pesquisa e da extensão, e que aponta a necessidade da produção de um conhecimento próprio, inovador, aderente às necessidades sociais. Compreendendo que o processo de formação se constitui em um dos instrumentos de transformação social, a política de avaliação busca valorizar o professor, nas suas condições de trabalho e na sua autonomia acadêmica, e aponta para a discussão do processo de trabalho docente em suas múltiplas determinações.

Esse processo requer a construção de postura crítica em face da realidade, na perspectiva da construção de um projeto que recupere a organização política dos trabalhadores e, no caso da enfermagem, construa novos marcos teóricos-metodológicos para o ensino e o trabalho em saúde/enfermagem. Apresenta, portanto, o desafio da construção de processos de avaliação que problematizem a prática concreta dos docentes e discentes, transformando o processo de avaliação em um processo formativo desenvolvendo as formas diagnóstica, somativa e formativa de modo processual, priorizando aspectos qualitativos, rompendo com a visão dicotômica e fragmentada dos conteúdos e processos pontuais que justificam uma nota.

Assim, o processo de avaliação do CEN/CAPF/UERN tem como eixo norteador o projeto pedagógico construído coletivamente que explicita os pressupostos definidos no perfil profissional, concepções filosóficas, teóricas e metodológicas que norteiam a formação do bacharel em enfermagem.

A Associação Brasileira de Enfermagem (ABEN), por intermédio da Diretoria de Educação (DE) vem discutindo a avaliação e tecendo considerações que o CEN/CAPF/UERN adota como critérios para a formulação de instrumentos e processos avaliativos condizentes com os princípios contidos nas DCNs e desenvolvidos no PPC do Curso de Graduação ora apresentado, tais como:

- A incorporação de uma visão crítica de currículo e de processo ensino-aprendizagem-avaliação. Tal perspectiva é mais coerente com as relações político-pedagógicas adotada pelo CEN/CAPF. Neste sentido, a realidade a ser transformada não pode ser algo do qual se “fala sobre” ou se “lê sobre”, mas a partir da qual se parte para compreendê-la, teorizá-la, comprometer-se com suas mudanças.
- A construção do SUS e as políticas sociais e de saúde devem ser parte significativa das referências teóricas e metodológicas nas quais se sustentam as bases políticas e pedagógicas do

curso proposto para a formação em saúde/enfermagem, e não apenas conteúdos disciplinares estanques, em uma ou outra disciplina.

- A utilização de diferentes enfoques, instrumentos e momentos para apropriação do processo ensino-aprendizagem “ofertado”, da atuação docente e das “instalações” realmente existentes, condizentes com o estímulo às mudanças pedagógicas e a construção de perfis profissionais críticos, reflexivos, competentes em termos técnicos, científicos, éticos e políticos.
- A superação da visão dicotomizada da relação teoria-prática, implícita nos indicadores, apontando para uma integração ao longo do curso, sem, contudo, subestimar os momentos de Estágio Supervisionado como construtores da autonomia intelectual e ético-profissional.

O CEN/CAPF considera que a avaliação se constitui como processo formativo de competências, habilidades e atitudes, e não como momento de atribuição de conceitos que reduzem o processo apenas ao estabelecimento de parâmetros numéricos. Nesse caso, a avaliação é do processo e resultados das ações, atitudes, aprendizagem e desempenho. Não se constitui etapa posterior ao processo, mas inerente a este. Aponta para a necessidade de ser realizada por todos os atores envolvidos, ou seja, docentes, discentes e enfermeiros dos serviços. Dessa forma, não pode se limitar ao preenchimento de fichas ou outros instrumentos previamente elaborados. Constitui-se numa etapa do processo ensinar/aprender, bem como do processo de produção dos serviços de saúde, onde cada cenário construirá instrumentos que deem conta da especificidade desse processo.

Portanto, têm-se como foco analisar as competências e habilidades almeçadas por cada componente curricular, com vistas a formação de profissionais competentes, críticos, reflexivos e comprometidos com as necessidades sociais da população.

Os componentes curriculares que compõem a Matriz Curricular visam o alcance de variadas habilidades e competências. Assim, a articulação das diversas formas de avaliação permitirá a melhor valoração do aprendizado. No CEN/CAPF são empregadas avaliações de natureza formativa, diagnóstica e somativa.

A **avaliação diagnóstica** permite ao educador diagnosticar potencialidades e fragilidades do discente, fomentando seu processo de ensino-aprendizagem. A referida forma de avaliação ganha espaço também em momentos de discussão, avaliação da prática docente e planejamento, como: seminários interdisciplinares e semanas de planejamento pedagógico.

A **avaliação somativa** realiza o balanço somatório de um trabalho de formação, a fim de avaliar conteúdos aprendidos pelo aluno e os procedimentos e atitudes relativos ao uso desses, dentro de um contexto significativo. Dessa forma, competências e habilidades pré-

determinadas nos componentes curriculares podem ser avaliadas por meio somativo, associado à avaliação formativa, a qual permeará todo o processo ensino-aprendizagem.

A **avaliação formativa** configura-se na melhor caracterização da sistemática da avaliação do processo ensino-aprendizagem no decorrer do curso. Essa forma de avaliar consiste na adequação das atividades desenvolvidas na prática, com a construção das competências desejadas pelos estudantes e professores, o qual centra-se especificamente no processo ensino-aprendizagem.

Assim, é capaz de avaliar a aprendizagem de conceitos, procedimentos, competências, habilidades e atitudes, de forma processual e sistemática. Nesse caso, a avaliação é do processo e resultados das ações, atitudes, aprendizagem e desempenho. Ademais, aponta para a necessidade de ser realizada por todos os atores envolvidos, ou seja, professores, estudantes e profissionais dos cenários de aprendizagem.

Valores que contemplam o processo formativo, como ética, relação interpessoal e respeito às diferenças, são fundamentais e sua abordagem requer a participação ativa do aluno no processo ensino-aprendizagem. Dessa forma, esses serão mensurados por meio de estratégias de auto avaliação e reflexão sobre o aprendido.

Frente às distintas naturezas de avaliação da aprendizagem empregadas no curso, abre-se um leque de estratégias avaliativas adotadas ao longo da formação, que contempla cada tipo de avaliação elencada.

No leque de métodos, apontamos: seminários, intervenções na comunidade, nos serviços de saúde e de educação, avaliações escritas, estudo dirigido, relatos de experiência, relatórios e trabalhos escritos individuais e em grupo, entrevistas, Team Based Learning (TBL) e Exame Estruturado de Habilidades Cínicas (OSCE).

Dessa forma, as estratégias de avaliação adotadas apresentam critérios definidos que permitem a avaliação da aprendizagem na aquisição de competências e habilidades para a formação do enfermeiro.

A avaliação do ensino-aprendizagem ocorre conforme o Regimento Geral da UERN (CONSUNI/UERN), Título II, Capítulo I, Sessão VI que trata “Da Avaliação de Rendimento Escolar” (Art. 101 a 113)⁷.

⁷ Regimento Geral da UERN, aprovado pela Portaria Ministerial N.º 874, de 17 de junho de 1993, com alterações introduzidas pela Resolução nº 11/93-CONSUNI, de 12 de novembro de 1993 e pela Resolução N.º 006/2002-CONSUNI, de 5 de julho de 2002, acrescidas com as necessárias correções gramaticais. Disponível em [https://www.uern.br/controldepaginas/uern-regimento/arquivos/1828regimento_geral_da_uern\[2\].pdf](https://www.uern.br/controldepaginas/uern-regimento/arquivos/1828regimento_geral_da_uern[2].pdf)

Objetivando mediar o aprendizado do aluno, concebendo-o como responsável e participante desse processo, cada componente curricular efetuará o processo de avaliação de forma contínua. Tendo em vista tratar-se de uma avaliação (re)orientadora e (re)dimensionadora de possibilidades, faz-se necessário que o docente se disponibilize a auxiliar o discente na tomada de consciência dos seus avanços e dificuldades, buscando juntos alternativas para o seu crescimento na disciplina ou no curso, pois a avaliação se efetiva nas relações dinâmicas e progressivas do aprendizado, na compreensão e tratamento dados aos conteúdos, na metodologia adotada e na incorporação/recriação do conhecimento pelo aluno.

Outro instrumento que compõe o processo de avaliação é a Ficha de Observação Docente⁸ idealizada pela Diretoria de Políticas e Ações Inclusivas (DAIN), a fim de que discentes com necessidades educacionais especiais sejam identificados e acompanhados.

A avaliação se efetiva em termos de acompanhamento permanente do processo de construção do pensamento do aluno, como desenvolvimento da aprendizagem e não como aquisição de informações. Esta tendência aponta para a avaliação como ação reflexiva, desafiando o discente a refletir sobre o não apreendido e os fatores que condicionaram essa situação, para que possa, a partir da reflexão, reformular seus conceitos e ações sobre aprendizagem.

É necessário, para tanto, a tomada de consciência do docente justamente sobre o caráter subjetivo da avaliação, que não significa a ausência de rigor científico ou a falta de objetividade nos métodos e instrumentos de acompanhamento do desempenho dos alunos, mas o resgate da sensibilidade inerente ao processo de aprendizado.

Por fim, a avaliação da aprendizagem do CEN/CAPF/UERN destaca que a verificação da aprendizagem deve ser realizada ao final de cada período, individualmente, e por disciplina, abrangendo tanto a assiduidade do aluno, sendo exigida uma frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) nas aulas, assim como, o aproveitamento acadêmico. Este, aliás, diz respeito a aquisição, pelo aluno, de conhecimentos previstos no Programa Geral do Componente Curricular (PGCC).

Para cada componente curricular (disciplinas) são realizadas 03 (três) avaliações parciais, no decorrer do período letivo, em intervalos previamente programados, podendo materializar-se através de trabalhos teóricos e/ou práticos, realizados individualmente e/ou em

⁸ Ficha de Observação Docente DAIN/UERN, disponível em http://www.uern.br/controldepaginas/download/arquivos/2186ficha_de_observaa%C2%A7a%C2%A3o_docente.pdf

grupos. Em componentes curriculares com CH de 30 horas serão realizadas 02 (duas) avaliações parciais.

O Art.106, do Regimento Geral da UERN, considera o aluno aprovado por média, na disciplina, aquele que obtenha média ponderada nas 3 (três) avaliações parciais, iguais ou superior a 7,0 (sete), calculada segundo a fórmula seguinte:

$$\mathbf{MP = \frac{(A1 \times 4) + (A2 \times 5) + (A3 \times 6)}{15}}$$

Na fórmula do *caput* deste artigo, MP é média parcial, A1 é nota da primeira avaliação, A2 é nota da segunda avaliação, A3 é nota da terceira avaliação.

Para disciplinas com 2 créditos aplicar-se-á a seguinte fórmula:

$$\mathbf{MP = \frac{(A1 \times 4) + (A2 \times 5)}{9}}$$

Onde A1 é nota da primeira avaliação e A2 é nota da segunda avaliação.

O Art. 107, do Regimento Geral da UERN, explicita que o aluno, cuja média parcial (MP) calculada for igual ou superior a 4,0 (quatro) e menor que 7,0 (sete), deve prestar exame final (EF), constituído de prova escrita individual abrangendo todo o programa da disciplina ministrada, sendo o seu resultado expresso segundo o que dispõe o artigo 104. No exame final o aluno deverá obter para aprovação na disciplina a média mínima de 6,0 (seis), calculada aplicando-se a seguinte fórmula:

$$\mathbf{MF = \frac{MP \times EF}{2}}$$

É reprovado na disciplina o aluno que: I – Obtenha média parcial (MP) menor que 4,0 (quatro) ou menor que 6,0 (seis) após o exame final (EF). II – Deixar de comparecer a mais de 25% (vinte e cinco por cento) do total de aulas ministradas por disciplina, durante cada período letivo, vedado abono de faltas e observados os casos previstos em lei.

15 POLÍTICAS DE GESTÃO, AVALIAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO

15.1 POLITICA DE GESTÃO

A Universidade desempenha um importante papel no cenário socioeconômico, político, cultural e tecnológico no mundo moderno. É uma instituição que constrói conhecimento baseado em dados produzidos no cotidiano da vida social e apreendidos em sua dinamicidade, pelo exercício criativo da investigação, em relação permanente com as demandas concretas de cada época. No cumprimento deste desafio as Universidades se organizam com o princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, com a garantia da autonomia do próprio saber humano.

Neste contexto, é importante ressaltar os artigos 205, 206 e 207 da Constituição Brasileira de 1988, que garantem o acesso à educação pública e de qualidade, a liberdade de ensinar e aprender, o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, bem como a autonomia (BRASIL, 1988).

Além do ensino, da pesquisa e da extensão, soma-se uma quarta dimensão: a gestão administrativa que, embora presente nas diversas esferas da estrutura organizacional, somente nas últimas décadas começa a se profissionalizar no ambiente acadêmico da UERN.

O termo gestão universitária significa o gerenciamento das atividades por meio da organização institucional. Para referir-se às funções administrativas exercidas em áreas afins, observamos na prática, três níveis da administração. No primeiro nível, temos a administração superior em que se enquadram o Conselho Superior Universitário, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, o Conselho Curador e o Conselho Diretor, responsáveis pelas deliberações das diretrizes gerais e controle social das atividades fins e meios do sistema universitário. Integram, também, a Administração Superior o(a) Reitor(a), o(a) Vice-Reitor(a) e os(as) Pró-Reitores(as).

O segundo nível, chamado de administração acadêmica, abrange as atividades relativas às unidades acadêmicas, compostas por direção de faculdades, escolas ou institutos e chefia de departamentos.

Um terceiro nível de participação na gestão administrativa se concretiza nos momentos de discussão coletiva, nas quais o corpo docente, técnico-administrativo e o segmento discente deliberam sobre questões acadêmicas e administrativas nas Unidades e departamentos. Dentre os três níveis, a Unidade Acadêmica se apresenta com maior evidência.

No nível da administração acadêmica, merecem ênfase o planejamento e implementações de ações organizacionais, referentes ao funcionamento dos cursos (organização, recursos humanos, estrutura física, equipamentos, insumos e espaços acadêmicos no campus e na comunidade/serviços); e as questões acadêmicas propriamente ditas, voltadas para o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e a materialização dos aspectos previstos na sua execução, desde o planejamento à realização das ações de ensino, pesquisa e extensão. Para possibilitar a execução desta política de Gestão na Unidade, temos um trabalho coletivo, executado junto à Gestão do Campus e a Gestão Central, ambas com seus mais diversos setores administrativos.

Internamente, na Unidade/Curso, destacamos outras esferas e organizações envolvidas na sua gestão, com foco mais acadêmico, a saber: O Núcleo Docente Estruturante (NDE) que atende a Resolução n.º 59/2013 - CONSEPE⁹, a qual criou e regulamentou o NDE dos Cursos de Graduação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). De acordo com o Artigo 2º, este constitui-se de uma comissão permanente, de caráter propositivo, consultivo e executivo, dos cursos de graduação, vinculado aos Departamentos Acadêmicos, que se ocupa da concepção do curso e de sua consolidação, desenvolvendo suas atividades de modo articulado com as entidades representativas e deliberativas de professores e alunos da UERN, considerando as demandas sociais loco-regionais, as diretrizes curriculares nacionais e a missão da Universidade. É composto por docentes do Curso, sendo responsável, primordialmente, pela análise e atualização do PPC e direcionamento das discussões acerca deste, junto ao corpo docente.

O Colegiado do Curso, espaço deliberativo da Unidade Acadêmica, composto por todos os docentes do curso, com representação de até 1/5 de técnicos-administrativos e de 1/5 dos discentes, conforme Regimento Geral da UERN (RGU). Considera-se a esfera de gestão coletiva do curso, deliberando sobre questões acadêmicas, elegendo coordenação e demais representantes de comissões, elaborando propostas pedagógicas, avaliando ações de ensino, pesquisa e extensão, promovendo planejamento geral das ações do curso, assim como legitimando as mais diversas pautas inerentes às questões específicas da graduação.

No que diz respeito às questões de interesse do corpo discente tem-se o Centro Acadêmico (CA) constitui-se no espaço de organização e deliberações de questões envolvendo

⁹ Resolução n.º 59/2013 – CONSEPE. Disponível em http://www.uern.br/controladepaginas/documentos-legislacao-ensino/arquivos/0065resolua%C2%A7a%C2%A3o_59_2013_consepe_cria_e_regulamenta_o_nucleo_docente_e_struturante_nde_dos_cursos_de_gradua%C2%A7a%C2%A3o_da_universidade_do_estado_do_rio_grande_do_norte_uern.pdf

os discentes. Tem autonomia para escolher seus representantes e atua com enfoque organizativo e de luta pelos interesses do corpo discente.

Entende-se, ainda, que não somente esses órgãos colegiados fazem parte da gestão, mas as coordenações no processo de ensino também fazem parte de um modelo de gestão participativo e transformador. Assim, vale destacar:

A Coordenação de Estágio, a qual gerencia o planejamento e avaliação das atividades acadêmicas de campo, em espaços como Unidades Básicas de Saúde, Unidades Hospitalares e outros cenários de prática na comunidade em geral. Promove o planejamento e avaliação destas atividades junto aos docentes supervisores e articula a parceria com os serviços e os trabalhadores copartícipes de sua realização.

A Coordenação de Monografia, a qual estrutura e planeja o processo de pesquisa no curso durante todo o processo de ensino nos componentes curriculares que viabilizam o processo investigar e o estudo da metodologia científica, culminando com o acompanhamento da produção e defesa do TCC, por ocasião da oferta do componente “Seminário de Defesa de Monografia”.

A Coordenação dos Laboratórios de Ensino (LABSemio e LABMorfo), responsável pela organização e estruturação necessárias à manutenção e funcionamento dos laboratórios de morfologia e anatomia e de Semiologia e Semiotécnica do curso.

A Orientação Acadêmica, que desempenha o papel fundamental de ligação entre as demandas dos alunos e a coordenação do curso. Acompanha o desenvolvimento e as dificuldades dos alunos, individualmente ou por turmas, a fim de proporcionar maior desempenho nas atividades acadêmicas, para isso se utiliza da FOA (Ferramenta de Orientação Acadêmica).

15.1.1 Princípios norteadores da Política de Gestão

A política de gestão atende a um leque de normas institucionais que seguem um criterioso processo de discussão e aprovação em instâncias colegiadas. Com apoio neste conhecimento estrutural e organizacional e de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UERN, Resolução n.º 34/2016-CONSUNI¹⁰ (UERN, 2016).

¹⁰ Plano Diretor Institucional (PDI) UERN (2016 a 2026), disponível em http://www.uern.br/controladepaginas/documentos-pdi/arquivos/0062resolu%C2%A7a%C2%A3o_34_2016_consuni_aprova_o_pdi.pdf

Para materialização desses princípios, a gestão do CEN/CAPF se pauta na concretização de espaços de democracia amplos que possibilitem a construção e avaliação coletiva permanente de suas ações e garantam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, definimos os seguintes princípios:

- 1) **Planejamento coletivo:** as ações administrativas pautam-se no atendimento às demandas do ensino, da pesquisa e da extensão, materializadas no Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem e no PDI/UERN, que se constituem como produto de momentos coletivos de debates sobre a operacionalização das atividades pertinentes ao processo de formação profissional.
- 2) **Reconhecimento dos atores sócio-institucionais:** a política de gestão administrativa enfatiza a visibilidade e afirmação permanente de todos os segmentos envolvidos no processo de formação profissional do curso. A coordenação tem como diretriz a gestão coletiva, descentralizada e democrática com amplos espaços de deliberações, em que todos os segmentos são partes integrantes dos processos decisórios e dos encaminhamentos decorrentes desse cenário.
- 3) **Dimensão Ético-Política:** Esta dimensão deve perpassar todas as ações acadêmico-administrativas, por meio do compromisso e responsabilidade dos (as) dirigentes e atores sócio-institucionais, além do respeito à pluralidade nas relações. No CEN/CAPF este princípio se traduz na operacionalização das ações acadêmicas e administrativas.
- 4) **Avaliação Permanente:** processo contínuo e sistemático de descrição, análise e avaliação das atividades acadêmicas e administrativas desenvolvidas pelos (as) docentes e técnicos-administrativos. É um instrumento acadêmico e gerencial que permite analisar objetivos, metas e mensurar resultados, mediante critérios objetivos e subjetivos, decorrentes da operacionalização do projeto de formação profissional e do plano de desenvolvimento institucional.

15.2 POLITICAS DE AVALIAÇÃO

15.2.1 Avaliação interna do curso

O sistema de avaliação do CEN/CAPF, através da implantação do PPC, deverá estar sintonizado com as necessidades sociais e de saúde da população, da construção do SUS, como política pública para consecução do direito à saúde, entendido como direito de cidadania, a

produção de conhecimentos técnicos e científicos no campo da enfermagem relevantes para a transformação da realidade de saúde, em seus diferentes níveis assistenciais.

Inicialmente, será construído o projeto de acompanhamento e avaliação do PPC enfatizando a valorização da formação pedagógica do docente, para que a sua prática supere a de um técnico que ensina. Esta pode ser possibilitada por indicadores que captem as concepções e práticas mobilizadas por ele, sua visão de aluno, de educação, de aprendizagem, método e metodologias, além das bases conceituais estruturantes do campo específico como: conceito de saúde, enfermagem, trabalho, política, sociedade, produção do processo saúde-doença”.

Esse projeto prevê e executa atividades de autoavaliação, realizadas através de seminários interdisciplinares no início do semestre letivo, avaliação dos componentes curriculares pelos docentes, discentes, Coordenação do Curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE), entre outras. Os Seminários Interdisciplinares vêm se constituindo como espaços de avaliação do processo de construção coletiva do Projeto Pedagógico do CEN/CAPF e de avaliação da formação, possibilitando ainda a avaliação institucional e do processo ensinar/aprender.

O sistema eletrônico de Avaliação Institucional Interna (AAI) foi implantado no ano de 2012, desde então, tem se realizado, semestralmente, a avaliação dos componentes curriculares, dos docentes, discentes e da infraestrutura do curso por todos os atores, através do Portal do Docente e do Discente (UERN, 2021).

O Curso realiza uma Avaliação Institucional Interna (AAI), cujo objetivo é promover a autoavaliação e a visibilidade de todos os segmentos da UERN tendo em vista a melhoria e o alcance dos objetivos institucionais, através da Comissão Própria de Avaliação (CPA/UERN) (UERN, 2021).

Esta comissão organiza seu processo de avaliação institucional considerando cinco eixos de avaliação estabelecidos no Instrumento de Avaliação Institucional Externa (IAIE) para os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica, modalidade presencial do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a saber:

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional;

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional;

Eixo 3: Políticas Acadêmicas;

Eixo 4: Políticas de Gestão e

Eixo 5: Infraestrutura Física.

A CPA/UERN realiza seu processo de autoavaliação em três etapas, sendo a primeira, a “Preparação”, onde ocorre a constituição da CPA, o planejamento e a sensibilização; a segunda, o “Desenvolvimento” de todo o processo de avaliação institucional da UERN e, por último, a etapa de “Consolidação”, momento em que ocorre o encerramento e discussão das atividades desenvolvidas junto à gestão da instituição (UERN, 2021).

Para subsidiar todo o processo de avaliação institucional, realizado pela Assessoria de Avaliação Institucional (AAI), em parceria com a Comissão Permanente de Avaliação (CPA), são utilizados os seguintes instrumentos:

- a) **Questionários online:** Onde são colhidas as opiniões de docentes e discentes, através do Portal do Professor e do Portal do Aluno, respectivamente, sobre os seguintes aspectos: Autoavaliação docente e autoavaliação discente; Avaliação da atividade didático-pedagógica do professor; Avaliação dos componentes curriculares e Avaliação da Infraestrutura.
- b) **Avaliação in loco da Comissão Própria de Avaliação:** onde a CPA realiza visitas a todos os cursos, reunião com docentes e discentes, analisa a infraestrutura disponibilizada para o funcionamento do curso, para constar no Relatório de Avaliação Interna.
- c) **Relatório de Avaliação Interna:** a Comissão Setorial de Avaliação (COSE) de cada curso recebe os dados da avaliação online, faz a análise dos dados obtidos de acordo com o modelo de relatório enviado pela Assessoria de Avaliação Institucional (AAI), além de fazer todo o diagnóstico do curso, com dados de sua estrutura normativa, recursos físicos e humanos. Esse relatório, também, é contemplado com os dados da avaliação in loco da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e apresenta em seu último tópico os comentários e recomendações relacionados à situação do curso analisado.

Para possibilitar a efetivação da avaliação institucional na UERN, além da CPA, têm-se as Comissões Setoriais de Avaliação (COSE), que são formadas em cada curso ofertado pela UERN com o objetivo de realizar o processo de avaliação interna em seu curso. Compete a COSE/CEN/CAPF/UERN:

- Sensibilizar a comunidade acadêmica do respectivo órgão para os processos de avaliação institucional;
- Desenvolver o processo de autoavaliação no órgão, conforme o projeto de autoavaliação da Universidade e orientações da Comissão Própria de Avaliação - CPA/UERN;
- Organizar reuniões sistemáticas para desenvolver suas atividades;
- Sistematizar e prestar as informações solicitadas pela Comissão Própria de Avaliação - CPA/UERN;

- Apresentar a CPA/UERN relatório das atividades realizadas, conforme modelo procedente da CPA/UERN, ao fim de cada semestre letivo;

A COSE/Enfermagem, atualmente, é constituída pela Profa. Janieiry Lima de Araújo (Coordenadora), Francisca Adriana Barreto (Representante Docente), João Bezerra de Queiroz Neto (Representante Técnico) e Izael Gomes da Silva (Representante Discente).

Outros sistemas de Avaliação Interna utilizados são: reuniões do NDE; reuniões da congregação departamental; reuniões da Coordenação do Curso com representantes de cada período e do Diretório Acadêmico; reuniões com coordenadores dos componentes curriculares, entre outros.

15.2.2 Avaliação externa do curso

De acordo com a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007¹¹, Art. 33-B, são indicadores de qualidade, calculados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), com base nos resultados do Exame Nacional de Curso (ENADE) e demais insumos constantes das bases de dados do Ministério da Educação (MEC), o Conceito Preliminar de Curso (CPC), instituído pela Portaria Normativa nº 4, de 05 de agosto de 2008¹²; o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), instituído pela Portaria Normativa nº 12, de 05 de setembro de 2008¹³; e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

O CPC é um indicador de qualidade que avalia os cursos superiores. É calculado no ano seguinte ao da realização do ENADE de cada área, com base na avaliação de desempenho de estudantes, corpo docente, infraestrutura, recursos didático-pedagógicos e demais insumos, conforme orientação técnica aprovada pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

O IGC é um indicador de qualidade que avalia as instituições de educação superior, cujo conceito de ciclo avaliativo definido no Art. 33 da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007⁹, que compreende a realização periódica de avaliação de instituições e cursos

¹¹ Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 (INEP). Disponível em https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/legislacao/2007/portaria_40_12122007.pdf

¹² Portaria Normativa nº 4, de 05 de agosto de 2008 (MEC). Disponível em https://download.inep.gov.br/download/superior/condicoesdeensino/Portaria_N_4_de_5_de_agosto_2008.pdf

¹³ Portaria Normativa nº 12, de 05 de setembro de 2008 (MEC). Disponível em https://download.inep.gov.br/download/condicoes_ensino/2008/PORTARIA_NORMATIVA_12.pdf

superiores, com referência nas avaliações trienais de desempenho de estudantes, as quais subsidiam, respectivamente, os atos de credenciamento e de renovação de reconhecimento.

O ENADE é um indicador de qualidade que avalia o desempenho dos estudantes-concluintes participantes do exame. Sendo que o cálculo é realizado por unidade de observação, na qual consiste no conjunto de cursos que compõe uma área de enquadramento específica do ENADE de uma Instituição de Educação Superior (IES), em um determinado município.

No ano de 2019, a avaliação dos Indicadores de Qualidade do Ensino Superior, cuja prova fora realizada por 19 concluintes do Curso de Enfermagem/CAPF, os quais obtiveram escore de 3,5707 no Indicador de Diferença entre Desempenhos (IDD contínuo). Em relação ao ICG, o curso obteve escore de 3,8185 (ENADE contínuo) e no CPC contínuo a pontuação de 3,329 (INEP, 2019).

O Quadro 43, apresenta a evolução do Curso considerando os indicadores de qualidade do ensino superior obtidos via ENADE.

Quadro 43: Evolução do ENADE do CEN/CAPF/UERN (2013 a 2019)

Ano do ENADE	Conceito	Faixa	Classificação Estadual	Classificação UERN Cursos de Enfermagem
2013	ENADE contínuo 2,6728	3	-	-
2016	IDD contínuo 3,2557	4	2°	1°
	CPC contínuo 2,8630	3	2°	1°
2019	IDD contínuo 3,5707	4	2°	1°
	CPC contínuo 3,329	4	2°	1°

A Avaliação Externa (AE) dos Cursos de Graduação em Enfermagem, da UERN, dá-se através do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Norte (CEE/RN), responsável pela emissão dos atos de reconhecimento e renovação de reconhecimento de seus cursos superiores, declarando a permissão e regularidade de funcionamento do mesmo. Este processo de avaliação é regulamentado pela Resolução CEE/RN nº 01/2014, de 12 de março de 2014 e pela resolução CEE/CES/RN nº 01/2012, de 01 de agosto de 2012.

A última avaliação de renovação de reconhecimento do CEN/CAPF, junto ao CEE/RN, se deu em outubro de 2015, a qual consta no Parecer nº 02/2016 CES/CEE/RN, com aprovação em 17 de fevereiro de 2016. Esta avaliação se deu nas dimensões didático-pedagógicas, corpo docente e infraestrutura. A partir desta avaliação, o CEN/CAPF obteve a renovação de

reconhecimento do curso por quatro anos, por meio do Decreto n° 25.903, de 29 de fevereiro de 2016. O CEN/CAPF obteve média final de Avaliação 4, conforme consta no Quadro 44:

Quadro 44: Avaliação do CEN/CAPF/UERN, segundo dimensões do INEP, por ocasião do ENADE 2015.

Dimensões	Nota
Organização didático-pedagógica	5
Corpo docente	5
Infraestrutura	4
MÉDIA FINAL	4,33 (4)

Fonte: CEE/RN

É válido salientar que, a aprovação em questão, foi renovada em virtude da Pandemia da COVID-19, decretada em 11 de março de 2020, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), o que inviabilizou a realização do processo de renovação do Curso junto ao CEE/RN, de modo presencial e conforme planejado, o que estava previsto para o segundo trimestre do ano de 2020. Assim, mediante o Decreto n° 29.794, de 16 de junho de 2020 (DOE/RN n° 14.689), deu-se a renovação do reconhecimento do Curso de Enfermagem (CAPF/UERN), por igual período de 4 anos, conforme Decreto n° 25.903, de 29 de fevereiro de 2016.

15.3 POLITICA DE PESQUISA

Nos últimos anos a ciência brasileira vive um intenso debate acadêmico-social face aos recorrentes cortes orçamentários impostos, principalmente, a partir dos anos de 2014. Tal panorama preocupa a comunidade científica nacional e internacional, visto que o Brasil vinha a partir dos anos 2000, em curva ascendente, em relação aos investimentos na formação, produção e divulgação de conhecimento nas diferentes áreas. A política de austeridade impõe dificuldades aos pesquisadores, aos programas de pós-graduação, as universidades e institutos de pesquisa e a manutenção da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) (GUIMARÃES et al, 2019; VIEIRA-DA-SILVA, SILVA, ESPIRIDIDÃO, 2017; ERDMANN, 2008; GUIMARÃES, 2004 CHAIMOVICH, 2000).

Ao traçar a política de pesquisa deste PPC, se faz necessário considerar o contexto político, econômico, ideológico que orientam os caminhos a serem percorridos em relação a produção de CTI, considerando os desafios e prioridades do campo das ciências da saúde, em especial, da ciência da enfermagem (GUIMARÃES et al, 2019; ERDMANN, 2008).

O PPC de Enfermagem CAPF/UERN contempla atividades diversificadas que visam introduzir o estudante no processo de trabalho investigar do enfermeiro, tais como: a) Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); b) Participação em Projetos de Pesquisa Institucionalizados; c) Participação em Projetos de Iniciação Científica (PIBIC); d) Participação em Grupos de Pesquisas (GIPES e GRUPESCES); e) Incentivo à publicação e divulgação científica.

Essas atividades, bem como a integralização dos componentes curriculares específicos ao processo investigar, possibilitam o ensino dos conteúdos necessários para fomentar a produção de conhecimento em saúde/enfermagem, fundamentais para a formação da mentalidade científica no estudante de enfermagem.

A Política de Pesquisa do CEN/CAPF/UERN, compreende a pesquisa como processo de produção de conhecimento científico, tecnologia e inovação, com reflexo na produção dos serviços de saúde/enfermagem. Desse modo, desafios são colocados para os atores envolvidos com o ensino, no sentido de conformar o processo investigar, como parte indissociável do processo de trabalho do enfermeiro (EGRY, 2017; PAIM et al, 2010).

O ato de pesquisar, portanto, promove a disseminação da produção científica na saúde e na enfermagem, no âmbito nacional e regional, com interlocução internacional. Durante a formação do enfermeiro, as atividades pedagógicas ligadas ao ensino, à pesquisa e à extensão possibilitam o desenvolvimento da mentalidade investigativa no estudante, esta alimentada pela curiosidade e responsabilidade com o estudo e a produção de novos saberes/fazer, elementos constituintes das bases filosóficas, teóricas, epistemológicas e práticas da educação e do trabalho em saúde/enfermagem (EGRY, 2017; PAIM et al, 2010).

Em se tratando da pesquisa, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Enfermagem (DCNs), tem a investigação como eixo norteador da produção de enfermeiros comprometidos com um novo pensar/fazer da saúde/enfermagem. E, em vários momentos, refere-se ao processo de produção de conhecimento como espaço que busca fortalecer a articulação da teoria-prática, valorizando a pesquisa individual na perspectiva de integração do ensino, pesquisa e extensão. Coloca como exigência a elaboração de um trabalho de conclusão de curso sob a orientação docente (BRASIL, 2001).

Desse modo, a pesquisa ensinada/aprendida na graduação é parte inerente do desafio nacional de transformar as DCNs em projetos pedagógicos de formação, que tenham a investigação como eixo norteador (BRASIL, 2001).

A pesquisa é concebida como processo de produção do conhecimento, tecnologia e inovação necessários para a elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de

Enfermagem, com reflexo na produção dos serviços de saúde. Neste processo, desafios são colocados para serem superados, no sentido de conformar a investigação, ou seja, o processo investigar, como parte indissociável do processo de trabalho do enfermeiro (ERDMANN, 2008; SANNA, 2007).

É com este horizonte que o CEN/CAPF, através de um processo pedagógico coletivo de construção de conhecimento, vem procurando responder às questões que são desafios para a enfermagem brasileira:

- a) Como consolidar o processo investigar na formação do enfermeiro ainda na graduação?
- b) Qual conhecimento é imprescindível na pesquisa para dar sustentação ao projeto pedagógico do curso e que podem ser trabalhados pelos alunos/professores durante a formação?
- c) Como conformar e consolidar as linhas de pesquisa, tendo como eixo as necessidades da produção de conhecimento na saúde/enfermagem, para a qualificação dos serviços de saúde/enfermagem e dos processos ensinar/aprender do enfermeiro?
- d) Como desenvolver no aluno a postura de questionador, de curioso, de pesquisador, na busca de novos conhecimentos para resoluções de problemas relativos ao processo de trabalho do enfermeiro e dos serviços de saúde?
- e) Como tornar prazeroso e desafiador o processo investigar?
- f) Como desenvolver a concepção de que a pesquisa não se constitui apenas em técnicas e métodos de elaboração de trabalhos de conclusão de curso, mas num espaço criativo, de autonomia sobre o aprendizado e a produção de conhecimento?
- g) Como transformar professor em pesquisador e pesquisador em professor?
- h) Como desenvolver, no aluno, a preocupação/responsabilidade com a produção de conhecimentos, tecnologias e inovação em saúde/enfermagem, a fim de construir a autonomia intelectual em fase de iniciação científica?

Egry (2018; 2017; 1996) e Erdmann (2008) colocam que os enfrentamentos dos desafios da produção do conhecimento, conseqüentemente, impactam na qualificação das práticas do trabalho da saúde/enfermagem. Assim, é necessário que precocemente os estudantes sejam inseridos no mundo da filosofia, da ciência e da pesquisa. Ao adentrar neste mundo, o processo investigar será desmistificado, visto que o aprendizado ocorrerá naturalmente via processo pedagógico.

Ensinar a pesquisar, portanto, promoverá a disseminação da produção científica na saúde e na enfermagem, tanto no âmbito nacional, quanto na interlocução internacional. De modo que, durante a formação em enfermagem, as atividades universitárias ligadas ao ensino,

à pesquisa e a extensão possibilitam o desenvolvimento da mentalidade investigativa no estudante, esta alimentada pela curiosidade e pela responsabilidade com o estudo e a produção de novos saberes/fazer, elementos constituintes das bases filosóficas, teóricas, epistemológicas e práticas da Educação e do Trabalho em Saúde/Enfermagem (PAIM et al, 2010).

O processo investigar é parte inerente do processo de trabalho da enfermagem e ultrapassa a mera reprodução dos conhecimentos adquiridos ainda na Universidade. Esse processo é articulado com os demais processos (assistir/intervir, gerenciar, ensinar/aprender), e sua incorporação na prática rompe com a concepção fragmentada entre o pensar e o fazer da enfermagem e da sociedade (PAIM et al, 2010; SANNA, 2007; BRASIL, 2001).

Carvalho (2012) coloca que a pesquisa não é possível sem considerar as aspirações e desejos urgentes em aprender sobre a realidade para intervir na resolução dos problemas encontrados. Para que o processo investigar se materialize necessita-se que a formação em enfermagem, dê uma maior atenção para os princípios fundamentais da ciência: o controle prático da natureza; a sistemática objetiva; e o método de pesquisa. De modo que, um novo espírito científico, que contemple novas interações do saber, possa ser ensinado/aprendido pelo estudante de enfermagem.

O CEN/CAPF/UERN compreende o processo investigar como inerente ao trabalho do enfermeiro, articulado aos demais processos de trabalho, ultrapassando a reprodução do conhecimento transmitido na Universidade. Esta se constitui num espaço privilegiado de produção da força de trabalho, de produção e socialização de conhecimentos. Assim, no processo formativo, busca-se a discussão crítica do avanço tecnológico e da ciência frente os dilemas bioéticos da realidade social, bem como, a incorporação de atitudes éticas no desenvolvimento de pesquisa (CARVALHO, 2012; ERDMANN, 2008; SANNA, 2007).

Com a existência de sistemas de avaliação ética, através do Sistema CONEP/CEP, as pesquisas desenvolvidas seguem regulamentações nacionais e internacionais que versam sobre as atitudes dos pesquisadores ao desenvolver estudos, diretos ou indiretos, com seres humanos. Esta premissa existe no meio universitário, ou seja, uma cultura de produção de conhecimento articulada com a realidade, buscando garantir os direitos éticos dos sujeitos de pesquisa, que por consequência, respalda-se nas necessidades sociais e científicas. Esse desafio aponta para necessidade de construirmos uma nova postura ética em relação ao processo de produção científica, entendendo que a pesquisa faz parte da noção de vida em qualquer tempo e em qualquer lugar (REGO, PALACIOS e SIQUEIRA-BATISTA, 2009).

A investigação é um processo de criação de outros, por elaborações próprias, que com o tempo vão emergindo condições próprias e mais profundas, construídas na história de vida, em processo de infundável conquista (DEMO, 2009).

A ciência é o conhecimento produzido pela investigação e reflexão na Universidade, que por sua missão tem que ter a responsabilidade de ensinar e produzir ciência. A graduação tem que assumir o desafio de trabalhar ideias, concepções, mentalidades e visões de mundo, que interiorizamos pelo processo de socialização e da educação. Esse desafio implica vivenciar o choque e o conflito, nas relações estabelecidas na Universidade, onde está presente o senso comum, a compreensão religiosa do mundo e da vida e crenças, na maioria das vezes, infundadas (SOUSA FILHO, 2000).

A desmitificação mais fundamental do conceito de pesquisa está na crítica entre a separação artificial entre o ensino e a pesquisa. Essa cisão evolui para a dicotomia teoria-prática e possibilita que o pesquisador descubra, pense, sistematize, conheça, cabendo a outros assumirem a intervenção na realidade. Esse distanciamento é útil e possibilita gerar neutralidade farsante, comodista e elitista (SOUSA FILHO, 2000).

O conhecimento, em vez de produzir certezas, é decisivamente estratégia dessa desconstrução. Se existe alguma coisa permanente em ciência, esta é a provisoriedade dos resultados ou a perenidade do questionamento. Entender essa provisoriedade é compreender que a Universidade tem a responsabilidade de ir além da aparência. Ir além da aparência não significa demolir crenças/valores. E sim, colocá-los num patamar de reflexão que, no mínimo, consiga desvelar que existem outras formas de pensar (SOUSA FILHO, 2000).

O Curso de Enfermagem CAPF/UERN, considerando a sua política de pesquisa, apresenta as seguintes linhas de pesquisa: L1) Práticas e Políticas em Saúde e Enfermagem e (L2) Sociedade, Educação em Saúde e em Enfermagem.

Para tanto, olhando para o nosso horizonte e buscando responder as nossas dúvidas e inquietações, o CEN/CAPF vem realizando movimento coletivo para consolidar a política de pesquisa, através de:

- 1) Debate constante sobre ciência e metodologia de pesquisa para orientar a construção permanente do projeto pedagógico do curso, através das atividades do Núcleo Docente Estruturante (NDE), tendo a investigação como eixo norteador do processo de trabalho do enfermeiro, portanto, da formação;

- 2) Integração da pesquisa ao ensino, proporcionando a iniciação científica na formação do aluno, através dos componentes curriculares ofertados;

- 3) Consolidação do trabalho de conclusão do curso (TCC), que consiste na elaboração e apresentação da monografia, sob orientação docente, a síntese da formação.
- 4) Incentivo aos docentes para participar dos editais permanentes de projetos de pesquisas institucionalizados e de projetos de iniciação científica (PIBIC);
- 5) Efetivação do Plano de Capacitação Docente e de Capacitação Pedagógica para docentes e técnicos-administrativos.
- 6) Articulação dos conhecimentos adquiridos nas atividades de pesquisa-ensino-extensão durante todo o processo de formação;
- 7) Apoio aos Grupos de Pesquisa do curso, por compreendemos que estes possuem relevância e articulação com a política de pesquisa, uma vez que desenvolvem estudos que vem fortalecer e contribuir com a transformação da realidade de saúde de Pau dos Ferros e região, de modo a responder às necessidades e problemáticas sociais percebidas pelos discentes, identificadas e/ou referenciadas pela população, pela força de trabalho em saúde, pelos gestores e ou sociedade.

15.3.1 Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

As Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Enfermagem (Resolução CNE/CES nº 3/2001) afirmam que a para conclusão do curso de graduação em enfermagem, o aluno deverá elaborar um trabalho sob orientação docente sendo este um requisito básico para o processo formativo, compreendido como fundamental e basilar para tal processo.

O trabalho de conclusão do curso (TCC) articula-se à realidade/problemática encontrada ao longo do processo de formação acadêmica e segue Regulamentos do curso e Resoluções específicas do CONSEPE/UERN.

Na realidade do CEN/CAPF, o TCC se refere a um trabalho científico individual sob a orientação docente, do tipo “Monografia”, cuja produção representa a materialização do processo investigar que ocorre mediante a integralização dos componentes curriculares: Fundamentos da Redação Científica; Introdução a Pesquisa em Saúde e Enfermagem; Bioestatística; Ética, Bioética e Enfermagem; O Processo Pesquisar da Enfermagem e Seminário de Defesa de Monografia.

A **Monografia**, portanto, deve respeitar as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, em consonância com o Manual de Conclusão de Curso da UERN.

A elaboração do TCC se inicia a partir da elaboração do projeto de pesquisa sob a orientação docente, definido no 7º período (Componente Curricular Obrigatório: O Processo Pesquisador da Enfermagem). Após este momento, o aluno terá 03 (três) semestres letivos para concluir sua pesquisa e escrever a monografia, que será avaliada por banca examinadora, no 10º período (Componente Curricular Obrigatório: Seminário de Defesa de Monografia). Esta produção científica, de autoria do aluno, é entendida como o momento síntese do processo investigar. Consequentemente, representa a produção de novo conhecimento, no nível de iniciação científica, fortemente integrado ao ensino da graduação.

Com este pensamento, o TCC não é apenas visto como uma exigência legal para conclusão de curso de graduação. Esta produção se configura como uma política de produção de conhecimento institucional, no nível de iniciação científica, que dá suporte ao ensino nos diferentes momentos da formação em enfermagem, à produção dos serviços de saúde local e à transformação do conhecimento na área de saúde/enfermagem.

Assim, o processo investigar é intercalado durante a formação do estudante de enfermagem, em todos os períodos do curso, por atividades de investigação próprias dos componentes curriculares obrigatórios e optativos, além de outras atividades, tais como: elaboração e apresentação de artigos e trabalhos em eventos científicos, publicação de artigos em revistas científicas, coletânea de livros e e-books, produção de vídeos, podcast, peças teatrais, material didático, entre outras atividades realizadas sob a orientação docente.

É obrigatória a entrega do TCC aprovado pela banca examinadora, conforme orienta a Portaria n.º 01/2018/SIB-UERN¹⁴, de 29 de maio de 2018, que trata da implantação do Sistema Integrado de Bibliotecas da UERN, a Biblioteca Digital e normatiza as orientações a serem seguidas para o recebimento e armazenamento dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) na instituição em mídias digitais¹⁵.

As diretrizes para recebimento do TCC seguirão as seguintes instruções:

Aluno

a) O aluno entregará o arquivo de seu TCC em formato .PDF (não serão aceitos outros formatos) ao departamento referente ao seu curso;

b) O arquivo deve conter:

¹⁴ Portaria n.º 01/2018/SIB-UERN¹⁴, de 29 de maio de 2018 disponível em https://www.uern.br/controldepaginas/ppge-deposito-de-dissertacao/arquivos/4584portaria_01_2018sib_uern.pdf

¹⁵ Modalidade de Entrega de TCCs ao Sistema Integrado de Bibliotecas da UERN disponível em https://www.uern.br/controldepaginas/normastcc/arquivos/5739modalidade_de_entrega_de_tccs_ao_sistema_d_e_bibliotecas_da_uern.pdf

1. O TCC finalizado e normalizado de acordo com as orientações estabelecidas nas Normas Brasileiras (NBRs) vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

2. A Digitalização da folha de avaliação/aprovação¹⁶ assinada pela banca examinadora.

3. A Digitalização do Termo de Autorização¹⁷ devidamente preenchido e assinado, para disponibilização eletrônica de seu trabalho acadêmico para ser inserido no sistema de Bibliotecas da UERN.

c) O arquivo do TCC em .PDF não deverá ultrapassar 30mb (megabytes).

Departamento do curso

Após o recebimento do arquivo por parte do aluno, o departamento deverá enviar o arquivo da seguinte forma:

a) enviar para o endereço da biblioteca do campus do curso; Biblioteca Setorial de Pa dos Ferros pferros@biblioteca.uern.br;

b) O envio deverá ser feito utilizando o e-mail institucional do departamento;

c) No campo ASSUNTO deverá conter o Nome do aluno / Curso;

d) E em anexo o TCC + folha de avaliação/aprovação + Termo de Autorização.

15.3.2 Projetos de Pesquisa Institucionalizados

Temos, atualmente, no CEN/CAPF, os seguintes projetos de pesquisa institucionalizados:

¹⁶ Folha de avaliação/aprovação do TCC no âmbito da UERN Disponível em https://www.uern.br/controladepaginas/normastcc/arquivos/5739folha_de_aprova%C2%A7a%C2%A3o.pdf

¹⁷ Termo de Autorização para disponibilização de publicação eletrônica na Biblioteca Digital da UERN https://www.uern.br/controladepaginas/normastcc/arquivos/5739termo_de_autorizaa%E2%80%A1a%C6%92o.pdf

Quadro 45: Projetos de Pesquisa Institucionalizados (2020.1; 2020.2; 2021.1)

Nome do Projeto	Pesquisador Responsável	Equipe
A violência no ambiente hospitalar: o caso dos profissionais de enfermagem	Francisca Adriana Barreto	Antônio Alisson Oliveira de Queiroz (Discente)
Representações sociais dos acadêmicos de enfermagem do CEN/CAPF sobre a sexualidade de pessoas que vivem com HIV/AIDS	Rodrigo Jacob Moreira de Freitas	Janieiry Lima de Araújo (Docente) Marcelino Maia Bessa (Discente)
Saúde reprodutiva de homens transgênero: <i>Scoping review</i>	Rodrigo Jacob Moreira de Freitas	Alysson Hemetério Lima Pessoa (Discente) Joyce Oliveira de Souza (Discente) Marcelino Maia Bessa (Discente)

15.3.3 Projetos de Pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC)

Temos, atualmente, no CEN/CAPF, os seguintes projetos de pesquisa de iniciação científica ativos (Edital 2020-2021):

Quadro 46: Projetos de Pesquisa de Iniciação Científica (Edital PIBIC 2020-2021)

Docente Orientador	Titulação	Nome do Projeto	Bolsa
Rodrigo Jacob Moreira de Freitas	Doutor	Processo saúde-doença das pessoas em situação de rua na cidade de Pau dos Ferros	1 PIBIC Bolsa CNPq
Kalyane Kelly Duarte de Oliveira	Doutor	A ludicidade como instrumento transformador do processo de educação em saúde para adolescentes na perspectiva de parse	1 PIBIC Bolsa CNPq
Sara Taciana Firmino Bezerra	Doutor	Fluxo da regulação para cateterismo para pacientes infartados	1 PIBIC Bolsa UERN
Kalyane Kelly Duarte de Oliveira	Doutor	Maternidade e rendimento acadêmico de universitárias do CAPF/UERN	1 PIBIC UERN voluntário

15.3.4 Grupos de Pesquisa

A construção/consolidação de grupos de pesquisas e a definição das linhas de pesquisa, nas quais se possam abrigar a produção de conhecimento do CEN/CAPF, materializadas através

de teses, dissertações, monografias, artigos científicos, comunicações em eventos científicos, entre outros, constituem-se no fio condutor para o processo de capacitação docente e da política de pós-graduação. De modo que,

(...) a materialização dos achados das pesquisas de enfermagem não ocorre sem intencionalidade e decisão política. Esta decisão envolve o desenvolvimento de projetos apropriados à construção de maneiras protocolares, a fim de concretizar o conhecimento produzido na dimensão interior do cuidado e da educação em enfermagem. Este é um nó de natureza epistemológica e operacional que requer a construção de uma plataforma de estudos derivados de achados de pesquisas já produzidas. Com isto, pode-se chegar a um forte sistema de tecnologias com valorização da comunicação bilateral: pesquisa prática profissional. A tendência profissional tem sido absorver como conhecimento convincente a mera assimilação teórica, pontilhada com alguns estágios. De certa forma, é preciso que os resultados das investigações cheguem às práticas e demonstrem congruência com a realidade dos cidadãos (PAIM, et al, 2010, p. 388).

Temos, atualmente, no CEN/CAPF, os seguintes grupos de pesquisa, conforme busca no Diretório Grupos de Pesquisa (DGP):

a) Grupo de Pesquisa Conhecimento, Enfermagem e Saúde das Populações (GRUPESCES)

A formação do GRUPESCES ocorreu no ano de 2012, idealizado pela Profa. Dra. Janieiry Lima de Araújo (líder) e Profa. Ma. Andrezza Karine de Araújo Medeiros Pereira (vice-líder), com área predominante: Ciências da Saúde, Enfermagem, conforme a Resolução nº94/2014 CONSEPE/UERN¹⁸, que dispõe sobre os critérios referentes aos objetivos, natureza e composição, competência dos membros, criação, avaliação e patrimônio dos Grupos de Pesquisa institucionalizados pela UERN.

A consolidação do GRUPESCES ocorreu em 2018, sob a liderança da Profa. Dra. Sara Taciana Firmino Bezerra (líder) e da Profa. Dra. Kalyane Kelly Duarte de Oliveira (vice-líder). Atualmente, exerce a liderança do GRUPESCES, o Prof. Dr. Rodrigo Jacob Moreira de Freitas (líder) e a Profa. Dra. Francisca Adriana Barreto (vice-líder).

O Grupo de Pesquisa Conhecimento, Enfermagem e Saúde das Populações (GRUPESCES) congrega pesquisadores, colaboradores e estudantes que investigam e discutem

¹⁸ Resolução nº94/2014 CONSEPE/UERN, disponível em http://www.uern.br/controladepaginas/documentos-legislacao-pesquisa/arquivos/0066resolu%C2%A7a%C2%A3o_94_2014_consepe_aprova_o_regulamento_que_dispa%C2%B5e_dos_crit%C2%A9rios_referentes_ao_grupo_de_pesquisa_institucionalizados_pela_uern.pdf

as práticas de saúde e de enfermagem no âmbito da saúde individual e coletiva das populações. Tem por desafio apoiar o processo investigar da enfermagem no âmbito do Curso de Enfermagem CAPF/UERN. Encontra-se, assim, no GRUPESCES, pesquisadores e estudantes da UERN, que através das suas linhas de pesquisa buscam produzir conhecimento no campo da saúde e da enfermagem mediante o alcance dos seus objetivos:

- Produzir conhecimentos no campo disciplinar da enfermagem, estimulando os processos de trabalho interdisciplinares, tem como meta a produção de saberes e práticas sobre a saúde e a enfermagem;
- Contribuir com os processos de educação em saúde do homem, em seus distintos ciclos vitais. Ser humano visto na sua complexidade, ou seja, como indivíduo, família e comunidade;
- Contribuir, mediante o resultado das suas pesquisas e reflexões, com a transformação das condições de vida e saúde das populações no âmbito nacional, regional e local, bem como, com a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) como política social e da enfermagem como prática social.
- Fortalecer o processo de pesquisa no Curso de Enfermagem CAPF/UERN, o qual apresenta no seu PPC as seguintes linhas de pesquisa: LP1) Práticas e Políticas em Saúde e Enfermagem e (LP2) Sociedade, Educação em Saúde e em Enfermagem.

O GRUPESCES possui três linhas de pesquisas (LP):

- LP “Estudos da assistência à saúde e cuidado de Enfermagem à saúde mental das populações”, que congrega 02 pesquisadores e 05 estudantes;
- LP “Estudos da Educação, Saúde Coletiva e Enfermagem e suas interfaces com a saúde das populações, que congrega 05 pesquisadores e 29 estudantes;
- LP “Estudos dos cuidados clínicos em Saúde e Enfermagem e da produção de tecnologia e inovação das populações”, que congrega 05 pesquisadores e 05 estudantes.

b) Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Educação, Saúde e Sociedade (GIPESS)

A formação do GIPESS, ocorreu no ano de 2014, idealizado pelo Prof. Dr. Marcelo Viana da Costa (líder) e o Prof. José Giovanni Nobre Gomes (vice-líder), com área predominante, Ciências da Saúde, Saúde Coletiva, conforme a Resolução nº94/2014 CONSEPE/UERN¹², que dispõe sobre os critérios referentes aos objetivos, natureza e composição, competência dos membros, criação, avaliação e patrimônio dos Grupos de Pesquisa institucionalizados pela UERN.

Atualmente, a Profa. Dra. Janieiry Lima de Araújo e o Prof. Dr. José Giovanni Nobre Gomes exercem a liderança do GIPESS, sendo classificado como Grupo de Pesquisa “Em consolidação”.

O GIPESS vem se consolidando como importante espaço de fortalecimento da pesquisa no CEN/CAPF/UERN, através do estímulo de debates, estudos e pesquisas cujas temáticas estão relacionadas a educação das profissões da saúde, processo de trabalho em saúde e enfermagem, trabalho em saúde, à luz dos referenciais teóricos e metodológicos da educação interprofissional e do trabalho colaborativo através da Linha de Pesquisa “Educação, Saúde, Trabalho e Profissões na perspectiva interprofissional e colaborativa”, que congrega 11 pesquisadores e 12 estudantes (graduação e pós-graduação) (CAPES/DGP, 2021).

15.3.5 Política de Divulgação do Conhecimento

Outro desafio, no campo da pesquisa, é a construção de uma política de divulgação do conhecimento, produzido pelos docentes, discentes, técnicos-administrativos, em parceria com os enfermeiros dos serviços, pesquisadores de outras IES, a nível local, regional, nacional e internacional.

Para isso, o CEN/CAPF realiza 02 eventos científicos, mais sistemáticos, como a Semana de Estudos e Pesquisas em Saúde e Enfermagem (SESPESA), de realização bienal. Além deste evento, o GRUPESCES, realiza anualmente, o Seminário de Pesquisa do GRUPESCES, que este ano, realizará a sua IV Edição.

É entendimento do curso, que para ser enfermeiro é necessário mais que o desejo de consumidor de pesquisa, o profissional, após concluir a graduação deve assumir a responsabilidade pelo aumento não só do seu capital cultural, mas, também, pela manutenção da sua saúde intelectual. De igual modo, entendemos que é na universidade que o aluno aprende a pesquisar, cria mentalidade investigativa e assume a comunicação científica como uma atitude ética a ser incorporada.

De 2008 a 2021, vários foram os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), Projetos de Pesquisa, seja de Iniciação Científica (PIBIC) e/ou Institucionalizados, concluídos e publicados em periódicos e revistas científicas, com Qualis, alguns deles, atualmente, citados. É prática comum do corpo docente incentivar os alunos a participação em eventos científicos e apresentação dos trabalhos acadêmicos realizados. Com o processo de capacitação docente, as dissertações e teses são consideradas produções científicas com rigor metodológico e intelectual dos professores, no caso pesquisadores dos GRUPESCES e do GIPESS.

Em levantamento realizado (2008 a 2019), observamos a publicação de 48 artigos científicos, oriundos dos TCC, em periódicos e revistas científicas com Qualis. Encontramos, ainda, 64 artigos científicos cuja autoria é compartilhada por 56 discentes do CEN/CAPF.

Em relação a produção científica, comunicação e divulgação do conhecimento, temos o computo de cerca de 150 produções científicas (artigos de revisão, reflexão, original, editorial, relato de experiência), publicados em revistas e periódicos com Qualis, cuja autoria são de docentes, discentes e técnicos, que atuam ou atuaram nos 17 anos de existência do CEN/CAPF.

15.4 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

A explicitação do vínculo político do CEN/CAPF na produção dos serviços de saúde de Pau dos Ferros, Região e Estado do Rio Grande do Norte, possibilitará o rompimento com uma prática de Extensão, historicamente vinculada a propostas individuais, de alguns docentes e Pró-reitorias, para assumir uma prática vinculada às necessidades da saúde da maioria da população.

Trata-se de uma perspectiva dialética, na busca de transformação, e cuja ação se dará em nível das relações sociais, de produção e de poder partindo da indissociabilidade entre ensino – pesquisa - extensão, no trabalho docente. Assim, a política de extensão do Curso tem como objetivos:

- Estabelecer um processo de reflexão crítica conjunta permanente, sobre a qualidade da assistência/intervenção da enfermagem no processo de produção dos serviços de saúde e junto à comunidade de Pau dos Ferros, Região e Estado do Rio Grande do Norte e a responsabilidade da Extensão/CEN na transformação dessa produção;
- Envolver efetivamente todos os atores (docentes, enfermeiros de serviços, discentes, gestores e prioritariamente o público externo), tendo como base o princípio da construção coletiva, ou seja, um processo participativo em todas as instâncias;
- Avançar na compreensão e construção dos princípios de *flexibilidade*, *interdisciplinaridade*, sob a lógica da concepção de educação comprometida com a transformação da realidade de saúde e totalidade social;
- Desenvolver o *princípio da responsabilidade compartilhada* entre a Universidade (Pró-Reitoria de Extensão, CEN - Chefia e/ou coordenações, docentes e discentes) e os campos de prática (Unidades Básicas de Saúde, serviços hospitalares, escolas, grupos específicos da comunidade, entre outros), campos de Estágio Curricular e os núcleos de extensão (Saberes em

Movimento), onde todos estarão comprometidos com o desenvolvimento e resultados do processo, tendo cada parte atribuições específicas sem, no entanto, perder sua identidade no mesmo.

Diante do exposto, e conforme Instrução Normativa nº 001/2018 PROEX/PROEG/UERN¹⁹, as atividades de extensão, em toda a universidade, devem ser curricularizadas, passando a integrar a matriz curricular do curso na modalidade de componente curricular a serem distribuídos no transcurso dos períodos letivos.

Tal normativa apresenta como base a Resolução nº 25/2017 – CONSEPE/UERN²⁰ que regulamenta a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação da UERN; a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e veio regimentar o disposto na Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024); a Lei nº 13.005/2014, dispondo que as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, devendo compor a matriz destes.

A curricularização da extensão, assente no Plano Nacional de Educação e na Política Nacional de Extensão Universitária, regulamentada na UERN pela Resolução nº 25/2017 – CONSEPE/UERN¹⁴, proporcionará uma nova experiência à Universidade frente às práticas de extensão, permitindo a docentes e discentes mais tempo e oportunidades para o desenvolvimento da extensão. Outrossim, avança no sentido de nivelar a importância entre ensino, pesquisa e extensão na universidade, permitindo o fortalecimento da articulação entre os três elementos, assim como o papel social da universidade frente a comunidade.

A operacionalização dessa política ocorre por meio da elaboração e implementação de Unidades Curriculares de Extensão (UCE), as quais serão componentes curriculares ofertados semestralmente com cargas horárias pré-definidas e vinculadas a projetos ou programas de extensão aprovados pela PROEX/UERN.

A Instrução Normativa nº 001/2018 PROEX/PROEG/UERN¹³ que estabelece normas complementares referentes a implementação da curricularização da extensão, aponta critérios a serem considerados para inserção de UCE nas matrizes curriculares dos cursos, dentre eles:

¹⁹Instrução Normativa nº 001/2018 PROEX/PROEG/UERN disponível em http://www.uern.br/controladepaginas/proex-documentos-legisla%C3%A7%C3%A3o/arquivos/1165inst_normativa_curricularizacaocol.pdf

²⁰ Resolução nº 25/2017 – CONSEPE/UERN. Disponível em http://www.uern.br/controladepaginas/documentos-legislacao-extensao/arquivos/0067resolucao_n0_2017_25_consepe_regulamenta_a_curricularizacao_das_atividades_d_e_extensao_nos_cursos_de_graduacao_no_ambito_da_uern.pdf

- Deve-se reservar espaços na matriz curricular para as UCE considerando a necessidade do curso, respeitando no mínimo de duas UCE para integralização curricular;
- A carga horária mínima para oferta das UCE é de 30 horas, bem como deve obedecer a uma carga horária múltipla de 15 para oferta curricular;
- As UCE devem estar obrigatoriamente vinculadas a projetos ou programas institucionalizados pela PROEX-UERN;
- O curso deve ofertar vagas de UCE de acordo com o previsto no PPC;

Atualmente, o CEN / CAPF conta com 07 (sete) projetos de extensão, aprovados em colegiado de curso, os quais a partir da vigência deste PPC serão operacionalizados em UCE (Quadro 47).

Quadro 47: Projetos de Extensão vigentes para 2021.1 e 2021.2 no CEN/CAPF/UERN

Projeto de Extensão	Coordenador
Enfer(i)magem: o cinema como recurso para produção de cuidado e saúde	Rodrigo Jacob Moreira de Freitas
Segurança do paciente: a UERN fortalecendo a gestão da qualidade no HCCA	Graça Rocha Pessoa
Clube do livro: um fim de tarde pede um bom café e uma boa conversa	Francisca Adriana Barreto
Intervenções em saúde no mundo do trabalho.	Francisca Adriana Barreto
Lesões de pele no Hospital Regional Cleodon Carlos de Andrade	Niedja Cibegne da Silva Fernandes
Ação e prevenção: uma avaliação parasitológica em manipuladores de alimentos e escolares da rede municipal de ensino de Pau dos Ferros	Márcio Adriano Fernandes Barreto
NURSE POWER: comunicação e informação em saúde e enfermagem	Sara Taciana Firmino Bezerra

16 POLITICA DE ESTÁGIO

A compreensão que permeou o Estágio Curricular, por um longo período de tempo, foi a de que o mesmo seria o momento prático do processo de formação. Essa ideia era defendida, e ainda é, por muitos sujeitos envolvidos, perpetuando a dicotomia entre teoria e prática. O CEN/CAPF, parte do pressuposto de que o Estágio Curricular em Enfermagem (ECE) se constitui como campo de conhecimentos, sendo a síntese da formação, superando a ideia reduzida de um momento para instrumentalização da prática do exercício profissional. Como campo de conhecimentos, se produz na interação dos cursos de formação com o campo social no qual se desenvolvem as ações da *práxis* (CONSEPE, 2015).

Visto na perspectiva de produção do conhecimento, não pode continuar legitimando a ideia de imitação de modelos ou apenas instrumentalização da técnica, fortalecendo a tão hegemônica desarticulação das práticas de saúde e as necessidades sentidas. Deve ser compreendido enquanto espaço para reflexão da realidade a ser transformada, redefinindo-a (PIMENTA, 2006).

Essa reflexão possibilita a visualização de novas experiências e a superação de modelos que historicamente vem se constituindo como ineficientes e ineficazes. Também permite o envolvimento e assunção de compromissos por parte dos envolvidos nas atividades do estágio, apontando assim para a necessidade de um aprofundamento conceitual do mesmo e das atividades que nele se realizam. É preciso que os professores orientadores de estágio procedam, no coletivo, junto a seus pares e alunos, essa apropriação da realidade, para analisá-la e questioná-la criticamente, à luz de teorias. Essa caminhada conceitual certamente será a trilha para a proposição de novas experiências (PIMENTA, 2006).

A redefinição de Estágio perpassa, ainda, pela necessidade de compreendê-lo como cenário para a pesquisa, permitindo a ampliação e análise dos contextos onde os estagiários se inserem, além de possibilitar o exercício de posturas e habilidades investigativas a partir de situações vivenciadas no estágio. Pressupõe outra postura diante do conhecimento, que passe a considerá-lo não mais como verdade capaz de explicar toda e qualquer situação observada. Supõe que se busque novos conhecimentos na relação entre explicações existentes e os dados novos que a realidade impõe e que são percebidos na postura investigativa (PIMENTA, 2006).

O Estágio Curricular do CEN/CAPF, parte do projeto pedagógico, é regido pelo Regulamento do Curso e pela Resolução nº 05/2015/CONSEPE²¹. Sua materialização, redefine as atividades de cada sujeito envolvido no projeto de articulação ensino-trabalho. Possibilita a qualificação dos atores, não como um fim, mas como um meio para a transformação da prática de enfermagem, adotando estratégias que possam superar as limitações dos tradicionais programas de qualificação profissional, realizados no interior das instituições de ensino (CONSEPE, 2015).

Terá como norte o projeto de intervenção, que define principalmente “o que fazer” dos alunos e sua avaliação. Explicitar as contrapartidas institucionais, na perspectiva da qualificação da produção dos serviços. O estágio possibilita a qualificação da produção dos serviços de saúde, da materialização dos processos de trabalho do enfermeiro: assistir/intervir, gerenciar, ensinar-aprender e investigar.

Na concepção do CEN, o ECE não se configura como componente curricular isolado, nem como a parte prática do que foi trabalhado na teoria, mas, inerente ao projeto de articulação ensino/trabalho. O curso vem procurando, através desse, intervir na produção dos serviços de saúde de Pau dos Ferros e Região.

No que diz respeito aos trâmites legais, o desenvolvimento do Estágio Curricular deve ser regido pelos Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES), estabelecidos na Portaria Interministerial nº 1.124, de 4 de agosto de 2015, que têm como objetivos: garantir o acesso a todos os estabelecimentos de saúde, sob a responsabilidade do gestor da área de saúde, como cenário de práticas para a formação no âmbito da graduação e da residência em saúde; e estabelecer atribuições das partes relacionadas ao funcionamento da integração ensino-serviço-comunidade. Visa assim, formalizar os convênios e fortalecer a integração entre ensino, serviços e comunidade no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2015)

Além disso, o Estágio Curricular acontece mediante o Termo Circunstanciado de Estágio (TCE), conforme disposto na Lei nº 11.788/2008, que impõe ao estudante, que sua entrada nos campos de estágio somente possa ser viabilizada caso exista um convênio prévio entre a Universidade e a Empresa/entidade que oferta vaga. A celebração do convênio de

²¹ Resolução nº5/2015/CONSEPE/UERN, disponível em http://www.uern.br/controladepaginas/documentos-legislacao-ensino/arquivos/0065resolucao_05_2015_consepe_correta_regulamenta_o_esta%C2%A1gio_obrigata%C2%B3rio_currilcar_do_cursos_de_bacharelado_na_uern.pdf

estágio é o ato que formaliza as normas, resguardando a Empresa/entidade concedente, a UERN e o estudante estagiário (CONSEPE, 2015; BRASIL, 2008).

16.1 OBJETIVOS DO ESTÁGIO CURRICULAR EM ENFERMAGEM

- Possibilitar ao aluno a conformação da autonomia, através dos conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas ao longo do curso nos processos de trabalho do enfermeiro para assumir a coordenação do trabalho da enfermagem dentro de uma programação em parceria com serviços de saúde.
- Proporcionar experiências de articulação ensino-trabalho através de participação efetiva na produção de serviços de saúde, organismos institucionais públicos e privados e demais setores da sociedade civil nas quais o enfermeiro é inserido como trabalhador.
- Possibilitar a produção de conhecimentos e tecnologias que contribuam para a transformação dos serviços de saúde do município de Pau dos Ferros, Região e Estado do Rio Grande do Norte.

16.2 ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR EM ENFERMAGEM

O CEN/CAPF busca articular o estágio com os outros momentos da formação do enfermeiro, que orienta para exercer seus processos de trabalho com autonomia: assistir/intervir, gerenciar, ensinar/aprender e investigar, momentos estes indissociáveis, através das concepções descritas nas etapas que se seguem (EGRY, 1996):

16.2.1 Captação da realidade objetiva

O conhecimento da realidade terá, necessariamente, que partir do resgate e atualização de conhecimentos adquiridos. Esse resgate dará ao aluno a dimensão das informações que ele deverá buscar para maior aproximação da realidade. O conhecimento é sempre uma aproximação da realidade, e nunca um conhecimento total, uma vez que aquela é dinâmica. Essa etapa possibilita visualizar as relações existentes, contradições, pontos de vulnerabilidade passíveis de intervenção e transformação. O conhecimento da realidade da produção dos serviços de saúde deverá ser captado nas três dimensões, a seguir:

a) Dimensão geral ou estrutural

Temas captados nessa dimensão, entre outros:

- Atual situação política, econômica e social do país;
- As políticas sociais, em especial, a política de saúde vigente;
- Conformação dos serviços de saúde no município e sua articulação com os itens anteriores, na perspectiva da Vigilância à Saúde;
- Processo de descentralização da saúde no município;
- Modelos assistenciais;
- Produção e consumo da população;
- Perfis epidemiológicos diferenciados por grupos e categorias sociais;
- Controle social,

b) Dimensão particular

Pontos norteadores para a captação da realidade na dimensão particular:

- Instituições de saúde (unidades básicas de saúde, ambulatórios, unidade de internação);
- Localização;
- Sistema de referência e contra-referência/centrais de regulação do sistema de saúde organizados segundo as redes assistenciais e regiões de saúde;
- Sistema de gestão;
- Objetivos e finalidades;
- Composição da força de trabalho;
- Fluxograma do usuário;
- Instrumentos e meios de trabalho;
- Demografia (perfil saúde/doença, perfil de produção e reprodução);
- Perfis epidemiológicos;
- Controle Social;
- Teorias e métodos de assistência, educação e gerenciamento de enfermagem;
- Conhecimento existente e conhecimento necessário sobre a realidade da produção dos serviços de saúde/enfermagem.

c) Dimensão singular

Pontos norteadores para a captação da realidade na dimensão singular:

- Processos de trabalho: (assistir/intervir; gerenciar; ensinar/ aprender; investigar da enfermagem) nos diversos espaços de inserção do enfermeiro: unidades básicas, ambulatorios, unidades de internação, outros;
- Distribuição da força de trabalho;
- Participação no processo de trabalho em saúde;
- Avaliação do trabalho da enfermagem;
- Projetos de educação popular em saúde, de educação em saúde, e de educação permanente em saúde;
- Representações e expressões do saber fazer (articulação do ensino/trabalho).

16.2.3 Interpretação da realidade objetiva

Possibilita a visualização da finalidade de uma dada intervenção e define eixos do recorte total do processo de intervenção. Enfatizamos que essas etapas são indissociáveis; apenas, em alguns momentos, uma delas torna-se hegemônica em relação às demais.

16.2.4 Elaboração do projeto de intervenção

Momento em que os docentes e discentes, de forma colaborativa com os enfermeiros dos serviços de saúde, elaboram o projeto de intervenção. Nessa fase serão estabelecidos os objetivos, as metodologias e as competências, dos alunos, dos docentes e dos serviços de saúde, compreendendo que:

- O elenco das prioridades a serem enfrentadas será definido a partir das realidades e/ou necessidades identificadas pelos discentes, docentes e pelos trabalhadores/comunidade/serviço;
- A definição de metas, objetivos, estratégias e níveis de escolha da intervenção será de acordo com as possibilidades que a realidade apresenta;
- A elaboração do projeto deverá ser em bases operacionais que contemplem a base teórico-metodológica do PPC.

Desde o início da formulação do projeto de intervenção, devem aparecer as necessidades da captação de novos temas/necessidades que não foram contemplados na primeira etapa. Esses

novos temas referem-se à necessidade de atualização de conhecimentos e/ou aquisição de novos, relativos à realidade na qual o aluno está inserido. O surgimento da necessidade de novos temas não significa dizer que houve falha na captação inicial. Mas, trata-se da ampliação e/ou aprofundamento no conhecimento da realidade possibilitada pela explicitação das contradições. Convém lembrar, que o processo de apreensão da realidade percorre um caminho “*dialético-espiral*”, no qual, na medida em que vão sendo elucidadas algumas questões, outras se apresentam, num processo permanente de busca da totalização.

16.2.5 Implantação do projeto de intervenção

Trata-se da intervenção propriamente dita. Essa será tanto eficiente quanto mais as etapas anteriores forem realizadas com cuidado. Egry (1996) aponta alguns cuidados que devem ser tomados no processo de implantação:

- a) Não deve existir separação entre o conhecimento necessário para a intervenção e o conhecimento que efetivamente possuímos. Isso significa que em toda a intervenção que demande um novo conhecimento ou um conhecimento mais aprofundado deve ser providenciada essa qualificação, antes de avançarmos a uma nova etapa.
- b) Os projetos de intervenção devem ser articulados às três dimensões, por menor que seja a possibilidade de ação na dimensão superior. A intervenção na dimensão singular tem que está atrelada a dimensão geral por mais que possamos pensar na impossibilidade dessa articulação;
- c) Estar atentos ao surgimento de novos temas de captação e interpretação que podem surgir durante a etapa de intervenção;
- d) Incorporar, na medida do possível, os novos dados que forem captados;
- e) Ter como horizonte de intervenção o aperfeiçoamento da relação teoria-prática para a relação prática-teoria-prática como norte para o desenvolvimento dessa etapa.

16.2.6 Reinterpretação da realidade

É a fase em que são avaliados os processos e seus resultados. Nessa etapa terão que ser contemplados os seguintes elementos:

- Compreensão das mudanças e não mudanças;
- Compreensão das representações sociais acerca das transformações e não-transformações vivenciadas;
- Identificação das contradições entre o que foi projetado e o que foi realizado;

- Avaliação do impacto do que foi possível ser realizado sobre os problemas identificados;
- Redirecionamento de novos projetos, processos;
- Avaliação da participação dos atores envolvidos;
- Seleção de indicativos para a construção de novos projetos, conhecimentos, instrumentos e estratégias, projetos de pesquisa e projetos de intervenção.

16.2.7 Planejamento de nova implantação

Nessa etapa, será definida a inserção do CEN/CAPF, nos campos de prática que dizem respeito à continuidade das atividades. O grande desafio está na articulação entre o aluno que concluiu o estágio por ocasião do término do período letivo e o aluno do período subsequente. Mas, a experiência acumulada ao longo do tempo, neste aspecto tem se mostrado positiva. Na transição dos semestres e estagiários as experiências se mostram exitosas quanto à continuação de projetos de intervenção.

16.3 RESPONSABILIDADES DOS ATORES ENVOLVIDOS

16.3.1 Coordenador do Curso

Compete ao Coordenador (a) do curso e ao Coordenador (a) de Estágio definir espaços que se constituirão como campo de estágio que assegurem a infraestrutura necessária para o desenvolvimento das práticas de enfermagem previstas no projeto de intervenção e acompanhar a sua operacionalização. Como se trata de um projeto de articulação ensino-serviço, o Departamento de Enfermagem terá que trabalhar diretamente com a direção dos serviços, na perspectiva de construção de uma articulação em caráter institucional, superando a articulação em caráter pessoal.

16.3.2 Coordenador de Estágio

São atribuições do Coordenador de Estágio:

- a) proceder prévio cadastramento e avaliação periódica dos campos de estágio, com a finalidade de celebração de convênios entre a UERN e instituições públicas e privadas de atenção à saúde, obedecendo aos seguintes requisitos:

- Existência de infraestrutura, recursos humanos e materiais necessários ao pleno desenvolvimento do Estágio;
 - Garantia de acompanhamento e avaliação por parte da Coordenação do Curso;
 - Existência de profissional qualificado para participar da orientação, acompanhamento e avaliação do estagiário, cujas atribuições são definidas na presente norma;
- b) em parceria com os docentes e enfermeiros supervisores, selecionar, treinar, distribuir e encaminhar os alunos aos campos de estágio curricular supervisionado;
- c) promover uma ampla articulação entre os diversos cenários de prática profissional e a Coordenação do Curso, tendo em vista o desencadeamento de processos reflexivos sobre a formação profissional na perspectiva da construção coletiva de projetos de integração ensino/trabalho;
- d) acompanhar, avaliar e analisar o direcionamento do estágio curricular com base nas diretrizes curriculares nacionais e das leis de estágio dos Cursos de Graduação em Enfermagem;
- e) assessorar a elaboração e efetivação das Unidades Programáticas do estágio curricular a partir dos marcos teórico-metodológicos norteadores do PPC de Enfermagem em vigor;
- f) acompanhar continuamente o controle e cômputo das horas de estágio cumpridas nos diversos cenários de prática;
- g) elaborar e encaminhar semestralmente à Coordenação do Curso, relatório de atividades desenvolvidas nos estágios referentes a cada período letivo;
- h) gerar os Termos de Compromisso de Estágio (TCE), conforme orientações da PROEG/UERN.

16.3.3 Gestor Local e de Saúde, Diretores de Instituições de Saúde Públicas e Privadas

São atribuições do Gestor Local e de Saúde, Diretores de Instituições de Saúde Públicas e Privadas:

- a) oferecer estrutura física, material e equipamentos destinados às atividades didático-pedagógicas relacionadas ao estágio;
- b) facilitar o acesso irrestrito dos professores, supervisores, coordenadores geral de estágio e dos alunos estagiários, às dependências das concedentes, nos horários previamente determinados;
- c) facilitar o acesso às informações administrativas no que tange aos aspectos organizacionais, prontuários, registros e demais informações pertinentes, aos professores, supervisores,

coordenadores geral e estagiários, visando o perfeito entendimento da realidade das unidades de saúde;

d) instruir todo o corpo funcional (pessoal administrativo, médicos, dentistas, enfermeiros do serviço, etc.) da existência das condições estabelecidas como forma de facilitar a integração e ambientação dos estagiários;

e) indicar e responsabilizar um ou mais enfermeiros, vinculados funcionalmente às instituições de saúde, para supervisão conjunta com os professores supervisores de estágio da UERN, considerando a pactuação efetivada de acordo com a proposta pedagógica para o estágio.

16.3.4 Docente supervisor de estágio

São atribuições dos docentes supervisores de estágio:

a) indicar ao Departamento de Enfermagem serviços que venham a se constituir em campos de prática;

b) qualificar os enfermeiros de serviço nos referenciais teóricos metodológicos do ensino de graduação (promovendo cursos e/ou outros eventos, motivando os enfermeiros a participarem de atividades do CEN);

c) estabelecer cooperação técnica no sentido de organizar os serviços para criar e/ou manter condições favoráveis ao estágio e interferir na produção dos serviços de saúde;

d) mediar negociações institucionais;

e) planejar e definir juntamente com enfermeiros supervisores, o programa específico do estágio: objetivos específicos, conteúdos, estratégias pedagógicas e avaliação;

f) desenvolver atividades de reflexões sobre o estágio e orientações práticas (estudos de caso, produção de artigos, conferências entre outros) para complementação e aprofundamento do aluno;

g) desenvolver atitudes críticas e éticas no trato com colegas professores, enfermeiros de serviço e demais trabalhadores;

h) incentivar a produção de novos conhecimentos e tecnologias necessários à qualificação dos enfermeiros e da produção dos serviços;

i) identificar, selecionar, propor soluções e/ou resolver problemas ou situações relativas ao processo de produção dos serviços de saúde, modelos de atenção e processos ensinar/aprender desenvolvidos durante a programação;

j) avaliar o desempenho do aluno juntamente com o supervisor dos campos de estágio;

k) construir coletivamente o projeto de intervenção na realidade;

l) negociar o projeto de intervenção, dentro dos limites de sua competência;

16.3.5 Aluno-Estagiário

São atribuições do Aluno-Estagiário:

- a) matricular-se nos componentes curriculares relativos ao Estágio Curricular em Enfermagem I e II, obedecidos os pré-requisitos;
- b) frequentar e participar ativamente das aulas da fase de orientação específica em classe e realizar as atividades e tarefas planejadas para o estágio;
- c) comparecer ao estágio em condições compatíveis e requeridas pela circunstância do estágio e do ambiente da atividade profissional;
- d) conduzir-se com urbanidade e probidade em todas as fases do estágio;
- e) executar as atividades e tarefas de cada fase do estágio, mediante observação e cumprimento do regulamento do curso e procedimentos metodológicos adotados pela Coordenação do Curso de Graduação em Enfermagem;
- f) cumprir os prazos e horários estabelecidos pela Coordenação do Curso de Graduação em Enfermagem;
- g) manter o supervisor de estágio informado do desenvolvimento do estágio e comunicar-lhe com brevidade qualquer ocorrência que possa afetar as atividades ou que não esteja prevista no plano;
- h) proceder a avaliação sistemática e contínua de suas atividades com a finalidade de aperfeiçoá-las sempre que necessário.

16.3.6 Usuários

Na proposta dos Estágios Curriculares deste PPC, o usuário se configura como personagem central, uma vez que vivencia os problemas relativos ao seu processo saúde/doença e, como tal, é copartícipe do processo de produção dos serviços de saúde. Ao usuário dos serviços compete participar, não como paciente, mas, como sujeito, nas intervenções de enfermagem.

Compete ao usuário: informar sobre suas condições de vida e saúde, possibilitando uma captação da realidade objetiva da dimensão singular e particular; participar e avaliar as ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação desenvolvidos ao longo do estágio; contribuir com o processo de educação em saúde e educação permanente em saúde no contexto

da produção dos serviços de saúde local e de sua inserção na dinâmica social da comunidade; expressar suas necessidades de saúde como forma de fortalecimento do controle social; comunicar ao enfermeiro supervisor ou docente do componente curricular as avaliações ou reclamações sobre a atuação do estagiário e avaliar conjuntamente as intervenções efetivadas no estágio.

16.3.7 Enfermeiro supervisor de campo

A participação do enfermeiro supervisor de campo, nessa etapa de ensino, é uma decisão institucional. Pelo fato de o aluno, nessa fase do processo de formação, ter adquirido competências, habilidades e atitudes para desenvolver com autonomia o trabalho do enfermeiro. Assim, o serviço de enfermagem e a instituição de saúde, agora, contará com um enfermeiro (aluno) que atuará, contribuindo com o trabalho de enfermagem. Esse aluno corresponde a um enfermeiro recém-contratado, que deverá ser orientado para o trabalho a ser realizado e, em alguns casos, qualificá-lo para novos processos.

Lembrar que a presença desse aluno no campo possibilitará, ao enfermeiro, oportunidade de treinamento dos demais trabalhadores, renovação de seu trabalho, produção de novos conhecimentos, participação em eventos realizados pelo CEN/CAPF, apresentação de trabalhos, em parcerias com os estagiários, em eventos internacionais, nacionais, estaduais e locais, entre outros.

São atribuições do Enfermeiro supervisor de campo:

- a) organizar o campo de estágio
- b) introduzir os alunos na dinâmica do processo de trabalho que ocorre no espaço institucional, como forma de desencadear a apreensão da realidade e dos processos de trabalho em enfermagem;
- c) socializar com os demais trabalhadores (médicos, bioquímicos, assistentes sociais, auxiliares, técnicos, atendentes de enfermagem, pessoal de apoio etc.) a proposta de estágio;
- d) conhecer o Projeto Pedagógico do CEN/CAPF e, particularmente os marcos teóricos e metodológicos que embasam o ensino;
- e) solicitar do estagiário, o cumprimento das normas de estágio e a documentação referente ao registro das atividades desenvolvidas;
- f) planejar juntamente com o supervisor e estagiários todas as atividades a serem desenvolvidas;
- g) Participar de reuniões, cursos, treinamentos, seminários e outras atividades promovidas pela UERN que se relacione com o estágio;

- h) receber, supervisionar/orientar o aluno em todas as fases do estágio;
- i) esclarecer dúvidas, avaliar o desempenho sistemático e progressivo do aluno em todas as ações desenvolvidas no estágio;
- j) resolver problemas imediatos, relativos ao estágio e a produção dos serviços de saúde e encaminhar a outras instâncias quando impossíveis de serem solucionados no âmbito de sua competência;
- k) avaliar o desempenho do aluno em conjunto com o docente e proceder registros de frequência dos alunos sob sua responsabilidade.
- l) construir coletivamente o projeto de intervenção na realidade;
- m) socializar o projeto de intervenção com os demais trabalhadores do serviço;
- n) negociar o projeto de intervenção dentro dos limites de sua competência.
- o) manter os docentes supervisores do CEN\CAPF/UERN e o Coordenador de Estágio informados do desenvolvimento do mesmo e comunicar-lhes qualquer ocorrência que possa afetar as atividades ou que não estejam previstas no plano da respectiva disciplina.

16.3.8 Avaliação do estágio

A avaliação do estágio é processual, dinâmica e articulada com as competências requeridas para o enfermeiro bacharel e generalista. Será desenvolvida pela parceria entre os supervisores acadêmico e de campo e, devidamente, oficializada nos formulários de avaliação preenchidos e assinados pelos supervisores acadêmico e/ou de campo.

Os critérios avaliativos, dispostos nos instrumentos de avaliação, expressam as principais competências e habilidades requeridas para o enfermeiro bacharel e são revisados semestralmente, à luz dos diálogos entre docentes e enfermeiros dos serviços e dos próprios discentes.

No estágio, a avaliação é pensada como integrante essencial do fortalecimento do processo ensino-aprendizagem. Desta compreensão, advém seu caráter processual e dinâmico. Operacionalmente, acontece em três momentos durante o semestre, conforme resolução de avaliação da UERN. O diferencial é que esses momentos, são compreendidos como ciclos de avaliação e em cada um, o discente é avaliado sob uma nova perspectiva.

Em cada um dos ciclos, é expectado do aluno, que este tenha adquirido/desenvolvido novas competências e habilidades. Tais atributos são requeridos desde o início do estágio, no entanto, a exigência com relação a estes, vai se tornando maior, à medida em que o discente avança para o próximo ciclo.

Além de ser avaliado sob uma perspectiva do alcance de competências e habilidades vistas a partir de uma compreensão geral, o discente, também, é avaliado considerando sua própria evolução profissional e pessoal no decorrer destes ciclos. De modo que, este se torna parâmetro para sua própria avaliação.

Nesse processo avaliativo, o discente é sujeito ativo, a partir do diálogo aberto entre este e seus supervisores acadêmico e de campo, assim como, entre a coordenação de estágio. O aluno tem a oportunidade permanente de rever seu desenvolvimento profissional e pessoal, assim como, de questionar e indicar sugestões para o processo avaliativo. Os ciclos avaliativos são regidos por dez domínios, a saber:

- Assiduidade/Pontualidade;
- Domínio teórico-prático;
- Aplicação das medidas de biossegurança;
- Iniciativa/Interesse/Proatividade;
- Capacidade de trabalho em equipe;
- Responsabilidade e ética pessoal/profissional;
- Responsabilidade sobre os registros e informações em saúde;
- Sistematização da assistência de enfermagem;
- Gerenciamento dos serviços de enfermagem;
- Autonomia.

16.3.9 Frequência do aluno no estágio

No que diz respeito, ao cumprimento da carga horária de estágio, para fins de integralização, o aluno deverá:

- Ter 100% de aproveitamento na frequência, devidamente registrada em formulário de frequência individual e assinada por supervisor acadêmico ou de campo ou o coordenador de estágio.
- Não poderá ter um atraso no horário de chegada no estágio superior a 15 minutos, nem tampouco se ausentar do campo de estágio ou antecipar sua saída ao horário pré-determinado para conclusão da atividade.
- Suas faltas somente serão passíveis de reposição mediante situações de doença ou hospitalização, óbito de parentes próximos (restrito a pais, irmãos, avós, cônjuges e filhos) e compromissos eleitorais ou judiciais, desde que quaisquer dessas situações sejam devidamente

comprovadas, respectivamente por: atestado médico ou comprovante de internação, atestado de óbito ou comprovante da justiça.

- Cabendo os recursos citados acima, o aluno terá sua reposição planejada pela coordenação de estágio, conforme calendário acadêmico da UERN.

17 PROGRAMAS FORMATIVOS

Dentre os programas formativos no CEN/CAPF, destaca-se o **Programa Institucional de Monitoria (PIM)**, conforme Resolução nº 52/2020 – CONSEPE/UERN²², a qual compreende a monitoria como uma atividade acadêmica que visa contribuir com a melhoria do ensino de graduação, propondo práticas formativas articuladas com os componentes curriculares (disciplinas ou prática como componente curricular) constantes no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de forma a promover a vivência do estudante com a docência e fomentar ações colaborativas entre docentes e discentes.

O Programa Institucional de Monitoria (PIM) consiste no desenvolvimento de atividades acadêmicas que têm por objetivos:

- I. Estimular a participação de discentes dos cursos de graduação, fortalecendo seu processo formativo, colaborando para articular ensino, pesquisa e extensão no âmbito de componentes curriculares;
- II. Promover a interação/colaboração entre discentes e docentes no âmbito das atividades formativas;
- III. Criar condições para a iniciação à docência por meio de atividades de natureza pedagógica, cultural, científica e tecnológica, desenvolvendo habilidades e competências relacionadas ao campo da docência;
- IV. Pesquisar e implementar novas abordagens teórico-metodológicas adequadas a componentes curriculares objetos da monitoria;
- V. Socializar o conhecimento com a finalidade de minimizar problemas de baixo desempenho acadêmico, repetência, evasão e falta de motivação.

O PIM é desenvolvido através de projetos de monitoria geridos pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG) responsável por lançar semestralmente edital para que os Departamentos Acadêmicos, através do professor-orientador, elaborem os projetos de monitoria, conforme os componentes curriculares ofertados, podendo o aluno (monitor) participar recebendo bolsa remunerada e/ou de forma voluntária.

São atribuições do Departamento Acadêmico do curso ofertante da monitoria:

- I. Compor a comissão de docentes, dentre os que tiverem projeto aprovado, para proceder à seleção dos monitores do processo seletivo dos Projetos de Monitoria;

²² Resolução nº 15/2016 – CONSEPE/UERN, disponível em http://www.uern.br/controladepaginas/proeg-formularios/arquivos/0973resolu%C2%A7a%C2%A3o_52.2020_aprova_as_normas_do_pim.pdf

- II. Apreciar, em plenária, os Projetos de Monitoria e decidir sobre suas aprovações;
- III. Encaminhar os Projetos de Monitoria, seus respectivos monitores e documentação ao SPF/PROEG;
- IV. Cumprir e fazer cumprir as normas dispostas no edital do PIM e as solicitações do SPF/PROEG.

São atribuições do orientador:

- I. Orientar o monitor no desempenho do plano de atividades previsto no Projeto de Monitoria;
- II. Capacitar o monitor para o desenvolvimento de metodologias de ensino-aprendizagem adequadas a sua atuação nas atividades propostas, bem como no uso de tecnologias formativas;
- III. Promover o aprofundamento dos conteúdos referentes ao componente curricular;
- IV. Promover reuniões e seminários para troca de experiências entre monitores, professores e discentes;
- V. Avaliar, de forma contínua, o desempenho do monitor;
- VI. Auxiliar o monitor na confecção dos relatórios das atividades desenvolvidas;
- VII. Acompanhar e registrar a frequência do monitor, devendo encaminhar as folhas de frequência deste ao SPF/PROEG como anexos do Relatório Final;
- VIII. Enviar, juntamente com o Departamento Acadêmico, o relatório do PIM ao SPF/PROEG, conforme Calendário Universitário.

São atribuições do monitor:

- I. Participar do planejamento do componente curricular relacionado ao Projeto de Monitoria;
- II. Executar, sob a orientação do docente, as atividades pedagógicas previstas no Projeto de Monitoria;
- III. Destinar parte de sua carga horária semanal para as atividades de atendimento aos discentes matriculados no componente curricular objeto do Projeto de Monitoria.
- IV. Participar, quando solicitado, das atividades promovidas pelo SPF/PROEG.

Regularmente, o Curso de Enfermagem do CAPF/UERN encaminha os projetos de monitoria para apreciação pelo Setor de Programas Formativos (SPF).

O Quadro 48, a seguir, apresenta projetos que foram desenvolvidos pelos docentes, nos respectivos componentes curriculares, em diferentes semestres letivos:

Quadro 48: Projetos de Monitoria ofertados pelo CEN/CAPF junto ao Programa Institucional de Monitoria (PIM) (Semestre Letivo 2018.1 a 2020.1)

Componente Curricular	Orientador	Período	Monitor (número)	Modalidade
Processos Fisiológicos	Márcio Adriano Fernandes Barreto	2018.1	02	01 remunerada 01 não remunerada
Biologia	Márcio Adriano Fernandes Barreto	2018.1	02	01 remunerada 01 não remunerada
Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem no processo saúde/doença do adulto	Rodrigo Jacob Moreira de Freitas	2019.1	02	02 não remuneradas
Processos Fisiológicos	Márcio Adriano Fernandes Barreto	2019.1	02	02 não remuneradas
Ética e Enfermagem	Janieiry Lima de Araújo	2019.2	01	01 remunerada
Enfermagem no processo saúde/doença criança e adolescente.	Kallyane Kelly Duarte de Oliveira	2019.2	02	02 não remuneradas
Biologia	Márcio Adriano Fernandes Barreto	2019.2	02	01 remunerada 01 não remunerada
Processos Fisiológicos	Márcio Adriano Fernandes Barreto	2020.1	02	01 remunerada 01 não remunerada

Ainda, o CEN/CAPF desenvolve **Projetos de Ensino de Graduação (PEG)** conforme Resolução n°033/2017-CONSEPE²³, que são propostos por um professor/coordenador, que traça caminhos metodológicos em diferentes espaços (laboratórios, bibliotecas, espaços da cidade etc.) e não somente na sala de aula. A fim de que o aluno possa aprender sobre diferentes estratégias de ensino em espaços formais e não formais. Assim, os integrantes conhecem diferentes abordagens temáticas dentro da própria área de formação, aprendendo sobre a

²³ Resolução n°33/2017 CONSEPE, disponível em http://www.uern.br/controladepaginas/documentos-legislacao-ensino/arquivos/0065resolucao_n0_2017_33_consepe_regulamenta_o_projeto_de_ensino_de_graduacao_nos_cursos_de_graduacao_da_uern.pdf

organização de propostas de ensino e adequação de recursos que instrumentalizam à docência. Participam da proposta alunos de curso de graduação (voluntários).

No edital nº088/2019 – PROEG, o CEN/CAPF aprovou o Projeto de Ensino Sistematização da Assistência de Enfermagem: instrumentalizando o aluno para o cuidado de enfermagem, sob a coordenação da Profa. Sara Taciana Firmino Bezerra, desenvolvido no semestre letivo 2020.1.

18 RESULTADOS ESPERADOS

A formação no CEN/CAPF tem como referência uma proposta metodológica que supere as concepções tradicionais de ensino e proporcione um processo ensinar/aprender onde os saberes se articulem e estimulem, no aluno, a crítica, a reflexão e a criatividade, mediante a utilização de práticas metodológicas que tenham como ponto de partida a realidade sociocultural do aluno e dos grupos sociais homogêneos, recuperem experiências e vivências, articulem teoria e prática, possibilitem a interpretação e análise coletiva de problemas; estimulem o olhar investigativo; se caracterizem pela participação ativa do aluno expressas na aplicação de técnicas de ensino socializadas e/ou individualizadas como exposições dialogadas, captações da realidade, construção de projetos de intervenção, seminários, discussão, estudo de caso, demonstração, dramatização, dinâmicas de grupo e outras.

Trata-se, pois, de uma proposta metodológica onde o que importa

[...] não são os conhecimentos ou ideias nem os comportamentos corretos e fáceis que se espera, mas sim, o aumento da capacidade do aluno - participante e agente da transformação social - para detectar os problemas reais e buscar para eles soluções originais e criativas. Por esta razão, a capacidade que se deseja desenvolver é a de fazer perguntas relevantes em qualquer situação, para entendê-las e ser capaz de resolvê-las adequadamente (BORDENAVE, 1999, p. 265)

Com essa compreensão, a transmissão fiel de conceitos, fórmulas, receitas e procedimentos perde a importância. Torna-se necessário construir, no aluno, a capacidade para observar a realidade na qual estão inseridos os sujeitos e os problemas relativos ao processo saúde/doença; captar todos os recursos tecnológicos de que se possa lançar mão; identificar os problemas relativos ao processo saúde/doença e construir formas de organização do trabalho e da ação coletiva para o enfrentamento dos problemas identificados (BORDENAVE, PEREIRA, 2014; BORDENAVE, 1999).

Essa metodologia possibilita um processo ensinar/aprender o mais aproximado possível da realidade social, espaço no qual o aluno problematiza sobre situações reais de vida/trabalho, assumindo uma postura cidadã e de compromisso com a transformação dessa realidade. Essa aproximação com a realidade social possibilita uma produção de conhecimento coerente com as necessidades sociais que se apresentam sob a forma de problemas de saúde (BORDENAVE, PEREIRA, 2014; BREILH, 1991).

Como curso pioneiro na formação de trabalhadores da saúde em Pau dos Ferros e região, almejamos como resultados desta formação “Curso de Graduação Bacharelado em Enfermagem”, a consolidação de um perfil profissional comprometido com a transformação dos perfis de saúde-doença das populações, mediante os processos de trabalho: assistir/intervir, gerenciar, ensinar-aprender e investigar do enfermeiro (SANNA, 2007; EGRY, 1996). Perseguimos, portanto, como principais resultados esperados com a formação pretendida:

- Formar o enfermeiro generalista, humanista, crítico e reflexivo, com competência técnico-científica, ético-política, comprometido com a consolidação do SUS, compreendida como política social garantidora da consecução do direito universal da saúde, visto como direito de cidadania.
- Capacitado para desenvolver seus processos de trabalho (assistir-intervir, gerenciar, ensinar-aprender e investigar) mediante práticas humanizadas, interdisciplinares, colaborativas, com vistas a resolução das necessidades sociais e de saúde da população;
- Formar o enfermeiro que valorize e respeite a dignidade da pessoa, em sua integralidade, complexidade e diversidade;
- Formar o enfermeiro com competências e habilidades adquiridas ao longo do curso que torne capacitado para coordenar o trabalho da enfermagem;
- Enfermeiro que fomente o desenvolvimento profissional a partir da realidade dos serviços de saúde e da totalidade social, com vistas à transformação dos perfis epidemiológicos do País, Região e do Estado do Rio Grande do Norte, segundo os princípios éticos-legais do exercício da profissão;
- Formar o enfermeiro com mentalidade para produção de novos conhecimentos, que compreenda a pesquisa como eixo norteador do trabalho em enfermagem;
- Capacitado para realizar o processo de trabalho ensinar/aprender direcionado ao desenvolvimento da educação em saúde, na perspectiva da Vigilância à Saúde, visando o empoderamento do indivíduo, família, comunidade;
- Capacitado para realizar o processo de trabalho ensinar/aprender direcionado ao desenvolvimento da educação permanente em saúde/enfermagem, comprometendo-se com seu processo de formação e dos demais trabalhadores de enfermagem.

Outro resultado almejado pela formação no CEN/CAPF, diz respeito a superação da desarticulação dos saberes que é produzido nas instituições de saúde, nas quais se dá a inserção direta de seus egressos. Nessa preocupação, o esforço de redefinição do projeto pedagógico do CEN/CAPF se torna permanente, por consequência, o esforço de construção do Projeto de Articulação Ensino/Trabalho.

Com essa política, o CEN/CAPF visa a qualificar a força de trabalho que atenda às demandas da população em termos de suas necessidades e os problemas de saúde. Nesse entendimento, temos como norte a totalidade do processo de formação que, portanto, se materializa através dos componentes curriculares e de outros momentos/espços como: encontros e eventos realizados para aprofundamento das concepções de enfermagem, ensino, educação, saúde, trabalho e estabelecimento de um processo de reflexão crítica sobre a qualidade da assistência e do ensino na área de saúde.

Ademais, o CEN/CAPF espera como resultados, para além da formação, contribuir com a qualificação da produção dos serviços de saúde local, por meio da articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Destarte, o que se espera do Curso de Graduação de Enfermagem (CAPF/UERN) é que este, dê continuidade ao trabalho de 17 anos de transformação de realidades dos estudantes, para que possam obter condições de vida e trabalho dignas, se tornem cidadãos críticos e reflexivos, através do exercício profissional da enfermagem e sejam potenciais atores do processo de gestão e gerenciamento da saúde, atuando nos diversos cenários de assistência, onde o trabalho coletivo em saúde se materializa.

19 ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

O Curso de Enfermagem (CAPF/UERN) nos seus 17 anos de existência, tem desempenhado, no contexto da região do Alto Oeste Potiguar, a formação de enfermeiros e a produção de conteúdos acadêmico-científicos de saúde/enfermagem, em uma região distante dos grandes centros urbanos e tradicionais, que concentraram o conhecimento em saúde/enfermagem formal, em consonância com as diretrizes curriculares, primando pela qualidade profissional do nosso egresso. Nesse sentido o curso tem contribuído com a produção de novos conhecimentos, com a formação em saúde/enfermagem qualificada para transformar os perfis epidemiológicos das populações residentes no semiárido norte-rio-grandense.

Nessa fase de elaboração do novo PPC Enfermagem buscaremos continuar com o trabalho primoroso, ético e responsável que estamos a realizar. Nossa missão é devolver a sociedade enfermeiros (as) aptos (as) para atuarem como coordenadores do trabalho de enfermagem, integrante da equipe de trabalho coletivo em saúde; com possibilidade de se manter atuando no âmbito regional, visto que a maioria dos nossos estudantes são residentes em cidades que compõem a região do Alto Oeste Potiguar.

Almeja-se, portanto, continuar a formar enfermeiros, atores políticos, cidadãos crítico-reflexivos, profissionais com habilidades e competências técnicas e científicas, produtores de conhecimento por meio da pesquisa, capacitados a assistir e intervir no processo saúde-doença da população e transformar seus perfis epidemiológicos.

Os egressos do CEN/CAPF buscarão avaliar a realidade em que se inserem, seja na comunidade, seja nos espaços onde o trabalho em saúde se realiza; atuando como atores fortalecedores do SUS. Como forma de alcançar os objetivos que fundamentam a Política de Acompanhamento do Egresso.

19.1 METODOLOGIAS APLICADAS AO ACOMPANHAMENTO DE EGRESSO

- Participação de egressos em mesas redondas em todos os seminários interdisciplinares, que acontecem nos semestres letivos de ingressantes de novos alunos;
- Divulgação dos eventos realizados e/ou organizados pelo curso de graduação, em veículos oficiais e redes sociais;
- Realização de levantamento da atuação profissional do egresso, seja via contato de e-mail, WhatsApp e/ou consulta a listas oficiais de resultados de concursos públicos e seleções específicas para a área de enfermagem;

- Participação/envolvimento dos egressos em bancas de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), como forma de estreitar as relações com as vivências dos mesmos, assim como enriquecer suas habilidades profissionais e, conseqüentemente, a formação dos profissionais em curso;
- Participação de egressos em Projetos de Pesquisa Institucionalizados, de Iniciação Científica e/ou Grupos de Pesquisas;
- Participação de egressos em Projetos de Extensão;
- Atualização permanente da inserção profissional dos egressos;
- Acompanhamento e divulgação da produção científica dos egressos;
- Divulgação do portal do egresso criado pela PROEG/UERN e acessível no site da própria UERN;
- Acompanhamento dos resultados consolidados no Portal do Egresso.

20 REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO DO CURSO DE BACHARELADO EM ENFERMAGEM – CAMPUS AVANÇADO DE PAU DOS FERROS – UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

TÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO E DA DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Art. 1º: O Curso de Graduação em Enfermagem, grau Bacharelado, modalidade presencial, vinculado ao Departamento de Enfermagem, do Campus de Pau dos Ferros (CAPF), ofertado pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), destina-se a formação superior de graduação plena voltado para formação de profissionais “enfermeiros” com competências e habilidades para atuarem no exercício da Enfermagem.

Parágrafo único. Em conformidade com o Plano Diretor Institucional (PDI) 2016-2026 da UERN, o curso está organizado na perspectiva de assegurar a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão para a formação de profissionais com competência técnica, ética e política, bem como de cidadãos críticos, reflexivos e criativos, para o exercício da cidadania.

CAPÍTULO II – DA CRIAÇÃO, DO FUNCIONAMENTO E DAS BASES LEGAIS

Art. 2º: O Curso de Graduação de Enfermagem, CAPF/UERN, teve seu funcionamento por ato de criação aprovado pela Resolução nº 049/2003/CONSEPE publicada no dia 29 de dezembro de 2003, com início de funcionamento no dia 04 de novembro de 2004.

Art. 3º. A graduação em enfermagem do CEN/CAPF é regida por:

- I - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96;
- II - Resolução CNE/CES nº 03, de 7 de novembro de 2001 (Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem);
- III - Resolução nº 04, de 6 de abril de 2009 (Dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em enfermagem);
- IV - Resolução nº 1 de 17 de junho de 2004 (Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana), em atendimento ao Parecer CNE/CP 003/2004;
- V - Lei Nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003 (Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro Brasileira”, e dá outras providências);
- VI - Resolução nº 09/97-CONSUNI, de 09 de dezembro de 1997, com alterações introduzidas pela Resolução n.º 005/2002-CONSUNI, de 05 de julho de 2002 (Estatuto da UERN);
- VII - Portaria Ministerial nº 874, de 17 de junho de 1993, com alterações introduzidas pela Resolução nº 006/2002-CONSUNI, de 05 de julho de 2002 (Regimento geral da UERN); e Resolução nº 36/2018 - CONSEPE (Cria e regulamenta o Processo Seletivo de Vagas Ociosas – PSVO);
- VIII - Resolução nº 26/2017 – CONSEPE, de 28 de junho de 2017 (Aprova o Regulamento dos Cursos de Graduação da UERN);
- IX - Resolução nº 34/2016 – CONSUNI, de 20 de setembro de 2016 (Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional da UERN - 2016/2026);

X - Lei nº 7.498 de 25 de junho de 1986 (Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, e dá outras providências);

XI - Decreto nº 94.406 de 8 de junho de 1987. Regulamenta a Lei Nº. 7498/86 de 25 de junho de 1986 (Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências).

XII - Resolução nº 564 de 06 de novembro de 2017 (Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem).

Art. 4º: O Curso de Graduação em Enfermagem, (CAPF /UERN), grau bacharelado, modalidade presencial, ofertado no CAPF/UERN, tem seu turno de funcionamento no período integral, e apresenta regime de matrícula institucional para ingresso no segundo semestre letivo de cada ano, com inscrição em componentes curriculares semestralmente, exceto o ingresso por vagas não-iniciais ou por vagas-ociosas.

CAPÍTULO III – DAS FORMAS DE INGRESSO

Art. 5º: O ingresso no Curso de Graduação em Enfermagem do CEN/CAPF é realizado anualmente de forma conjunta com os demais cursos de graduação da UERN, ofertando 26 vagas iniciais, através da Entrada Regular pelo Processo Seletivo de Vagas Iniciais (PSVI), do Processo Seletivo de Vagas Não Iniciais (PSVNI), do Processo Seletivo de Vagas Ociosas (PSVO), e, também, transferência *ex officio*, e da Entrada Especial, definidos em normas específicas da UERN.

TÍTULO II – DOS OBJETIVOS

Art. 6º: O Curso de Graduação em Enfermagem, (CAPF /UERN), grau bacharelado, modalidade presencial, ofertado no CAPF/UERN, tem como objetivos:

I - Formar o enfermeiro bacharel, generalista, humanista, crítico e reflexivo, com competência técnico-científica, ético-política para participar efetivamente da consecução do direito universal à saúde, mediante a humanização das práticas, valorizando a pessoa em sua integralidade biológica, psicológica, social e espiritual e no exercício da cidadania.

II - Construir as competências técnico-científica, ético-política para que o enfermeiro assuma a coordenação do trabalho de enfermagem materializado nos processos de trabalho: assistir/intervir, gerenciar, ensinar/aprender e investigar.

III - Fomentar o desenvolvimento profissional a partir da realidade dos serviços de saúde e da totalidade social, com vistas à transformação dos perfis epidemiológicos do País, Região e do Estado do Rio Grande do Norte, segundo os princípios éticos-legais do exercício da profissão.

IV - Instrumentalizar o discente para a produção de novos conhecimentos, compreendendo a pesquisa como eixo norteador do trabalho em saúde/enfermagem.

V - Instrumentalizar o discente para realizar o processo de trabalho ensinar/aprender direcionado ao desenvolvimento da educação em saúde, na perspectiva da Vigilância à Saúde, visando o empoderamento do indivíduo, família, comunidade.

VI - Instrumentalizar o discente para realizar o processo de trabalho ensinar/aprender direcionado ao desenvolvimento da educação permanente em saúde/enfermagem, comprometendo-se com seu processo de formação e dos demais trabalhadores de enfermagem, na perspectiva da articulação ensino/trabalho.

TÍTULO III – DO PERFIL DO PROFISSIONAL A SER FORMADO

Art. 7º: O Curso de Graduação Bacharelado em Enfermagem, do Campus Avançado de Pau dos Ferros, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (CEN/CAPF/UERN) tem como perfil profissional a ser formado: Enfermeiro bacharel, generalista, humanista, crítico e reflexivo; Qualificado para o exercício de Enfermagem, com base no rigor técnico, científico, ético e político; Capaz de conhecer e intervir sobre os problemas/situações de saúde-doença mais prevalentes que compõem o perfil epidemiológico nacional, com ênfase na sua região/local de atuação, identificando nas dimensões biopsicossociais e os seus determinantes; Capaz de atuar, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral da pessoa, em sua integralidade biológica, psicológica, social e espiritual e no exercício da cidadania.

TÍTULO IV – DA CARGA HORÁRIA DO CURSO

Art. 8º: O Curso de Graduação (CAPF/UERN), grau Bacharelado em Enfermagem, modalidade presencial tem uma carga horária total (CHT) de 4.350 (quatro mil trezentos e cinquenta) horas, distribuída da seguinte forma: 2.805 horas (dois mil, oitocentos e cinco) para componentes curriculares obrigatórios; 90 horas (noventa) para componentes curriculares optativos; 900 horas (novecentas) para Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, distribuídas em 02 (dois) componentes curriculares, com carga horária de 450 horas/cada (quatrocentas e cinquenta/cada); 120 horas (cento e vinte) para Atividade Curricular Complementar (ACC); 435 horas (quatrocentas e trinta e cinco) para as Unidades Curriculares de Extensão (UCE).

TÍTULO V – DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

CAPÍTULO I – DAS ÁREAS TEMÁTICAS

Art. 9º: O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de Enfermagem (CAPF/UERN) está organizado em 06 (seis) áreas temáticas:

- I. Bases Biológicas e Sociais do Trabalho da Enfermagem:** destinada à fundamentação básica das ciências biológicas, humanas e sociais, de modo a garantir a compreensão das concepções de enfermagem, seu processo de trabalho, mediações, intervenções e compromissos com a transformação das práticas de saúde e da educação em enfermagem na sociedade, consubstanciada nos seguintes componentes curriculares: Processos Bioquímicos; Citologia, Histologia e Embriologia; Universidade, Sociedade e Saúde; Fundamentos da Filosofia aplicados à Enfermagem; Fundamentos da Psicologia aplicados à Enfermagem; Antropologia, Saúde e Enfermagem; Anatomia Humana e Saúde; Fisiologia Humana e Saúde; Enfermagem nos Processos Patológicos; e Enfermagem nos Processos Terapêuticos
- II. Bases Teórico-Methodológicas do Trabalho da Enfermagem:** abrange os conteúdos técnicos, metodológicos, os meios e instrumentos inerentes ao processo de trabalho do enfermeiro e da enfermagem nos modelos de assistência coletiva e individual, na educação em enfermagem visando qualificar o aluno para a compreensão das formas de organização dos trabalhadores e dos processos de trabalho da enfermagem, consubstanciada nos seguintes componentes curriculares: Fundamentos da Redação Científica; Enfermagem: História e Processos de Trabalho; Gênero, Diversidade e

Enfermagem; Epidemiologia Aplicada à Enfermagem; Introdução a Pesquisa em Saúde e Enfermagem; Bases Teóricas e Metodológicas da Enfermagem; Bioestatística; Ética, Bioética e Enfermagem; Semiologia e Semiotécnica da Enfermagem; Enfermagem e o Processo Produtivo; Saúde, Território e Meio Ambiente; O Processo Pesquisar da Enfermagem; e Seminário de Defesa de Monografia.

- III. Assistência de Enfermagem:** abrange os conteúdos teóricos e práticos que compõem os processos de trabalho assistir/intervir e gerenciar da enfermagem, de forma indissociável, em nível coletivo e individual, no processo saúde/doença da criança, do adolescente, do adulto e do idoso, na promoção, proteção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde. Deve ser desenvolvida sob a forma de ensino *prático-teórico-prático* nos diversos cenários da produção dos serviços de saúde, contemplando os aspectos epidemiológicos, clínicos, cirúrgicos, saúde mental, pediátricos, geriátricos e gineco-obstétricos, na saúde coletiva e individual. Possibilita a construção de competência científica, técnica, política e ética para atingir as finalidades do trabalho da enfermagem. Constrói instrumentos para a educação em saúde e na educação permanente em saúde/enfermagem, consubstanciada nos seguintes componentes curriculares: Enfermagem na Saúde Coletiva; Enfermagem em Saúde Mental; Assistência de Enfermagem no Processo Saúde-Doença da Criança e do Adolescente; Assistência de Enfermagem no Processo de Reprodução Humana; Assistência de Enfermagem no Processo Saúde-Doença do Idoso; Enfermagem em Oncologia; e Assistência de Enfermagem no Processo Saúde-Doença do Adulto.
- IV. Gestão e Gerenciamento em Enfermagem:** constrói conhecimentos sobre o processo de trabalho gerenciar, de forma indissociável do processo assistir/intervir, interfacetado pelos processos de trabalho ensinar/aprender e investigar, que qualifica o aluno para exercer a coordenação do trabalho da enfermagem nos diversos cenários de produção de serviços de saúde/enfermagem e na educação em saúde e educação permanente em saúde/enfermagem cujos instrumentos são construídos nas áreas temáticas II e III, consubstanciada no componente curricular: O Processo Gerenciar da Enfermagem.
- V. Educação, Saúde e Enfermagem:** Espaço privilegiado para subsidiar a formação do enfermeiro como educador. Contempla as teorias, os métodos e as técnicas apropriadas ao ensino da enfermagem, bem como a intervenção do mesmo no processo de educação em saúde e educação permanente em saúde/enfermagem, cujos instrumentos são construídos nas áreas I, II, III e IV, compreendendo os seguintes componentes curriculares: Processo Ensinar-Aprender da Enfermagem; e Prática da Enfermagem na Educação e Saúde.
- VI. Articulação Ensino/Trabalho:** espaço de conformação da intervenção do CEN/CAPF na produção dos serviços de saúde. Espaço de consolidação da autonomia do enfermeiro como coordenador do trabalho de enfermagem, conformando a articulação e indissociabilidade dos processos de trabalho de enfermagem (assistir/intervir, gerenciar, ensinar/aprender e investigar) nos diversos cenários de produção de serviços de saúde/enfermagem e na educação em saúde e na educação permanente em saúde/enfermagem. O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do CEN/CAPF é supervisionado por enfermeiros-docentes, em parceria com enfermeiros dos serviços de saúde, de caráter obrigatório, possui carga horária de 900 horas, perfazendo um total de 60 créditos, desenvolvidos nos dois últimos semestres do curso, considerando 50% da carga horária para a atenção básica à saúde e 50% para a atenção hospitalar.

Compreende os seguintes componentes curriculares: Estágio Curricular em Enfermagem I; e Estágio Curricular em Enfermagem II.

CAPÍTULO II – DA MATRIZ E FLUXO CURRICULAR

Art. 10º: A matriz e o fluxo curricular dos Componentes Curriculares Obrigatórios, incluído as Unidades de Curricularização de Extensão (UCE) do CEN/CAPF/UERN está organizada conforme seguem os quadros abaixo:

1º PERÍODO									
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação T,P,T/P *	Carga Horária			Crédito (CH semanal)	Pré-requisito	
				Teórico	Prático	Total		Código	Componente Curricular
A definir	Universidade, Sociedade e Saúde	Enfermagem	T	45	-	45	3	-	-
A definir	Fundamentos da Redação Científica	Enfermagem	T	45	-	45	3	-	-
A definir	Citologia, Histologia e Embriologia	Enfermagem	T/P	45	15	60	4	-	-
A definir	Processos Bioquímicos	Enfermagem	T/P	60	15	75	5	-	-
A definir	Fundamentos de Filosofia aplicados à Enfermagem	Enfermagem	T	45	-	45	3	-	-
A definir	Fundamentos de Psicologia aplicados à Enfermagem	Enfermagem	T	45	-	45	3	-	-
A definir	UCE	Enfermagem	T/P	15	15	30	2	-	-
TOTAL				300	45	345	23		

*Legenda: T - Teórica; P - Prática; T/P - Teórico-Prática.

2º PERÍODO									
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação T,P,T/P *	Carga Horária			Crédito (CH semanal)	Pré-requisito	
				Teórico	Prático	Total		Código	Componente Curricular
A definir	Enfermagem: História e Processos de Trabalho	Enfermagem	T/P	45	15	60	4	-	-
A definir	Anatomia Humana e Saúde	Enfermagem	T/P	60	30	90	6	A definir	Processos Bioquímicos
								A definir	Citologia, Histologia e Embriologia

A definir	Fisiologia Humana e Saúde	Enfermagem	T/P	90	15	105	7	A definir	Processos Bioquímicos
								A definir	Citologia, Histologia e Embriologia
A definir	Gênero, Diversidade e Enfermagem	Enfermagem	T	30	-	30	2	-	-
A definir	Antropologia, Saúde e Enfermagem	Enfermagem	T	45	-	45	3	-	-
A definir	UCE	Enfermagem	T/P	15	15	30	2	-	-
TOTAL				285	75	360	24		

*Legenda: T - Teórica; P - Prática; T/P - Teórico-Prática.

3º PERÍODO									
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação T,P,T/P *	Carga Horária			Crédito (CH semanal)	Pré-requisito	
				Teórico	Prático	Total		Código	Componente Curricular
A definir	Epidemiologia Aplicada a Enfermagem	Enfermagem	T/P	90	30	120	8	A definir	Enfermagem: História e Processos de Trabalho
A definir	Bioestatística	Enfermagem	T	45	-	45	3	-	-
A definir	Introdução a Pesquisa em Saúde e Enfermagem	Enfermagem	T	60	-	60	4	A definir	Fundamentos da Redação Científica
A definir	Enfermagem nos Processos Patológicos	Enfermagem	T	135	-	135	9	A definir	Anatomia Humana e Saúde
								A definir	Fisiologia Humana e Saúde
A definir	UCE	Enfermagem	T/P	15	45	60	4	-	-
TOTAL				345	75	420	28		

*Legenda: T - Teórica; P - Prática; T/P - Teórico-Prática.

4º PERÍODO									
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação T,P,T/P *	Carga Horária			Crédito (CH semanal)	Pré-requisito	
				Teórico	Prático	Total		Código	Componente Curricular
A definir	Bases Teóricas e Metodológicas da Enfermagem	Enfermagem	T	45	-	45	3	A definir	Enfermagem: História e Processos de Trabalho

A definir	Enfermagem na Saúde Coletiva	Enfermagem	T/P	60	30	90	6	A definir	Epidemiologia Aplicada a Enfermagem
A definir	Processo Ensinar-Aprender da Enfermagem	Enfermagem	T	75	-	75	5	A definir	Enfermagem: História e Processos de Trabalho
A definir	Enfermagem nos Processos Terapêuticos	Enfermagem	T	135	-	135	9	A definir	Enfermagem nos Processos Patológicos
A definir	UCE	Enfermagem	T/P	15	45	60	4	-	-
TOTAL				330	75	405	27		

*Legenda: T - Teórica; P - Prática; T/P - Teórico-Prática.

5º PERÍODO									
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação T,P,T/P *	Carga Horária			Crédito (CH semanal)	Pré-requisito	
				Teórico	Prático	Total		Código	Componente Curricular
A definir	O Processo Gerenciar da Enfermagem	Enfermagem	T/P	60	30	90	6	A definir	Enfermagem: História e Processos de Trabalho
								A definir	Enfermagem na Saúde Coletiva
A definir	Semiologia e Semiotécnica da Enfermagem	Enfermagem	T/P	120	105	225	15	A definir	Bases Teóricas e Metodológicas da Enfermagem
								A definir	Enfermagem nos Processos Patológicos
								A definir	Enfermagem nos Processos Terapêuticos
A definir	Ética, Bioética e Enfermagem	Enfermagem	T	45	-	45	3	-	-
A definir	UCE	Enfermagem	T/P	15	45	60	4	-	-
TOTAL				240	180	420	28		

6º PERÍODO									
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação T,P,T/P *	Carga Horária			Crédito (CH semanal)	Pré-requisito	
				Teórico	Prático	Total		Código	Componente Curricular
A definir	Enfermagem e o Processo Produtivo	Enfermagem	T/P	45	15	60	4	A definir	Enfermagem: História e Processos de Trabalho
								A definir	Enfermagem na Saúde Coletiva
A definir	Saúde, Território e Meio Ambiente	Enfermagem	T	45	-	45	3	A definir	Epidemiologia Aplicada à Enfermagem
A definir	Enfermagem em Saúde Mental	Enfermagem	T	45	-	45	3	A definir	Fundamentos da Psicologia aplicados a Enfermagem
A definir	Assistência de Enfermagem no Processo Saúde-Doença da Criança e do Adolescente	Enfermagem	T/P	90	90	180	12	A definir	Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem
								A definir	Enfermagem na Saúde Coletiva
A definir	UCE	Enfermagem	T/P	15	60	75	5	-	-
TOTAL				240	165	405	27		

*Legenda: T - Teórica; P - Prática; T/P - Teórico-Prática.

7º PERÍODO									
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação T,P,T/P *	Carga Horária			Crédito (CH semanal)	Pré-requisito	
				Teórico	Prático	Total		Código	Componente Curricular
A definir	O Processo Pesquisar da Enfermagem	Enfermagem	T	60	-	60	4	A definir	Introdução a Pesquisa em Saúde e Enfermagem
A definir	Assistência de Enfermagem no Processo de Reprodução Humana	Enfermagem	T/P	90	90	180	12	A definir	Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem
								A definir	Enfermagem na Saúde Coletiva
A definir	Assistência de Enfermagem no Processo Saúde-Doença do Idoso	Enfermagem	T/P	60	30	90	6	A definir	Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem
								A definir	Enfermagem na Saúde Coletiva

A definir	Enfermagem em Oncologia	Enfermagem	T	45	-	45	3	A definir	Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem
A definir	UCE	Enfermagem	T/P	15	45	60	4	-	-
TOTAL				270	165	435	29		

*Legenda: T - Teórica; P - Prática; T/P - Teórico-Prática.

8º PERÍODO									
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação T.P,T/P *	Carga Horária			Crédito (CH semanal)	Pré-requisito	
				Teórico	Prático	Total		Código	Componente Curricular
A definir	Assistência de Enfermagem no Processo Saúde-Doença do Adulto	Enfermagem	T/P	135	135	270	18	A definir	Enfermagem em Saúde Mental
								A definir	Assistência de Enfermagem no Processo Saúde-Doença do Idoso
								A definir	Enfermagem em Oncologia
A definir	Prática da Enfermagem na Educação em Saúde	Enfermagem	T/P	45	45	90	6	A definir	Processo Ensinar e Aprender da Enfermagem
A definir	UCE	Enfermagem	T/P	15	45	60	4	-	-
TOTAL				195	225	420	28		

*Legenda: T - Teórica; P - Prática; T/P - Teórico-Prática.

9º PERÍODO									
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação T.P,T/P *	Carga Horária			Crédito (CH semanal)	Pré-requisito	
				Teórico	Prático	Total		Código	Componente Curricular
A definir	Estágio Curricular de Enfermagem I	Enfermagem	P	-	450	450	30	-	Todos os componentes curriculares
TOTAL				-	450	450	30		

*Legenda: T - Teórica; P - Prática; T/P - Teórico-Prática.

10º PERÍODO									
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação T,P,T/P *	Carga Horária			Crédito (CH semanal)	Pré-requisito	
				Teórico	Prático	Total		Código	Componente Curricular
A definir	Estágio Curricular de Enfermagem II	Enfermagem	P	-	450	450	30	A definir	Estágio Curricular de Enfermagem I
A definir	Seminário de Defesa de Monografia	Enfermagem	T	30	-	30	2	A definir	O Processo Pesquisar da Enfermagem
								A definir	Estágio Curricular de Enfermagem I
TOTAL				30	450	480	32		

*Legenda: T - Teórica; P - Prática; T/P - Teórico-Prática.

CAPÍTULO III – DOS COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

Art. 11º: Os Componentes Curriculares de caráter Optativo previstos no PPC de Enfermagem/CAPF/UERN, são:

Código	Componente Curricular	Aplicação	Carga Horária	Créditos
A definir	Informações e Registros em Saúde e Enfermagem	Teórica	60	4
A definir	Pesquisa Qualitativa e Enfermagem	Teórica	60	4
A definir	Pesquisa Quantitativa e Enfermagem	Teórica	60	4
A definir	Temáticas Avançadas em Saúde Coletiva	Teórica	60	4
A definir	Cuidados de Enfermagem a pessoa com lesão de pele	Teórico-prática	60	4
A definir	Imunização e Enfermagem	Teórica	30	2
A definir	Assistência Pré-hospitalar	Teórico-prática	60	4
A definir	Educação para a morte	Teórica	30	2
A definir	Enfermagem em Cuidados Intensivos	Teórica	30	2
A definir	Práticas Integrativas em Saúde	Teórica	30	2
A definir	Práticas Interprofissionais em Saúde	Teórica	30	2
A definir	Enfermagem e Segurança do Paciente	Teórica	30	2
0401089-1	Língua Brasileira de Sinais	Teórica	60	4

CAPÍTULO IV – DA INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

Art. 12º: Para a obtenção do título de Bacharel em Enfermagem, o(a) aluno(a), deve cursar, com aproveitamento satisfatório, conforme normas institucionais de avaliação de desempenho, os Componentes Curriculares Obrigatórios e Optativos; os Estágios Curriculares

Supervisionados Obrigatórios; as Unidades Curriculares de Extensão (UCE), o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e as Atividades Complementares Curriculares (ACC).

Art. 13º: Para efeito de integralização curricular, o aluno deverá cumprir 3.705 (três mil setecentos e cinco) horas, de componentes curriculares de caráter obrigatório, desta carga horária, 900 (noventas) horas representam a CH para estágio curricular supervisionado obrigatório e 30 (trinta) horas para trabalho de conclusão de curso. Ainda, deverá cumprir 90 (noventa) horas de componentes curriculares de caráter optativo; 435 (quatrocentas e trinta e cinco) horas de unidade curricular de extensão e; 120 (cento e vinte) horas de atividades complementares curriculares (ACC).

Parágrafo único: O tempo mínimo para integralização curricular, excetuando as UCE, é de 5 (cinco) anos, ou 10 (dez) semestres letivos, e máxima de 8 (oito) anos, ou 16 (dezesesseis), semestres letivos.

CAPÍTULO V – DA EQUIVALÊNCIA CURRICULAR

Art. 14º: Ficam estabelecidas as seguintes equivalências dos Componentes da matriz curricular do Curso de Graduação Bacharelado em Enfermagem/Campus Pau dos Ferros (CAPF) com os Componentes da matriz curricular do Curso de Graduação Licenciatura e Bacharelado em Enfermagem/Campus Avançado de Pau dos Ferros (CAPF).

COMPONENTE DA MATRIZ DE VÍNCULO DO ALUNO				COMPONENTE EQUIVALENTE			
MATRIZ	CÓDIGO	COMPONENTE	CH	DEP DE ORIGEM	CÓDIGO	COMPONENTE	CH
	A definir	Universidade, Saúde Sociedade	45	Enfermagem/CAPF	0501001-1	A Universidade e a Produção da força de Trabalho em Enfermagem	45
	A definir	Processos Bioquímicos	75	Enfermagem/CAPF	0501026-1	Morfologia + Biologia	105
	A definir	Citologia, Histologia e Embriologia	60	Enfermagem/CAPF	0501027-1	Processos Fisiológicos + Biologia	135
	A definir	Fundamentos da Redação Científica	45	Enfermagem/CAPF	0501031-1	Biologia	75
	A definir	Fundamentos de Filosofia Aplicados a Enfermagem	45	Enfermagem/CAPF	0501002-1	Concepções Sobre o Ato de Estudar	45
	A definir	Fundamentos de Psicologia Aplicados a Enfermagem	45	Enfermagem/CAPF	0702037-1	Fundamentos de Filosofia	60
	A definir	Fundamentos de Psicologia Aplicados a Enfermagem	45	Enfermagem/CAPF	0301003-1	Fundamentos da Psicologia	60
	-	Não há CC equivalente	-	Enfermagem/CAPF	0701016-1	Fundamentos da Sociologia	60
	A definir	Antropologia, Saúde e Enfermagem	45	Enfermagem/CAPF	0501025-1	Antropologia e Saúde	45
	A definir	Enfermagem: História e Processos de Trabalho	60	Enfermagem/CAPF	501003-1	História e Processo de Trabalho em Enfermagem	60
	A definir	Anatomia Humana e Saúde	90	Enfermagem/CAPF	0501026-1	Morfologia	105
	A definir	Fisiologia Humana e Saúde	105	Enfermagem/CAPF	0501027-1	Processos Fisiológicos	135
	-	Não há CC equivalente	-	Enfermagem/CAPF	0301008-1	Sociologia da Educação	60
	A definir	Epidemiologia Aplicada a Enfermagem	120	Enfermagem/CAPF	0501004-1	Epidemiologia e Enfermagem	120
	A definir	Bioestatística	45	Enfermagem/CAPF	-	Não há CC equivalente	-
	-	Não há CC equivalente	-	Enfermagem/CAPF	0702032-1	Filosofia da Educação	60

	A definir	Gênero, Diversidade e Saúde	30	Enfermagem/CAPF	0501046-1	Gênero, Saúde e Enfermagem	30
	A definir	Introdução a pesquisa em Saúde e Enfermagem	60	Enfermagem/CAPF	0501005-1	Processo de Investigação em Enfermagem	60
	A definir	Enfermagem nos Processos Patológicos	135	Enfermagem/CAPF	0501028-1	Processos Patológicos	135
	A definir	Enfermagem nos Processos Terapêuticos	135	Enfermagem/CAPF	0501067-1	Enfermagem e Processos terapêuticos	135
	A definir	Enfermagem na Saúde Coletiva	90	Enfermagem/CAPF	0501008-1	Enfermagem em Saúde Coletiva	90
	A definir	Bases Teóricas e Metodológicas da Enfermagem	45	Enfermagem/CAPF	-	Não há CC equivalente	-
	-	Não há CC equivalente	-	Enfermagem/CAPF	0301018-1	Psicologia da Aprendizagem	60
	A definir	Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem	225	Enfermagem/CAPF	0501007-1	Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem no Processo Saúde/Doença do Adulto	225
	A definir	Processo Ensinar-Aprender da Enfermagem	75	Enfermagem/CAPF	0501069-1	Bases Políticas e Legais para a Educação básica e Profissional em Enfermagem	60
					0501052-1	Gestão do Processo Ensinar Aprender	60
					0501070-1	Instrumentos Metodológicos do Processo Ensinar-Aprender	60
	A definir	Assistência de Enfermagem no Processo Saúde/Doença da Criança e do Adolescente	180	Enfermagem/CAPF	0501011-1	Enfermagem no Processo Saúde/Doença da Criança e do Adolescente	150
					0501009-1	Semiologia e Semiotécnica da Enfermagem no Processo Saúde/Doença da Criança e do Adolescente	75
	A definir	Enfermagem em Saúde Mental	45	Enfermagem/CAPF	-	Não há CC equivalente	-
	A definir	Ética Bioética e Enfermagem	45	Enfermagem/CAPF	0501068-1	Ética e Enfermagem	45
	A definir	O Processo Gerenciar da Enfermagem	90	Enfermagem/CAPF	0501012-1	Processo Gerenciar em Enfermagem	90
	A definir	Saúde, Território e Meio Ambiente	45	Enfermagem/CAPF	0501030-1	Saúde Ambiental	45
	A definir	Assistência de Enfermagem no Processo de Reprodução Humana	180	Enfermagem/CAPF	0501015-1	Enfermagem no Processo de Reprodução Humana	210
	A definir	Enfermagem e o Processo Produtivo	60	Enfermagem/CAPF	0501051-1	Enfermagem no Processo Produtivo	60
	-	Não há CC equivalente	-	Enfermagem/CAPF	0501061-1	Estágio Curricular Supervisionado I	-
	A definir	O Processo Pesquisar da Enfermagem	60	Enfermagem/CAPF	0501050-1	Processo Pesquisar e Enfermagem	60
	A definir	Assistência de Enfermagem no Processo Saúde/Doença do Idoso	90	Enfermagem/CAPF	0501018-1	Enfermagem no Processo Saúde/Doença da Terceira Idade	90
	A definir	Enfermagem em Oncologia	45	Enfermagem/CAPF	-	Não há CC equivalente	-
	A definir	Assistência de Enfermagem no Processo Saúde/Doença do Adulto	270	Enfermagem/CAPF	0501019-1	Enfermagem no Processo Saúde/Doença do Adulto	270
	-	Não há CC equivalente	-	Enfermagem/CAPF	0501062-1	Estágio Curricular Supervisionado II	-

	-	Não há CC equivalente	-	Enfermagem/CAPF	0501017-1	Seminário sobre a Problemática do Ensino e da Prática de Enfermagem	30
	A definir	Estágio Curricular em Enfermagem I	450	Enfermagem/CAPF	0501063-1	Estágio Curricular Supervisionado III	-
	-	Não há CC equivalente	-	Enfermagem/CAPF	0501022-1	Estudos para Elaboração de Monografia	30
	A definir	Estágio Curricular em Enfermagem II	450	Enfermagem/CAPF	0501064-1	Estágio Curricular Supervisionado IV	-
	0401089-1	Língua Brasileira de Sinais (optativo)	60	Enfermagem/CAPF	0401089-1	Língua Brasileira de Sinais	60
	A definir	Informações e Registros em Saúde e Enfermagem (optativo)	60	Enfermagem/CAPF	0805025-1	Informática e Enfermagem (CC Optativo)	60
	A definir	Temáticas Avançadas em Saúde Coletiva (optativo)	60	Enfermagem/CAPF	0501016-1	Temas Avançados em Saúde Coletiva	60
	A definir	Imunização e Enfermagem (Optativo)	30	Enfermagem/CAPF	-	Não há CC equivalente	-
	A definir	Assistência Pré-hospitalar (Optativo)	60	Enfermagem/CAPF	-	Não há CC equivalente	-
	A definir	Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (Optativo)	30	Enfermagem/CAPF	-	Não há CC equivalente	-
	A definir	Práticas Interprofissionais em Saúde (Optativo)	30	Enfermagem/CAPF	-	Não há CC equivalente	-
	A definir	Enfermagem e Segurança do Paciente (Optativo)	30	Enfermagem/CAPF	-	Não há CC equivalente	-
	A definir	Educação para a Morte (Optativo)	30	Enfermagem/CAPF	-	Não há CC equivalente	-
	A definir	Cuidados de Enfermagem à pessoa com lesões de pele (Optativo)	60	Enfermagem/CAPF	-	Não há CC equivalente	-
	A definir	Enfermagem em Cuidados Intensivos (Optativo)	30	Enfermagem/CAPF	-	Não há CC equivalente	-
	A definir	Pesquisa Qualitativa em Saúde (optativo)	60	Enfermagem/CAPF	-	Não há CC equivalente	-
	A definir	Pesquisa Quantitativa em Saúde (optativo)	60	Enfermagem/CAPF	-	Não há CC equivalente	-
	-	Não há CC equivalente	-	Enfermagem/CAPF	0501032-1	Ética Social (CC Optativo)	60
	-	Não há CC equivalente	-	Enfermagem/CAPF	0601107-1	Prática Desportiva I (CC Optativo)	30
	-	Não há CC equivalente	-	Enfermagem/CAPF	0601108-1	Prática Desportiva II (CC Optativo)	30
	-	Não há CC equivalente	-	Enfermagem/CAPF	0501071-1	Processo Investigar em Saúde Coletiva (CC Optativo)	30

TÍTULO VI – DO COMPONENTE CURRICULAR ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

CAPÍTULO I – DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Art. 15º: O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso está fundamentado na Resolução nº 05/2015/CONSEPE que regulamenta o Estágio nos Cursos de Bacharelado da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 16°: O Curso ofertará 02 (dois) estágios curriculares supervisionados obrigatórios (Estágio Curricular de Enfermagem I e Estágio Curricular de Enfermagem II), realizados no último ano, respectivamente, no 9° e 10° período, conforme estabelecido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Enfermagem (DCNEnf), com carga horária total de 900 horas.

Art. 17°: O Estágio Curricular de Enfermagem I e II se constituem como campos de conhecimentos, constituindo-se como a síntese da formação, superando a ideia reduzida de um momento para instrumentalização da prática do exercício profissional.

§ 1°: O Estágio Curricular Supervisionado de Enfermagem deve ser compreendido como espaço para reflexão da realidade a ser transformada, redefinindo-o.

§ 2°: O Estágio Curricular Supervisionado de Enfermagem representa o princípio formativo da articulação ensino-trabalho. Possibilita a qualificação dos atores envolvidos, não como um fim, mas, como um meio para a transformação da prática de enfermagem, adotando estratégias que possam superar as limitações dos tradicionais programas de qualificação profissional realizados no interior das instituições de ensino.

§ 3°: O Estágio Curricular Supervisionado de Enfermagem terá como “mote” o projeto de intervenção, que define principalmente “o que fazer” dos alunos, assim como explícita as contrapartidas institucionais na perspectiva da qualificação da produção dos serviços de saúde.

§ 4°: O Estágio Curricular Supervisionado de Enfermagem não se configura como componente curricular isolado, nem como a parte prática do que foi trabalhado na teoria, mas, como inerente ao projeto de articulação ensino-trabalho.

Art. 18°: O Estágio Curricular Supervisionado de Enfermagem tem como objetivos:

- I. Possibilitar ao aluno a conformação da autonomia, através dos conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas ao longo do curso, nos processos de trabalho de enfermagem para assumir a coordenação do trabalho da enfermagem dentro de uma programação em parceria com serviços de saúde.
- II. Proporcionar experiências de articulação ensino-trabalho através de participação efetiva na produção de serviços de saúde, organismos institucionais públicos e privados e demais setores da sociedade civil nas quais o enfermeiro é inserido como trabalhador.
- III. Possibilitar a produção de conhecimentos e tecnologias que contribuam para a transformação dos serviços de saúde do município de Pau dos Ferros, Região e Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 19°: O Curso de Enfermagem (CAPF/UERN) busca articular o estágio curricular supervisionado obrigatório com os outros momentos dos processos de trabalho do enfermeiro (assistir-intervir, aprender-ensinar; gerenciar; investigar), momentos indissociáveis; para tanto, o estágio ocorre nas seguintes etapas:

- I. **Captação da realidade objetiva:** O conhecimento da realidade terá, necessariamente, que partir do resgate e atualização de conhecimentos adquiridos. Esse resgate dará ao aluno a dimensão das informações que ele deverá buscar para maior aproximação da realidade. Considerando as três dimensões: Dimensão geral ou estrutural; Dimensão Particular e; Dimensão Singular.
- II. **Interpretação da realidade objetiva:** Possibilita a visualização da finalidade de uma dada intervenção e define eixos do recorte total do processo de intervenção. Enfatizamos que essas etapas são indissociáveis; apenas, em alguns momentos, uma delas torna-se hegemônica em relação às demais.

- III. **Elaboração do projeto de intervenção:** Momento em que os docentes e discentes, de forma colaborativa, com os enfermeiros dos serviços de saúde, elaboram o projeto de intervenção. Desde o início da formulação do projeto de intervenção, devem aparecer as necessidades da captação de novos temas/necessidades que não foram contemplados na primeira etapa.
- IV. **Implantação do projeto de intervenção:** Trata-se da intervenção propriamente dita. Essa será tanto eficiente quanto mais as etapas anteriores forem realizadas com cuidado.
- V. **Reinterpretação da realidade:** É a fase em que são avaliados os processos e seus resultados.
- VI. **Planejamento de nova implantação:** diz respeito à continuidade das atividades de modo a articular o ensino e os serviços mediante as experiências acumuladas através da continuação de projetos de intervenção.

Art. 20º: Os atores envolvidos no estágio do CEN/CAPF são: a Coordenação de Curso; o Coordenador de Estágio; o Gestor local de saúde e Diretores de instituições de saúde públicas e privadas; Docente supervisor de estágio; Alunos; Usuários e Enfermeiro supervisor de campo.

§ 1º: Atribuições do Coordenador do Curso:

- Definir espaços que se constituirão como campo de estágio que assegurem a infraestrutura necessária para o desenvolvimento das práticas de enfermagem previstas no projeto de intervenção e acompanhar a sua operacionalização. Como se trata de um projeto de articulação ensino-serviço, o Departamento de Enfermagem terá que trabalhar diretamente com a direção dos serviços, na perspectiva de construção de uma articulação em caráter institucional, superando a articulação em caráter pessoal.

§ 2º: São atribuições do Coordenador de Estágio:

- proceder prévio cadastramento e avaliação periódica dos campos de estágio, com a finalidade de celebração de convênios entre a UERN e instituições públicas e privadas de atenção à saúde, obedecendo aos seguintes requisitos: a) Existência de infraestrutura, recursos humanos e materiais necessários ao pleno desenvolvimento do Estágio; b) Garantia de acompanhamento e avaliação por parte da Coordenação do Curso; e c) Existência de profissional qualificado para participar da orientação, acompanhamento e avaliação do estagiário, cujas atribuições são definidas na presente norma;
- Em parceria com os docentes e enfermeiros supervisores, selecionar, treinar, distribuir e encaminhar os alunos aos campos de estágio curricular supervisionado;
- Promover uma ampla articulação entre os diversos cenários de prática profissional e a Coordenação do Curso, tendo em vista o desencadeamento de processos reflexivos sobre a formação profissional na perspectiva da construção coletiva de projetos de integração ensino/trabalho;
- Acompanhar, avaliar e analisar o direcionamento do estágio curricular com base nas diretrizes curriculares nacionais e das leis de estágio dos Cursos de Graduação em Enfermagem;
- Assessorar a elaboração e efetivação das Unidades Programáticas do estágio curricular a partir dos marcos teórico-metodológicos norteadores do PPC Enfermagem em vigor;
- Acompanhar continuamente o controle e cômputo das horas de estágio cumpridas nos diversos cenários de prática;
- Elaborar e encaminhar semestralmente à Coordenação do Curso, relatório de atividades desenvolvidas nos estágios referentes a cada período letivo;

- Gerar os Termos de Compromisso de Estágio (TCE), conforme orientações da PROEG/UERN.

§ 3º: São atribuições do Gestor Local e de saúde e Diretores de instituições de saúde públicas e privadas:

- Oferecer estrutura física, material e equipamentos destinados às atividades didático-pedagógicas relacionadas ao estágio;
- Facilitar o acesso irrestrito dos professores, supervisores, coordenadores geral de estágio e dos alunos estagiários, às dependências das concedentes, nos horários previamente determinados;
- Facilitar o acesso às informações administrativas no que tange aos aspectos organizacionais, prontuários, registros e demais informações pertinentes, aos professores, supervisores, coordenadores geral e estagiários, visando o perfeito entendimento da realidade das unidades de saúde;
- Instruir todo o corpo funcional (pessoal administrativo, médicos, dentistas, enfermeiros do serviço, etc.) da existência das condições estabelecidas como forma de facilitar a integração e ambientação dos estagiários;
- Indicar e responsabilizar um ou mais enfermeiros, vinculados funcionalmente às instituições de saúde, para supervisão conjunta com os professores supervisores de estágio da UERN, considerando a pactuação efetivada de acordo com a proposta pedagógica para o estágio.

§ 4º: São atribuições do Docente Supervisor de Estágio:

- Indicar ao Departamento de Enfermagem serviços que venham a se constituir em campos de prática;
- Qualificar os enfermeiros de serviço nos referenciais teóricos metodológicos do ensino de graduação (promovendo cursos e/ou outros eventos, motivando os enfermeiros a participarem de atividades do CEN);
- Estabelecer cooperação técnica no sentido de organizar os serviços para criar e/ou manter condições favoráveis ao estágio e interferir na produção dos serviços de saúde;
- Mediar negociações institucionais;
- Planejar e definir juntamente com enfermeiros supervisores, o programa específico do estágio: objetivos específicos, conteúdos, estratégias pedagógicas e avaliação;
- Desenvolver atividades de reflexões sobre o estágio e orientações práticas (estudos de caso, produção de artigos, conferências entre outros) para complementação e aprofundamento do aluno;
- Desenvolver atitudes críticas e éticas no trato com colegas professores, enfermeiros de serviço e demais trabalhadores;
- Incentivar a produção de novos conhecimentos e tecnologias necessários à qualificação dos enfermeiros e da produção dos serviços;
- Identificar, selecionar, propor soluções e/ou resolver problemas ou situações relativas ao processo de produção dos serviços de saúde, modelos de atenção e processos ensinar/aprender desenvolvidos durante a programação;
- Avaliar o desempenho do aluno juntamente com o supervisor dos campos de estágio;
- Construir coletivamente o projeto de intervenção na realidade;
- Negociar o projeto de intervenção, dentro dos limites de sua competência;

§ 5º: São atribuições do Aluno-Estagiário:

- Matricular-se nos componentes curriculares relativos ao Estágio Curricular em Enfermagem I e II, obedecidos os pré-requisitos;
- Frequentar e participar ativamente das aulas da fase de orientação específica em classe e realizar as atividades e tarefas planejadas para o estágio;
- Comparecer ao estágio em condições compatíveis e requeridas pela circunstância do estágio e do ambiente da atividade profissional;
- Conduzir-se com urbanidade e probidade em todas as fases do estágio;
- Executar as atividades e tarefas de cada fase do estágio, mediante observação e cumprimento do regulamento do curso e procedimentos metodológicos adotados pela Coordenação do Curso de Graduação em Enfermagem;
- Cumprir os prazos e horários estabelecidos pela Coordenação do Curso de Graduação em Enfermagem;
- Manter o supervisor de estágio informado do desenvolvimento do estágio e comunicá-lo com brevidade qualquer ocorrência que possa afetar as atividades ou que não esteja prevista no plano;
- Proceder a avaliação sistemática e contínua de suas atividades com a finalidade de aperfeiçoá-las sempre que necessário.

§ 6º: São atribuições do Usuário:

- Informar sobre suas condições de vida e saúde, possibilitando uma captação da realidade objetiva da dimensão singular e particular;
- Participar e avaliar as ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação desenvolvidos ao longo do estágio;
- Contribuir com o processo de educação em saúde e educação permanente em saúde no contexto da produção dos serviços de saúde local e de sua inserção na dinâmica social da comunidade;
- Expressar suas necessidades de saúde como forma de fortalecimento do controle social;
- Comunicar ao enfermeiro supervisor ou docente do componente curricular as avaliações ou reclamações sobre a atuação do estagiário e avaliar conjuntamente as intervenções efetivadas no estágio.

§ 7º: São atribuições do Enfermeiro supervisor de campo:

- Organizar o campo de estágio;
- Introduzir os alunos na dinâmica do processo de trabalho que ocorre no espaço institucional, como forma de desencadear a apreensão da realidade e dos processos de trabalho em enfermagem;
- Socializar com os demais trabalhadores (médicos, bioquímicos, assistentes sociais, auxiliares, técnicos, atendentes de enfermagem, pessoal de apoio etc.) a proposta de estágio;
- Conhecer o Projeto Pedagógico do CEN/CAPF e, particularmente os marcos teóricos e metodológicos que embasam o ensino;
- Solicitar do estagiário, o cumprimento das normas de estágio e a documentação referente ao registro das atividades desenvolvidas;
- Planejar juntamente com o supervisor e estagiários todas as atividades a serem desenvolvidas;

- Participar de reuniões, cursos, treinamentos, seminários e outras atividades promovidas pela UERN que se relacione com o estágio;
- Receber, supervisionar/orientar o aluno em todas as fases do estágio;
- Esclarecer dúvidas, avaliar o desempenho sistemático e progressivo do aluno em todas as ações desenvolvidas no estágio;
- Resolver problemas imediatos, relativos ao estágio e a produção dos serviços de saúde e encaminhar a outras instâncias quando impossíveis de serem solucionados no âmbito de sua competência;
- Avaliar o desempenho do aluno em conjunto com o docente e proceder registros de frequência dos alunos sob sua responsabilidade.
- Construir coletivamente o projeto de intervenção na realidade;
- Socializar o projeto de intervenção com os demais trabalhadores do serviço;
- Negociar o projeto de intervenção dentro dos limites de sua competência.
- Manter os docentes supervisores do CEN\CAPF/UERN e o Coordenador de Estágio informados do desenvolvimento do mesmo e comunicar-lhes qualquer ocorrência que possa afetar as atividades ou que não estejam previstas no plano da respectiva disciplina

CAPÍTULO II – DA FREQUÊNCIA DO ALUNO NO ESTÁGIO CURRICULAR EM ENFERMAGEM

Art. 21º: A integralização do Estágio Curricular em Enfermagem está condicionada, entre outros, pelo aproveitamento total de sua carga horária, devidamente comprovado. Esta determinação se ampara na Resolução 05/2015 CONSEPE. Para aproveitamento do ECE, o aluno deverá:

- I. Ter 100% de aproveitamento na frequência, devidamente registrada em formulário de frequência individual e assinada por supervisor acadêmico ou de campo ou o coordenador de estágio.
- II. Não poderá ter um atraso no horário de chegada no estágio superior a 15 minutos, nem tampouco se ausentar do campo de estágio ou antecipar sua saída ao horário pré-determinado para conclusão da atividade.
- III. Suas faltas somente serão passíveis de reposição mediante situações de doença ou hospitalização, óbito de parentes próximos (restrito a pais, irmãos, avós, cônjuges e filhos) e compromissos eleitorais ou judiciais, desde que quaisquer dessas situações sejam devidamente comprovadas, respectivamente por: atestado médico ou comprovante de internação, atestado de óbito ou comprovante da justiça.
- IV. Cabendo os recursos citados acima, o aluno terá sua reposição planejada pela coordenação de estágio, conforme calendário acadêmico da UERN.

Art. 22º: A participação em atividades acadêmicas e/ou científicas de relevância para a formação do discente, poderá ser considerada parte do estágio, não implicando em reposição de carga horária, desde que seja solicitada em requerimento apresentado com antecedência de 10 (dez), dias, contendo: nome do evento, área de conhecimento, local e data de realização e o devido comprovante de inscrição. O deferimento está condicionado à anuência da coordenação de estágio e dos supervisores imediatos.

Parágrafo único: A participação em atividades acadêmicas e/ou científicas, para ser considerada parte do estágio curricular em enfermagem, deve ser comprovada mediante certificação.

CAPÍTULO III – DA AVALIAÇÃO DO ALUNO NO ESTÁGIO CURRICULAR EM ENFERMAGEM

Art. 23º: A avaliação do estágio é processual, dinâmica e articulada com as competências requeridas para o enfermeiro bacharel e generalista. Será desenvolvida pela parceria entre os supervisores acadêmico e de campo e devidamente oficializada nos formulários de avaliação preenchidos e assinados pelos supervisores acadêmico e/ou de campo.

§ 1º: A avaliação do discente em ECE acontecerá em três (03) momentos, atendendo a Resolução de Avaliação da UERN. Estes momentos correspondem a ciclos de avaliação, processuais e dinâmicos, interpretados à luz do desenvolvimento pessoal/profissional do aluno, no decorrer do ECE.

§ 2º: Em cada um dos ciclos, é esperado do aluno, que este tenha adquirido/desenvolvido novas competências e habilidades. Tais atributos são requeridos desde o início do estágio, no entanto, a exigência com relação a estes, vai se tornando maior, à medida em que o discente avança para o próximo ciclo. Os ciclos avaliativos são regidos por dez domínios, a saber:

- Assiduidade/Pontualidade;
- Domínio teórico-prático;
- Aplicação das medidas de biossegurança;
- Iniciativa/Interesse/Proatividade;
- Capacidade de trabalho em equipe;
- Responsabilidade e ética pessoal/profissional;
- Responsabilidade sobre os registros e informações em saúde;
- Sistematização da assistência de enfermagem;
- Gerenciamento dos serviços de enfermagem;
- Autonomia.

§ 3º: Além de ser avaliado sob uma perspectiva do alcance de competências e habilidades vistas a partir de uma compreensão geral, o discente também é avaliado considerando sua própria evolução profissional e pessoal no decorrer destes ciclos. De modo que este se torna em parâmetro para sua própria avaliação.

Art. 24º: O discente é sujeito ativo, em seu processo de avaliação, a partir do diálogo aberto entre este e seus supervisores acadêmico e de campo, assim como entre a coordenação de estágio. O aluno tem a oportunidade permanente de rever seu desenvolvimento profissional e pessoal, assim como de questionar e indicar sugestões para o processo avaliativo.

TÍTULO VII – DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO, DA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA, DA ENTREGA E DA DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO

CAPÍTULO I – DA DEFINIÇÃO DO TCC

Art. 25º: O Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) do Curso de Graduação em Enfermagem/CAPF/UERN dar-se-á através da modalidade de monografia. O TCC consiste na materialização do processo investigar, sendo para este fim instrumentalizado nos componentes curriculares: Fundamentos da Redação Científica; Introdução à Pesquisa em Saúde e Enfermagem; Ética, Bioética e Enfermagem; O Processo Pesquisar da Enfermagem e

Seminário de Defesa de Monografia; a partir da execução de um projeto de pesquisa, sob a orientação docente. O TCC é momento síntese da formação, subsidiando respostas ao enfrentamento das necessidades/problemáticas anteriormente encontradas pelo discente, nos cenários de prática em toda a formação, que se conformam no 7º, 8º, 9º e 10º períodos do curso.

Parágrafo único: A monografia é individual, sob a orientação docente e submetida à apreciação de uma banca examinadora designada pelo órgão competente. A monografia do Curso de Graduação em Enfermagem/CAPF/UERN caracterizar-se-á por um tema-objeto de estudo delimitado a partir das necessidades sociais encontradas durante a formação acadêmica, nos mais distintos momentos, observando-se as linhas de pesquisa definidas pelo PPC, que contemplam a fundamentação teórico-metodológica que conformam a produção do conhecimento e do trabalho de enfermagem.

CAPÍTULO II – DO PROJETO DE PESQUISA

Art. 26º: As atividades da elaboração do Projeto de Pesquisa relativo ao TCC iniciam-se com o componente curricular “Fundamentos da Redação Científica”, tem continuidade com os componentes “Introdução à Pesquisa em Saúde e Enfermagem” e “Ética, Bioética e Enfermagem” e, têm sua conclusão por ocasião do componente curricular “O Processo Pesquisar da Enfermagem”, que tem como produto final a elaboração e apresentação do Projeto de Pesquisa individual, sob orientação docente.

§ 1º: O projeto de pesquisa pode ser do tipo: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental ou pesquisa envolvendo seres humanos.

Art. 27º: O projeto de pesquisa é elaborado no componente curricular “O Processo Pesquisar da Enfermagem”, este deve ser estruturado de acordo com o roteiro estabelecido e segue as normas da ABNT vigentes.

§ 1º: São elementos estruturais do projeto de pesquisa:

- I. Elementos Pré-textuais (Capa, Folha de Rosto, Sumário, Resumo).
- II. Introdução, que deve apresentar:
 - a. Delimitação do Objeto de Estudo;
 - b. Questão de Pesquisa ou Questões de Pesquisa (Problematização);
 - c. Justificativa;
 - d. Relevância do Estudo (contribuições e benefícios);
 - e. Hipóteses e/ou Pressupostos;
- III. Objetivos do Estudo (Geral e Específicos);
- IV. Revisão de Literatura.
- V. Metodologia:
 - a. Tipo de Estudo;
 - b. Local do Estudo;
 - c. Universo/ População da Pesquisa;
 - d. Procedimentos de Coleta de Dados;
 - e. Procedimentos de Análise de Dados;
 - f. Aspectos Éticos (quando cabíveis);
- VI. Cronograma.
- VII. Quadro Orçamentário.
- VIII. Referências.
- IX. Anexos e Apêndices (quando cabíveis).

§ 2º: Atendendo à Resolução nº466/12 e a Resolução nº 510/2016/CNS, as pesquisas envolvendo seres humanos devem ser submetidas à avaliação de um Comitê de Ética;

§ 3º: O Referencial Teórico deve ser elaborado a partir de publicações relevantes para a temática a ser discutida, podendo estar contemplada na problematização do projeto ou ainda, em item específico.

Art. 28º: A entrega do projeto de pesquisa à Coordenação de Monografia far-se-á com aprovação no componente curricular “O Processo Pesquisar da Enfermagem”, acompanhado do Termo de Responsabilidade de Orientação assinado pelo orientador e orientando.

§ 1º: É aprovado no componente curricular “O Processo Pesquisar da Enfermagem” o aluno que obtiver, nota igual ou superior a 07 (sete) resultante de média aritmética simples atribuída ao projeto de pesquisa e demais atividades da disciplina.

§ 2º: Fica reprovado no componente curricular “O Processo Pesquisar e Enfermagem” o aluno que não entregar o projeto no prazo estabelecido e não cumprir o disposto no parágrafo anterior.

CAPÍTULO III – DA EXECUÇÃO DO PROJETO DE MONOGRAFIA

Art. 29º: A execução do Projeto de Monografia será efetuada como atividade do componente curricular: Seminário de Defesa de Monografia.

§ 1º: São requisitos para elaboração de monografia:

- I. Respeito às normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
- II. Respeito ao projeto de pesquisa apresentado à Coordenação de Monografia conforme exposto no Artigo 4º.
- III. Respeito às normas do Manual de Normalização de Trabalho de Conclusão de Curso da UERN.

CAPÍTULO IV – DA AVALIAÇÃO DA MONOGRAFIA

Art. 30º: A avaliação da Monografia obedece aos seguintes procedimentos:

- I. Ser iniciado com a entrega da versão preliminar (1º Depósito) da Monografia ao professor orientador 75 (setenta e cinco) dias antes da data do término do 10º semestre letivo;
- II. Após anuência do professor-orientador, o aluno deve entregar as cópias da Monografia impressas e encadernadas em espiral à Coordenação de Monografia para que esta distribua aos membros da Banca Examinadora;
- III. A Banca Examinadora tem o Prazo de 30 (trinta) dias para emitir o parecer relativo ao 1º Depósito da Monografia aos Orientadores, que devem informar a Coordenação de Monografia o recebimento dos pareceres via E-mail;
- IV. No caso da Banca Examinadora sugerir reformulações na monografia, o aluno tem o prazo de 30 (trinta) dias, sob o acompanhamento do orientador, para efetivar o 2º Depósito da Monografia. Esta versão responde aos pareceres da Banca Examinadora e deve ser apresentada em cópia digital e via E-mail, em formato PDF, para a Coordenação de Monografia.
- V. A Coordenação de Monografia deve agendar, conforme calendário universitário, a data/horário/local para apresentação oral e pública da versão final da monografia;
- VI. As avaliações da versão escrita e da apresentação oral devem ser registradas nas Fichas de Avaliação de Monografia segundo sua modalidade (pesquisa bibliográfica, pesquisa

documental ou pesquisa envolvendo seres humanos), na qual cada membro da Banca Examinadora atribuirá suas notas que terão variação de 0 (zero) a 10 (dez).

VII. A nota final da Monografia constitui-se da média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da banca ao trabalho escrito e a apresentação oral.

VIII. Na apresentação oral o aluno tem, no máximo, 40 (quarenta) minutos para fazer a apresentação da sua monografia e cada membro da Banca Examinadora tem, no máximo 05 (cinco) minutos para fazer suas arguições, e o aluno mais 05 (cinco) minutos para responder as arguições da banca.

IX. É considerado aprovado o aluno cuja monografia apresente média final igual ou superior a 7,0 (sete);

X. É considerado reprovado no Componente Curricular Seminário de Defesa de Monografia:

a) o aluno que deixar de cumprir, sem justificativa por escrito, os prazos fixados para depósitos da monografia;

b) o aluno que deixar de comparecer, sem justificativa por escrito, à Banca Examinadora, no prazo fixado para apresentação oral da monografia.

c) em caso de justificativa escrita apresentada pelo aluno e, obrigatoriamente, por seu orientador, a Coordenação de Monografia levará o caso para decisão em Plenária Departamental.

CAPÍTULO V – DOS DEVERES DO ESTUDANTE NA ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 31º: Constituem deveres do aluno do Curso de Enfermagem/CAPF/UERN em relação à elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso:

I. Desenvolver atividades relativas à elaboração da monografia por ocasião dos componentes curriculares: Fundamentos da Redação Científica; Introdução à Pesquisa em Saúde e Enfermagem; Ética, Bioética e Enfermagem; O Processo Pesquisar da Enfermagem e; Seminário de defesa da Monografia, sob a coordenação do professor e orientador;

II. Elaborar o Projeto de Pesquisa no semestre que está matriculado em “O Processo Pesquisar e Enfermagem” e cumprir os prazos previstos no calendário universitário do Curso;

III. Cumprir o cronograma do trabalho discutido com o orientador e previsto no Projeto de Pesquisa;

IV. Entregar a versão preliminar da monografia ao orientador 75 (setenta e cinco) do término do 10º semestre letivo;

V. Providenciar, após o cumprimento das etapas previstas na Avaliação da Monografia, a entrega da versão final do texto conforme Instrução Normativa 01/2018/SIB/UERN;

Art. 32º: No caso de publicação científica relativa ao trabalho de conclusão de curso, em qualquer órgão ou meio de divulgação, o orientador, obrigatoriamente, deve ser considerado coautor.

CAPÍTULO VI – DA ORIENTAÇÃO

Art. 33º: É garantida aos alunos da Graduação em Enfermagem a orientação para o desenvolvimento do seu projeto de pesquisa relativo ao TCC, a cargo, preferencialmente, de um professor do CEN/CAPF/UERN.

§ 1º: Os professores efetivos do Curso de Enfermagem são considerados aptos a orientar alunos da graduação.

§ 2º: Os professores não pertencentes ao quadro do Curso, mas pertencentes à UERN, devem submeter à apreciação da plenária departamental o Currículo Lattes atualizado e esperar a homologação da solicitação de orientação de aluno da Graduação em Enfermagem/CAPF/UERN;

§ 3º: Os professores pertencentes ao quadro do departamento devem orientar no máximo 02 (duas) monografias por semestre;

§ 4º: A distribuição da carga horária docente para a orientação do TCC estará em consonância com a Resolução em vigor na Instituição. Será computado 2 horas/orientação/TCC para o professor-orientador, nos períodos 9º e 10º do curso.

§ 5º: O professor-orientador não pode desligar-se da orientação do aluno no processo de elaboração do trabalho de conclusão de curso sem motivo justificado submetido à apreciação da Coordenação de Monografia. Caso necessário o desligamento, este deve assinar o Termo de Desligamento de Responsabilidade de Orientação, juntamente com o orientando e submeter à solicitação justificada à apreciação da Plenária Departamental, que após aprovação da solicitação deverá providenciar novo professor-orientador para o aluno;

Art. 34º: Compete ao professor-orientador:

- I. Avaliar a relevância do tema proposto pelo estudante no seu projeto de pesquisa;
- II. Orientar os alunos nas diferentes etapas do trabalho de produção monográfica, iniciado no componente curricular “O Processos Pesquisar da Enfermagem” é concluído com a defesa da monografia no componente curricular “Seminário de Defesa da Monografia”;
- III. Manter encontros com o aluno, com cronograma definido, em local e horário previamente definidos;
- IV. O não cumprimento do cronograma, sem motivo justo, devidamente comprovado, constitui falta sujeita as sanções disciplinares previstas em normas regimentais;
- V. Sugerir à Coordenação de Monografia, de comum acordo com o orientando, os componentes da Banca Examinadora, levando em consideração as áreas de especialização dos mesmos e a temática do TCC;
- VI. Presidir e coordenar os trabalhos da Banca Examinadora e encaminhar o resultado final à Coordenação de Monografia, nos prazos fixados em calendário e nestas normas.

CAPÍTULO VII – DA BANCA EXAMINADORA

Art. 35º: A Banca Examinadora, designada pela Coordenação de Monografia, é constituída por no mínimo três professores, sendo dois lotados no Curso de Enfermagem/CAPF/UERN, ou no máximo cinco professores, sendo três lotados no Curso de Enfermagem/CAPF/UERN, levando em consideração as áreas de especialização em relação ao tema do TCC.

Parágrafo único: O professor-orientador é o Presidente da Banca Examinadora.

Art. 36º: Compete à Banca Examinadora, por seus membros:

- I. Efetivar o processo de avaliação da Monografia de acordo com os requisitos definidos no “Manual de Normalização de Trabalho de Conclusão de Curso da UERN” e nas normas da ABNT;
- II. Entregar as cópias e os respectivos pareceres aos Orientadores nos prazos estabelecidos pelo calendário de monografia do Curso de Enfermagem/CAPF;

- III. Comparecer na data/horário/local determinado para apresentação oral e pública da Monografia e entregar ao professor-orientador – presidente da banca – o resultado final de sua avaliação.

CAPÍTULO VIII – DA COORDENAÇÃO DE MONOGRAFIA

Art. 37º: A Coordenação de Monografia do Curso de Graduação em Enfermagem/CAPF/UERN é exercida por um professor do Curso escolhido em Plenária para cumprir mandato de dois anos, podendo ser reconduzido por mais um período igual, a critério do Colegiado e aceite do professor.

Parágrafo único: Em caso de afastamento, antes do término do mandato, será designado substituto nas formas destas normas para conclusão do mandato.

Art. 38º: São atribuições da Coordenação de Monografia:

- I. Zelar pelo cumprimento destas normas, divulgando-as para os alunos inscritos na disciplina “Fundamentos de Redação Científica”;
- II. Elaborar e divulgar a lista dos alunos do Curso de Enfermagem que tenham apresentado projeto de pesquisa relativo ao TCC e Termo de Responsabilidade de Orientação junto à Secretaria do Curso, respeitando os prazos estabelecidos nestas normas;
- III. Elaborar e divulgar, semestralmente, a lista dos professores com suas respectivas linhas de pesquisa e disponibilidade de orientação;
- IV. Elaborar o calendário das atividades de monografia e os prazos relativos ao projeto de monografia e a monografia junto aos componentes curriculares “O Processo Pesquisar da Enfermagem” e “Seminário de Defesa da Monografia”, de acordo com o calendário universitário da UERN;
- V. Oficializar e divulgar as composições das bancas examinadoras das monografias do curso de graduação em enfermagem;
- VI. Receber e distribuir as monografias (1º Depósito) com os orientadores observando o cumprimento dos prazos estabelecidos nessas normas e divulgados no calendário letivo do curso de enfermagem;
- VII. Receber, distribuir e arquivar toda a documentação relativa ao desenvolvimento dos componentes curriculares: Fundamentos da Redação Científica; Introdução à Pesquisa em Saúde e Enfermagem; Ética, Bioética e Enfermagem; O Processo Pesquisar da Enfermagem e, Seminário de Defesa da Monografia;
- VIII. Receber, distribuir e arquivar as cópias digitais da monografia final do curso de graduação em enfermagem;
- IX. Apresentar em plenária do Curso de Enfermagem relatório do desenvolvimento das atividades de monografia, ou antes disso, quando necessário;
- X. Encaminhar ao Curso de Enfermagem as dificuldades ou impasses eventualmente surgidos no desenvolvimento das atividades e prazos previstos, inclusive na relação entre professor-orientador e orientando;
- XI. Decidir sobre a substituição de professor-orientador e pedido de prorrogação de prazo ou, se necessário, remetê-los à plenária departamental de enfermagem, e sobre os casos omissos nessas normas, que não impliquem em prejuízo aos princípios das mesmas.

Parágrafo único: Ao professor coordenador de monografia será atribuída a carga horária conforme Resolução de Distribuição de Carga Horária Docente da UERN.

CAPÍTULO IX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 39º: Os casos omissos nestas normas que não impliquem em prejuízos aos princípios serão resolvidos pela coordenação de monografia ou, quando necessário, pela plenária de Curso de Enfermagem.

Parágrafo único: Das decisões da coordenação de monografia cabe recurso à plenária do Curso de Enfermagem/CAPF e, deste ao Colegiado do CAPF e, deste ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE/UERN.

TÍTULO VIII – DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

CAPÍTULO I – DA DEFINIÇÃO, REGISTRO, CONTROLE E CONTABILIZAÇÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

Art. 40º: O Projeto Pedagógico do CEN/CAPF, ademais das disciplinas obrigatórias e optativas, integraliza-se com atividades complementares que totalizam 120 (cento e vinte) horas com documentação comprobatória de responsabilidade discente junto à orientação acadêmica do curso, detalhadas nos quadros abaixo.

Atividade I - Ensino

REQUISITO PARA ATRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA	CH	ESPECIFICAÇÃO
Curso de língua estrangeira	10	Horas por semestre letivo
Monitoria em disciplinas do curso de graduação em enfermagem	60	Horas por semestre letivo
Palestras e cursos proferidos	04	Horas por ocasião
Participação em cursos, oficinas, minicursos	CH do minicurso	Carga horária do curso, oficina e minicurso, que não exceda 80 horas
Programa de treinamento especial (PET)	60	Horas por semestre letivo
Realização de estágios não-curriculares	60	Horas por semestre letivo
Participação em projetos de ensino	60	Horas por semestre letivo

Atividade II - Pesquisa

REQUISITO PARA ATRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA	CH	ESPECIFICAÇÃO
Apresentação de trabalho em eventos científicos	30	Horas por apresentação
Artigos científicos publicados	20	Horas por publicação
Artigos publicados em jornais	10	Horas por publicação
Monografia premiada em concurso público	60	Horas por monografia
Projetos de iniciação científica	60	Horas por semestre
Publicação de resumos em anais de eventos	10	Horas por resumo
Publicação de resumos expandidos em anais de eventos	15	Horas por resumo
Publicação de trabalhos completos publicados em anais de congressos	20	Horas por trabalho

Atividade III - Extensão

REQUISITO PARA ATRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA	CH	ESPECIFICAÇÃO
Organização de eventos científicos	20	Horas por evento
Participação em apresentações artísticas vinculadas a projetos acadêmicos ou sociais (espetáculos de teatro, música, poesia, dança, exposição de pinturas ou fotografias)	20	Horas por montagem
Participação em eventos, congressos, mostras, exposição, simpósios, campanhas, conferências	15	Horas por evento
Participação em projetos/programas de extensão	30	Horas por projeto de até 40 horas
Participação no seminário interdisciplinar do curso	20	Horas por seminário
Projetos sociais e de voluntariado	10	Horas por projeto
Representação estudantil em centro e diretório acadêmico	45	Horas por semestre

Atividade IV- Produção Técnica e Científica

REQUISITO PARA ATRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA	CH	ESPECIFICAÇÃO
Produção de material educativo (livro, vídeo, disco, cartilha, texto, etc.)	30	Horas por atividade

§ 1º: Além de computada em histórico escolar, a participação comprovada pode também justificar as faltas em disciplinas no respectivo período do evento, a partir de requerimento para tal junto ao respectivo professor, com visto do coordenador do curso.

§ 2º: O registro da participação do aluno nestas atividades será requerido junto à coordenação do CEN/CAPF/UERN semestralmente;

§ 3º: O cômputo das horas requeridas, é realizada por meio de cadastro das atividades no portal do aluno na plataforma integra, de responsabilidade do discente e validação pelo orientador acadêmico do curso, também na plataforma integra, mediante apresentação de documentos comprobatórios (certificados, declarações, diplomas).

§ 4º: Somente serão contabilizadas as atividades realizadas durante o período em que o aluno estiver vinculado ao curso de enfermagem.

§ 5º: A contabilização das atividades complementares de natureza acadêmico-científico-culturais não mencionadas no Caput deste artigo, assim como o estabelecimento das respectivas cargas horárias, far-se-á mediante apreciação e aprovação da plenária do curso.

TÍTULO IX – DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Art. 41º: A Extensão Universitária, sob o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade.

Art. 42º: As ações de extensão no Curso de Enfermagem (CAPF/UERN) são classificadas e obedecem às seguintes definições, em consonância com legislação vigente na UERN:

- I. **Programa:** se constitui em um conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), preferencialmente integrado as

atividades de pesquisa e ensino. Apresenta caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum. Deve ter duração mínima de dois e máxima de cinco anos, podendo ser reeditado por um número indeterminado de vezes, a depender da demanda da comunidade.

- II. **Projeto:** se constitui em uma ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado, podendo ser vinculado ou não a um programa de extensão. Deve ter duração de um ano, sendo permitida sua reedição.
- III. **Cursos:** se constitui em um conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico ou prático, presencial ou à distância, planejadas e organizadas de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 (oito) horas e critérios de avaliação definidos;
- IV. **Evento:** se constitui em uma ação que implica na apresentação ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico ou tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela universidade.
- V. **Prestação de serviço:** se caracteriza pela realização de trabalho oferecido pela Instituição de Educação Superior ou contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgão público, etc.); a prestação de serviços se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade processo/produto e não resulta na posse de um bem.
- VI. **Unidades Curriculares de Extensão (UCE):** são componentes curriculares de natureza flexível e renovável na definição de temáticas vinculadas aos Programas e ou Projetos de Extensão.

Art. 43º: A curricularização da extensão, no caso do Curso de Graduação Bacharelado em Enfermagem (CAPF/UERN), está organizada em atividades extensionistas integradas ao ensino, nas quais o discente deverá integralizar 435 horas (quatrocentas e trinta e cinco) no decorrer do curso. O quadro a seguir apresenta o rol das UCE disponíveis:

Unidades Curriculares de Extensão (UCE)	Carga Horária	Créditos
UCE I	30	2
UCE II	30	2
UCE III	30	2
UCE IV	30	2
UCE V	60	4
UCE VI	60	4
UCE VII	60	4
UCE VIII	60	4
UCE IX	60	4
UCE X	75	5
UCE XI	75	5
UCE XII	75	5
UCE XIII	75	5

Fonte: Campus Pau dos Ferros/UERN, 2021

Parágrafo único: Poderão ser propostas por docentes, técnicos administrativos e estudantes do referido curso, desenvolvidas por uma equipe coordenadora que articulará a execução das atividades e sua inserção nos cenários formativos.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 44°: Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação, após aprovação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, revogadas as disposições em contrário.

Art. 45°: Os casos omissos serão apreciados, em primeira instância, pela plenária do Departamento de Enfermagem, em segunda instância, pelo Conselho Acadêmico Administrativo do CEN/CAPF/UERN, cabendo recurso à Câmara de Ensino de Graduação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Art. 46°: Compete à plenária do curso de enfermagem CEN/CAPF/UERN dirimir as dúvidas referentes à interpretação deste regulamento, expedindo os atos complementares que se fizerem necessários.

21 METODOLOGIA A SER ADOTADA PARA CONSECUÇÃO DO PROJETO

A gestão do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Enfermagem (CAPF/UERN) é realizada pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), Plenária do Departamento de Enfermagem (DEN), assim como, as instâncias executivas e consultivas: Coordenação do Curso de Enfermagem, Coordenação de Estágio, Coordenação de Monografia e Orientação Acadêmica. O processo de gestão do PPC procura articular as experiências externas através de diversas estratégias, como, participações em eventos, atividades extracurriculares, visitas, assinatura de convênios, entre outras. Destacam-se:

- O Seminário Nacional de Diretrizes para Educação em Enfermagem (SENADEN), realizado pela Diretoria de Educação da ABEN Nacional;
- Renovação dos convênios com Secretaria Estadual e Municipal de Saúde para implementação das atividades Teórico-Práticas e Estágio Curricular Supervisionado Obrigatórios;
- Visitas aos campos de práticas e discussões com supervisores de campo para aprofundamento das concepções da política de articulação ensino/trabalho;
- Participação e acompanhamento das atividades de Orientação Acadêmica, do NDE, da Coordenação de Estágio e da Coordenação de Monografia; do processo de inserção do egresso na dinâmica social;
- Apoio e acompanhamento aos docentes em pós-graduação;
- Participação como membro do FÓRUM de Escola de Enfermagem – ABEN em nível Estadual e Nacional;
- Participação em bancas examinadoras e concurso público para professores do CEN\CAPF;

Essas estratégias possibilitam melhor assessoria ao Projeto Pedagógico do CEN/CAPF, de acordo com as necessidades apontadas pelo processo de formação em enfermagem de nível superior.

A gestão do Projeto Pedagógico do CEN/ CAPF caracteriza-se como gestão do processo de transformação da educação no País. Desse modo, existe uma tendência de direcionar o processo de formação de trabalhadores para a área de saúde, criando interfaces com vários outros processos.

O processo de gerência tem como ponto de partida a realidade, na sua perspectiva de intervir. Esse processo busca manter a dinâmica da parceria, apesar das grandes demandas internas de cada setor envolvido. Caracteriza-se por um processo de estruturação organizacional

que articula universidade/instituições/entidades, bem como, instituição/docente/discente e usuários do SUS.

A partir da política de gestão explícita no PPC, vislumbramos a necessidade de mediar as seguintes estratégias e propostas de gestão junto à IES, considerando os atores envolvidos e a infraestrutura:

a) **Corpo Docente**

- Realização do concurso público para recompor o quadro de docentes necessários a implantação do Projeto Pedagógico em conformidade com as DCNEnf vigentes;
- Reorganização bianual do Plano de Capacitação Docente em nível de doutorado e pós-doutorado;
- Realização da capacitação pedagógica para todos os docentes;
- Viabilização da participação de docentes em eventos científicos em nível nacional e internacional;
- Viabilização da participação de docentes/pesquisadores de outras IES nos eventos realizados pelo CEN/CAPF;

b) **Corpo Técnico-Administrativo**

- Realização do concurso público para contratação de Técnico de Enfermagem para atuar junto ao LABSemio;
- Realização do concurso público para recompor o quadro de técnicos conforme necessidade futura;
- Viabilização da capacitação a nível de mestrado e doutorado do corpo técnico-administrativo.
- Capacitação permanente do quadro para atender às novas demandas do PPC;
- Informatização de todo o processo administrativo;

c) **Corpo discente**

- Utilização do Sistema Administração Escolar (SAE);
- Portal do discente – Matrícula e histórico online, Declaração de vínculo e acompanhamento de notas e faltas;

d) **Infraestrutura**

- Organização das salas de estudo para docentes (grupo e individual);
- Criação de espaço para o centro acadêmico compatível com as suas necessidades;
- Melhoramento de salas de aula (forro e ventilação);
- Aquisição de equipamentos didático-pedagógicos para o CEN/CAPF.

O trabalho do NDE, em relação ao acompanhamento do PPC, tem como suporte político-metodológico as diretrizes curriculares nacionais, para implantação de mudanças na Educação em Enfermagem, definidas pela Diretoria de Educação da ABEN Nacional, no que se refere a:

- Utilização das diversas fontes de informações referentes às reflexões acumuladas sobre as mudanças na formação dos profissionais de enfermagem que apontaram suas fragilidades e fortalezas, as condições promotoras e limitadoras do fortalecimento dos sujeitos, da integração ensino-serviços-comunidade e da inclusão de outros atores sociais;

- Estratégias que envolverão múltiplos sujeitos/segmentos sociais interessados no processo de formação e atuação do(as) enfermeiros(as), tais como, profissionais do ensino, dos serviços, gestores, usuários, organizações representativas destes profissionais, no Estado/Região, reconhecendo a indispensável contribuição dos cenários do trabalho na formação, proposta pelas diretrizes curriculares e pelas mudanças na formação dos profissionais de saúde.

As diretrizes, acima elencadas, estão contextualizadas neste momento da construção histórica das Políticas Públicas de Educação e de Saúde, especialmente, focadas na formação de profissionais nos diferentes níveis de ensino e na Educação Permanente em Saúde, com foco no SUS. Estão, ainda, amparadas na identificação de fragilidades e fortalezas em termos do acesso e/ou crescimento dos níveis atuais de apropriação ou qualificação dos sujeitos individuais e coletivos quanto: (1) aos aspectos conceituais, (2) a análise crítica, (3) a formulação de proposições/propostas, (4) o diálogo com “o novo” e (5) a organização/fortalecimento de sujeitos sociais mobilizadores das mudanças pretendidas.

Neste sentido serão enfatizadas as ações/atividades que forem capazes de contribuir com:

- A reflexão/apropriação de referenciais teóricos e metodológicos fundamentais para as mudanças, principalmente, em termos políticos e pedagógicos;

- A construção de propostas de formação, gestão do ensino e políticas de educação permanente mais compatíveis com os aspectos transformadores das práticas sociais em Saúde/Enfermagem que apontam para a mudança nas relações com a organização e os processos de trabalho, o SUS e a sociedade.

- Análise crítica das mudanças intencionadas e efetivadas, com base na avaliação institucional, do processo de ensino e da aprendizagem, da gestão e do planejamento do processo de trabalho e ensino em bases participativas e estratégicas;

- Apropriação do “potencial inovador” contido nas diferentes modalidades de educação, concepções pedagógicas críticas e inovadoras, regulamentações educacionais, posturas e práticas investigativas como instrumentos políticos e dinâmicos mediadores das mudanças na sociedade, no sistema de saúde e na prática social dos profissionais do ensino e dos serviços de saúde;

- Compreensão da perspectiva estratégica intrínseca ao trabalho multiprofissional e interdisciplinar, interprofissional, a integralidade do cuidado na saúde, a ação intersetorial; a legitimação das práticas loco regionais do ensino e do cuidado junto aos usuários, para a efetivação de tais mudanças e a organização/fortalecimento de sujeitos comprometidos com os interesses sociais, dentre eles o SUS;

- A institucionalização das mudanças com base na efetiva participação discente, docente, da rede de serviços, na resolutividade/responsabilização dos atores e práticas nos cenários de aprendizagem; dentre outros aspectos transformadores.

Assim, a participação dos Docentes e dos representantes Discentes e Técnico-Administrativos, torna-se imprescindível na construção/reconstrução do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Enfermagem (CAPF/UERN), grau Bacharelado, modalidade Presencial, por compreender que estes atores são fundamentais na consolidação desse processo.

REFERÊNCIAS

- ADAMY, Edlamar Kátia; TEIXEIRA, Elizabeth. The quality of education in times of new National Curriculum Parameters. **Rev Bras Enferm.**, v. 71, (Suppl 4), p. 485-6, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v71s4/pt_0034-7167-reben-71-s4-1485.pdf>.
- ALBUQUERQUE, Gelson Luiz de; PIRES, Denise Elvira Pires de. O movimento participação (MP): uma contribuição à história da enfermagem brasileira. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 54, n. 2, p. 174-184, jun. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672001000200003&lng=en&nrm=iso>.
- ALLIGOOD, M.R., TOMEY, A.M. **Nursing theorists and their work**. New York (USA): Elsevier, 2011.
- ALMEIDA FILHO, N. **O que é saúde?** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 213 p
- ARAUJO, J. L. et al. O diálogo necessário para a efetivação da interdisciplinaridade em saúde: contribuições da Teoria da Ação Comunicativa de Jünger Habermas. **Rev. enferm. UFPE on line**, 2009. Disponível em <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1032759>>
- ARAUJO, J. L. **Análise dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação em Enfermagem da UERN:** das influências da produção de textos à construção da prática docente. Fortaleza (CE). 2019. Tese de Doutorado. Universidade Estadual do Ceará UECE. 312 p.
- AROUCA, Antônio Sérgio da Silva. **O dilema preventivista:** contribuição para a compreensão e crítica da Medicina Preventiva. São Paulo/Rio de Janeiro: UNESP; FICRUZ, 2003.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. **Carta de Florianópolis**. In: CBEn. Anais do 51º Congresso Brasileiro de Enfermagem; 10º Congresso Panamericano de Enfermeria: Enfermagem: situando-se no mundo e construindo o futuro, 1999 out 2-7; Florianópolis (SC), Brasil. Florianópolis (SC): ABEn; 2000.413-20. Disponível em <http://www.abennacional.org.br/site/wp-content/uploads/2018/06/Carta_Florianopolis.pdf>
- BEZERRA, Josué Alencar. **A cidade e região de Pau dos Ferros:** por uma geografia da distância em uma rede urbana interiorizada [recurso eletrônico] / Josué Alencar Bezerra. – 2016.
- BEZERRA, José Reginaldo. **Análise Morfológica do Processo de Urbanização de Pau Dos Ferros – Rio Grande Do Norte**. 2018. 148f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Planejamento Urbano e Dinâmicas Territoriais no Semiárido) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros/RN, 2018.

BORDENAVE, J.D. Alguns Fatores Pedagógicos. In: SANTANA, J. P de; CASTRO, J. L. de (orgs.) **Capacitação em Desenvolvimento de Recursos Humanos de Saúde – CADRHU**. Natal: EDUFRRN, 1999.

BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A. M. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. 33 ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2014.

BORLINI, L. M. Há pedras no meio do caminho do SUS - os impactos do neoliberalismo na saúde do Brasil*. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 9, n. 2, p. 321 - 333, ago./dez. 2010.

BREHMER, L. C. de F.; RAMOS, F. R. S. O modelo de atenção à saúde na formação em enfermagem: experiências e percepções. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 20, n. 56, p. 135-145, Mar. 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832016000100135&lng=en&nrm=iso>. access on 21 Apr. 2021. Epub Nov 03, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622015.0218>.

BRASIL. Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 2014.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do Curso de Graduação em Enfermagem**. 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES03.pdf>>.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 569 de 8 de dezembro de 2017**. Institui diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação da área da saúde. Diário Oficial da União nº 38, Seção 1, de 26 de fevereiro de 2018, p. 85-90, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Brasil. Seção 1, p. 27. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>.

BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. [S. l.], 1990b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm.

BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. [S. l.], 1990b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm

BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria interministerial nº 1.124 de 4 de agosto de 2015**. Institui as diretrizes para a celebração dos Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES), para o fortalecimento da integração entre ensino, serviços e comunidade no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, n. 148, p. 193-196, 5 ago., 2015. Seção 1.

BRASIL. Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o estágio de estudantes.** Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111788.htm.

BRASIL. [Plano Nacional de Educação (PNE)]. Plano Nacional de Educação 2014- 2024 [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BREILH, J. **Epidemiologia: economia, política e saúde.** Trad. Luiz Roberto de Oliveira et al. São Paulo: UNESP/HUCITEC, 1991.

BUTLER Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 236 p. ISBN 978-85-200-0611-5

CAPES, Diretório de Grupo de Pesquisa (DGP). **Busca por Grupos de Pesquisa.** Disponível em <http://lattes.cnpq.br/web/dgp>

CARVALHO, Vilma de. 40 Anos da pós-graduação stricto sensu na EEAN/UFRJ: avanços e contribuições. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 431-433, Set. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452012000300001&lng=en&nrm=iso .

CARVALHO, Sérgio R. et al. Medicalização: uma crítica (im)pertinente? Introdução. **Physis: Revista de Saúde Coletiva** [online]. 2015, v. 25, n. 4 [Acessado 21 Abril 2021], pp. 1251-1269. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73312015000400011>>. ISSN 1809-4481. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312015000400011>.

CAMPOS, G. W. de S. **Saúde Paidéia.** São Paulo: Editora Hucitec, 2003, 185 pp.

CAVALCANTE, Manoel. **Pau dos Ferros à sobra da Oiticica.** Natal: Offset, 2013.

CECCIM, R. B.; ARMANI, T. B.; ROCHA, C. M. F. O que dizem a legislação e o controle social em saúde sobre a formação de recursos humanos e o papel dos gestores públicos no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva.** 2002, 7; 373-83.

CECCIM, R. B.; FEUERWERKER, L. C. M. Mudança na graduação das profissões de saúde sob o eixo da integralidade. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 1400-1410, 2004. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csp/2004.v20n5/1400-1410>

CHAIMOVICH, Hernan. Brasil, ciência, tecnologia: alguns dilemas e desafios. **Estud. av.**, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 134-143, Dec. 2000. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142000000300014&lng=en&nrm=iso>. access on 04 Sept. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142000000300014>.

CODY, W. K. **Philosophical and thoretical perspective for advanced nursing practice.** 5th Boston: Jones and Bartlett Publishers, 2011.

COFEN - Conselho Federal de Enfermagem . Resolução COFEN nº 564/2017: **Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem**. Disponível em:

http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html/print/

COFEN - Conselho Federal de Enfermagem. **Lei nº 7.498/86, de 25 de junho de 1986**.

Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem e dá outras providências [Internet]. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-de-junho-de-1986_4161.html

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS). **Resolução nº 569 de 8 de dezembro de 2017**. <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2017/Reso569.pdf>

CONSEPE. **Resolução nº 05/2015, de 04 de fevereiro de 2015**. Regulamenta o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório nos Cursos de Bacharelado da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e revoga a Resolução Nº 4/98 - CONSEPE. Resolução Nº 05/2015 - Consepe. Mossoró, RN.

CONSEPE. **Resolução nº 59/2013, de 11 de dezembro de 2013**. Cria e Regulamenta o Núcleo Docente Estruturante - NDE dos Cursos de Graduação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. Resolução N.º 59/2013 - Consepe. Mossoró, RN.

CORREIA, J. A.; MATOS, M. **Solidões e solidariedades nos quotidianos dos professores**. Porto: Edições ASA, 2001.

COSTA, M.V.; VILAR, M.J.; AZEVEDO, G.D.; REEVES, S. Interprofessional education as an approach for reforming health professions education in Brazil: emerging findings. *J Interprof Care*. 2014; 28(4):379-80.

DANTAS, Joseney Rodrigues de Queiroz. **As cidades médias no desenvolvimento regional: um estudo sobre Pau dos Ferros/RN**. 2014. 261f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/handle/123456789/13834>>.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DELORS, J. et al. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo (SP): Cortez, 1998.

DELUIZ, N. A globalização econômica e os desafios à formação profissional. **Boletim técnico do SENAC**, v. 30, n. 3, set./dez. 2004.

EGRY, E.Y. **Saúde Coletiva: construindo um novo método em enfermagem**. São Paulo: Ícone, 1996.

EGRY, Emiko Yoshikawa et al. Enfermagem em Saúde Coletiva: reinterpretação da realidade objetiva por meio da ação praxiológica. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 71, supl. 1, p. 710-715, 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672018000700710&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 fev. 2019.

ERDMANN, Alacoque Lorenzini. Desafios da Enfermagem na CAPES: produtos altamente qualificados. *In. Rev. esc. enferm. USP* [online]. 2008, vol.42, n.2, pp. 216-217. ISSN 0080-6234. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v42n2/a00.pdf> >.

FAZENDA, I. C. A. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro**: efetividade ou ideologia. São Paulo, Loyola, 1979.

FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade**: Um projeto em parceria. São Paulo: Loyola, 1993.

FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade**: História, teoria e pesquisa. Campinas, SP: Papirus, 1994.

FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade**: qual o sentido? São Paulo: Paulus, 2003.

FERREIRA, B.C, **A educação do século XXI**. Conferência de abertura do 9º Seminário Nacional de Diretrizes para Educação em Enfermagem – SENADEn. Natal/RN. 2005

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 40. reimpressão. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

FRENCK, J.; CHEN, L.; BHUA, Z.A.; CRISP, N.; EVANS, T.; FINEBERG, H.; et al. Health professionals for a new century: transforming education to strengthen health systems in an interdependent world. **Lancet**. 2010; 376(9756):1923-57

FULLAN, M.; HARGREAVES, A. **A escola como organização aprendente**: buscando uma educação de qualidade. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GADOTTI, M. **Concepção Dialética da Educação**: um estudo introdutório. São Paulo: Cortez, 1995.

GADOTTI, M. **Interdisciplinaridade: atitude e método**. São Paulo 1999. Instituto Paulo Freire. Disponível: www.paulofreire.org

GADOTTI, M. **Pedagogia da Práxis**. 2. ed. São Paulo: Cortez – Instituto Paulo Freire, 1998.

GEORGE, J. B. **Teorias de enfermagem**: os fundamentos para a prática profissional (4a ed.). Porto Alegre: Artes Médicas. 2000.

GERMANO, R.M. **Educação e Ideologia em Enfermagem no Brasil**. São Paulo: Yendis, 2007.

GERSCHMAN, S. **A Democracia Inconclusa**: um estudo da Reforma Sanitária Brasileira. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2004.

GERSCHMAN, S e VIANNA, M. L. W. **A miragem da Pós Modernidade**: democracia e políticas sociais no contexto da globalização. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.

GUIMARÃES, Reinaldo. Bases para uma política nacional de ciência, tecnologia e inovação em saúde. In. **Ciência & Saúde Coletiva**. 9(2):375-387, 2004. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v9n2/20392.pdf>>.

GUIMARAES, Reinaldo et al . Política de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 24, n. 3, p. 881-886, Mar. 2019 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232019000300881&lng=en&nrm=iso>. access on 04 Sept. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018243.34652018>.

HERINGER, R. Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico. **Rev. bras. orientac. prof** [online]. 2018, vol.19, n.1, pp. 7-17. ISSN 1984-7270. <http://dx.doi.org/1026707/1984-7270/2019v19n1p7>.

HICKMAN, J. S. Introdução à Teoria de Enfermagem. In.: GEORGE, J. B. e cols. **Teorias de Enfermagem: os fundamentos à prática profissional**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000, p. 11-20.

HORTA, W.A. - Enfermagem: teoria, conceitos, princípios e processo. **Rev. Esc. Enf. USR**, v. 5, n.1, p. 7-15,1974.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **Censo de 2010**. Brasília. [Site], 2010. Disponível em <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>.

JAPIASSÚ, H.. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976

KATO, D. S.; KAWASAKI, C. S. As concepções de contextualização em documentos curriculares oficiais e de professores de ciências. **Ciência e educação**. v. 17, n. 1, p. 35-50, 2011.

LAURELL, A. C. A Saúde-Doença Como Processo Social. **Revista Latinoamericana de Salud**. México, 2, 1982 p. 7-25. Trad. E. D. Nunes

LAURELL, A. C. **Avançando em Direção ao Passado: a Política Social do Neoliberalismo**. In: LAURELL, A. C. (org). Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo. São Paulo Cortez, 1995. p. 151-79.

LOURO Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 10. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2008. 179 p. (Educação Pós-Crítica). ISBN 85-326-1862-6.

MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araujo do; MARTINS, Tânia Barbosa. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Rev. Bras. Educ.** Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, p. 31 a 50 de março de 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782015000100031&lng=en&nrm=iso>.

- MATTOS, R. A. **Os sentidos da integralidade: algumas reflexões acerca de valores que merecem ser defendidos.** In: PINHEIRO, R; MATTOS, R. A. Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde. Rio de Janeiro: CEPESC, IMS/UERJ, ABRASCO; 2009. p. 43-67.
- MARTINS, C. B. et al. As concepções de estado e as influências do neoliberalismo na política educacional. In: **Olhar de professor**, Ponta Grossa, 2 (2):9-30, nov. 1999. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/1342/986>
- MEDEIROS, Milton Marques de (Org.). **João Batista Cascudo Rodrigues: Lições de um professor.** Mossoró (RN): Sarau das Letras: Edições UERN, 2009.
- MEDEIROS, Soraya Maria de. **As Novas Formas de Organização do trabalho na Terceira Revolução Industrial e a Força de Trabalho em Saúde: um estudo em Natal/RN.** Ribeirão Preto, 2000. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto.
- MIRANDA, Moêmia Gomes de Oliveira. **Projeto Político de Formação do Enfermeiro: contextos, textos e (re)construções.** 2010. 393 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013. Disponível em https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/18311/1/MoemiaGOM_TESE.pdf
- MORGADO, J. C. **Autonomia curricular: repto para uma nova identidade docente.** In: Colóquio sobre Questões Curriculares, 5., 2002, Braga; Colóquio Luso-Brasileiro, 1., 2002, Braga. Currículo e produção de identidades: actas... Braga: CIEd, Universidade do Minho, 2002. 1 CD-ROM.
- MORGADO, J. C. **Processo e práticas de (re)construção da autonomia curricular.** Tese (Doutorado) - Universidade do Minho, Braga, 2003.
- NOGUEIRA, Roberto Passos. **O Trabalho em Serviços de Saúde.** In: Brasil. Ministério da Saúde. Desenvolvimento Gerencial de Unidades Básicas de Saúde do Distrito Sanitário – Projeto Gerus. Brasília Fundação Nacional de Saúde, 1995, p. 241-44
- PAIM, Lygia et al . Desafios à pesquisa em enfermagem. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro , v. 14, n. 2, jun. 2010 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452010000200024&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 10 out. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-81452010000200024>
- PAIM, J. S.; ALMEIDA FILHO, N. de. Saúde coletiva: uma "nova saúde pública" ou campo aberto a novos paradigmas?. **Rev. Saúde Pública** [online]. 1998, vol.32, n.4, pp.299-316. ISSN 1518-8787. <https://doi.org/10.1590/S0034-89101998000400001>.
- PAIM, J. S. **Reforma Sanitária Brasileira: contribuição para a compreensão e crítica.** Salvador: Edufba/Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2008. 356 pp.
- PEDUZZI, Marina; NORMAN, Ian J.; GERMANI, Ana C.C.G.; SILVA, Jaqueline A.M.; SOUZA, Geisa C. Educação interprofissional: formação de profissionais de saúde para o trabalho em equipe com foco nos usuários. **Rev Esc Enferm USP.** 2013; 47(4):977-8.

PESSOTO, U.C.; RIBEIRO, E.A.W e GUIMARÃES, R.B. O papel do Estado nas políticas públicas de saúde: um panorama sobre o debate do conceito de Estado e o caso brasileiro. **Saúde e Sociedade** [online]. 2015, v. 24, n. 1 [Acessado 23 Setembro 2019], pp. 9-22. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902015000100001>>. ISSN 1984-0470. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902015000100001>.

PIMENTA, Selma Garrido. **O Estágio na Formação de Professores unidade teoria e prática?** 7. Ed. São Carlos, SP: Cortez, 2006. p. 200.

PIRES, D.P. **Hegemonia Médica na Saúde e a Enfermagem**. São Paulo: Cortez, 1989.

PIRES, D.P de. Transformações necessárias para o avanço da Enfermagem como ciência do cuidar. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 66, n. spe, p. 39-44, Sept. 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672013000700005&lng=en&nrm=iso>.

PIRES, M. R. G. M. Politicidade do cuidado como referência emancipatória para a enfermagem: conhecer para cuidar melhor, cuidar para confrontar, cuidar para emancipar. **Rev latinoam enferm.** v. 13, n. 5, p. 729-36, 2005.

PIRES, Denise. **Reestruturação Produtiva e trabalho em saúde no Brasil**. São Paulo: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social – CUT; Annablume, 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/reben/v53n2/v53n2a10.pdf>

PIVETTA, H. M. F. et al. Ensino, pesquisa e extensão universitária: em busca de uma integração efetiva. **Linhas Críticas**. v. 16, n. 31, p. 377-90, 2010.

PUPPIN, MAP; SABÓIA VM. Interdisciplinarity as a structurer in the training and health care process. **Rev Enferm UFPE On Line** [Internet]. 2017; [citado 2018 dez 11];11(Supl. 10):4065-71. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/231166/25129>

REGO, Sergio; PALACIOS, Marisa; SIQUEIRA-BATISTA, Rodrigo. **Bioética para profissionais de Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. Disponível em <http://books.scielo.org/id/33937/pdf/rego-9788575413906.pdf>

REVISTA COMEMORATIVA DO BICENTENÁRIO. **Revista comemorativa do bicentenário da paróquia e do centenário de Pau dos Ferros (1756-1856-1956)**. Natal: Centro de Imprensa S.A., 1956. p. 39-40.

SÁ, M. C. M. de; ARAUJO, J. L. de; GOMES, J. G. N; PINTO, J. B. A. de; LOPES, M. de OLIVEIRA. SEMP. II SEMINÁRIO DE PESQUISA DO GRUPESCES (2019). Mesa Redonda. 15 anos do Curso de Enfermagem CAPF/UERN: ressignificando o saber/fazer da enfermagem no Semiárido. In: **XVIII Semana Universitária do CAPF/UERN (2019)**. Realizada em 13 de novembro de 2019.

SANNA, M. C. Os processos de trabalho em Enfermagem. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 60, n. 2, p. 221-224, Abr. 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672007000200018&lng=en&nrm=iso

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. 2 ed. Recife: SOS Corpo. Tradução: Christiane Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 1995. 19p.

SOUSA, Aécio Candido (org.). **Plano Desenvolvimento Institucional – PDI/UERN**. Mossoró (RN): Edições UERN, 2008. 86 p. Disponível em: <<http://www.uern.br/pdi/>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

SOUSA FILHO, Alípio de. **Responsabilidade intelectual e ensino universitário**: carta aberta aos que amam a ciência. Natal: EDUFRN, 2000. 145 p.

SOUSA FILHO, Alípio de. **Responsabilidade intelectual e ensino universitário**: carta aberta aos que amam a ciência. Natal: EDUFRN, 2000. 145 p.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Vozes, 2005.

TIMÓTEO R. P. S. **Flexibilização curricular**: cenários e desafios. Natal, RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2004.

THIESEN, J. S. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13 n. 39 set./dez, 545-553, 2008.

VENDRUSCULO, AP; FILIPPIN, NT; CUNHA, TA; SCHETINGER, MRC. Interdisciplinaridade na percepção de docentes de ensino superior. **Educere Revista da Educação**. 2019 jul/dez;19(2):291-312. <http://dx.doi.org/10.25110/educere.v19i2.2019.7043>.

VIEIRA-DA-SILVA, Ligia Maria; SILVA, Gerluce Alves Pontes da; ESPERIDIAO, Monique Azevedo. Avaliação da implantação da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde no Brasil. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 41, n. spe3, p. 87-98, Sept. 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042017000700087&lng=en&nrm=iso>.

UERN- UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **UERN 30 anos de Estadualização**. Portal UERN: Agência de Comunicação (AGECOM), 2013. Disponível em:<<http://www.uern.br/estadualizacao30anos/>>.

UERN- UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Portal UERN**. 2021. Disponível em: <<http://www.uern.br/>>.

UERN- UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Regimento Geral da UERN (2002)**. Aprovado pela Portaria Ministerial N.º 874, de 17 de junho de 1993, com alterações introduzidas pela Resolução nº 11/93-CONSUNI, de 12 de novembro de 1993 e pela Resolução N.º 006/2002-CONSUNI, de 5 de julho de 2002, acrescidas com as necessárias correções gramaticais. Disponível em [http://www.uern.br/controladepaginas/uern-regimento/arquivos/1828regimento_geral_da_uern\[2\].pdf](http://www.uern.br/controladepaginas/uern-regimento/arquivos/1828regimento_geral_da_uern[2].pdf)

UERN- UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Resolução N.º 34/2016-CONSUNI.** Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, para vencimento 2016/2026. Disponível em http://www.uern.br/controladepaginas/documentos-pdi/arquivos/0062resolua%C2%A7a%C2%A3o_34_2016_consuni_aprova_o_pdi.pdf

UERN-Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. **Instrução Normativa n.º 001/2018-PROEX/PROEG/UERN.** Estabelece as normas complementares referentes à implantação da curricularização da extensão na UERN. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2018a.

UERN-Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n.º 25/2017 - CONSEPE, de 21 de junho de 2017.** Regulamenta a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação no âmbito da UERN. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 21 de junho de 2017.

UERN-Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n.º 14/2017 - CONSEPE, de 29 de março de 2017.** **Regulamento Geral da Extensão da UERN, e revoga resoluções.** Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 29 de março de 2017.

ANEXO I - PORTARIA DA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE CRIAÇÃO DE CURSO



PORTARIA Nº 01/2021 – DEN/CAPF/UERN

A coordenação do Curso de Enfermagem do Campus Avançado de Pau dos Ferros- CAPF/UERN no uso de suas atribuições legais e estatutárias;

CONSIDERANDO a necessidade de composição da comissão para elaboração do novo Projeto Pedagógico, em virtude da criação do novo Curso de Enfermagem/CAPF;

RESOLVE:

Art.1º Nomear os membros para compor a Comissão responsável pela criação do novo Curso de Enfermagem – grau acadêmico bacharelado, constituída pelos docentes:

Profª. Janiery Lima de Araújo (Líder do NDE)

Profª. Graça Rocha Pessoa (Coordenadora pedagógica)

Prof. José Giovani Nobre Gomes (Membro do NDE)

Prof. Márcio Adriano Fernandes Barreto (Membro do NDE)

Profª. Jaira Gonçalves Trigueiro (Membro do NDE)

Profª. Sara Taciana Firmino Bezerra (Membro do NDE)

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se.

Cumpra-se.

Pau dos Ferros, 18 de fevereiro de 2021.

Graça Rocha Pessoa

Coordenadora do DEN/CAPF.

Portaria nº 153/2020-GR/UERN.

ANEXO II - MINUTA DE RESOLUÇÃO DO CONSEPE

ANEXO III - ATA DO CONSAD